

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO CIENTÍFICO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS: PERFIL
FINANÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS**



**O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EM ÁFRICA:
REALIZAÇÕES E CONSTRANGIMENTOS**

ELIAS DE OLIVEIRA TOMÉ

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do Grau de Mestre em Direito em Ciências Jurídico-Financeiras da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na Especialidade de Finanças Públicas e Privadas.

LISBOA, MAIO DE 2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO CIENTÍFICO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS, PERFIL
FINANÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS



**O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EM ÁFRICA:
REALIZAÇÕES E CONSTRANGIMENTOS**

ELIAS DE OLIVEIRA TOMÉ

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do Grau de Mestre em Direito em Ciências Jurídico-Financeiras da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na Especialidade de Finanças Públicas e Privadas, sob a Orientação do **Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira**.

LISBOA, MAIO DE 2018

Agradecimentos

Ao meu Deus, Todo-Poderoso que sempre esteve e esta presente nas minhas cavalgadas em busca da realização de um objetivo individual e coletivo; por me ter dado saúde, força e capacidade para enfrentar as inúmeras dificuldades vividas;

À Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, por ter-me dado a oportunidade de realizar o Mestrado em Direito na especialidade de Ciências Jurídico-Financeiras, Perfil: Finanças Públicas e Privadas, do qual, tenho a absoluta certeza de que os conhecimentos adquiridos serão um investimento para a FDUJES; ao seu corpo docente e a Direção Académica que sempre facilitou a resolução dos assuntos;

Aos meus estimados e empenhados Professores: Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira, Professora Doutora Paula Rosado Pereira e a Professora Doutora Rute Cabrita, que sempre se mostraram prontos e fiáveis na transmissão, abordagem e análise dos temas programados na parte curricular;

Ao meu Orientador Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira, pela orientação, apoio e confiança que tem por mim; sublinhando desde já a sua capacidade sugestiva, de transmissão de orientações, recomendações e análise do trabalho desde o nosso primeiro encontro à finalização do trabalho, apesar da distância em alguns casos;

À minha mãe Rosa Diogo da Silva que não tenho palavras para descrever o seu apoio, mesmo que de forma silenciosa, Deus sabe o que fizeste e fazes por mim; a minha irmã Helena Diogo que não poupou esforços em subsidiar algumas insuficiências financeiras colaborando para que a minha estadia e formação fossem um sucesso;

As minhas irmãs e irmão que mesmo não invocando seus nomes, agradeço pelo encorajamento e apoio de forma direta e indireta.

Aos meus queridos e maravilhosos filhos Edson, Danilson, Jurelma, Amândio, Neco, Piedade e Dioliva pela compreensão apesar de longos períodos de ausência;

Aos meus familiares, amigos e companheiros, por nunca terem manifestado oposição à minha formação.

Resumo

O trabalho que se apresenta centra-se no domínio do processo de desenvolvimento económico em África com maior foco na região subsariana, desenvolvendo-se um conjunto de setores macroeconómicos, financeiros, comerciais, políticos, históricos, culturais e sociais, na sua maioria intrínsecos ao continente, e que ao longo de várias décadas se refletiram em realizações, e conseqüentemente apresentar um estudo das razões prévias que dificultam a prossecução deste desiderato ambicionado por todas as sociedades do universo. Para a elaboração da investigação ao longo das suas diversas fases procura-se fazer a ligação entre os aspetos de qualidade e do crescimento económico.

Começa-se por apresentar na Parte I um enquadramento do continente, sua caracterização económica, social, histórica e cultural, trajetória de desenvolvimento assim como dos conceitos e das questões genéricas do desenvolvimento económico e também a metodologia de trabalho adotada. Na Parte II, a abordagem prende-se com a legitimidade do desenvolvimento nos textos internacionais e africanos. A Parte III, desenvolve-se um estudo mais específico do continente e de forma global sobre matérias de desenvolvimento económico na perspetiva das suas realizações e constrangimentos nas vertentes macroeconómica, financeira, receitas fiscais, comércio, integração regional, governação política e económica e outros aspetos sociais determinantes. Na Parte IV, apresenta-se o continente africano no contexto das organizações internacionais, da integração regional dada importância das comunidades económicas regionais africanas no reforço das suas economias e obviamente da cooperação com as potências internacionais. Na Parte final, juntamente com as apreciações críticas sobre o estado presente de África são resumidos os resultados e conclusões e apresentam-se sugestões para a prosperidade das 55 Nações que formam o continente berço da humanidade.

Palavras-Chave: Desenvolvimento económico e Crescimento económico; África; Infraestruturas; Direito ao Desenvolvimento; Integração Económica.

Abstract

The work that is presented focuses on the area of the economic development process in Africa with greater focus in the sub-Saharan region, developing a set of macroeconomic, financial, commercial, political, historical, cultural and Mainly intrinsic to the continent, and that over several decades have been reflected in achievements, and consequently present a study of the previous reasons that hinder the continuation of this desideratum coveted by all societies of the Universe. For the elaboration of research through its various phases, the link between quality aspects and economic growth is sought.

It is beginning to present in part I a framework of the continent, its economic, social, historical and cultural characterization, development trajectory as well as the concepts and generic issues of economic development and the methodology of work adopted. In part II, the approach concerns the legitimacy of development in international and African texts. Part III develops a more specific study of the continent and in a global way on matters of economic development in the perspective of its achievements and constraints on macroeconomic, financial, tax revenue, trade, Regional integration, political and economic governance and other determinant social aspects. In part IV, the African continent is presented in the context of international organizations, the regional integration of the African regional economic communities in strengthening their economies and of course cooperation with the powers International. In the final part, together with the critical appreciations about the present state of Africa are summarized the results and conclusions and present suggestions for the prosperity of the 55 Nations that form the cradle continent of humanity.

Key words: Economic development and economic growth; Africa; Infrastructure; Right to development; Economic integration.

Introdução

O Tema Desenvolvimento Económico em África: realizações e constrangimentos visa apresentar um estudo de um continente que em termos de desenvolvimento conhece em pleno século XXI vários fenómenos económicos e sociais, mormente a desigualdade social, pobreza extrema, aumento da exclusão social, disparidade de rendimentos, pouca produtividade, e das grandes divergências e assimetrias regionais, apesar de ser um continente potencialmente rico em recursos naturais, e que deste modo o desenvolvimento económico apresenta-se como uma atividade que contribuirá para o combate da pobreza e a melhoria da qualidade de vida dos africanos.

Nenhum trabalho investigativo surge sem motivos substanciais, no nosso caso foram fundamentalmente três entendimentos que nortearam a feitura desse estudo, situações que apresentamos seguidamente.

Em primeira linha, temos os estudos superiores que nos conduziram a obtenção do grau de licenciatura em economia pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto tiveram em primeira instância um efeito originário, associa-se a este feito o facto de termos dado os primeiros passos na atividade docente como Assistente estagiário lecionando as cadeiras de Finanças Públicas e de Direito Fiscal na Faculdade de Direito da UJES. Este percurso académico foi determinante, no plano da formação pessoal, tendo provocado em nós maior vantagem as matérias económicas africanas.

Razão seguinte, foi por influência da escolha do curso de Mestrado científico em Ciências Jurídico-Financeiras, Perfil: Finanças Públicas e Privadas, cujo tema retrata em grande medida parte dos conteúdos discutidos durante a formação nas três disciplinas do curso nomeadamente: Mercados Financeiros, Direito Fiscal e Finanças Públicas e Privadas.

Finalmente, a terceira razão, como não deixaria de ser, trata-se de um tema que analisa factos de um continente tão ligado a humanidade e que dele temos ligação materna, assumindo-se por esta, uma singela contribuição fazendo um estudo sistematizado desta região do mundo que se chama África, focando os seus

principais desafios para o século XXI, partindo do pressuposto da sua história, cultura, geopolítica e dos avanços e recuos na trajetória do seu desenvolvimento económico. Obviamente terá sido esta a verdadeira e grande razão, pela que nos propusemos a elaboração deste trabalho científico.

O desenvolvimento económico foi desde sempre o produto de uma obra social, porém o caminho para se alcançar esta obra não é nem pacífico, nem linear; é um processo conflituoso quer nos níveis individual, de classes sociais, entre nações ou comunidade de países, no qual os conflitos são resolvidos pelo encontro de uma alternativa que atende os dois lados neste caso entre as sociedades mais avançadas e as que se encontram em via de desenvolvimento. A história da humanidade desde a Revolução industrial tem sido a história dessa construção social complexa e conflituosa, mas racional.

Hoje, África conta com 55 países e 4 territórios, 54 dos quais são membros da União Africana (UA), com uma população avaliada em 1,2 mil milhões de habitantes, ou seja, mais de um bilião de habitantes, sendo o Sudão do Sul, o último país a conquistar a sua independência, a 9 de Julho de 2011. A existência de acentuadas diferenças de graus de desenvolvimento entre a África subsariana e a mediterrânea levou-nos por optar neste trabalho científico um estudo mais concentrado na África subsariana, e dentro desta algumas regiões e países que mais potencialmente crescem em termos económicos, e pelo fato também de que as regiões acima referidas se encontrarem diferentemente integradas em zonas de influência e alianças distintas. Por esta razão, a África será entendida neste trabalho no sentido da África subsariana ainda que certos indicadores, digam respeito a União Africana (UA) como os programas continentais da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e da Zona de Livre Comércio em África (ZLCA), que abrem uma nova era nas trocas comerciais interafricanas.

A pluralidade do continente africano em termos da sua diversidade histórica, cultural, geográfica, política e económica juntando o seu reduzido papel no seio da economia mundial e da sua fraca influência na arquitetura internacional e as constantes mutações no cenário internacional levaram-nos a questionar os seus impactos no continente africano. Até que ponto em conjunto ou de forma isolada os Estados africanos podem integrar-se a nova conjuntura internacional quanto aos

seus padrões de desenvolvimento económico, sociais e políticos. Acima de tudo procuramos produzir considerações e apresentar dados sobre as dinâmicas contemporâneas de desenvolvimento económico do continente, pelo que, neste trabalho, a teoria do desenvolvimento apresenta-se de base, densificando a sua estrutura nas dimensões económica, financeira, política, fiscal, comercial, integração regional e de desenvolvimento humano. É, esta a pluralidade e complexidade com que devemos avaliar a variadas realidades, virtudes e defeitos, e os avanços e recuos nos diferentes países de África.

Cabe destacar aqui, que os países africanos têm apresentado medidas consistentes para defrontar as perturbações: uma visível melhoria na governação com o surgimento de novos gestores e governantes altamente habilitados, fez com que se introduzissem novas políticas económicas e sociais; mesmo diante das dificuldades económicas por que atravessam certas economias africanas, incluindo as mais poderosas, estamos em condições de dizer que a ideia de um continente em decadência não faz hoje qualquer sentido. Com toda a prudência que se impõe também não faz sentido a entusiasmo do crescimento exponencial que se constata.

A semelhança da revolução dos “tigres asiáticos” protagonizada pelos gigantes do Sul da Ásia, apesar de ser, todavia, uma opinião divergente analistas de todo o mundo juntam esforços considerando o início do século XXI como o ponto de partida para as grandes transformações estruturais do continente africano para a concretização do desejo da expressão “elefantes de África”. Existem fatores favoráveis, em primeiro lugar o fator demográfico. O continente africano, segundo dados das Nações Unidas de 2010, África tem uma população estimada em 1,2 mil milhões de habitantes com tendência de crescimento demográfico que ultrapasse os 3 mil milhões de habitantes em 2050¹.

Outro fator de grande relevo que ocupa o segundo lugar, como destaca (VUNJE, 2017:32), é o fator político e que de acordo com este autor “assume, (...), um protagonismo considerável na abordagem do futuro do continente africano. Este é (...), o verdadeiro busílis do desenvolvimento de África”. Não obstante os

¹ Sobre este assunto, *Adebayo Vunje*, recolhe elementos da intervenção de *Akinwumi Adesina*, Presidente do BAD, durante uma alocução na Assembleia Anual do Banco em Lusaka, em maio de 2016, na sua obra *Pensar África*, 1.ª edição, Editora Rosa de Porcelana, Lisboa, abril de 2017, p. 31.

impasses da democracia em África, julgamos importante investigar África na lógica do desenvolvimento económico e sob este prisma realçamos as transformações profundas que ocorrem em todos os cantos do continente. Países como a África do Sul, a Nigéria, Angola, Etiópia, Quénia e o Senegal continuam a destacar-se pelos seus patamares de desenvolvimento no conjunto, a indústria petrolífera cresce apoiando decisivamente o setor das exportações indicador essencial no desenvolvimento das economias, as indústrias transformadoras começam a desempenhar o seu papel como impulsionadores do crescimento, o continente está cada vez mais apostado na erradicação dos principais constrangimentos socioeconómicos.

O mundo hoje em dia pugna pelos valores cívicos e morais decorrentes da solidariedade entre os humanos. Desde sempre a afirmação dos direitos dos cidadãos foi um passo importante na criação de sociedades. “É hoje em dia evidente que, para além de todas as diferenças que separam os diversos povos e continentes, existem problemas comuns que só podem ser resolvidos através da cooperação da sociedade internacional”². Como se assinala num estudo da OCDE³, a crescente integração económica entre Estados Nações determinou a internacionalização de toda uma série de domínios anteriormente negligenciados ou objeto de jurisdição interna ou, quando muito, de acordo bilaterais.

já em 1963, na encíclica *Pacem in Terris*, se afirmava que “nenhuma comunidade política se encontra hoje de zelar convenientemente os seus próprios interesses e de desenvolver satisfatoriamente, fechando-se em si mesma. Porquanto, o nível da sua prosperidade e do seu desenvolvimento é um reflexo e uma componente do nível de prosperidade e desenvolvimento de outras comunidades políticas”⁴.

A ideia de que este é um problema interno africano, fica totalmente de fora, pois, a comunidade internacional tem o dever de favorecer o desenvolvimento económico porque ele diz respeito a todos incluindo os países que alcançaram um

² Cfr. Eduardo Paz Ferreira, *Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*, Coimbra, Almedina, abril, 2004, p.14.

³ Apud. Eduardo Paz Ferreira, ob. cit., p.14.

⁴ Idem, pp. 14-15.

nível elevado de desenvolvimento, contudo cabe um esforço titânico dos próprios africanos conduzir a sua trajetória de acordo com características específicas de cada Estado.

Atentos ao problema do desenvolvimento económico com profundos reflexos no plano internacional e nas formas de relacionamento entre os diferentes estados de desenvolvimento dos países a nível mundial, não podendo deixar de julgar positivamente a evolução do que se tem assistido, nos últimos anos, no direito internacional público⁵, com uma afirmação crescente de um direito à ingerência para pôr cobro a situações de opressão intolerável.

Como nos diz (FERREIRA, 2004:17), “dir-se-ia, alias, numa primeira aproximação, que a tendência para desvalorizar esses direitos vai claramente contra a declaração dos Direitos do Homem de 1948, que proclama que todos têm direito a um padrão de vida adequado à saúde e bem-estar dos próprios e de toda a família”.

As formas como as sociedades menos desenvolvidas foram tentando responder às situações de privação não podem ser ignoradas quando se reflete sobre as políticas de desenvolvimento, sob pena de estas redundarem em exercícios de paternalismo ou apontarem caminhos que os destinatários terão dificuldade em aceitar⁶.

Na sociedade justa, que queremos e devemos transmitir às gerações vindouras, não é aceitável a discriminação em função do local onde nasce cada pessoa e creio que este é um grande problema que hoje se nos coloca tal como, no passado, foi o de garantir que ninguém era discriminado por razões de pertença a uma classe social. Tal conceção não pressupõe qualquer forma de igualitarismo, mas tão só a eliminação das barreiras culturais, económicas e sociais a que as

⁵ Cfr. Eduardo Paz Ferreira, Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e política Comunitária de Cooperação, Almedina, Coimbra, Abril 2004, p.16.

⁶ Sobre este assunto, Eduardo Paz Ferreira, diz-nos o seguinte: Daí a crescente importância dada pelas organizações internacionais aos processos participativos, abreviadamente designados PPA – vd. CAROLINE ROBB, Can the Poor Influence Policy, 2.ª edição, The World Bank, International Monetary Fund, Washington, 2002, ou a importância dada ao conceito de “empowerment” nas políticas de desenvolvimento.

peças possam fazer as suas escolhas livres e, a partir daí, constituírem sociedades mais justas.⁷

O sofrimento e a morte são males que fazem parte do universo desde há décadas infelizmente, razão pela qual fica demonstrado que o desenvolvimento económico particularmente para África, é uma tarefa improtelável e primordial para toda a geração do universo, impondo uma ação enérgica para se evitar as consequências nefastas da pobreza extrema que os povos do continente continuam a viver. O direito a vida, constitucionalmente consagrado em todos os textos dos Estados de Direto, deve ser implementado e garantido para impedir mortes causadas pela fome.

Importância do Tema

O problema do desenvolvimento quanto as suas múltiplas tarefas, sempre foi um assunto candente em fóruns internacionais, e muito mais quando este se refere ao continente africano cujo atraso se deveu sobretudo ao momento que este se encontrava quando se deu o arranque do desenvolvimento, ou seja, da Revolução industrial. O continente está aquém dos resultados que hoje os países desenvolvidos espelham, isto em termos de riqueza e de bem-estar. África conseguiu atingir resultados satisfatórios, contudo estão aquém do potencial que o continente exhibe tanto no crescimento demográfico como das riquezas naturais que o seu subsolo possui. Porém e apesar de certas vicissitudes seria rotundamente errado concluir que no continente africano não se envidassem esforços rumo ao desenvolvimento com vista a criação de condições humanas melhores de toda a sua população.

Segundo (FERREIRA, 2004: 20) na apresentação de um estudo da posição da OCDE, sustenta a existência de três ordens de razões para justificar o esforço de desenvolvimento.

A primeira, prende-se com motivações humanitárias, resultantes da verificação de que a situação de privação, a que já aludimos, é insustentável e tem de ser combatida por todas as vias possíveis.

⁷Cfr. Eduardo Paz Ferreira, *ob. cit.*, p.18.

A segunda, apela ao próprio interesse dos países desenvolvidos, encarado quer na perspectiva do desenvolvimento nos mercados para a expansão económica, quer no da diminuição da pressão migratória e dos fenómenos de terrorismo.

A terceira, liga-se ao interesse em assegurar uma mais ativa cooperação internacional em muitos domínios, através da adesão a padrões comuns, que permitam encarar com outro otimismo a perspectiva de um desenvolvimento sustentável, respeitador dos valores da preservação do ambiente.

Convergência existe, quanto a necessidade imperiosa das tarefas de desenvolvimento em África, onde parte substancial da população vive níveis assustadores de extrema pobreza, realidade que preocupa qualquer ser humano, independentemente da sua posição social, poder, crença ou raça. Devemos, todos, mas todos, unirmo-nos em torno desta causa, cabendo aos africanos acima de tudo mostrar o seu compromisso com a vida deixando para trás o passado.

Desenvolvimento económico em África: realizações e constrangimentos perfilam este estado socioeconómico do continente. Sobre estas matérias e outras o nosso trabalho procura proceder um estudo, partindo da simbiose dos setores económicos e sociais diversos com vista a se apresentarem resultados operados nesta parte do globo. Estamos cientes da flexibilidade do tema, mas acreditamos e confiamos que a materialização da lei, em qualquer Estado de Direito devem estar acima de qualquer interesse e o desenvolvimento económico é um exemplo patente assumido pela maioria dos Estados da União Africana nos seus textos Constitucionais. Concluindo o desenvolvimento económico é um dos grandes desígnios da política dos Estados africanos. A necessidade do desenvolvimento ser devidamente programado pelos governos e a sociedade de forma a dar resposta cabal aos problemas estruturais africanos tornam-se cada vez mais uma exigência da Lei que nem sempre tem sido cumprida.

O Problema científico

Considerando o acima exposto, pretende-se responder as interrogações que se seguem: De que modo se pode apreciar, avaliar e validar um processo de desenvolvimento económico e de transformações estruturais? Mormente quando a análise recai sobre economias com uma elevada intensidade de crescimento do PIB durante um período de 15 anos? Será o crescimento económico fator suficiente para

a ocorrência de transformações estruturais? Na conjuntura do desenvolvimento económico que concretizações e constrangimentos estruturais têm ocorrido na África continental e em particular na Subsariana no início do século XXI? O que está na base dos retrocessos registados ao longo deste tempo? Pode-se falar do desenvolvimento económico, em termos de realizações e constrangimentos, no continente africano apesar do seu reduzido papel no seio da economia mundial e da arquitetura internacional? Quais foram as principais realizações efetuadas no continente africano após o período colonial? Pode-se falar de desenvolvimento económico em África? E qual é o seu impacto no seio das populações? Existem motivos credíveis que obstaculizam o desenvolvimento económico em África e como ultrapassá-los? Quais são os principais desafios de África para o primeiro quarto do milénio? Existem razões suficientes para se falar do exercício do Direito ao desenvolvimento dos países? Qual foi o comportamento do índice de desenvolvimento humano em África no período de 2000 a 2015? Porque África apresentou um crescimento e desenvolvimento acelerado no início do século XXI?

Estas são as questões que conduzirão esta pesquisa procurando apoiar-se nos resultados em termos de realizações e obviamente dos fracassos constatados no continente africano nos domínios macroeconómicos, financeiros, comerciais, de integração, de cooperação, de governança e de desenvolvimento humano.

Objetivo Geral e de Natureza Específica

A investigação sobre o desenvolvimento económico em África, pretende acima de tudo contribuir na análise e observação de um continente caracterizado pela pobreza. Os setores primário, secundário e terciário das economias africanas estão em profundas mudanças e enfrentam situações por vezes de avanços e outras por fracassos, pretende-se fazer um estudo realístico e também crítico das transformações estruturais na África subsariana, identificando os indicadores e procedendo a sua evolução a partir da última década do séc. XX e início do séc. XXI, os obstáculos verificados no comércio no investimento, no acesso aos mercados, as políticas de governação, a proteção dos investimentos e as matérias de âmbito jurídico ligadas ao desenvolvimento económico

Geral: Analisar, avaliar, validar e apresentar as transformações estruturais em termos de realizações e os constrangimentos do processo de desenvolvimento económico de África, com particular ênfase a região Subsariana.

Específicos

- Identificar e analisar as principais transformações económicas estruturais na África Subsariana e de outros países do Magrebe através de indicadores macroeconómicos e demográficos, como o PIB per capita, RNB, IDH, e da balança de pagamentos;
- Identificar as desigualdades entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos e estudar as formas de redução das diferenças;
- Caracterização económica, política e social (educação, saúde, alimentação e habitação) das principais regiões de África;
- Fazer um estudo da implementação das regras jurídicas nos textos constitucionais dos países africanos e das organizações políticas e económicas internacionais;
- Desenvolver um quadro teórico-analítico sobre o IDH, quanto ao comportamento dos indicadores sociais (índice de mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer, grau de instrução, índice de analfabetismo) alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio;

Estrutura do Trabalho e Procedimentos Metodológicos

A maneira como delineamos a pesquisa para se atingirem os objetivos supracitados, e da forma como foi colocado o problema, utilizamos atendendo a natureza dos dados recolhidos a pesquisa descritiva com enfoque quantitativo e qualitativo baseando-se em informações disponíveis nos sites na internet de instituições idóneas que periodicamente apresentam relatórios sobre este tema, nomeadamente: o FMI, Banco Mundial, CNUCED, PNUD, OMC, BAD, OCDE, UA, Relatório sobre as Perspetivas Económicas em África, 2015, 2016 e 2017, Obras científicas de conceituados Professores Catedráticos das (FDUL, FDUC), Jornais especializados em matérias económicas e financeiras, Revistas Científicas, e outra Bibliografia científica consultada em diferentes bibliotecas de Portugal e Angola.

Estrutura do Trabalho

Da importância que atribuímos ao tema, a problemática levantada apresenta contornos que impõem ações públicas concretas com vista a que a equidade em África, seja alcançada reduzindo as tamanhas desigualdades de riqueza.

A apreciação genérica da evolução das políticas de desenvolvimento e do próprio conjunto normativo a que, por vezes, se dá a designação de direito do desenvolvimento, dar-nos-á a base para nos aproximarmos da política de cooperação para o desenvolvimento⁸ do continente africano.

No plano jurídico, não se pode passar ao lado da originalidade desta experiência, uma vez que a Comunidade Europeia avançou de forma singular, aceitando ligar-se aos países em desenvolvimento no quadro de convenções que criam direitos e deveres, substituindo as tradicionais declarações de intenção⁹.

África patenteia uma conjuntura que avança no caminho de uma maior integração económica e política com vista ao seu desenvolvimento económico, independentemente da avaliação que se faça destes avanços e recuos é notável a evolução e torna-se cada vez mais importante medir e avaliar as suas principais realizações e ao mesmo tempo procurar reduzir gradualmente os obstáculos, alargando as parcerias estratégicas de cooperação com o mundo, celebrando acordos vantajosos com a União Europeia, Estados Unidos da América, os gigantes Asiáticos, os BRICS, e um compromisso dos próprios africanos, para a criação de infraestruturas nos domínios energético, dos transportes, comunicações, finanças e comércio.

Metodologia adotada na pesquisa:

Tendo em conta a apreciação geral da evolução do processo de desenvolvimento económico de África optamos por subdividir o trabalho em quatro domínios setoriais:

⁸ *Cfr.* Eduardo Paz Ferreira, ob. cit., p. 21.

⁹ *Idem*, p. 22.

- No plano macroeconómico, são analisadas as condições macroeconómicas nas diversas regiões e países do continente, salientando as tendências de crescimento verificadas tendo por base as dinâmicas globais, regionais e internas. Este plano examina os principais fatores de crescimento fazendo uma comparação regional baseada na estrutura das economias africanas. São também analisadas as políticas orçamental, monetária e financeira, assim como as componentes externas que sustentam o desempenho recente do crescimento dos países africanos. Seleção dos países subsarianos de acordo com o Produto Interno Bruto apresentados pelo FMI, Banco Mundial, BAD, CNUCED, PNUD e OCDE: os que apresentaram maiores valores de PIB (valores superiores a 5 mil milhões de dólares). Em certos países desta região registaram-se taxas mais elevadas de variação anual do PIB entre 2000-2015 (acima de 5%);
- Seleção de indicadores adequados aos propósitos da investigação: empregando o PIB, IDH na evolução ao longo do tempo este último para facilitar a medição dos efeitos do desenvolvimento nas populações;
- No plano jurídico o estudo centra-se nos desafios do direito no processo de desenvolvimento económico, destacando as várias convenções, declarações, postulados e acordos existentes nos textos constitucionais dos países africanos e das organizações internacionais como a ONU, União Africana, NEPAD, AGOA e a OCDE.
- Procuramos para o estudo do desenvolvimento económico em África optar pelos relatórios de certas Instituições internacionais especializadas neste domínio do desenvolvimento tais como o Banco Mundial, FMI e africaneconomicoutlook.org (perspetivas económicas em África) e de outras fontes bibliográficas científicas.
- A delimitação do período deu-nos a possibilidade de obtenção do máximo de informação útil: 2000-2015. No entanto, em determinados momentos para determinadas variáveis, este número de anos abrange o período em que os países do continente começaram a libertar-se do colonialismo, ou seja, a partir de 1957. E por razões de atualização tivemos necessidade de incluir nas estatísticas dados que vão até o ano de 2017.

Outros critérios essenciais:

- Os fluxos financeiros e comerciais resultantes das exportações sobressaindo em especial as matérias primas e os produtos manufaturadas variáveis importantes de análise do crescimento económico. O grau de abertura das economias medido pelo peso das exportações no PIB, pela estrutura dos seus produtos é geralmente aceite como um importante fator de crescimento económico.
- Cartelização das políticas económicas e financeiras responsáveis pelo desenvolvimento económico.

Tal como salientado anteriormente, o estudo abarca um conjunto diferenciado de atividades económicas, através das quais se poderá avaliar as realizações e os constrangimentos sendo o Produto Interno Bruto e o Índice de Desenvolvimento Humano as principais variáveis de enquadramento utilizadas.

O conceito de desenvolvimento económico, encontra-se num processo de ampliação, o Professor catedrático Teixeira Ribeiro, salienta que o mesmo se verifica com “o aumento do rendimento potencial a longo prazo, de modo que possa aumentar o mais possível o rendimento por habitante, a capitação do rendimento (rendimento *per capita*). Pretende-se que à ausência de consideráveis depressões e fortes inflações se associe a subida da capacidade de produção, que permita a subida do rendimento médio dos habitantes do país. Para isso, torna-se muitas vezes necessário que o Estado atue, direta ou indiretamente, sobre as estruturas económicas; torna-se necessário sobretudo nos países subdesenvolvidos”¹⁰.

Duma forma alargada, o desenvolvimento económico pode ainda incluir: índices de urbanização, estrutura etária e crescimento da população e bem como a sua correlação com o crescimento económico.

Nos capítulos posteriores procuraremos dar resposta daquilo que foi estudado e analisado no domínio do desenvolvimento económico em África, numa ação que, umas vezes, foi definida por concretizações e, outras obviamente por constrangimentos.

¹⁰ Cfr. José J. Teixeira Ribeiro, Lições de Finanças Públicas, 3.ª edição, Coimbra editora, Almedina, 1998, p 42.

Parte I – Contexto e Caracterização Económica de África, Conceitos e Questões Fundamentais do Desenvolvimento Económico

Considerações gerais

África é uma palavra de origem diversificada. Primeiro, segundo historiadores os Romanos empregaram-na a Tunísia, posteriormente foi-se difundindo para a região do Magrebe abrangendo finalmente todo o continente. Destacamos outras designações derivadas tais como África negra inicialmente, passando mais adiante para África Subsariana, expressões representativas dos 49 Estados localizados ao Sul do Sahara.

As desigualdades reinantes no continente em termos de diferenças de desenvolvimento até mesmo de culturas são fatores de separação reais e destacáveis entre a África do Norte ou mediterrânea e a África subsariana. O binómio da pluralidade e da homogeneidade e dos aspetos económicos, político e geográfico conduzem-nos ao tratamento regional e continental das questões de desenvolvimento

Já nos referimos na introdução que o campo de investigação do nosso trabalho teve maior incidência na África subsariana, mesmo que para o estudo de certas variáveis tenhamos incluído todos os países da organização continental ou seja a União Africana doravante designada (UA), bem como a inserção de projetos continentais com realce para o da New Partnership for África's Development (NEPAD) – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África.

Do ponto de vista geográfico e demográfico, o formato do continente tem conotações económicas e políticas muito fortes. A sua extensão continental calculada em 30 milhões de km², correspondendo a cerca de 22,5% do universo, uma população estimada em 1,2 mil milhões de habitantes e, os cálculos tendenciais apontam para o dobro do seu crescimento até 2050.

De acordo com um estudo do Sul Africano *Jakkie Cilliers*, Mais de 40% da população continua pobre. Em 2015 o rendimento médio per capita foi superior ao de 1974 em magros 200 dólares. "A distância entre a África e o resto do mundo cresce", diz o autor do estudo. O peso demográfico em África é hoje uma realidade,

o continente dispõe de imensuráveis recursos naturais, hidráulicos e energéticos. Os elevados constrangimentos decorrentes do colonialismo e da escravatura, levantaram um fenómeno social inédito após as independências, a população triplicou e a deslocação para as cidades quintuplicou. Constataram-se, profundas transformações nos domínios institucional, fiscal, democratização, das infraestruturas, das tecnologias e da construção dos equipamentos sociais bem como do aparecimento de mais de mil milhões de consumidores.

Os enormes recursos naturais de África, com cerca de 15% da população mundial, representam apenas 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 2% do comércio mundial e 2 a 3% dos investimentos diretos estrangeiros (IDE). Os mais elevados indicadores de pobreza do mundo estão no continente africano, 280 milhões de pessoas estão subalimentados representando 40% da população, e 25 milhões estão infetados com o vírus do HIV/SIDA. Em 2015 o rendimento médio per capita foi 200 dólares. A África compreende 33 dos 49 países menos avançados (PMA)¹¹ e 36 dos 45 países com índice de desenvolvimento humano (IDH) fraco. A África Subsariana é a região que regista o maior número de conflitos no mundo.

A fragilidade das infraestruturas combinada com a debilidade das redes de comunicação aparta a África das grandes redes internacionais. Em causa estão os escassos meios técnicos e financeiros que condicionam o desenvolvimento económico apesar das realizações patenteadas. Como veremos mais adiante, a divisão que será apresentada tem como propósito diferenciar e clarificar, as cinco grandes regiões levando-se em conta a combinação de critérios geográficos, históricos, culturais, e do dinamismo económico e político atuais.

¹¹ Sobre este assunto *Philippe Hugon*, em *Geopolítica de África* classifica os países menos avançados definindo-os pela combinação de três critérios: o fraco rendimento, o fraco capital humano e a vulnerabilidade económica. O IDH é um indicador sintético que combina o rendimento per capita, a taxa de alfabetismo e a esperança de vida.

CAPÍTULO: 1 Os Percursos Históricos, Político, Económico e Cultural de África

1.1 Enquadramento Africano e breve caracterização

Contextualizar o continente africano implica necessariamente e de forma minuciosa abordar a questão da sua população, considerada como o elemento básico do estudo económico de qualquer sociedade. Caso mesmo de se dizer que o objetivo final de qualquer economia certamente todos convergirão que é o da prossecução do desenvolvimento económico e por sua vez este último tem como metas conferir o bem-estar as populações, ainda que na maior parte dos casos e com particularidade na África subsariana onde a nível mundial se verifica o maior crescimento demográfico, a distribuição do rendimento seja muito desigual.

Como ponto de partida procuramos saber o seguinte: estarão as condições criadas para se considerar a África o continente do futuro? Num universo de 55 Estados qual é o grau de diversidade existente, e que possibilidades de padronização existem? Os primeiros países que enveredaram pela via do desenvolvimento fizeram-no até certo ponto de forma isolada, mostrando acima de tudo um forte empenhamento e vontade para sair da crise ou seja do estado medieval, eis o caso da Europa, da América do Norte, do Japão onde os níveis de desenvolvimento apresentam ritmos diferentes, desta constatação todos os caminhos indicam que a trajetória de desenvolvimento de África seja a mesma, uma vez que nenhum exemplo factual nos demonstra ter havido uniformidade em continente algum. Os limiares de desenvolvimento são distintos.

A África continua a ser fundamentalmente um continente em vias de povoamento e de mudança da forma de ocupação do seu território pela migração e pela urbanização¹². Historicamente, o continente está numa fase de reconquista demográfica atingindo o peso mundial do período pré-colonial. O período de 1995-2011 pode ser tido como o início da transição demográfica em África. Esta diversidade, porém, não beneficiou a África Subsariana em termos de dividendos da transição demográfica, esta região continua a ser caracterizada por regimes demográficos de pobreza. A discussão em torno da explosão demográfica deve

¹² Cf. Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.ª edição, escolar editora, Lisboa, 2015, p. 243.

equacionar-se com os desafios ligados a população jovem e fazer corresponder à velocidade de crescimento económico do continente. Há polémica sobre se existe uma exceção africana em matéria de demografia ou se a África está em vias de recuperação ou de desfasamento em relação a outros continentes.¹³

1.1.1. Características e Evolução da População do Continente Africano

Continente com o maior crescimento populacional do mundo, a população de África aumentou entre 2000 e 2015 mais de 370 milhões, passando de 814 milhões para 1200 milhões de pessoas. As projeções das Nações Unidas apontam para 1700 milhões em 2030, e quase 2 500 milhões em 2050. Estes indicadores preveem um aumento do peso global da população, passando dos atuais 15% aos 20% em 2030 ficando acima de 25% em 2050.

Dos estudos feitos pelo professor Philippe Hugon¹⁴ com dados não muito diferentes dos supramencionados este autor diz-nos que a África subsariana é o continente onde é maior o crescimento demográfico a nível mundial. A população foi multiplicada por 4 desde 1950, passando de 175 milhões para cerca de 850 milhões de habitantes em 2011. Deve atingir mais de mil milhões em 2020 e situar-se entre 1,2 e 1,4 mil milhões de habitantes em 2030, (...), para atingir 1,7 mil milhões em 2050 (com hipóteses de ISF de 2,5 filhos e uma esperança de vida de 64, 5 anos). (...). Alguns países têm um grande peso, como a Nigéria (150 milhões de habitantes em 2011 e 176 em 2020), a Etiópia (85 e 108 respetivamente), a RDC (66 e 90 respetivamente) e a África do Sul (50 e 48 milhões de habitantes respetivamente). Estes quatro países representam mais de 40% da população da ASS. Entre 2011 e 2050, prevê-se que a população da África Ocidental passe de 313 a 782 milhões (+153%), a da África Oriental de 336 a 826 milhões (+ 146%), a da África Central de 131 a 251 milhões (+ 122%), a da África Setentrional de 213 a 323 milhões (+ 52%) e a da África Austral de 58 a 68 milhões (+ 19%)¹⁵.

Uma característica típica dos africanos é a sua mobilidade marcada fundamentalmente pela migração voluntária e em alguns casos forçada tratando-se de refugiados. De acordo com o rácio população/terras aráveis, a explosão

¹³ Vide, Philippe Hugon, ob. cit., p. 243.

¹⁴ Idem, p. 243.

¹⁵ Idem, p. 244.

demográfica em África continua a estar aquém da população desejada. “A densidade média é de 30 habitantes por km², mas é de 10 a 100 vezes superior relativamente às terras cultiváveis com enormes diferenças entre os países onde a relação habitante/km² de terras aráveis é inferior a 300 (África do Sul, Costa do Marfim, ou Gabão) e os países onde o rácio é superior a 800 (Ruanda, Somália, Maurícia, Cabo Verde).”¹⁶ O tráfico de escravos pode ser dado com um dos fatores de estrangulação do povoamento do continente.

Tabela I. Evolução da população africana (1960-2030) em milhões

	1960	1990	2010	2020	2030*
Sahel	16,7	36,5	49		100
África Ocidental costeira	21,1	48,8	82,1		125
Nigéria	42,3	95,0	158,7	181	220
África Central	11,7	24,4	41,2	176	65
Grandes lagos	20,9	48,3	86,6		126
(entre eles a RDC)	(15,3)	(35,6)	(67,8)	(90,0)	(86)
África Austral	35,2	94,2	91,0		221
Oceano Índico	6,2	13,8	21,4		32
África oriental	53,3	125,1	262		347
(entre eles a Etiópia)	(24,2)	(49,2)	(84,9)	(108)	(159)
África do Sul	17,4	35,3	50,5	48	65
Total da África Subsariana	210	500	842,5	1 211	1 340

Fonte: Geopolítica de África, (2015): Statistiques des Nations Unies (FNUAP), INED (2011). *As previsões para o ano 2030 são muito incertas, tendo em conta nomeadamente os riscos da sida.

A África em pleno século XXI, continua a ser marcada por um elevado índice de mortalidade infantil de 7,4% contra 2,5% à escala mundial e crescente sobretudo na África Austral. O índice sintético de fecundidade (ISF)¹⁷ é de 5,1 em média contra os 2,8 registado nos outros países em desenvolvimento. O continente representa 18% das mortes no mundo contra 12% da população mundial. O VIH/Sida tornou-se o primeiro fator de mortalidade, à frente da malária cuja taxa baixou duas vezes em 10 anos. As taxas de mortalidade infantojuvenil e materna são as mais elevadas do

¹⁶ Idem, Ibidem.

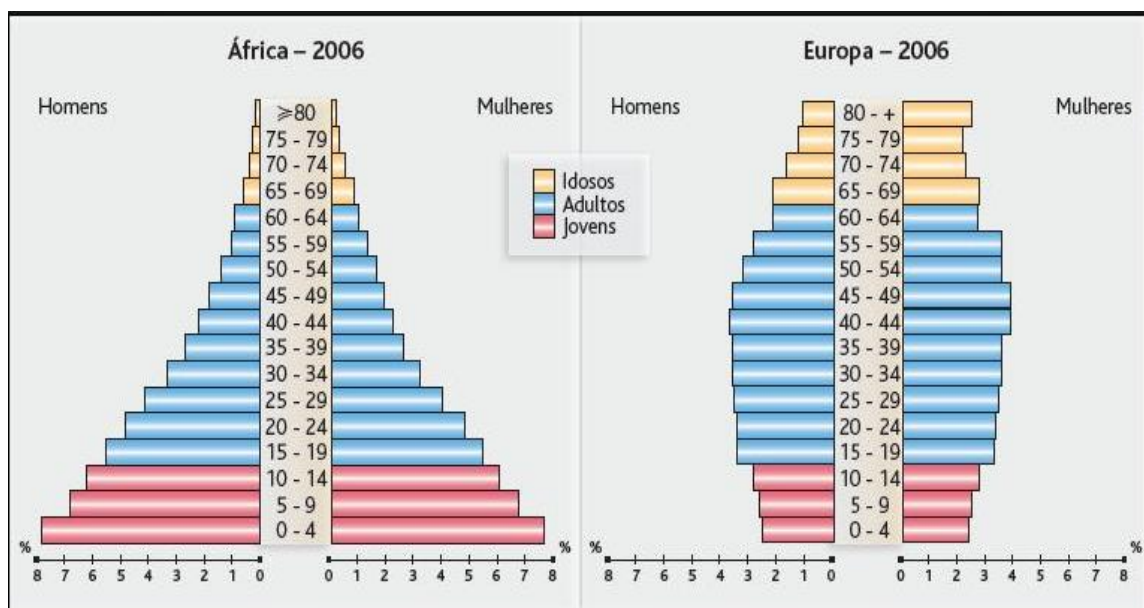
¹⁷ Índice sintético de fecundidade (ISF): número médio de filhos por mulher. O sistema familiar africano é caracterizado por uma grande fecundidade, mas também por uma elevada percentagem de órfãos. (12%, 1/3 dos quais devido à sida. O ISF difere consoante os países. No Níger está próximo dos 8 filhos por mulher, na Somália 7,2 filhos ena RDC 6,9 filhos, na África do Sul é de 2,3. A célula familiar desempenha um papel central na reprodução.

mundo e a taxa de mortalidade das crianças com menos de 5 anos é de 17,4%, contra 8,8% nos países em desenvolvimento. A mortalidade materna e infantojuvenil, que tinha regredido significativamente desde a Segunda Guerra Mundial, tem aumentado desde a 10 anos devido a guerra e à sida. A esperança de vida, que tinha passado de 43 anos em 1965 para 52 anos em 1992, era de 53 anos em 2009. A malária continua a ser o primeiro fator de mortalidade.

Daí que, Philippe Hugon (2015) reforça a ideia segundo a qual “para além desta constatação geral, podem ser distinguidos quatro regimes demográficos:

O dos países que passam por uma redução da mortalidade e pela manutenção da fecundidade (10 países, nomeadamente no Sahel); O dos países que passam por uma transição demográfica com baixa da mortalidade e da fecundidade (10 países, nomeadamente na África Austral); Aquele em que a fecundidade é elevada é acompanhada por uma subida da mortalidade (5 países, nomeadamente no Corno de África); Aquele em que há estagnação demográfica e a redução da fecundidade é acompanhada de uma subida da mortalidade (12 países entre os quais 5 da África Austral)

Figura I. As pirâmides etárias do crescimento populacional de África e da Europa



Fonte: Jones, Walter 2011.

A existência de uma população jovem e em crescimento é geralmente encarada como fonte de um “dividendo demográfico” para o crescimento do PIB e do PIB per capita, já que essa aumenta a oferta de mão-de-obra. A causa subjacente está no crescimento da força laboral e da proporção da população em idade ativa.

Uma leitura distinta faz o autor (VUNJE, 2017: 32), frisando que “A maioria dos africanos prefere sobrevalorizar este crescimento demográfico, acreditando que o aumento da população, por si só, seja um fator indutor de desenvolvimento”. Da nossa parte, tal como a do autor, discordamos deste princípio.

Uma questão levantada pelo académico Alves da Rocha, leva-nos a tirar algumas ilações. “A população deve ser considerada um fator ou um entrave ao desenvolvimento?”¹⁸ Um conceituado economista americano, no seu estudo sobre a população, Jeffrey Sachs¹⁹ entende que o número de habitantes no planeta continua a crescer em grande escala e, sobretudo, nas regiões que menos condições apresentam para aí se garantir saúde, educação, estabilidade e prosperidade aos cidadãos. Os receios de Sachs prendem-se sobre os ecossistemas cada vez mais frágeis em particular nas regiões mais pobres do planeta, no aumento da pobreza e na ameaça da estabilidade política global. Sachs conclui que o mundo deveria adotar um conjunto de políticas com vista ajudar a estabilizar a população global, vendo na China um exemplo a seguir. Estamos de acordo com esta constatação e mais uma vez alinhamos na lógica de que “o crescimento da população, em taxas superiores ao crescimento demográfico, se não for acompanhado de outras políticas, revela uma tendência perigosa de perpetuação do subdesenvolvimento e de não rutura com o ciclo da pobreza²⁰.

Outra grande contribuição vem do académico Eduardo P. Ferreira, atento aos problemas de pobreza do continente africano, salientando que “se os objetivos globais do desenvolvimento se encontram claramente identificado hoje em dia, ainda que persista a dificuldade em encontrar os meios necessários para o seu alcance,

¹⁸ Cfr. Manuel José Alves da Rocha *As Transformações Económicas Estruturais na África Subsariana (2000-2010)*, 1.ª edição, Mayamba Editora e CEIC-UCAN, Luanda, setembro de 2013, p. 59.

¹⁹ Sobre este assunto vide, SACHS, Jeffrey – *Common Wealth*, Casa das Letras, Lisboa, 2008, apud. Manuel José Alves da Rocha, ob. cit., p 59.

²⁰ Adebayo Vunje, *Pensar África*, 1.ª edição, Editora Rosa de Porcelana, Lisboa, abril de 2017, p. 32.

não deve ser minimizada a importância ao combate à pobreza, (...).”²¹ Mantendo o crescimento da população em média anual de 2,3%, acima do crescimento económico que se tem registado, o continente africano arrisca-se a espaçar as desigualdades em relação as grandes potências e assim se constituir indefinidamente como sendo um “património de pobreza”. Sobre esta matéria e referindo-se as “consequências da desigualdade, não existe um sinal claro de que, tomado como um todo, um nível alto de desigualdade impeça um país de se tornar mais rico ao longo do tempo. Na verdade, um proeminente economista Robert Barro descobriu que, embora pareça reduzir o crescimento no mundo em desenvolvimento, a desigualdade de fato aumenta o crescimento no mundo desenvolvido”²².

Nas políticas de luta contra a pobreza, assiste-se desde o início do século XXI, à prioridade concedida à luta contra a pobreza, ao desenvolvimento, à ajuda pública que, aliadas a certas medidas estimuladoras, permitiram uma retoma do crescimento. Cinquenta anos após as independências, no entanto, os países africanos encontram-se, em média, com o mesmo nível de rendimento per capita, ainda que tenham criado uma rede de infraestruturas e de novas atividades económicas e de serviços e desenvolvido os mercados urbanos e suburbanos.

As constantes divergências entre a pobreza e o crescimento são tão elevadas ao ponto de se questionar a relação entre ambos. Se o crescimento é uma condição necessária para a redução da pobreza, ele tem de ser acompanhado de políticas redistributivas para reduzir as desigualdades presentes e futuras. A desigualdade de rendimentos é suposta diminuir com um crescimento económico até um certo limiar e depois crescer, pois o crescimento é gerador de grandes desigualdades²³. A África, de um modo geral, num contexto de crescimento de 5% ao longo da década de 2000, a % de famílias aquém do limiar de pobreza expresso em paridade do poder de compra (PPC), 2 000 dólares, passou de 34% para 24% ao passo que o da produção que tinha as suas necessidades essenciais satisfeitas, entre 2 000 e 5 000

²¹ Eduardo Paz Ferreira, *Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*, Coimbra, Almedina, abril, 2004, p. 96.

²² Edmund Conway, *50 Ideias de Economia Que Precisa Mesmo de Saber*, Tradução de Pedro Marcelo Curto, 1.ª edição, Publicações Don Quixote, Lisboa, abril de 2009, p. 161.

²³ Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.ª edição, escolar editora, Lisboa, 2015, 266.

dólares, passava de 29% para 32 %, e os que tinham mais de 5 000 dólares, de 35 para 43%, ou seja, 85 milhões contra 59 milhões em 2000 (Mckinsey Global Institute). 10 dos 19 países mais desiguais do mundo situam-se em África.

Ainda sobre a pobreza em África, o estudioso e Professor catedrático Eduardo P. Ferreira apresenta na sua obra *Valores e Interesses* um quadro bastante desolador sobre a distribuição geográfica da pobreza no mundo, números extraídos do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, que apesar do período em referência 17 anos depois, estes não estão muito distantes dos números atuais na Luta contra a Pobreza. Continuando, este autor faz um apelo a todas as sensibilidades nos seguintes termos: “A nossa convicção de que se está perante um quadro insustentável à luz de qualquer valoração ética não parte de uma pura avaliação de dados quantitativos, antes partilhando a perspetiva do Relatório citado, de que a pobreza não corresponde apenas à privação material, mais também a um baixo nível de saúde ou educação, ou à vulnerabilidade resultante da proliferação de riscos e da ausência de qualquer poder ou influência”.²⁴

Segundo os dados deste Relatório, e apresentados por (FERREIRA, 2004: 29), dos 7 bilhões de habitantes do Mundo, 2,8 (quase metade) vivem com menos de dois dólares por dia e 1,2 bilião (um quinto) com menos de um dólar²⁵ e que o rendimento médio nos 20 países mais ricos equivale a 37 vezes o rendimento médio dos 20 mais pobres, percentagem que duplicou nos últimos 40 anos²⁶.

Estes dados quantitativos devem ser completados com a apreciação da distribuição geográfica da pobreza extrema, que demonstra uma clara concentração no Sul da Ásia e na África Subsariana, como resulta da (Figura II)²⁷.

A situação de pobreza corresponde a baixo nível de vida das populações em virtude de traduzir o viver de uma sociedade com elevadas carências ao nível económico: baixo poder de compra e fome, ao nível socio cultural: baixa literacia,

²⁴ Vide, Eduardo Paz Ferreira, *Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*, Coimbra, Almedina, abril, 2004, p. 28-29.

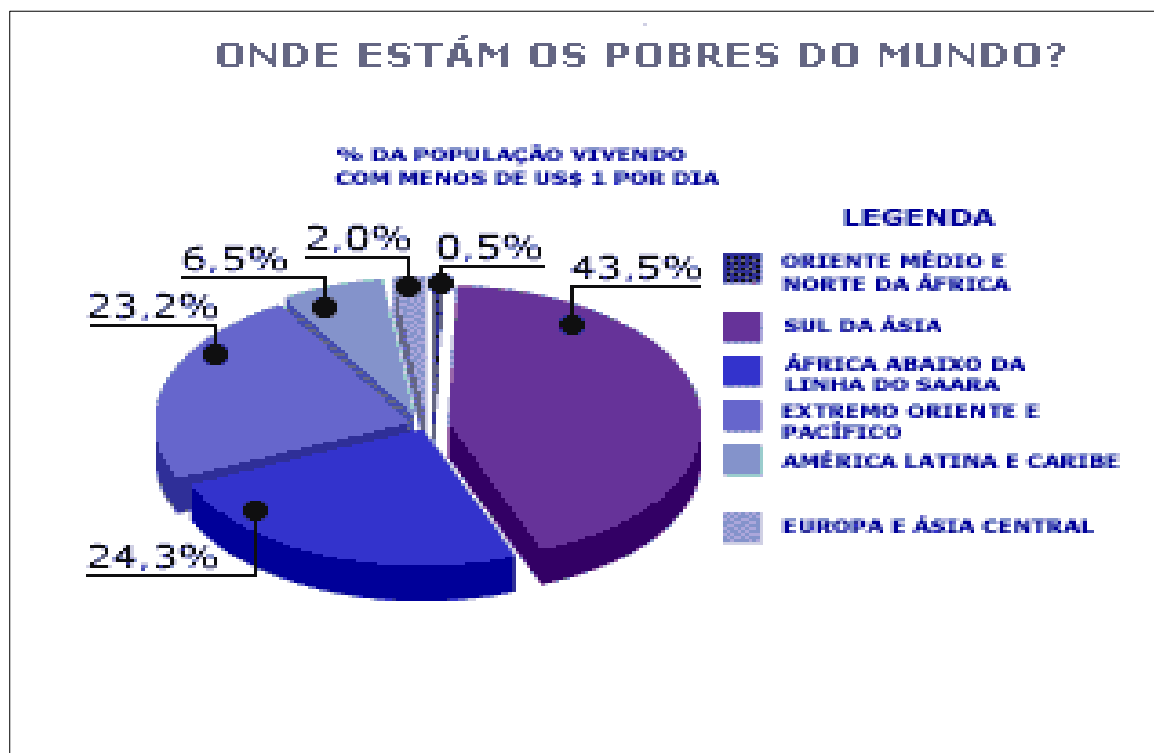
²⁵ Esta percentagem que é ligeiramente mais favorável do que a que se regista no início da década de 90 ter-se-á, no entanto, ficado a dever essencialmente ao aumento da população e só muito marginalmente à redução da pobreza, como assinala o PNUD no *Relatório Desenvolvimento Humano 2002. Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado*. Tradução portuguesa, Mensagem, 2002.

²⁶ Idem, p.29

²⁷ Idem, Ibidem.

criminalidade, exclusão social e ao nível psicológico: falta de motivação para com a vida e o trabalho, em suma temos a depressão.

Figura II - Distribuição geográfica da pobreza no mundo



Fonte: Banco Mundial, 2000; extraído do livro: Valores e Interesses – 2004.

Segundo o conceito do PNUD, a pobreza consiste na privação das possibilidades de escolha e de oportunidades que permitem às pessoas levar uma vida decente. Se se atender aos indicadores quantificáveis, para Philippe Hugon, nota-se uma redução do número absoluto da população mundial aquém da pobreza absoluta (menos de 1 dólar por dia), de 1,3 para 1,1 mil milhões de pessoas entre 1990 e 2000, mas um aumento na África subsariana de 242 para 300 milhões. Os números previstos são de 345 milhões em 2015 contra 753 à escala mundial (segundo o PNUD).²⁸ A pobreza está associada a fraca criação de riqueza e à sua desigual distribuição. A este propósito, (NABAIS, 2015:214) dá-nos um conceito de Pobreza como sendo:

indicador económico e social que expressa uma carência material, uma carência social (a exclusão social, a dependência e a incapacidade de participar na sociedade) e uma

²⁸ Cfr. Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.^a edição, escolar editora, Lisboa, 2015, 263.

carência psicológica. Em termos absolutos, a pobreza é um indicador económico e social que expressa a percentagem da população que vive abaixo de um certo nível de rendimento. Em termos internacionais, há pobreza absoluta quando uma população vive com menos de um dólar por dia em Paridade do Poder de Compra (PPC). Cerca de mil milhões de pessoas vivem com menos de 75 cêntimos por dia. A pobreza extrema caiu de 29% para 18% entre 1990 e 2004. De acordo com as tendências atuais, está percentagem poderá cair para 12% da população em países em desenvolvimento em 2015. Em termos relativos, a pobreza é um indicador económico e social que mede a percentagem da população que vive abaixo do 50% da mediana do rendimento do país. A pobreza extrema está indissociavelmente ligada à fome crónica que conduz à subnutrição, a deficiências em termos de consumo de vitaminas e minerais, a debilidades físicas e mentais e à doença. Com a exceção da África Subsariana, estima-se que as taxas de subnutrição irão cair em todo o mundo. Mas de metade dos países de África Subsariana estão longe de reduzir para metade as taxas de subnutrição até 2015.

A pobreza de acordo com Carlos Nabais, é o resultado de vários fatores, entre os quais temos:²⁹ (1) fatores históricos, políticos-legais – colonialismo, regimes autocráticos, corrupção, burocracia, sistema fiscal e ausências de incentivos fiscais e de crédito; (2) fatores económicos – falta de preparação da mão de obra, escassez de infraestruturas e de recursos naturais, fraca poupança e investimento reduzido; (3) fatores socioculturais – discriminação social, exclusão social, população com problemas de saúde e com pouca motivação para o trabalho; (4) fatores naturais e humanos – desastres naturais, climas e ambiente natural desfavoráveis, doenças e guerras.

Um quinto da população mais pobre do mundo cuja maioria está na África subsariana ainda vive numa economia equivalente à Idade Média, enquanto os mais pobres dos países desenvolvidos são incomparavelmente mais ricos e saudáveis. A África é a região mais pobre do mundo e aquela onde as desigualdades são maiores. A quarta parte dos africanos mais ricos, consome segundo cálculos 4 vezes mais que a quarta parte dos africanos mais pobres. Provenientes da história pré-colonial, colonial e pós-colonial, as desigualdades em África estão maiormente concentradas nos rendimentos, na distribuição de terras, e no acesso à educação e

²⁹ NABAIS, Carlos, Dicionário de Economia 3.ª edição, Plátano editora, Lisboa, agosto 2015, p.210.

a saúde. Cabe aqui recordar a celebre frase, de Milton Friedman “A sociedade que puser a igualdade antes da liberdade não irá ter nenhuma das duas. A sociedade que puser a liberdade antes da igualdade terá um nível elevado das duas.”

Tabela II. Indicadores comparados de pobreza (2005)

	ASS	Norte de África/Médio Oriente	América Latina	Leste da Ásia	Sul da Ásia	Mundo
ISF	5,5	3,5	2,6	1,8	3,1	2,7
Esperança de vida (anos)	47	66	70	69	63	65
Taxa de crescimento demográfico	2,4	2,0	1,5	0,8	1,6	1,3
IDH	0,468	0,662	0,777	0,382	0,722	0,723
RNB por habitante (PPC)	1830	5040	7050	2730	4233	7 380
% da população com menos de 1\$/dia	46	31,6	11,0	44,00	15,0	21,0

Fonte: Philippe Hugon, Geopolítica de África, 2015.

É por esta razão que muitos analistas defendem que o crescimento demográfico em África tem criado certas obstruções ao desenvolvimento económico, compreende-se facilmente este pessimismo julgando pelo fato de o continente ter sido o último a viver a crise da transição dum regime demográfico velho, para um regime mais moderno.

Para alguns críticos um crescimento demográfico sem controlo provoca efeitos desastrosos com incidência imediata na diminuição da subsistência alimentar nos casos em que a taxa de crescimento demográfico excede a da produção agrícola. O aumento do êxodo rural maciço é outro resultado negativo, por exemplo a média da população urbana em África passou de 8% para 45% em menos de 30 anos, a lista de efeitos pode alastrar-se a deterioração das condições gerais de vida especialmente nos centros urbanos por deficiências de infraestruturas de saneamento básico.

As transformações económicas estruturais terão de ser quase permanentes e processadas a um ritmo acima das capacidades de gestão e de disponibilização de recursos e dos fatores de produção de África.

1.1.2. Breve Caracterização Económica dos países da África Subsariana

Os dados pesquisados a partir dos relatórios de instituições económicas e financeiras internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas (ONU), a África subsariana (ASS), formada por 47 países tem registados progressos notáveis no período de 2000-2010³⁰. Mesmo com a subida dos preços do petróleo, as economias dos países a Sul do Saara têm apresentado níveis agradáveis, devido ao surgimento de novos fatores de crescimento alternando as habituais exportações de matérias primas sem valor acrescentado.

As economias de maior potencial de crescimento económico na África subsariana e consideradas as mais ricas podem ser resumidas em 20 países. Entretanto, dada a diferenciação de crescimento dos países desta região, no período em referência torna-se imperativo fragmentar este intervalo de crescimento em diferentes etapas. Desta segmentação surgem principalmente três períodos de 5 anos, correspondendo a cada um uma trajetória diferente de crescimento económico. Assim temos:

A fase do boom da economia subsariana teve lugar exatamente no período de 2004-2013, durante o qual certos países da região produtores de petróleo cresceram anualmente acima de 10%, devido ao favorecimento dos preços altos das commodities, registando-se mais valias em termos de troca e associadas e este período as reformas macroeconómicas. A taxa média anual de crescimento económico na África subsariana de 5,7%³¹ desde 2004, subiu para 7,1% em 2007, onde o petróleo foi o fator crucial de crescimento. Os efeitos positivos refletiram-se

³⁰ UNFRA, Relatório Sobre a População Mundial, 20011.

³¹ Fundo Monetário Internacional, Regional Economic Outlook, Sub-Saharan África, outubro de 2012.

no PIB *per capita* com uma variação média anual de 3,6%³², outro fator de crescimento foi o aumento do consumo privado e dos investimentos em ativos permanentes com médias anuais aproximadas aos 13,2%.

As economias não produtoras de petróleo da região subsariana em 2007, evoluíram em 5,3%. Nos países exportadores a subida do preço, contribuiu para o elevado crescimento do PIB, taxas de crescimento nunca observadas a mais de 35 anos. Em paralelo, o incremento nos preços das commodities não petrolíferas foi determinante para o crescimento nos dez anos anteriores das economias importadoras de petróleo nos países subsarianas. Já no período de 1991-2003, na África subsariana a média de crescimento ficou aquém dos 2,5% ao ano, taxa inconfortável em face da explosão demográfica.

No período de 2008-2009, pela influência da crise económica e financeira internacional a taxa de variação do PIB foi somente de 2,8%, contudo, e a favor destes países, dada a acumulação de reservas no período do *boom* os países da região conseguiram atingir uma taxa média anual próxima de 4,8%. Nos países com abundância de recursos naturais, essas commodities impulsionam o crescimento, e com progressão gradual dos outros setores de atividade é o caso por exemplo da Nigéria que da subordinação do petróleo deu passos significativos no setor dos serviços, bem como um impulso significativo no setor primário e secundário da sua economia. No Sudão tornou-se uma prioridade a diversificação da economia depois de ter perdido quase 75% das receitas petrolíferas devido a secessão política.

Em Angola, país onde se verificou o maior impacto negativo, tal como na Guiné Equatorial, o abrandamento do crescimento dada a escassez de receitas petrolíferas para o investimento, fato ocasionado pela baixa do preço do petróleo em 2014, levando-os a abraçar obrigatoriamente a diversificação da economia, adiada a muito tempo. Na generalidade, os países de África e de acordo com a OCED e o BAD³³, têm a agricultura como setor económico principal empregando a maior parte da sua mão de obra. Esta concentração de mão de obra na agricultura, contrasta com o seu peso no PIB, muitas vezes inferior a 30%, o que conduz a baixos níveis de produtividade. A baixa de produtividade, juntam-se outros como a insuficiência de

³² Idem,

³³ African Economic Report 2011.

investimentos, tecnologias desadequadas, custos dos fatores de produção elevados, ausência quase de infraestruturas básicas, acesso limitado às fontes de financiamento, parque da indústria transformadora débil capaz de processar os produtos agrícolas.

Com as exigências de melhorias na governação na maioria dos países subsarianos, algumas economias começaram a apresentar alguns resultados macroeconómicos positivos, melhorias consideráveis na transparência, aumento do consumo interno com a ampliação da classe média, crescimento do investimento interno com destaque para os dois últimos que serviram de condutores do crescimento interno de África. O mais populoso país de África a Nigéria, primeiro produtor de petróleo na África subsariana tem introduzido alterações estruturais de âmbito económico profundas, convergindo na diminuição do peso do petróleo no PIB para cerca de 20% em 2007. Os países africanos, apesar desses registos favoráveis, devem implementar melhorias na modernização das suas infraestruturas, na qualificação da mão de obra, na aposta das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), na densificação das relações comerciais entre países africanos tudo isso acompanhado de maiores investimentos a semelhança do que é feito na África Austral, por Angola e África do Sul. Nesta vertente, completa este quadro os grandes desafios que se impõem com respeito a integração económica.

Entre 2004 e 2012³⁴, o crescimento das economias subsarianas foi de 5%, uma excelente progressão tendo em conta a taxa de 2,8% registada em 2008, concedendo uma quebra de aproximadamente 50% face a 2007. A dinâmica do PIB entre 2000-2012, na região Subsariana ficou aquém de 4,8%. Diferenças entre países produtores e não produtores de petróleo existem, colocam os países da África subsariana em posições opostas de crescimento. Para os produtores a taxa de crescimento médio do PIB durante este período foi de 6,7%, enquanto que para os não produtores registaram apenas 3,3%. Pode-se mesmo chegar a fácil conclusão de que o período de 2004-2008 foi sem dúvidas o período das melhorias das condições de bem-estar dos africanos, onde se verificaram as maiores taxas de crescimento anual do PIB per capita.

³⁴ Fundo Monetário internacional – Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa, Outubro de 2012.

Ao nível dos indicadores macroeconómicos na região da África subsariana são de realçar os seguintes aspetos: elevada taxa de inflação de 2004-2008 e de 2009-2012; défices fiscais persistentes nos períodos de 1991-2003 e de 2008-2012, os saldos fiscais de 2004-2008 caracterizaram-se por uma gestão financeira excelente e de um maior controlo das despesas públicas. Fruto das elevadas taxas de crescimento registadas neste período surgiu um incremento das receitas fiscais que por sua vez contribuíram para a cobertura dos investimentos públicos em infraestruturas; o saldo da balança comercial não apresentava melhorias o que confirma a sujeição as importações dos países africanos. O Produto Interno Bruto das 20 economias pais fortes representa cerca de 75,7% em 2010, mas a tendência tem sido decrescente entre 2007-2010. A África do Sul e a Nigéria são as economias dominantes da África Subsariana com um rendimento Nacional Bruto conjunto de 491 mil milhões de dólares em 2010 e uma representatividade de 495 do total da região, se tivermos em conta a inclusão de Angola e o Quênia, o PIB destes 4 países eleva-se para 598 mil milhões de dólares, o equivalente a 60% do PIB da África subsariana. Podemos constatar esses dados com maior clareza na (Tabela III), que resume o primário.

Tabela III. Rendimento Nacional Bruto dos Países da África Subsaariana (Milhões de Dólares)

Países	2007	2008	2009	2010
Total da amostra	614,8	690,6	719,8	760,0
ASS	829,7	885,3	944,2	1003,6
% amostra	74,1	78,0	76,2	75,5

Fontes: Banco Mundial, World Development Report; FMI, Regional Economic Outlook

Os riscos para o crescimento da África subsariana são patentes. O BAD e a OCDE³⁵ consideram que as perspetivas económicas de África dependem de muitos fatores imprevisíveis. Por exemplo o surgimento de uma crise na zona Euro causaria um enfraquecimento global. Poderia originar menos exportações para África, e naturalmente menores receitas que por sua vez tornariam difíceis o funcionamento dos bancos africanos na concessão de créditos, a redução dos fluxos da ajuda

³⁵ African Economic Outlook 2011.

pública ao desenvolvimento (APD), de investimento direto estrangeiro (IDE), das remessas dos trabalhadores, e do comércio teria sido afetado.

Os fluxos financeiros dos países ricos em recursos naturais tem sido os maiores recetores de investimentos em África. As previsões de procura a médio e longo prazo, do petróleo e de outras matérias primas deverá continuar a atrair recursos financeiros para estes países. Além disso, a melhoria na estabilidade política e económica deverá tornar outros países africanos atrativos para os investidores. As economias africanas demonstraram serem resistentes durante a recessão de 2009. As políticas económicas implementadas, no plano internacional e em África, ajudaram a estimular a procura agregada. Consequentemente, o período de contração económica foi curto, e as economias e os preços da matéria primas recuperaram em 2010.

Junta-se a tudo isto, as más condições climáticas que ameaçam a produção agrícola principalmente na região do Sahel. Estes riscos internacionais e internos, permitem aos governos africanos ter de prosseguir com as políticas macroeconómicas prudentes e estarem alertas para prováveis choques externos. A dívida externa é outro risco que afeta sobretudo os países importadores de petróleo.

1.1 Os Percursos Históricos e o Quadro Político Social e Cultural de África

O continente africano tem enfrentado de um tempo a esta parte, diversos problemas. As lutas étnicas, dominam na região dos Grandes Lagos, muitos analistas africanos, e fora do continente, enfatizam que o problema vem da má divisão do território, acertada na Conferência de Berlim, e que tomou decisões sem respeitar a história dos seus nativos, muito menos das próprias relações familiares e étnicas dos povos do continente. A Conferência tinha como objetivos dirimir certos problemas entre as potências europeias, ávidas das suas riquezas, muitos desses países entraram tarde na corrida de ocupação de África. Os males que enfermam o continente nem por isso devem ser totalmente atribuídos aos Europeus, pois queremos apenas com este trabalho apontar algumas falhas que aconteceram ao longo da história sobre este grande e belo continente e avançar com os desafios atuais que se impõem.

A história de África foi desde sempre determinada pelas suas relações externas. Consideram, os historiadores que a escravatura a colonização e os sistemas políticos instituídos após as independências acabaram por explicar a estagnação e a pobreza do continente. Após as independências, a África não conseguiu estruturar convenientemente as suas instituições de modos que elas fossem inclusivas e fatores de crescimento e da prosperidade. A fragilidade dos Estados, as elites aquém das suas responsabilidades e circunstâncias históricas, somando-se a estes elementos a escravatura e o colonialismo leva-nos a explicar o que se verifica em África presentemente. Continua um fornecedor de produtos primários, e ao mesmo tempo desempenha um papel importante no domínio cultural. A África sofreu conquistas vindas de todos os cantos, francesas, portuguesas holandesas, alemães, britânicas espanholas e italianas, curiosamente, não foi conquistadora de nenhuma parcela de terra fora dos seus limites geográficos.

O continente está rotulado como a região menos desenvolvida do planeta, as doenças como o HIV/sida, a malária, os conflitos étnicos e religiosos e a pobreza extrema são em suma os males que caracterizam o continente. Outro problema vivenciado em África trata-se da fuga dos intelectuais, muitos quadros abandonam os seus países, em busca de melhores condições de vida e dignidade, na Europa, na América do Norte e até mesmo na Ásia e na América do Sul. Muitos dos países africanos ainda se verificam interferências das potências colonizadoras, alguns deles já contando com mais de meio século de independência.

Apesar deste quadro político social, para muitos peritos e historiadores académicos e tantos outros o momento já não é de apontar culpas aos fatores históricos evocados como a colonização e a escravatura, mas sim, o de ganhar uma nova consciência e virar uma nova página mostrando união, vontade e entrega ao trabalho. É preciso traçar um novo rumo, corrigindo os erros do passado e fazer do continente um novo lar, de todos os povos africanos, sem preconceitos de cor, raça e religião, pondo de parte a questão da supremacia étnica, condições que a nosso entender são as únicas, exclusivas e suficientes para se atingir um desenvolvimento económico eficiente e duradouro em África. Os percursos da criação da OUA sempre sonharam com o continente verdadeiramente independente e solidário. É, pois, momento de fazer de África um continente unido, ultrapassando os

constrangimentos, agarrando-se aos bons exemplos já provados por outros países da Ásia e da América Latina, razão pela qual os seus filhos acreditam, ser África uma região de esperança, não obstante as dificuldades que a assolam.

A Era dos descobrimentos realizadas por portugueses e espanhóis, entre os séculos XV e XVI, marcaram o início das relações com a África. Segundo a história a colonização recente da África se iniciou com os descobrimentos e com a ocupação das ilhas Canárias pelos portugueses, no princípio do século XIV. O processo de ocupação territorial, exploração económica e do domínio político do continente africano por potências europeias, teve início no século XV e estendeu-se até à metade do século XX. No princípio do século XIX, com a expansão do capitalismo industrial, começou a maior disputa pela África. As potências europeias desenvolveram uma corrida massiva a África e ocuparam a maior parte do continente, criando muitas colónias. A partilha de África teve início com a Conferência de Berlim, em 1884, que instituiu normas para a ocupação. No início da primeira guerra mundial, 90% das terras já estavam sob o domínio da Europa, partilha esta feita de forma arbitrária, que de certa forma contribuiu para muitos dos conflitos atuais no continente africano. Somos de opinião que a África atual não se pode compreender sem recuar a história. Esta ideia levou-nos a fazer este percurso histórico pré-colonial, colonial, político e social de África.

África é dos cinco continentes que constituem o planeta, aquele em que o desenvolvimento tem suscitado debates renhidos desde os anos das independências. Os males que afetam o continente africano continuam praticamente intactos: a pobreza, a dependência económica e política excessiva, o endividamento, a fraca produtividade, as doenças, repressões políticas, os conflitos e outros males perseguem o continente. Neste contexto foi adotado em 12 de junho de 2000, em Lomé Togo o Tratado da União Africana, constituindo uma transformação do direito internacional africano, suprimindo a OUA e a fundação da UA como organização económica e política de integração do continental.

As conferências políticas e económicas realizadas nas últimas duas décadas no quadro UA, constituem um novo marco de orientação e esperança para o continente, cuja materialização estrutural está patente como já o dissemos na NEPAD. O direito ao desenvolvimento será a concretização da afirmação do

desenvolvimento do continente africano consagrado na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, como um direito obrigatório para os Estados Membros. A unidade dos países africanos, como provam as diferentes teses pan-africanistas, permitirá juntar suas riquezas naturais, agrícolas, suas experiências culturais e intelectuais, a fim de criar uma “frente comum africana”, que permite impor-se na comunidade internacional.

CAPÍTULO 2 – Desenvolvimento Económico - Conceitos, Relevo e Âmbito

2.1 Breve História do Desenvolvimento Económico no Mundo

A população é o centro do desenvolvimento económico. A nosso planeta conta atualmente com 7,2 mil milhões de habitantes, número de pessoas nove vezes acima dos que existiam em 1750, período marcado pela revolução industrial. A população mundial cresce rapidamente, a um ritmo aproximado de 75 milhões de pessoas por ano. Muito em breve, na década de 2020 deste século, existirão 8 mil milhões e talvez 9 mil milhões no início da década de 2040³⁶ (SDSN 2013^a, 2,5).³⁷

A distribuição do rendimento entre as economias do mundo, apresentados por dados extraídos da obra do economista (SACHS, 2017: 83), indicam-nos que “em 55 economias de rendimento elevado temos 1300 milhões de pessoas, em 103 países de rendimento médio correspondem a 4 900 milhões de pessoas, e 36 países de rendimento baixo têm uma população de 800 milhões de pessoas”. Com esta informação coloca-se a questão de porque é que temos países como os Estados Unidos com mais de 50 000 dólares de rendimento por habitante por ano e países como o Níger³⁸ (um dos países mais pobres do mundo), com menos de 500 dólares por habitante por ano? Outra questão que se coloca é a de saber se esta enorme disparidade não existia há dois séculos?

Apesar da construção das maravilhosas pirâmides Egípcias, da Grande Muralha da China Antes de 1750 o mundo era de total pobreza. Era uma vida desastrosa, em todas as regiões do mundo antes da primeira revolução industrial, os níveis de rendimento no mundo eram praticamente iguais, ou seja, havia igualdade

³⁶ Estudo realizado pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável, (Sustainable Development Solutions Network, SDSN).

³⁷ Jeffrey D. Sachs, *A Era do Desenvolvimento Sustentável*, Tradução Jaime Araújo, 1.ª edição, Editora Almedina, Lisboa, abril, 2017, p. 11.

³⁸ Vide, Jeffrey D. Sachs, ob. cit., p. 83.

de pobreza. As regiões do planeta eram majoritariamente rurais e com uma vida muito penosa, a fome era o dia a dia, as doenças e a morte eram prematuras com um número pequeno de agricultores lutando pela sobrevivência, sem exceção entre os atuais países ricos. Um exemplo hilariante apresentado naquela altura segundo estatísticas fala-se, que $\frac{3}{4}$ das crianças nascidas na Inglaterra morriam antes de completar 5 anos de vida.

Como escreveu (SACHS, 2017, 85-86), um dos maiores economistas da história moderna, o britânico John M. Keynes, deixou-nos uma descrição memorável deste período de quase estagnação, até ao início da Revolução Industrial. Sobre esta questão Keynes escreveu:

Desde os tempos mais remotos de que temos registo, desde, digamos, 2000 anos antes de Cristo até ao início do século XVIII, não houve qualquer grande alteração no padrão de vida do homem médio que reside nos centros civilizados do mundo (...). Este lento ritmo de progresso, ou falta de progresso deveu-se a duas razões à notável ausência de importantes melhorias técnicas e à não acumulação de capital. A ausência de importantes invenções técnicas entre a época pré-histórica e os tempos comparativamente modernos é verdadeiramente espantosa. Quase tudo o que realmente importava e que o mundo possuía no começo da era moderna já era conhecido do homem no início da civilização, A língua o fogo, os mesmos animais domésticos que temos hoje. O trigo, linhos e o tecidos, os tijolos e a olaria, o ouro e a prata, cobre, estanho e chumbo e o ferro foi acrescentado à lista antes de 1000 a. C., os bancos, os governos, a matemática, a astronomia e a religião. (Keynes 1930, 2.)

Pretendia Keynes salientar que a tecnologia é essencial para o longo trajeto do desenvolvimento económico³⁹.

Uma verdadeira explosão demográfica surge, entre a segunda metade do século XVIII (1750) e o início do século XIX. Com este cenário, verifica-se um aumento significativo da riqueza e da esperança de vida, tido este período como o mais revolucionário ao ponto de constituir o marco do desenvolvimento económico mundial. As novas tecnologias estão na origem desta transformação estrutural, com a invenção do motor a vapor introduziram-se novos métodos de agricultura, ficando para trás o período em que os humanos confiavam apenas nos fenómenos da natureza. Contudo, esta mudança segundo a história não foi a única revolução

³⁹ Idem, p.86.

económica, Ao longo do tempo a humanidade confrontou-se sempre com altos e baixos a medida em que eram introduzidas novas técnicas, levando estas a concretização de mudanças em termos de prosperidade e de interação humana. Historicamente ficaram conhecidas três revoluções industriais desde o século XVIII que vêm como alterações estruturais⁴⁰, em vez de cíclicas; por outras palavras, mudanças em todas as fundações da economia, em lugar da rotina dos altos baixos.

Os efeitos da primeira revolução industrial foram consideráveis. Na Inglaterra, o PIB *per capita* repentinamente aumentou de forma exponencial, segundo alguns economistas, este fenómeno se deu pela fuga da armadilha malthusiana⁴¹. Recordado por (CONWAY, 2009: 14) diz na sua obra, "(...) o economista Inglês Thomas Malthus estava convencido (...). Os seres humanos estavam a multiplicar-se muito mais depressa do que os seus recursos alimentares, calculou ele. Mas especificamente, devolveu a ideia de a população humana está a crescer numa proporção geométrica (*i.e.* em múltiplos, 2, 4, 8, 16, 32...), enquanto a comida disponível estava a progredir a uma taxa aritmética (*i.e.* em somatórios – 2, 4, 6, 8...).

Como o próprio Malthus afirmou na sua obra de 1798 – *Ensaio acerca do princípio da População* -, o homem precisa de alimentos para sobreviver, e multiplica-se a uma taxa elevada. Concluiu, pois:

Afirmo que o poder da população é infinitamente superior ao poder da terra para produzir meios de subsistência para o homem. A população, sem constrangimentos, cresce a uma taxa geométrica. Os meios de subsistência apenas crescem a uma taxa aritmética. O conhecimento da álgebra mostra-nos a imensidão da primeira grandeza.

Temos a mesma opinião daqueles que discordam com esta teoria, logo verificamos certas contrariedades, pois a população do planeta que ele⁴² julgava estar a atingir o pico natural, já cresceu de 980 milhões para 6,5 mil milhões. As projeções indicam que se expandirá para 9 mil milhões em 2050. No entanto, a maioria das pessoas no planeta alimenta-se melhor, é mais saudável, e vive mais

⁴⁰Edmund Conway, *50 Ideias de Economia Que Precisa Mesmo de Saber*, Tradução de Pedro Marcelo Curto, 1.ª edição, Publicações Don Quixote, Lisboa, abril de 2009, p. 175.

⁴¹ Segundo esta armadilha os limites da população a restringem a um crescimento estagnado. À medida que a riqueza e a esperança de vida aumentaram, assim como o tamanho médio da família, a população da Inglaterra e do País de Gales aumentou cerca de 6 milhões no século XVIII para mais de 30 milhões no final do século XIX.

⁴² Vide Edmund Conway, ob. cit., p. 15.

anos do que nunca. Concluimos de igual modo que Malthus enganou-se em dois aspetos:

1. Os seres humanos mantêm um registo de avanços tecnológicos que os ajuda a superar estes problemas (...);
2. A população nem sempre cresce a um ritmo exponencial. Este tende a abrandar ao fim de algum tempo (...).⁴³

As tecnologias constituem o marco incontestável do desenvolvimento económico. Muitas regiões do mundo conseguiram prosperar graças a estas infraestruturas dispendiosas tais como, as redes elétricas de alta tensão e as linhas férreas de transporte. Em todas as regiões do mundo, sem o apoio dessas infraestruturas, muito dificilmente poderiam alcançar o progresso económico. O telefone móvel é outro exemplo nítido que levou a comunicação a vastas áreas de África onde previamente seria irrealizável em termos económicos a edificação de uma rede telefónica. A segunda revolução industrial, surge como extensão da primeira e, é referida como a revolução elétrica ou técnica, na qual a humanidade testemunhou o desenvolvimento do setor industrial metalúrgico, fabricação do aço e outros metais com o aproveitamento da energia que permitiu a exploração do crude para criação do petróleo e de seus derivados. Nesta época surgem os automóveis, o avião, empresas multinacionais e o telefone.

Uma terceira revolução trazida pelo desenvolvimento do computador, sucedeu a segunda revolução industrial, com início no final de 1980 e dando lugar o aparecimento da internet instrumento que revolucionou as comunicações do planeta e o comércio como fator de desenvolvimento económico que permite a transferência de capitais e de riquezas para todos os cantos do mundo. O crescimento económico moderno, resultou, portanto, de uma reunião de vários fatores, e desde logo a Inglaterra foi o lugar onde estes fatores se apareceram alinhados pela primeira vez. A produtividade agrícola aumentou, a urbanização e o comércio multiplicaram-se, a complexidade e fiabilidade dos direitos de propriedade aprofundaram-se, o Estado de Direito consolidou-se. Estes fenómenos foram descritos pela primeira vez por Adam Smith, autor da obra a Riqueza das Nações, em 1776.

⁴³ Idem, p. 16.

O desenvolvimento económico que começou em inícios do século XX pode ser explicado de uma forma geral, por um período autenticamente jamais visto na história da humanidade. As novas tecnologias geraram significativos avanços no setor económico aumentando a capacidade de produção de bens e serviços, no prolongamento do ciclo de vida, na satisfação das suas necessidades materiais, melhorias na saúde pública, aumento da qualidade de vida, dos meios de locomoção modernos e da produção industrial em escala. A economia mundial em 1945 se encontrava dividida em três blocos. O Primeiro Mundo: o mundo industrializado, o Segundo Mundo formado pelos países do bloco socialista e o Terceiro Mundo constituído pelos países africanos recém-independentes e os mais pobres. Foram estas as três divisões geopolíticas sobre as quais a economia mundial evoluiu nas últimas décadas.

A divisão geopolítica aqui designada por Terceiro Mundo, inclui dezenas de países cada um com a sua própria história económica, política e estratégica. Muitos desses países partitamente já estão integrados nas economias do Primeiro Mundo é o caso dos “Tigres da Ásia” que nos anos 60 as suas economias cresceram de forma acelerada abrindo as portas económicas ao comércio e ao investimento estrangeiro para assim atrair novas empresas multinacionais captando as ondas do crescimento global baseado na tecnologia. Esta integração deu lugar ao início da globalização que consistiu na implementação do novo modelo de crescimento e de recuperação abrindo as fronteiras ao comércio e ao investimento estrangeiros.

Assim foi o desenvolvimento na Ásia, as empresas multinacionais do mundo tornaram-se as principais agentes da transmissão económica no mundo e da difusão do crescimento económico moderno, com início no Japão com um modelo de desenvolvimento baseado na industrialização tecnológica e seguiu-se a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura, no mesmo ritmo aliaram-se a Indonésia, a Malásia e a Tailândia e por fim a China, Vietname, Camboja, Laos e a Birmânia. Feita esta breve recapitulação é motivo de se colocar a seguinte questão. Será agora a vez de África descolar e seguir a trajetória de desenvolvimento económico? É o que procuraremos dar resposta nos capítulos subsequentes apresentando o que tem vindo a ser feito neste domínio e apurar as causas de determinados fracassos.

2.2 O Desenvolvimento Económico como conceito Analítico e Ético

O que é o desenvolvimento económico?

O conceito de desenvolvimento económico é fundamental para o mundo presente. É um método para a resolução dos problemas sociais que o planeta enfrenta e ao mesmo tempo uma maneira de compreender os fenómenos políticos económicos e culturais que em geral o mundo vive. As previsões de crescimento populacional apontam para a existência de 8 mil milhões de pessoas, em suma estas pessoas buscam melhorias económicas numa economia mundial cada vez mais ligada pelo comércio, finanças, tecnologias, fluxos de produção, e migração. A economia mundial, segundo estimativas, produz 90 biliões de dólares de rendimento por ano (SDSN 2013^a, 2).

O desenvolvimento económico procura interagir sistemas de grande dificuldade: temos a questão da economia mundial, a sociedade, a população e a própria geografia da terra. Muitas questões sobre o desenvolvimento económico em África podem ser levantadas nessa altura. Que transformações estruturais se esperam de uma economia africana de 1,2 mil milhões de habitantes e um PIB de 760 mil milhões de dólares ao longo do tempo? O que produz o crescimento económico? Porque a pobreza persiste em África?

O desenvolvimento económico é também uma conceção normativa do mundo, sugerindo um conjunto de objetivos aspirados pelas sociedades. As Nações do mundo adotaram os ODM, precisamente para orientar o rumo futuro do desenvolvimento económico do planeta. Neste sentido que diríamos ético, o desenvolvimento económico sugere um mundo em que o progresso económico seja propagado, a pobreza extrema eliminada, a confiança social encorajada através de políticas que fortaleçam a comunidade. Torna-se imperativo para o alcance desses objetivos sociais o crescimento económico alinhado à boa governação desempenhada pelos governos no sentido de se atingir a plenitude.

O fornecimento de infraestruturas como estradas, energia, portos, aeroportos, pontes, e de serviços como a saúde, educação, a segurança das pessoas e a promoção das novas tecnologias correspondem a um residual número de serviços que a maioria dos africanos esperam serem executados pelos seus governantes. Em África, lamentavelmente, muitos países e por razões obviamente identificadas as

peças em vez de prosperarem vivem situações calamitosas traduzidas em guerras, corrupção pública e ineficiência de serviços públicos todos eles conducentes a uma pobreza extrema. Não só os governos são corruptos, pois as empresas multinacionais muitas vezes são coniventes, subornando os governantes para a deformação dos regulamentos criando políticas fiscais a favor destas, casos de evasão fiscal, e do branqueamento de capitais. O bem-estar dos africanos está como visto dependente do cumprimento da lei por parte destas empresas e da implementação de medidas que beneficiem as comunidades mais desfavorecidas no combate a pobreza e a miséria. A inclusão e a coesão sociais, a prosperidade económica e a boa governação pelos intervenientes sociais, incluindo o Estado e as empresas constituem o rosto normativo do desenvolvimento económico são as quatro fundações básicas para uma sociedade sã. A sobre povoação e a desigualdade são os desafios mais candentes para se alcançar o desenvolvimento económico em África.

Prosseguindo com este tema passamos a apresentar alguns conceitos de desenvolvimento económico. A ideia de desenvolvimento económico como diz (FERREIRA, 2004: 54), “surge, (...), profundamente ligado ao pensamento económico de Keynesiano que, se num primeiro momento se vai orientar no sentido da resolução dos problemas conjunturais, acabara por evoluir no sentido de se preocupar com os aspetos estruturais da economia.” Como sustentou RENATO CARDOSO, a propósito de África,⁴⁴ o desenvolvimento económico “é o anseio fundamental dos povos do continente. Em boa verdade, é a razão e legitimação dos próprios processos de independência.

O escritor brasileiro, reforça a sua tese dando indicação de que o debate sobre o desenvolvimento por parte dos povos saídos de situações coloniais só poderia ter lugar posteriormente, afirmando: “hoje a África fala de desenvolvimento com tanta insistência, em parte porque já resolveu na sua maioria problemas que de fato são prévios. Resolveu a questão do “ser”. Ser entidade, ser país, ser parte da história”.⁴⁵ Hoje em dia os objetivos do desenvolvimento estão claramente identificados, faltando apenas encontrar os instrumentos eficientes para a sua concretização, sem depreciação do aspeto crucial do combate a pobreza razão de tão elevado

⁴⁴ Vide, Eduardo Paz Ferreira, ob. cit., p. 56.

⁴⁵ “Desenvolvimento e Cooperação – A Perspetiva Africana”, Democracia e Liberdade, Fevereiro-Março de 1986, p. 60.

significado e ao mesmo tempo entendida como assunto nuclear do tema sobre o desenvolvimento económico.

Chama-nos bastante atenção e consideramos relevante a definição de desenvolvimento económico formulada na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao desenvolvimento, como nos apresenta (FERREIRA, 2004: 97), “(...) um processo económico, social, cultural e político de larga envergadura, que visa a melhoria constante do bem estar em conjunto da população e de todos os indivíduos com base na sua participação ativa, livre e significativa e na justa divisão dos benefícios que daí decorram” concordamos plenamente com a abrangência desta definição pois tal como diz este académico, ela “apresenta-se,(...), como suficientemente ampla para constituir uma base de trabalho.⁴⁶ Para além das polémicas doutrinárias, (HUGON, 2015:108), define-o como um processo endógeno e cumulativo a longo prazo do progresso da produtividade, de redução das desigualdades, que integre custos humanos e ambientais aceitáveis. Ele define-se numa certa relação espaço/tempo por um excelente, associado ao aumento e à melhoria do capital físico, humano e natural que se traduz por progressos de produtividade e por um alargamento dos mercados (...). (...) Surge quando uma quantidade crescente da população passa de uma situação de precariedade, de vulnerabilidade e de insegurança para uma situação de maior controlo da incerteza e das instabilidades e à satisfação das necessidades fundamentais, implica a aquisição de direitos, o estabelecimento de organizações, de instituições e de formas de regulação que permitam governar sistemas complexos.

A aspiração dos objetivos económicos e sociais para o bem-estar depende do respeito pelo meio ambiente. O desenvolvimento económico não planeado pode gerar imensos danos a humanidade, pois, os ODS⁴⁷, implicam um crescimento económico socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, razão pela qual a sustentabilidade ambiental constitui uma premissa para ao desenvolvimento económico devendo-se prestar uma especial atenção a forma como são explorados os recursos naturais preservando o património comum em benefício de todas as gerações.

⁴⁶ Vide, Eduardo Paz Ferreira, ob. cit., p. 97.

⁴⁷ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

É importante destacar que as questões ecológicas não devem sobrepor-se aos desafios do desenvolvimento tal como se verifica em alguns textos constitucionais⁴⁸. Pese embora a frequência com que o conceito é hoje utilizado, a harmonização entre ecologia e desenvolvimento esteve longe de ser fácil, na medida em que as políticas de desenvolvimento económico tinham já algumas décadas quando as preocupações ecológicas conseguiram afirmar-se definitivamente.⁴⁹ A expressão Desenvolvimento Sustentável foi introduzida no mundo, num documento intitulado Estratégia Mundial de Conservação: Conservação de Recursos Vivos para o Desenvolvimento Sustentável em 1980. No seu prefácio (SACHS, 2017: 15), pode-se ler a seguinte declaração:

Os seres humanos na sua busca de desenvolvimento económico e usufruto das riquezas naturais, têm de aceitar a realidade dos limites dos recursos e da capacidade de absorção dos ecossistemas, devendo levar em linha de conta as necessidades das gerações futuras.

Tinha como objetivo o de “ajudar a promover a realização do desenvolvimento sustentável através da conservação dos recursos vivos”.⁵⁰ O Professor SACHS, de forma sintética nos resume o seu objeto nos seguintes termos. “O Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.”⁵¹ Pela importância de que se reveste o conceito, e da ligação que o mesmo tem com o desenvolvimento económico, trazemos uma explicação mais bem aprofundada de (NABAIS, 2015: 74), cujo teor se segue:

um novo conceito de desenvolvimento que tem por base a utilização racional dos recursos escassos numa perspetiva ambiental. Não pode haver desenvolvimento económico sem que o crescimento económico assente no princípio de que o futuro do planeta está em perigo e no respeito pelo bem-estar das gerações futuras. A implementação do desenvolvimento sustentável exige: a tomada de consciência por parte das populações, e em especial por parte dos governantes, de que as agressões ao ambiente têm repercussões no planeta e no bem-estar das gerações futuras, governos participativos e não corruptos; a utilização de técnicas e de indústrias não poluentes;

⁴⁸ Constituição da República de Angola, artigo 39.º, n.º 1, 2 e 3.

⁴⁹ Vide, Eduardo Paz Ferreira, ob. cit., 101.

⁵⁰ Vide, Jeffrey D. Sachs, ob. Cit., p. 15.

⁵¹ Idem, Ibidem.

apoios financeiros e técnicos a iniciativa locais e a empreendimentos associados a necessidades e competências das populações; uma repartição equitativa dos recursos; soluções adequadas aos problemas ecológicos locais e de um controlo apertado das atividades a desenvolver nos vários aramos de atividade; uma tomada de consciência pela preservação do ambiente por parte dos países ricos que continuam a enviar produtos tóxicos para os países subdesenvolvidos.

Contextualizando a noção de desenvolvimento económico para o objeto de trabalho que nos propomos apresentar, equivale, pois, a mudança social, que pressupõe transformação na forma como as sociedades africanas estão organizadas. Em África essa mudança social que incidiu na estrutura económica foi induzida, na maioria das vezes, por um processo de importação de modelos, que produziram, de alguma forma e nos respetivos contextos, alguns resultados positivos. As transferências visam assegurar a substituição das estruturas tradicionais, pelas estruturas modernas, consideradas competitivas e eficazes. Contudo, os resultados obtidos, nos países subdesenvolvidos, refletem situações de injustiça nas realizações e relações entre povos.

Nestes termos, a noção de desenvolvimento levanta algumas questões pertinentes. Desde logo, a sua identificação com o capitalismo. Ao constituir um sistema desigual e combinado, o capitalismo permite reconhecer o subdesenvolvimento como a outra face do desenvolvimento ou identificar o desenvolvimento com a integração no mercado mundial⁵². Quanto a África, o problema que se põe é a sua inserção na estrutura economia mundial, restando saber qual a conveniência de reforçar essa integração ou encontrar qualquer outro caminho de desunião.

Por outro lado, temos aos agentes do desenvolvimento, sobretudo as classes e nações. No caso concreto da África esta questão é crucial, na medida em que, enquanto conjunto de nações em formação, torna-se importante a consistência de um certo Estado capaz de estruturar a nação e construir a economia nacional. Nesta ordem de ideias, a impotência dos Estados africanos surge também como um dos fatores do seu lento desenvolvimento. Com íntima ligação aos agentes do desenvolvimento temos a participação das populações, cuja ausência pode ser

⁵² Cf. MURTEIRA, Mário, Teorias e ideologias do desenvolvimento, Revista Internacional de Estudos Africanos, 12/13, janeiro-dezembro, 1990, pp. 221-251.

motivo principal de insucesso do processo de desenvolvimento, porquanto o próprio desenvolvimento surge estranho aos seus potenciais e principais beneficiários.⁵³ O desenvolvimento corresponde a aquisição por parte das sociedades subdesenvolvidas, das características das sociedades modernas. Neste sentido, muito geral, as características da modernidade são consideradas como fatores de modernidade e as formas tradicionais como obstáculos à transição para uma fase evolutiva superior⁵⁴.

As fundamentações éticas para o desenvolvimento económico ao nível das várias áreas de conhecimento apresentam-nos algumas respostas por um lado e por outro levantam problemas. O nascimento do problema do desenvolvimento económico é o ponto de discussão que importa referir dada a sujeição política que este encarna. Essa origem viria a marcar de uma forma muito clara a discussão sobre os fundamentos da ajuda ao desenvolvimento⁵⁵, permitindo o florescimento de posições que procuram limitar a atuação dos países desenvolvidos ao cumprimento de uma obrigação criativa ou, quanto muito, à prossecução de uma política em cuja base estava a afirmação dos seus próprios interesses.

Várias correntes de pensamento defendiam que o apoio ao desenvolvimento representava a concretização de um imperativo ético que devia recair sobre os Estados que se encontram em posições economicamente vantajosas. A doutrina social da Igreja e as ciências políticas e filosóficas defendem a cooperação no âmbito do desenvolvimento como um imperativo moral. O dever moral supera as fronteiras e integra uma ideia de justiça universal, sublinhando a importância das posições assumidas pela Igreja Católica, sobretudo, a partir do pontificado de JOÃO

⁵³ *A participação das populações no desenvolvimento é algo que, em princípio, deveria ocorrer desde o início desse processo, o que quase nunca acontece. Onde que ele tenda a assumir modalidades e objetivos diferentes nas circunstâncias mais variadas. Sandbrook defende que, no contexto da atual crise económica em África, a auto-organização local aparece como um dos meios de sobrevivência que permite afrontar a deterioração económica face a um Estado corrompido e incapaz. Neste quadro, o o recurso a auto-organização constitui a manifestação da possibilidade de concretização duma dimensão utópica do desenvolvimento participado, enquanto forma de libertação da penúria material e da ignorância enquanto produtor da autoformação. Cf. SAND_BROOK; Richard, Personalization du pouvoir et stagnation capitaliste.*

⁵⁴ *PIRES, Rui Pena, Diferença e progresso: a tipologia tradicional/moderno na sociologia do desenvolvimento, Sociologia, Problemas e Práticas, 3, 1987, p. 149.*

⁵⁵ *Eduardo Paz Ferreira, Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação, Coimbra, Almedina, abril, 2004, p.109.*

XXIII que logo em 1961⁵⁶, definiu o princípio de que é “um dever que incumbe a todos os homens o bom emprego do tempo que lhes é dado para agir a favor da paz, da civilização e do autêntico progresso”.

Daqui resulta a afirmação de que “é a própria ordem moral que exige a situação de alguma forma de autoridade pública universal”. Para JOÃO XXIII, tal forma de autoridade só poderia, no entanto, ser instituída por acordo entre todas as partes envolvidas, sob risco de se tornar um instrumento de opressão. Por outro lado, a necessidade de integrar o apoio ao desenvolvimento económico no quadro das relações económicas internacionais encontra duas respostas: a prevalência de considerações humanitárias e caritativas; e a consideração de existência de direitos verdadeiros, assentes em construção de justiça válidas para toda sociedade internacional. Esta realidade leva-nos de alguma forma a meditar que a substituição da expressão ajuda ao desenvolvimento pela expressão cooperação para o desenvolvimento reflete a ideia da existência de interesses comuns, contudo é ponto assente que o verdadeiro debate se trava em volta do desenvolvimento económico.

A resposta para o problema do desenvolvimento económico manifestada por aqueles que contestam a existência de um dever de ajuda é, a de que a saída da situação de atraso só pode resultar do aumento do comércio internacional, que seria, alias, especialmente favorecido pelo processo de globalização, como o atestam o sucesso de alguns Estados e as estatísticas que velam pequenas melhorias da situação, que seriam atribuíveis àquele processo.⁵⁷ É certo que mesmo entre os defensores da necessidade de responder a essa crescente interdependência, com a adoção de regras jurídicas válidas universalmente, não deixa de existir quem pense que a economia é um problema diferente, uma vez que a mundialização se traduziria precisamente numa glorificação do mercado, entendido como resposta e substituto para as regras jurídicas⁵⁸.

O estudo sobre o dever ético de auxílio ao desenvolvimento sobretudo o destinado aos países de África continua apesar das convergências a ser marcado por profundas divergências havendo mesmo aqueles que se insurgem contra a

⁵⁶ Vise sobre este assunto, RAUL MOREIRA RATO, *A Igreja e Terceiro Mundo*, separata de Estudos Políticos e Sociais, Vol. XXV, n.º 1-2 1986.

⁵⁷ *Idem*, p. 113.

⁵⁸ Sobre este assunto vide, Eduardo Paz Ferreira, *Direito da Economia*, Lisboa, AAFDL, 2001, pp. 23 e segs...

ajuda para o alcance das realizações económicas fundadas na cooperação entre os povos. Assim o desenvolvimento deve ser encarado como a única forma de criarmos sociedades mais justas, que poderemos transmitir às gerações futuras com a consciência de termos desempenhado o nosso papel no progresso da humanidade, tarefa que deixou de ser possível (...) levar a cabo apenas dentro das fronteiras nacionais.⁵⁹

Na segunda parte do nosso trabalho, trataremos com mais detalhes a forma como o direito ao desenvolvimento tem percorrido o seu caminho árduo, onde a sua conceção sob a forma de atribuição de direitos e não de consignação de obrigações, sobressai como ponto negativo dificultando assim a concretização das suas regras. Passamos continuamente, e em síntese a descrição dos indicadores de crescimento económico em África, que muitas vezes se confundem com o desenvolvimento tendo como objeto de análise os fenómenos ocorridos no continente africano nas primeiras décadas do século XXI, visando determinar até que ponto os efeitos de um criam impactos na sociedade.

2.3 O Crescimento Económico versus Desenvolvimento Económico

Se existe um indicador económico tão importante que é necessário conhecer este é, certamente, o Produto Interno Bruto (PIB). É completamente a maior estatística económica de todas. Numa visão mais economicista o desenvolvimento económico de um país tem sido resumido ao PIB por habitante, estando este encarregado de medir o total do rendimento de um país e a sua despesa global, cada uma das quais representa uma importante contribuição para o crescimento económico de um país.

Contestado por muitos, pelas limitações estatísticas de certas variáveis económicas ao ocultar a desigualdade entre os membros da sociedade, a qualidade ambiental e social, a esperança de vida, os níveis de educação, a qualidade das infraestruturas e os níveis de consumo pessoal, ou mesmo a felicidade dos indivíduos, apesar deste défice, nenhuma estatística concorre com o PIB na demonstração imediata de se a economia de um país está a prosperar ou a estagnar.

⁵⁹ Vide, Eduardo Paz Ferreira, ob. cit., p. 145.

As duas expressões em análise, crescimento e desenvolvimento em África, são conceitos naturalmente ligados as infraestruturas, eletricidade e outros aspetos sociais a eles conexos. Em suma são o verdadeiro cerne da questão em estudo e constituem desde já o grande desafio do continente para sair do subdesenvolvimento. Duas realidades marcaram o continente, a primeira que ocorreu nos anos de 1990 caracterizado por uma crise política, económica e social e a segunda que surge no ano de 2000 que marca uma transição ligada no aumento da produção de matérias primas, redução da inflação e o fomento do crescimento das economias. Desde, 2001, a parceria de cooperação sino-africana tem sido um dos principais fatores de estímulo ao crescimento económico. Dados do FMI, indicam que em 2016, a taxa de crescimento do PIB que a África atingiu foi de 1.5%, considerado, o nível mais baixo dos últimos 20 anos.

Nas primeiras duas décadas do século XXI, fazendo fé na mesma fonte, as economias dos países africanos, com respeito ao crescimento do PIB, tiveram apenas a concorrência dos “tigres asiáticos”. O continente integra alguns dos países com as maiores taxas de crescimento económico no planeta. Caso do Sudão do Sul que em 2014, cresceu cerca de 40%; a Serra Leoa, 10%, o mesmo valor que o Chade e a RDC, a Guiné Equatorial país produtor de petróleo, foi o único país africano que registou um crescimento negativo -1,5% em 2013 e -1,9% em 2014. Países como a Cote d’Ivoire, Etiópia, Quénia e Senegal em 2016 registaram taxas de crescimento superiores a 6%.

O objetivo económico principal de um país redonda no seu crescimento económico que na sua aceção mais simples, mede as mudanças no PIB ao longo de um determinado período. O crescimento económico significa um aumento do PIB. A medição do PIB levanta alguns pormenores de amplitude, obviamente interessa o aumento do PIB *per capita* e não o PIB em si. No entanto, por razões conhecidas e outras que serão tratadas mais adiante, em África e um pouco por todo lado o aumento do PIB *per capita* está longe de ser um indicador perfeito do bem-estar, ainda que em certos casos o nível de vida das populações tenha melhorado com as altas taxas de crescimento verificadas, há regiões onde outras ficam em piores condições.

Um caso de crescimento económico é o da China, é em todos os aspetos excecional. Com mais de 1,3 mil milhões de pessoas, é o país do mundo mais habitado e com uma trajetória de crescimento económico anual médio do PIB de 10%, as marcas deste crescimento económico moderno resumem-se na passagem de uma economia rural para urbana, de agrícola para industrial e de serviços, multiplicação do comércio, diminuição das taxas de fertilidade, redução da mortalidade infantil, aumento da esperança média de vida, melhorias da saúde pública e dos níveis de escolaridade. Tudo isso ocorreu em pouco menos de três décadas, e tirando proveito do dividendo populacional e de uma estratégia de orientação educacional. Para África, está deve ser uma experiência inspiradora na luta contra a erradicação da pobreza. Para o continente uma questão pode ser levantada.

Até que ponto as elevadas taxas de crescimento das economias de África se refletem na melhoria das condições sociais das suas populações? Apontam-se, trajetórias económicas não muito favoráveis da maioria dos países africanos, quando se relacionam os conceitos de crescimento e desenvolvimento em África, o que levado em linha de conta devemos ser preventivos quando avaliamos os níveis de crescimento económico alcançados.

As estatísticas de crescimento económico conseguidas, segundo o relatório do FMI, a África teve uma taxa de crescimento de 5,1% entre 2000-2011, apesar da crise económica financeira mundial que fez descer a taxa para 2,5 % em 2009. O crescimento subiu ligeiramente para 2,7% ao longo da primeira década do século XXI. A população cerca de 10%, passou a ter um rendimento anual superior a 5 000 dólares. As telecomunicações e a distribuição foram os setores cuja taxa se alterou expressivamente. Ao nível das parcerias surge uma diversificação notável. A taxa média anual de crescimento de 5% em 10 anos comprovadas no período de 2000-2010, reduziram o limiar da pobreza das famílias em cerca de 10% passando de 34% para 24%, efeito positivo atribuído ao aumento do crescimento económico. As empresas de África passaram de 500 para 1500, desde o início do último milénio, os negócios superaram os 700 mil milhões de dólares e os seus lucros ultrapassaram os 60 mil milhões de dólares. A maior quota de contribuição foi proveniente do setor petrolífero com destaque para a Sonatrach da Argélia, a Sonangol de Angola e a

Sasol da África do Sul, e no setor mineiro temos a Office Cherifien des Phosphates de Marrocos, Kumba Iron ore e a Anglo-american Platinum ambas da África do Sul, no mercado de bens serviços se destacaram os setores das telecomunicações, agroalimentar, distribuição e automóveis. A África Austral, concentra 2/3 destas empresas, configurando-se como a superpotência do continente.

Continente rico em recursos naturais os países diferenciam-se entre exportadores e importadores de petróleo com consequências para os últimos devido a oscilação dos preços tanto de alimentos como do petróleo. Com a exceção do fator financeiro a crise de 2008, teve efeitos negativos menos desastrosos nas economias africanas. Os IDE⁶⁰, reduziram, houve queda da procura e dos preços das matérias primas, em 2009 o crescimento em África caiu dois pontos.

Tabela IV. Comparação dos agregados dos cinco grandes países africanos

País	PIB (Milhares de milhões de \$ correntes 2004)	RNB (Milhares de milhões de \$ correntes 2004)	PNB/habitante (\$ correntes 2009)	RNA (Milhares de milhões de PPC\$ 2009)	PNB (PPC em \$ 2009)
África do Sul	213	165,3	82	4 870	9 720
Angola	20,1	14,4	1 397	100,4	5 431
Costa do Marfim	15,3	13,3	532	33,8	1 602
Nigéria	72,1	54,0	634	327,8	2 119
Sudão	19,6	18,2	530 (2006)	95,5	2 258
África	-	-	672	2 825,7	2 802
Mundo	40 887 (2006)	39 833 (2006)	6280 (2006)	55 584 (2006)	8 760 (2004)

Fontes: Quadro extraído da obra: Geopolítica de África, relatório do Banco Mundial de 2006. O RNB (Rendimento Nacional Bruto) é o PIB mais as receitas líquidas do rendimento primário das fontes externas. O RNB em PPC (Paridade do Poder de Compra) assume para conversão o dólar em paridade de poder de compra das moedas.

A durabilidade do crescimento económico depende dos fatores exógenos e endógenos que os apoiam. Os fatores endógenos são em África de longe superiores aos exógenos, é necessário melhorar o rácio da população ativa em relação a não

⁶⁰ IDE, Investimento Direto Estrangeiro.

ativa, melhorar ao mesmo tempo o clima de negócios, recuperar os equilíbrios financeiros, a emergência da classe média e os investimentos agrícolas. Um crescimento conjuntural deve estar associado aos fluxos das matérias primas dos financiamentos externos e da própria dinâmica estrutural duradoura. O IDE passou de 9 para 50 mil milhões de dólares, todavia, 60% dos africanos vivem com menos de 2 dólares/dia, como resultado da urbanização, 300 milhões de pessoas pertencem a classe média. Verifica-se uma transição das economias exportadoras de matéria prima bruta para economias de acumulação de capitais, investindo em infraestruturas de produção para alocação dos produtos no mercado interno. O petróleo em dezembro de 1997, o preço foi de 16 dólares, em 1970 valia 2 dólares, e, entre 2012 e 2014, atingiu os valores mais elevados de sempre no mercado de futuros quase 130 dólares, seguido de uma queda abrupta desde agosto de 2014, chegando aos 26 dólares em janeiro de 2016, em 2017 o preço rondava os 40 dólares e finalmente nos primeiros meses de 2018 voltou a cifrar-se em mais de 65 dólares.

Na década de 2000, o setor petrolífero registou um crescimento de 7,1%, próximo dos setores de distribuição, turismo, construção, transportes e das telecomunicações. O crescimento da agricultura ficou em 5,5%, os serviços cresceram acima dos 6% e finalmente a indústria manufatureira acomodou-se nos 4,6%. O consumo desempenha um papel importante no crescimento económico, este notabilizou-se pelo seu crescimento de 3,5% para 4,3% a percentagem de consumidores com mais de 5000 dólares. No domínio dos bens e serviços a percentagem subiu de 29% para 32%, entre 1990-2000 as taxas de inflação tiveram uma descida acentuada de 22% para 8%, a dívida pública diminuiu de 81,9% do PIB para 59% e os défices públicos de -4,6% do PIB para -1,8%. O comércio Sul/Sul em detrimento do Norte/Sul passa a pesar mais de 40% do comércio externo contra 27% em 1990 (FMI, 2010)⁶¹.

Os indicadores referidos acima, apontam para questões conjunturais e de âmbito internacional, o que não nos garantem uma relativa solidez das economias a longo prazo. Logo, são indicadores de crescimento e não de desenvolvimento pelo fato de não levarem em conta a renovação dos recursos muito menos os aspetos

⁶¹ Dados extraídos do Relatório do Fundo Monetário internacional de (2010).

sociais designadamente as desigualdades, os problemas de saúde, educação, habitação enfim todos aqueles a este *boom*⁶². Consequentemente, Robert Barros⁶³ proeminente economista descobriu que, embora pareça reduzir o crescimento no mundo em desenvolvimento, a desigualdade de fato aumenta o crescimento no mundo desenvolvido.

A pobreza tem um comportamento inverso ao crescimento, quando este último sobe ela baixa ligeiramente e quando o crescimento abranda a pobreza agrava-se. Os males que enfermam o continente africano devem ser combatidos sem interrupção. Verifica-se um quadro de regressão da pobreza, a tudo isso junta-se a democracia como imperativo para a boa governação política e económica. Só assim, o continente poderá crescer rumo ao desenvolvimento económico, pois o sucesso do continente não depende apenas do seu crescimento económico mensurado pelo seu PIB ou pelo PIB per capita, mas sobretudo pelo seu desenvolvimento económico, que representa o seu aspeto qualitativo social e humano.

É de extrema importância diferenciar o crescimento económico do desenvolvimento económico, pois no nosso entender é possível que uma região ou um país cresçam sem alcançar um nível correspondente de desenvolvimento económico. O crescimento e o desenvolvimento económico caminham de mãos dadas até ao momento em que a economia perde a sua capacidade de adaptação a novas condições. Assim, não se deve pensar em desenvolvimento sem crescimento económico uma vez que qualquer alteração da função tem subjacente uma mudança de tamanho e, enquanto determinada economia não conseguir produzir mais do que consome, através do seu crescimento, torna-se inexequível a canalização de excedentes.

O desenvolvimento económico podemos conceituá-lo como sendo o crescimento económico aumento do PIB, acompanhado pela melhoria da qualidade de vida da população e por alterações profundas na estrutura económica. O conceito

⁶² Termo inglês, que traduzido em língua portuguesa significa, desenvolvimento rápido de uma determinada atividade económica.

⁶³ CONWAY, Edmund, *50 Ideias de Economia Que Precisa Mesmo de Saber*, Tradução de Pedro Marcelo Curto, 1.ª edição, Publicações Don Quixote, Lisboa, abril de 2009, p. 181.

de desenvolvimento económico é mais qualitativo, pois inclui as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes sectores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social: pobreza, desemprego, violência, condições de saúde, alimentação, transportes, educação, higiene e habitação. Em suma, podemos afirmar que o desenvolvimento económico é algo que combina o crescimento com a distribuição da riqueza.

2.3.1 Fatores do Subdesenvolvimento Económico dos países de África

A não expansão das competências humanas e das sociedades são exatamente os atributos que definem o subdesenvolvimento económico. Em África, a redução das desigualdades, a satisfação das necessidades alimentares, sanitárias, de água potável, de educação continuam a ser desafios do desenvolvimento. Como escreveu Stiglitz, “o estudo de um país em vias de desenvolvimento está para a economia como o estudo da patologia está para a medicina, mas uma patologia que diz respeito a $\frac{3}{4}$ da humanidade. Esta posição junta-se à de Foucault para quem não se compreende os sistemas senão partindo das suas margens.⁶⁴ Os fracos desempenhos económicos em África, e de acordo com estudos apresentados, (HUGON, 2015: 112), podem ser agrupados e explicados da seguinte forma:

fragmentação etnolinguística, fatores demográficos (elevada taxa de dependência, fraca esperança de vida, elevado índice de fecundidade), geográficos (40% da população vive num enclave, afastamento das costas, pobreza dos solos, doenças...), históricos (deficiente especialização, peso da colonização), políticos (o Estado não consegue assegurar as suas funções, o autoritarismo que cria custos de transação, nomeadamente de corrupção), infraestruturas (fragilidade e custos das telecomunicações, da eletricidade, dos transportes e dos serviços públicos), jurídicos (ausência de segurança dos direitos e de Estado de direito), internacionais (a exposição aos choques externos é aumentada devido à especialização em produtos primários e à pequena dimensão das economias) e económicos (baixas taxas de investimento e de poupança e de grande intensidade capitalística, ausência de progressos de produtividade, distorções em benefícios de setores não diretamente produtivo, fraca procura).

⁶⁴ Vide, Philippe Hugon, ob. Cit., p. 111.

Em termos reais, os grupos expostos constituem obstáculos evidentes do desenvolvimento económico de África. Subsistem, entretanto, no processo de sustentabilidade da variação dos setores da economia real pela troca das importações através do modelo de exportação de produtos básicos, com exceção das Maurícias e do Botsuana. Segundo o estudo de Ndulu *et al.*, uma análise comparativa entre a ASS, e os outros PVD, no período de 1960-2004, mostra-nos as variações destes indicadores, (Tabela V.). É bem verdade, que os procedimentos de progresso e de subdesenvolvimento remetem para a correlação de fatores culturais, geográficos, políticos, jurídicos, históricos e demográficos. A identificação dos fatores foi a nossa principal preocupação.

Tabela V. Comparação dos indicadores entre a ASS e os outros PVD (1960-2004)

	ASS (44 países)		PVD (55 países)	
	1960	2010	1960	2004
Taxa de escolarização primária (%)	37,1	95,8	79,9	107,5
Esperança de vida (anos)	41,1	53,1	55,9	71,3
Densidade das vias (km/km ²)	0,098	0,130	0,251	0,411
PIB per capita (PPC 1996)	1423	2 200	2 953	9 568
População em enclaves (%)	-	40,2	-	7,51
Países de recursos primários (%)*	-	64	-	57

Fontes: Geopolítica de África: Ndulu et al., *Challengess of African Growth*, World Bank, 2006. *Países em que as exportações de produtos primários representam mais de 10% do PIB.

A desigualdade é o principal traço característico do subdesenvolvimento económico. É nos países subdesenvolvidos onde vivem 75% dos habitantes, onde os desequilíbrios estruturais⁶⁵ têm muito mais relevo do que os conjunturais, todavia, de acordo com Teixeira Ribeiro, pertence ao Estado através da atividade financeira um papel decisivo na eliminação dos desequilíbrios estruturais e, portanto, na promoção do desenvolvimento económico. Este autor, sumaria algumas características do subdesenvolvimento: distribuição desigual do rendimento (...); excesso de população ativa desempregada; pouco capital; políticas de restrição ao consumo impostas (...) pelos próprios governos ou de organizações internacionais; produção dependente do setor tradicional; (...) economias de subsistência; faltam

⁶⁵ Cfr. José J. Teixeira Ribeiro, (1989). *Lições de Finanças Públicas*, 3ª Coimbra, Edição Coimbra Editora, 1989, p. 443.

infraestruturas económicas e sociais; pouco pessoal qualificado; pouca iniciativa e capacidade empresarial; falta de espírito de empreendimento.

Assim sendo, concluímos que os fatores descritos, são mais do que suficientes para apresentar o quadro desolador submetido aos países subdesenvolvidos na sua maioria localizados na região da África subsariana.

2.3.2 A Economia do Desenvolvimento dos países Africanos

A África subsariana, na década de 1980, era realmente o continente esquecido com predominância do afro pessimismo⁶⁶. Porém, na primeira década do novo milénio a região dá sinais de recuperação, de esperança e de positivismo. Investigadores atentos e otimistas quanto ao futuro do continente como o Prof. Catedrático Eduardo P. Ferreira, e outros conhecedores dos problemas de desenvolvimento dos países pobres africanos nomeadamente, Paul Collier, Mário Murteira, Ennes Ferreira, Philippe Hugon, Jeffrey Sachs, Manuel Alves da Rocha e Ricardo Soares de Oliveira, apresentam visões amplamente futuristas de África, expressas em conferências, obras e artigos científicos.

Escreveu (HUGON, 2015: 108), que “a economia do desenvolvimento analisa como é que as sociedades têm dinâmicas endógenas ligadas as suas potencialidades, às suas estruturas e às sus trajetórias próprias e, ao mesmo tempo, como é que estão inseridas na economia mundial.” A partir deste conceito, e de acordo com registos históricos dão-nos conta do aparecimento da economia do desenvolvimento como uma disciplina específica. A queda do Muro de Berlin e o colapso do Socialismo foram na época, os principais catalisadores do crescimento económico mundial. Os Estados comunistas desintegrados, optaram pelo mercado livre, desde logo as suas economias davam sinais de crescimento e prosperidade.

Nessa altura, o mundo tinha por lado os países Ocidentais e doutro lado a Rússia, optando os dois por apoiar os países em desenvolvimento, lançando enormes quantidades de recursos de forma a não perderem o seu domínio e apoio. A Rússia e o Ocidente ajudaram e financiaram líderes africanos corruptos e

⁶⁶ A descrença na eficácia do desenvolvimento africano, provocada por inúmeros insucessos e recuos, nos processos políticos e de crescimento de muitos dos seus países, gerou, já há bastante tempo, o cínico conceito de "afro pessimismo".

ditaduras que na altura caracterizava grande parte dos países africanos. Se para África os efeitos foram negativos em termos de crescimento, já este cenário foi desigual para os países do sudoeste asiático, ajudando-os a entrar num rápido crescimento, tirando milhões de pessoas da pobreza como por exemplo na China.

Uma nova face se abriu no mundo, para trás ficou uma “economia global caracterizada por 1/5 ser rico e 4/5 serem pobres. O novo mundo consiste em 1/5 de economias ricas; 3/5 de emergentes, industrializadas e em rápida recuperação; e 1/5 pobre.”⁶⁷ Para *Paul Collier*, um dos maiores especialistas na área, a economia do desenvolvimento está grandemente relacionada com a situação do último quinto, “último milhar de milhão” razão pela qual a sua implementação resida nos países pobres. Não é tarefa fácil erradicar a pobreza, as teorias existentes procuram explicar as razões pelas quais determinados países conseguem livrar-se deste flagelo, enquanto outros continuam sitiados na pobreza. No caso de África, por exemplo temos os fatores culturais, ou seja, na forma como lidar com os direitos de propriedade e outros como o sucesso ou o fracasso das instituições políticas e sociais. O economista Gregory Clark⁶⁸ defende que os fatores-chave são o sentimento de classe e a existência de uma cultura ou géneses de classe média trabalhadora em todas as sociedades. É exatamente o que está sucedendo em África, o aumento da população provoca um crescimento da classe média consumidora.

As causas do desenvolvimento de uns países e a estagnação de outros, têm explicações bastante eloquentes e muitas delas apresentadas por renomados autores. Encontramos as teorias de ADAM SMITH, a pai da economia, MALTHUS, criador da teoria da população, DAVID RICARDO com a sua contribuição na ligação entre o desenvolvimento e o comércio internacional, de MARX na sua brilhante explicação sobre o dinamismo e a inovação como características do capitalismo, a inovadora decisão como de SHUMPETER na economia do desenvolvimento entre outras. Atemo-nos ao essencial sobre SHUMPETER, que de acordo com

⁶⁷ Edmund Conway, *50 Ideias de Economia Que Precisa Mesmo de Saber*, Tradução de Pedro Marcelo Curto, 1.ª edição, Publicações Don Quixote, Lisboa, abril de 2009, p. 179.

⁶⁸ Idem, p. 180.

(FERREIRA, 2004: 50), os processos de desenvolvimento provêm de uma “análise dinâmica da atividade económica, entendida como resultado das ruturas anteriormente existentes, através de uma nova combinação de fatores de produção derivada do aparecimento de produtos anteriormente inexistentes, ou de novos processos de fabrico ou de abertura de um novo mercado ou de uma nova forma de organização”.

Ora, se a questão fundamental do desenvolvimento económico⁶⁹ é a de lograr quebrar os equilíbrios estabelecidos por baixo, avançando para patamares económicos mais satisfatórios que permitam um maior bem-estar das comunidades, é fácil perceber a sedução das conceções *shumpeterianas* para quem se preocupa com a definição de estratégias de combate às instituições de subdesenvolvimento

Na Idade Média, segundo a história, existia pouca diferença da riqueza entre o mundo desenvolvido e o Terceiro Mundo. Entretanto foi a partir desta altura que se abriu a espiral da desigualdade tendo como epicentro a África. Em África, ainda existem regiões economicamente semelhantes aos tempos medievais. Parte de alguma população da África Subsariana vive de uma economia agrícola de subsistência, com taxas de mortalidade piores em certos casos que os da Europa anterior à revolução industrial. Nos últimos anos, estes indicadores têm melhorado, com destaque para a esperança de vida média nos seis países mais pobres do mundo, e a mortalidade infantil. É conveniente incluir no trabalho, dada a sua pertinência o estudo de *Collier*⁷⁰ citando as quatro armadilhas em que os países pobres podem cair, e todas elas de difícil superação:

(1). *Guerra civil*. Esta afeta quase $\frac{3}{4}$ daqueles que estão no último milhar de milhão. Os exemplos incluem Angola, onde meio milhão de pessoas perdeu a vida, e a República Democrática do Congo, que tem estado mais ou menos em guerra civil permanente desde 1997; (2) *Armadilha de recursos*. Um país que descobre grandes reservas de recursos naturais como o petróleo, ouro ou diamantes dentro das suas fronteiras está igualmente vulnerável, uma vez que aos líderes corruptos é dada uma nova oportunidade de se agarrarem ao poder e impedir que o dinheiro

⁶⁹Cfr. Eduardo Paz Ferreira, Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação, Coimbra, Almedina, abril, 2004, p. 51.

⁷⁰Edmund Conway, *50 Ideias de Economia Que Precisa Mesmo de Saber*, Tradução de Pedro Marcelo Curto, 1.ª edição, Publicações Don Quixote, Lisboa, abril de 2009, p. 180.

chegue aos mais pobres; (3) *Armadilha do terreno*. Os que não têm costa marítima podem ficar vulneráveis às vontades dos seus vizinhos, que podem estrangular o comércio e prejudicar as suas economias; (4) *Má governação*. Exposto de forma simples, consiste na liderança fraca e corrupção por parte dos líderes que foram eleitos ou forçaram a sua ascensão ao poder.

Com o fim da Guerra Fria, os Estados introduziram nos seus órgãos governamentais Ministérios⁷¹ de desenvolvimento, com vista a travar o hiato entre os ricos e os pobres, fazendo com que haja uma melhor redistribuição dos rendimentos. A estes órgãos juntam-se as já conhecidas instituições multilaterais como o Banco Mundial o Fundo Monetário Internacional e as Organizações das Nações Unidas, incluindo as organizações não Governamentais (ONG). Contudo, o problema que enfrenta a comunidade em desenvolvimento segundo o economista americano *Willian Easterly* é que os empréstimos e os donativos fazem pouco para equipar as nações na transição da pobreza para a industrialização⁷². Um exemplo flagrante, é o da China que 1990 a sua economia deu um impulso fenomenal pela utilização de modelo adequado e não da dependência dos donativos, ajudas ou empréstimos.

Uma das soluções viáveis para a erradicação da pobreza e posterior desenvolvimento económico dos países africanos é seu enquadramento no comércio mundial com as nações mais ricas, sem terem de pagar taxas aduaneiras sobre as suas exportações, como acontece com o AGOA, multiplicar as relações comerciais com os países emergentes, e criar condições para a efetivação da zona livre de comércio intra-africano. Outra medida, prende-se com a permissão de construção de barreiras protecionistas às importações para assegurar que suas indústrias não sejam aniquiladas pelas suas concorrentes mais poderosas com as quais têm relações de cooperação, falamos aqui da Ásia, da UE e dos EUA.

A resposta, para a recuperação da economia africana e a ultrapassagem da crise do desenvolvimento não deve estar dependente da comunidade internacional, mas sim repousa sobretudo nos ombros dos próprios africanos. A estabilidade macroeconómica, no que diz respeito a garantia da estabilidade monetária e

⁷¹ Muito recentemente na investidura do IV Governo eleito na República Popular de Angola foi introduzido um novo Órgão auxiliar do Presidente da República com a designação de Ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social.

⁷²Vide, Edmund Conway, ob. cit., p. 181.

cambial, à redução da inflação e a ação dos governos quanto ao crescimento económico através do relançamento da produção e da variação das economias, são fatores assinaláveis no âmbito da implementação dos modelos e dos agentes do desenvolvimento económico de África.

CAPÍTULO 3 – A Trajetória do Desenvolvimento Económico em África

3.1 Enquadramento Introdutório

O desenvolvimento de uma região depende das características geográficas, da extensão territorial, do passado histórico, da cultura, da população e riquezas naturais, dito isto podemos dizer que o desenvolvimento é um processo complexo que engloba aspetos económicos, psicológicos e políticos da vida em sociedade. As diferenças de desenvolvimento, de civilizações, e das assimetrias de poderes são basicamente os fatores de quebra ligados a África. A configuração geográfica tem implicações políticas e económicas, um continente com uma superfície três vezes superior à da Europa, convive com uma acentuada fragilidade das suas infraestruturas em virtude da insuficiência técnica e financeira.

Os indicadores macroeconómicos e sociais de África em comparação com outras regiões do globo e apresentados de forma estática ajudam a classificar e ordenar o continente situando-o no último lugar na hierarquia económica internacional. Contudo, um processo de democratização gradual, a sucessão de elites com um grau de formação universal, o surgimento de uma sociedade civil atuante, o desenvolvimento de infraestruturas escolares, sanitárias, de transportes aéreos e marítimos trazem para os africanos nos primórdios do século XXI uma esperança diferente da vivida no período pré-colonial, colonial e da sua descolonização.

3.2 Evolução e fracasso das diferentes políticas de desenvolvimento

As evoluções das políticas de desenvolvimento em África correspondem a períodos distintos. De 1960-1975, período oficialmente marcado pelas independências com a exceção do Gana, os governos resultantes tiveram como prioridades nas suas tarefas a construção de verdadeiros Estados, o reajustamento da sua população do meio rural para o urbano, organizar a estrutura administrativa

de direção económica, com a agravante de não existirem quadros capacitados na época e a gestão do fenómeno do crescimento exponencial da população, bem como o início das campanhas de escolarização obrigatória.

Cabia então, nesta fase inicial aos Estados recém-criados a grande tarefa de criar condições de funcionamento do sistema económico adotando políticas de fomento industrial com o objetivo de minimizar as importações a semelhança do modelo Brasileiro e a política de nacionalização do património nacional. Este ciclo prolongou-se até 1973, altura em que os países que formavam a Organização dos Países Exportadores de petróleo (OPEP), pararam a sua produção, resultando da falta de oferta global que fez duplicar o preço do petróleo, consequentemente nesta fase verifica-se uma tendência de crescimento.

A etapa que se seguiu também designada de etapa de endividamento, (1975-1985), os países africanos começam um novo ciclo resultante do fracasso do modelo de substituição das importações devido ao elevado custo das divisas da própria fragilidade dos mercados. O setor público entrou em crise e os empréstimos contraídos não financiaram o setor produtivo para sustentabilidade da economia. Este período foi até 1980-1981, momento em que se verifica o segundo choque petrolífero que permitiu sair gradualmente da crise e entrar numa fase de estabilização.

De 1980 a 2000, foi um período marcado pela implementação de políticas macroeconómicas de âmbito monetária, fiscal e orçamental, tendo como objetivo a estabilização, ou seja, a prossecução de equilíbrios financeiros. Foram praticamente 20 anos de ajustamento traduzidos em estabilização e não em termos de crescimento económico. Esta política tinha como pressupostos à desvalorização das moedas, a unificação das taxas de juro e a redução do défice orçamental. As políticas de ajustamento procuram efetuar reformas estruturais no que respeita à propriedade (privatização e liquidação das empresas públicas), ao direito, a redução dos direitos aduaneiros e à transição fiscal, que levaram a que as receitas assentassem nos impostos diretos e no valor acrescentado. Foi uma fase de transição retirando ao Estado o monopólio da atividade económica e social atribuindo-o a economia privada internacional. De economia intervencionista para economia liberal.

Chega-se finalmente ao último período no qual se implementam políticas de luta contra a pobreza na década de (2000-2012), início do século XXI, combinada com a diversificação das parcerias na arena internacional. Na primeira década do milénio e com os auspícios das nações Unidas à prioridade foi concedida à luta contra a pobreza, ao resgate da APD, ao desendividamento, aliadas a certas medidas estimuladoras tais como as parcerias com os BRICS, e outro conjunto de políticas que serviram de alavanca para a reconquista do crescimento económico. Porém, muita coisa falta por fazer, passados 50 anos da conquista das independências o quadro de pobreza permanece quase inalterável, os níveis de rendimento *per capita* são de longe os permissíveis para dar uma certa dignidade as pessoas, apesar das melhorias registadas em infraestruturas, na criação de novos produtos agrícolas comerciais, e no desenvolvimento de mercados urbanos. Mesmo com este conjunto de estratégias e de políticas de desenvolvimento modernos aplicadas, certas zonas, convivem ainda com os métodos tradicionais herdados do colonialismo.

Parte II

O Desenvolvimento Económico como um desafio para o Direito

Enquadramento introdutório

A ajuda ao desenvolvimento entendida como expressão de uma obrigação ética universal sobre a qual fizemos referência aquando da fundamentação do dever de auxílio ao desenvolvimento permite-nos abrir um parêntesis quanto a problematização deste tema que do ponto de vista moral vai de encontro aos interesses universais de cooperação internacional para o desenvolvimento, não faltando aqueles que procuram apenas o lado conotado de incertezas protecionistas.

Alinhamos a ideia de Eduardo P. Ferreira, quando nos diz, “sem negar a utilidade pontual de algumas dessas ideias, parece mais importante do que nunca afirmar a natureza ética da obrigação de desenvolvimento, num momento em que a afirmação de um mundo unipolar pode contribuir para que apenas considerações de oportunidade prevaleçam, reforçando a discriminação e o tratamento diferenciado entre os vários Estados”. A obrigação da ajuda ao desenvolvimento foi desde sempre o motivo de divergências entre os países pobres e as nações ricas, esta divisão, entretanto entendemos que deve ser banida uma vez que o dever do desenvolvimento internacional está acima de qualquer interesse de um Estado. Logo, o desenvolvimento deve ser acertado como uma questão prévia às próprias relações internacionais.

A admissão da universalidade do desenvolvimento económico como intrínseco a todas as nações, incluindo os que expõem altos níveis *per capita* de rendimento não deve ser assunto para discriminar os países cuja situação é totalmente diferente. Em África, existem países que vivem de privações mais elementares, este quadro implica forçosamente apoios financeiros dos países com economias em situação mais favorecida. O dever de combater as desigualdades e as suas consequências são exigências indispensáveis para concretização da justiça nas relações económicas mundiais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra nos seus princípios o Direito ao desenvolvimento económico, incorporando um conjunto de direitos nas constituições dos Estados e assegurando ao mesmo tempo a sua implementação através dos respetivos ordenamentos jurídicos.

O Direito ao desenvolvimento económico⁷³ é, assim, um direito que se constitui na esfera de todos os seres vivos, mas que tem uma especial expressão nos cidadãos que vivem em situação de se puderem considerar excluídos de uma vida decente. Esse direito é um direito dirigido em primeiro lugar aos próprios Estados, todavia é, também, para à comunidade internacional.

CAPÍTULO 1 – O Desenvolvimento Económico e o Direito

1.1 Considerações preliminares

Em África, nos últimos anos se verifica um crescimento acelerado, contudo simultaneamente, se nota um incremento das desigualdades entre os povos, bem como uma evolução abismal da distância entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Um exemplo ilustrativo é a constatação de que 20% dos países mais ricos são detentores de 80% do PIB mundial, enquanto que os 20% mais pobres detêm menos de 1% desse PIB. Os países em desenvolvimento, apresentam por norma, baixa renda *per capita* e desigual distribuição; pobreza extrema; altas taxas de mortalidade e de natalidade; alta participação do setor primário na formação da renda; setor secundário e terciário limitado; baixa produtividade da mão de obra; baixos padrões médios de consumo; reduzido nível de qualidade de vida (instrução, nível sanitário, adequação alimentar); e mau funcionamento das instituições políticas.

Considerando os conceitos de desenvolvimento e de crescimento, pode-se dizer que as manutenções de tais características impedem os países de se desenvolver, apesar de se verificarem elevadas taxas de crescimento do seu PIB. Tais características estão presentes em muitos países de África. Nesses países, a violação dos direitos humanos é responsável pela morte prematura de milhares de pessoas de fome, doenças e miséria, daí a importância do direito ao desenvolvimento.

O continente africano, é o epicentro dessas contrariedades sociais, razão de preocupação suficiente entre as nações ao ponto de o direito ao desenvolvimento

⁷³ Cfr. Eduardo Paz Ferreira, *Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*, Coimbra, Almedina, abril, 2004, p. 149.

estar a posicionar-se como um dever ético centrado na pessoa humana, incluído na categoria dos direitos fundamentais e representados pela solidariedade, pelo direito à autodeterminação dos povos, pela paz, fraternidade, o meio ambiente, o respeito ao património histórico cultural, e ainda a nova ordem económica mundial, com valores redefinidos pelo respeito dos países ao pleno desenvolvimento interno. Assim, a solidariedade é entendida como sendo a base da inter-relação entre os blocos de países, e não mais baseada na exploração dos impérios.

Até que ponto o direito tem correspondido a essa exigência ética, (FERREIRA, 2004:154) explica na sua obra que esta correspondência surge “através da emanção de normas conformadoras de um direito ao desenvolvimento, integrando mecanismos idóneos a permitir a sua concretização”. Na segunda parte do século XX a voz da solidariedade mundial ganhou um novo impacto com a consagração do princípio da autodeterminação e independência que esse traduziu no aparecimento de novos Estados na sua maioria em África cujas economias eram totalmente caracterizadas por índices de evolução quase nulos. Esta cruzada, levou a que certos autores peritos sobre esta matéria erguessem a carência urgente de criação de uma nova ordem económica mundial cuja relação residiria na cooperação multilateral de todos os homens no planeta.

Parafraseando (FERREIRA, 2004:154), as disparidades constatadas entre as nações, permitem “perceber que a forma como a exigência do desenvolvimento fez a sua estrada no caminho do direito, espartilhada entre valores e interesses, está longe de ser fácil ou linear, o que constitui mais uma razão para justificar uma atenção particular”. Na mesma lógica, exprime este autor que, “não deixam, todavia, de aparecer como paradoxais as dificuldades com que se confrontou a receção, no plano jurídico, de um conceito ético, objeto de tão largo apoio por parte dos mais variados setores do pensamento”⁷⁴.

A persistente recusa por parte dos países ricos, muito mais dos EUA, em criar um quadro jurídico que promova o desenvolvimento tem sido um obstáculo permanente, ao ponto de se justificar essa oposição através do diferencialmente entre as obrigações políticas ou éticas com obrigações jurídicas⁷⁵. Essas posições opostas mesmo que em teoria todos os caminhos convergem no sentido da

⁷⁴ Vide, Eduardo Paz Ferreira, ob. cit., p. 154.

⁷⁵ Idem, p. 155.

unificação das regras éticas e jurídicas os impedimentos de criação de riqueza nos países pobres subsistem.

Nesta perspectiva, convém assinalar que com o fim da guerra fria e a força da globalização frenaram ainda mais os esforços de edificação do quadro jurídico que deveria permitir ultrapassar as desigualdades económicas e entrar num panorama de paridade entre todas as nações. As ideologias até então reinantes dificultaram a progressão deste ramo do direito nascido da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, na França, e pondo em causa a confirmação das normas jurídicas favoráveis ao desenvolvimento⁷⁶.

1.2 O Progresso Económico e a Justiça nas relações Económicas Mundiais

O desenvolvimento económico deve ser entendido como um processo cujo sujeito principal é a pessoa e cuja finalidade é a realização plena em todos seus aspetos dentro das sociedades locais nacionais e internacionais.

A passagem do problema do desenvolvimento económico para o plano internacional, lograda no aumento dos mecanismos de cooperação entre os Estados, com relevância para os processos de integração económica tem merecido bastante destaque. Neste domínio, a atuação das Nações Unidas ocupa um lugar privilegiado pois, é nela onde estão representados todos os Estados. A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento elege a cooperação entre os Estados em todos os domínios como instrumento para facilitar a concretização do direito ao desenvolvimento e eliminação dos obstáculos ao desenvolvimento dos países que dele necessitam. Os Estados participantes na elaboração da declaração fizeram-no em plena coincidência de que o desenvolvimento pleno da humanidade no domínio económico, social, cultural e político exige uma ação global dos Estados e da comunidade internacional. Desta forma, o primeiro parágrafo e décimo da Conferência de Viena de 1993 que estabelece o consenso sobre o direito ao desenvolvimento como um direito humano reafirma a obrigação de todos os Estados cooperarem para promover o desenvolvimento humano nos seguintes termos:

Os Estados devem cooperar uns com os outros para assegurar o desenvolvimento e eliminar obstáculos ao desenvolvimento e que a comunidade

⁷⁶ Idem, p. 158.

internacional deve promover efetiva cooperação internacional para realização do direito ao desenvolvimento (parágrafo 1); o progresso na implementação do direito ao desenvolvimento requer políticas de desenvolvimento efetivas a nível nacional, e um ambiente favorável e de igualdade a nível internacional, e que a comunidade internacional deve fazer todos os esforços para aliviar problemas como o peso da dívida externa dos países em desenvolvimento, para complementar os esforços dos governos desses países.

Assim, podemos observar que a cooperação que tem como meta o desenvolvimento da humanidade deve ser uma cooperação efetiva e que tenha em consideração as diferenças existentes entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento de modo a potenciá-los de meios financeiros e outros recursos para o incremento do seu desenvolvimento em infraestruturas. Logo, a chave para se alcançar o desenvolvimento e a justiça nas relações económicas internacionais passam necessariamente pela estrita cooperação, conforme postulado na Declaração sobre Direito ao desenvolvimento de 1986 e da Conferência de Viena de 1993.

Pela frente estão os grandes desafios necessários para os países africanos saírem da fase de estagnação e adquirirem as mudanças estruturais que caracterizam as sociedades avançadas. Um dos grandes desafios passa pelo respeito aos direitos humanos, observância que só se verifica numa sociedade deveras democrática. Perduram ainda em poucos países africanos regimes ditatoriais que impedem as populações na participação das tarefas de desenvolvimento. Torna-se fundamental a vontade política dos governantes pois, quando a população é excluída do processo de desenvolvimento se assistirá apenas uma subida das taxas de crescimento sem nenhuma relação com o bem-estar social. Cabe destacar que o direito ao desenvolvimento deve ser encarado como um acordo assumido por todos, sejam ricos ou pobres, e usufruído por todos os povos do mundo. Apesar dos grandes progressos internacionais em volta do tema, é fundamental que os esforços sejam ampliados, pois o direito ao desenvolvimento mostra-se atualmente como um objetivo muito angustiante para os países menos desenvolvidos pela insuficiência de recursos para custearem a sós os programas que permitam atingir as metas de desenvolvimento.

1.3 A Intervenção Jurídica na esfera do Desenvolvimento Económico

Os pressupostos criados pela doutrina do direito ao desenvolvimento ainda não são pacíficos e certamente seguirão gerando divergências e debates jurídicos. As questões fundamentais que se colocam são: Para que grupo de nações o desenvolvimento é dirigido principalmente? Na visão do Desenvolvimento o que seria o Direito? Como o Direito pode influenciar nos aspetos de desenvolvimento económico? Deve haver cooperação entre os Estados no processo de desenvolvimento? Levantadas essas questões podemos inicialmente conceber que o desenvolvimento económico não é um processo linear e unidimensional.

Neste sentido procuraremos esclarecer algumas questões e não responder de forma definitiva uma vez que o tema do Direito ao desenvolvimento é bastante dinâmico multissetorial e ainda está em formação. No mesmo sentido pode-se observar que a doutrina constitucional e a doutrina do Direito ao desenvolvimento possuem um desafio em comum o da materialização das normas do papel para a realidade. Todas as iniciativas de elaboração de normas do direito ao desenvolvimento nascem exatamente como consequência da inadequação dos quadros jurídicos e pela incapacidade destes em tomar o assunto do desenvolvimento apresentados pelos diferentes patamares de riqueza entre os Estados e onde as nações recém independentes se encontravam em posições de atraso económico, muito embora este fenómeno seja sentido por uma porção diminuta da população nos países ricos, o que remete a problemática do desenvolvimento numa abrangência transversal, tanto para os países fortes e os menos desenvolvidos economicamente.

As diferenças de níveis de desenvolvimento vêm desde a primeira Revolução Industrial, quando a Inglaterra partiu sozinha sendo depois este processo seguido pelos demais países ocidentais. Durante este percurso a África foi sujeita a colonização, tendo o desenvolvimento neste território em nada beneficiado os povos colonizados. Foi justamente a descolonização que veio demonstrar a questionável existência do princípio da igualdade, vindo a superfície toda uma gritante desigualdade entre as nações fazendo renascer uma nova ordem económica mundial que permitisse estabelecer uma verdadeira justiça internacional com a entrada dos novos Estados recém-independentes.

O desenvolvimento económico só pode ser alcançado com a efetivação e concretização dos direitos fundamentais, sem estes pressupostos seria instável e fraco e suscetível de recuos, pois só apoiado o desenvolvimento em base sólida se evitam constrangimentos futuros. É pertinente averiguar: Como as Nações podem alicerçar o desenvolvimento em bases sólidas? O investimento e a planificação das metas com a finalidade de efetivar os direitos fundamentais é com certeza a principal resposta a esta questão. Neste sentido, para que a prática do conteúdo constitucional ocorra, são necessárias ações políticas deliberadas, principalmente do Poder Legislativo, e também na planificação dos orçamentos públicos, priorizando os setores básicos da sociedade como a educação e a saúde.

Assim, PELLET aproveita a oportunidade para explicar o conceito de ajuda, acabando por demonstrar que existe, no cenário internacional a assistência de desenvolvimento entre os Estados que pode favorecer o processo de desenvolvimento. Nas suas palavras assistência seria toda a operação que permite a um país em desenvolvimento uma vantagem que ele não poderia adquirir pela via das transações comerciais baseada no equilíbrio de interesses exclusivamente económicos. Ela pode ser financeira ou técnica, no caso da primeira verifica-se uma transferência direta de recursos e passa a ser técnica quando existe transferência de conhecimentos. Com isto, a ajuda é pública quando se dá por meio de organizações internacionais (assistência multilateral) ou por iniciativa de um Estado (assistência bilateral). A UNESCO, preocupada com os ajustamentos dos ordenamentos jurídicos dos países africanos recém independentes solicitaram à Associação Internacional de Ciências Jurídicas, com o propósito de se aferir “as transformações e ajustamentos que lhes poderiam ser introduzidas por forma a permitir responder de uma maneira eficaz às novas exigências criadas pelo desenvolvimento económico”.⁷⁷ Aos novos Estados africanos e face as transformações estruturais económicas operadas tornava-se imperativo o reajustamento dos instrumentos jurídicos

Como é sabido, as nações que investem nos direitos fundamentais, como, o direito à educação, à saúde e a segurança apresentam melhores condições para o seu processo de desenvolvimento, possuindo os pressupostos básicos para a

⁷⁷ Cfr. Eduardo Paz Ferreira, Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação, Coimbra, Almedina, abril, 2004, p. 162.

competitividade do mercado internacional, visto que para a preservação do próprio sistema capitalista torna-se necessário que o Estado assuma uma posição mais ativa no cenário económico para disciplinar, regulamentar e impor limites que permitam o bom funcionamento dos mercados. É importante recordar que no plano internacional a distinção entre o direito do desenvolvimento e o direito internacional do desenvolvimento já se fazia sentir levando esta problemática jurídica ao consenso de se criar um direito que assegurasse a promoção dos Estados mais desfavorecidos. O surgimento do direito internacional do desenvolvimento surge como opção intermédia entre o direito internacional e aqueles que defendiam que os novos Estados independentes deviam merecer um processo de desenvolvimento autocentrado criando-se assim entre os novos Estados, uma nova ordem jurídica reguladora das relações económicas.

Os países de África têm evidenciado esforços de reformas nos seus ordenamentos jurídicos no sentido de criarem-se condições normativas que vão de encontro ao desenvolvimento económico com vista a se por cobro as profundas desigualdades económicas entre os Estados africanos, situações criadas pelas potências colonizadoras. A nova ordem económica internacional comportaria um conjunto de normas aplicáveis aos países subdesenvolvidos visando um estatuto especial a esses países no domínio do direito internacional, obrigando aos países mais ricos o dever de ajuda, justamente pelo fato de terem sido eles os responsáveis do atraso que se verifica.

É fundamentalmente no plano interno que se centram as atenções do desenvolvimento, partindo de um ponto de vista jurídico⁷⁸, “sublinhando a necessidade de adoção de um conjunto de medidas, normalmente identificadas com a noção de boa governação e que visam que o direito possa facilitar o processo de desenvolvimento ou, pelo menos, não criar fatores de bloqueamento a este processo.” O papel principal do direito é o de impedir que a riqueza (crescimento económico) não pare de crescer e que este sirva realmente como fonte de satisfação humana.

⁷⁸ Cfr. Eduardo Paz Ferreira, ob. cit., p. 162.

Não há regra sem exceção. A singularidade do continente africano deve ser considerada, com realce para o direito consuetudinário, um direito basicamente rural que apesar das tentativas para a sua eliminação, ocupa ainda hoje um lugar de destaque no seio das autoridades tradicionais e com uma força que vai muito mais longe atendendo os seus laços com o direito da família, o direito patrimonial juntando inclusive o jurídico e o religioso. Lembrando aqui as palavras do académico português (FERREIRA, 2004:163), ao afirmar que “a ausência de um debate aprofundado sobre questões com a importância da propriedade da terra e dos direitos de família e sucessões, em que modernidade e tradição se chocam de modo especial, contribui decisivamente para sedimentação de um quadro jurídico totalmente inadequado, acompanhado, não raro, de um funcionamento deficiente do sistema judiciários”.

Ainda, o mesmo autor, realça o papel das reformas jurídicas que ao limitar o papel do Estado, esquecem, em muitos casos a inexistência de tradições minimamente consolidadas ou a necessidade de enquadrar o seu funcionamento num adequado ordenamento jurídico. Fica assim claro, que a importação de modelos numa altura em que é consensual a necessidade de um desenvolvimento que incorpore as populações, concordamos plenamente com a visão de autores que encontram incompatibilidade da imposição de soluções jurídicas descontextualizadas no que se refere a África. Porém não defendemos uma perfeição deste ramo do direito tradicional como apto para envolver-se intensamente na trajetória do desenvolvimento económico, fixando-nos apenas no seu contributo atendendo os aspetos culturais africanos herdados dos seus ancestrais, pois a concretização do direito está em dependência do nível de desenvolvimento económico. Em situações de dificuldades na implementação e interpretação de leis conferidas num Estado de Direito, concordamos, que as regras e tribunais exercidos pelas autoridades tradicionais podem desempenhar um papel eficiente na regulação e resolução de conflitos entre as partes envolvidas.

CAPÍTULO 2 – O Direito ao Desenvolvimento: Origem, formação, Atores e sua Legitimidade

2.1 Origem e notas introdutórias do conceito de Direito ao Desenvolvimento

A expressão direito ao desenvolvimento tem origens coincidentes quanto ao local, ela é atribuída como tendo nascido no continente africano. Contudo aparecem versões distintas quanto aos autores fidedignos desta expressão, assim uns atribuem-na aos meios católicos da Argélia, com a publicação em 1968 feita pela Comissão Justiça e Paz argelina cujo título do manifesto estampava o seguinte “O direito dos Povos Subdesenvolvidos ao desenvolvimento”⁷⁹, outros atribuem a origem ao Cardeal da cidade de Argel, na mensagem feita por esta iminência durante as comemorações do ano novo em 1969, tendo afirmado neste evento a necessidade de proclamar um direito ao desenvolvimento para o terceiro mundo.

Interessa-nos aflorar outra análise do surgimento desta expressão fora do catolicismo, e de acordo com registos a expressão direito ao desenvolvimento deve-se ao jurista senegalês *Etiane Kéba Mbaye*, que a utilizou em 1972 no ato de inauguração da Conferência do Curso de Direitos Humanos do Instituto Internacional dos Direitos do Homem de Estrasburgo, publicada com o título de “o direito ao desenvolvimento como um direito do Homem”.

Continuando com os meios ligados à Igreja Católica, obviamente não podemos deixar de nos referir ao discurso proclamado na OIT em 10 de Junho de 1969, por sua Santidade o Papa PAULO VI, exortando os membros da comunidade religiosa a “empenharem-se em caminhos decididamente novos que assegurem o direito solidário dos povos ao seu desenvolvimento integral e que permitam a todos os povos tornarem-se os artífices do seu próprio destino “*Populorum Progressio*, 65”⁸⁰. Nesta matéria os estudos da francofonia sobressaem aos demais autores tendo estes aprofundado a noção de direito ao desenvolvimento atribuindo ao desenvolvimento um dado qualitativo socioeconómico, que diz respeito à melhoria de condições da população, ou seja pode haver aumento da riqueza de um país (crescimento) sem que isso se reflita na qualidade de vida da sua população

⁷⁹ Cfr. O texto in “Le Droit au Développement sur le Plan International”, cit., apud, pp. 204 e segs...

⁸⁰ Apud, Eduardo P. Ferreira, sobre este assunto vide, Extratos do discurso em *Le Droit au Développement*, cit., p. 229.

(desenvolvimento), este último implica aspetos ligados à saúde, a educação ao meio ambiente, à igualdade a liberdade política. Foi, alias, com esta noção, que as Nações Unidas trabalharam para criar o IDH, que veremos nos próximos capítulos do nosso trabalho.

O verdadeiro conteúdo deste direito a sua determinação é problemático, se por um lado os países em desenvolvimento tentam criar uma base jurídica própria que até certo ponto criou choques com os tradicionais princípios do direito internacional, há como se diz nos últimos anos uma recomposição completa. A ONU reconheceu oficialmente o direito ao desenvolvimento como um direito humano pela primeira vez em uma Resolução da Comissão dos Direitos Humanos, em 1977. No dia 4 de dezembro de 1986 foi aprovada a Declaração das Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento. A Declaração define o direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos têm o direito de participar, de contribuir e de desfrutar de um desenvolvimento económico, social, cultural e político no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados. É um direito que hoje em dia se situa nos lugares cimeiros na estrutura jurídica do Sistema internacional de Direitos Humanos.

Segundo ABI-SAAB, o conceito de direito ao desenvolvimento se situa na confluência de duas ideias, a do desenvolvimento e a dos direitos humanos. O direito ao desenvolvimento corresponde ao reconhecimento de um direito subjetivo à criação de condições para viver uma vida digna no quadro de todas as sociedades e ordenadamente. A distinção entre direito ao desenvolvimento e direito do desenvolvimento nos permite fazer um certo enquadramento desta temática, ora o direito do desenvolvimento faz parte do Direito Internacional Público, surge na década de 1960 na CNUCED, e incide sobre as relações entre Estados e como titulares aparecem os países em desenvolvimento, cujo propósito é o da construção de uma Nova Ordem económica Mundial favorecendo os países subdesenvolvidos com base na cooperação e em privilégios comerciais.

No que tange ao direito ao desenvolvimento este é um direito humano de terceira geração, tais como o direito à paz, ao meio ambiente, a autodeterminação, o seu foco está ligado diretamente a pessoa humana, sob o ponto de vista individual ou coletivo.

2.2 A Instituição do Direito ao Desenvolvimento: O Contributo das Nações Unidas e os principais Atores

Criada a ONU em 1945, logo após o término da II Guerra Mundial, o termo desenvolvimento passou a fazer parte na ordem de trabalho das organizações internacionais. No capítulo IX da Carta das Nações Unidas assinada em 26 de junho do ano da criação desta organização é dedicado inteiramente a cooperação económica e social, ação esta consagrada no artigo 55.º da referida Carta cujo conteúdo lê-se:

“com o fim de criar a condição de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseada no respeito ao princípio de igualdade de direito e de autodeterminação dos povos, as Nações Unidas promoverão: a) a elevação do nível de vida o pleno emprego e condições de progresso e desenvolvimento económico; b) a solução dos problemas internacionais, económicos, sociais, e de saúde e conexos, bem como a cooperação internacional de carácter cultural e educacional; c) o respeito universal e efetivos dos direitos do homem e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”.

Foi a partir desta altura que as Nações Unidas, procuraram concretizar os objetivos supramencionados no sentido da consagração do direito ao desenvolvimento, exigindo para o efeito uma cooperação conjunta ou regionais de todos os seus membros. Seguiram-se a aprovação de um conjunto de resoluções, declarações, pactos e definição dos ODM que mesmo não configurando as regras normativas do direito, deram um impulso na constituição do seu conteúdo. Com as independências de grande parte das colónias em África finais dos anos 50 e princípio de 60, a questão do desenvolvimento económico entra definitivamente como uma das bases de atuação da ONU, pois os países pobres denominados países do Terceiro Mundo constituíam na altura e constituem até a data a maioria na Assembleia Geral das nações Unidas reivindicando a independência de outros Estados ainda sob o jugo colonial, uma cooperação internacional mais justa e abrangente e o desenvolvimento dos seus povos.

As exigências dos países do Terceiro Mundo tiveram como primeiro efeito a adoção na XV Assembleia da ONU a importante “Declaração sobre a Concessão de Independência aos países e Povos Colônias”⁸¹, com o seguinte teor: “o colonialismo impede o desenvolvimento da cooperação económica internacional, entrava o desenvolvimento social, cultural e económico dos povos dependentes e vai de encontro ao ideal da Paz Universal”. Na busca de uma cooperação económica Mundial mais humanista e solidária, estes países instauraram uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEI). Esse esforço deu início a uma série de encontros relacionados com matérias de desenvolvimento desde os anos de 1960 até finais dos anos de 1980, a saber:

- a) A Conferência de Bandung realizada em abril de 1955, com a presença de países africanos e Asiáticos cujo objetivo foi o de acordar a consciência dos problemas económicos financeiros, técnicos e comerciais comuns aos países em desenvolvimento para permitir o desenvolvimento das regiões;
- b) Em 1962 na Conferência do Cairo, aprofundamento dos temas tratados na conferencia anterior e apresentação de propostas de institucionalização dos problemas candentes do desenvolvimento na África, Ásia e América Latina;
- c) Em 1964 da Conferencia das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) foram traçados grandes objetivos para a promoção do comércio internacional em particular os países em desenvolvimento, cuja finalidade consistia no estímulo ao crescimento económico;
- d) Seguiram-se outras não menos importantes como a Conferência de Argel e de Lusaka em 1973;
- e) A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, a Carta de Direitos e Deveres Económicos dos Estados⁸², tendo aprovado no ano seguinte a Resolução sobre Desenvolvimento Cooperação Económica Internacional⁸³ integrando atividades nucleares sobre o desenvolvimento tais como: a industrialização, a agricultura e alimentação, o comércio internacional, a cooperação entre os países em desenvolvimento, a transferência de recursos e a ciência e tecnologia.

⁸¹ Resolução n.º 1.514 de 14 de dezembro de 1960.

⁸² Resolução n.º 3 221/XXIX, de 12 de Dezembro de 1974.

⁸³ Resolução n.º 3 362, em Setembro de 1975.

Foi a partir dessas Conferências e Resoluções tomadas, bem como de outras sobre as quais já nos referimos recordando a do Juiz Senegalês KEBA M'BAYE histórica no mundo jurídico, que o conceito de direito ao desenvolvimento evoluiu até a sua consagração como um direito humano, culminando com a aprovação da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento⁸⁴ que, conceitua no n.º 1 do artigo 1.º o direito ao desenvolvimento como:

“um direito humano inalienável em resultado do qual todos os seres humanos e todos os povos têm o direito de participar, de contribuir e de disfrutar do desenvolvimento económico, social, cultural e político, de harmonia com o qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais podem ser realizadas”, tão importante é também o texto do seu ponto n.º 2 que acrescenta o seguinte: “o direito humano ao desenvolvimento também implica a plena realização do direito dos povos à autodeterminação que inclui a harmonia com as disposições relevantes de ambos os pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, o exercício do seu direito inalienável de soberania plena sobre toda a riqueza e recursos naturais”⁸⁵.

Outros artigos que perfazem a substância dessa Declaração são-no também o artigo 2.º, n.1, que determina que, “a pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento e deverá ser participante ativa e beneficiária do direito ao desenvolvimento” e o n.º 3, n.º 1, que proclama que “os Estados têm a responsabilidade primária pela criação das condições nacionais e internacionais favoráveis á realização do direito ao desenvolvimento”.

As universalidades dos direitos do homem são comumente efetivadas pelas instituições. A Carta das Nações Unidas no seu parágrafo 29.º são fixados compromissos onde se reafirma a promoção dos direitos através dos instrumentos e declarações internacionais sobre esta matéria. A quase totalidade dos países africanos assinou a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)⁸⁶

⁸⁴ Resolução 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 4 de Dezembro de 1986.

⁸⁵ Vd. In EDUARDO PAZ FERREIRA, Valores e Interesses – *Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*, Almedina, Coimbra, Lisboa, abril de 2004, p. 171

⁸⁶ Texto integral da Declaração Universal dos Direitos do Homem: A Assembleia Geral Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedades, tendo-as constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua

considerado o centro moral das Nações Unidas e, mais de um século depois da sua aprovação, continua a oferecer inspiração e orientação ao mundo, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1986) ou o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos e Culturais (1966). Foi estabelecido um Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos (1998). Os direitos cívicos, económicos e sociais, com os respetivos deveres, são fundamentais como fatores de segurança e de desenvolvimento económico a longo prazo.

Cabe recordar que antes da consagração da Declaração da ONU sobre o direito ao desenvolvimento de 1986, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos de 1981 já reconhecia expressamente o direito ao desenvolvimento como um direito da pessoa humana, de acordo com o n.º 1 e 2 do artigo 22.º segundo a qual:

“Todos os povos têm direito ao desenvolvimento, económico, social e cultural, no estrito respeito pela sua liberdade e da sua identidade, e ao gozo igual do património comum da humanidade. Os Estados têm o dever, separadamente ou em cooperação, de assegurar o direito ao desenvolvimento”.

Mesmo sendo primeira a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos e da Declaração das Nações Unidas sobre o direito ao desenvolvimento de 1986, o reconhecimento definitivo do direito ao desenvolvimento como um direito humano, apenas foi consagrado definitivamente na Conferência de Viena de 1993 sobre Direitos Humanos no capítulo I, ponto 10.º nos seguintes termos:

“Conferência Mundial sobre Direitos do Homem reafirma o direito ao desenvolvimento, conforme estabelecido na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, enquanto direito universal e inalienável e parte integrante dos direitos do homem fundamentais”.

Com a queda do muro de Berlim e a partir da Conferência de Viena, a ideia do direito ao desenvolvimento passa a fazer parte definitiva do sistema de promoção e proteção dos direitos humanos das Nações Unidas, adotando a pessoa humana como sujeito do desenvolvimento. Existem vários artigos na Declaração, e todas exigem um exame sério, mas vale a pena salientar alguns. O artigo 28.º da

aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as do territórios colocados sob a sua jurisdição. (UNGA 1948)

Declaração dos Direitos do Homem (UNGA 1948), “constitui uma das mais despojadas e felizes definições do conteúdo do direito ao desenvolvimento, sendo suscetível de ser sempre adaptada à evolução das circunstâncias”⁸⁷. ⁸⁸O artigo 22.º estabelece o direito à segurança social, por outras palavras, uma base mínima de rendimento garantido que preserve a dignidade humana e que permita aos indivíduos satisfazer as necessidades humanas mais básicas de água, alojamento, vestuário (...)

Muitos avanços foram verificados no domínio da justiça, apesar da controvérsia gerada em torno do Tribunal Penal Internacional, que muitos países africanos manifestaram o seu abandono dada a imparcialidade com que tem tratado os líderes africanos. A independência do poder judicial tem se mostrado porém instrumento capaz de combater a impunidade razão pela qual o Tribunal Internacional com competências para julgar e arbitrar conflitos entre os africanos e o Tribunal Penal Internacional revestido de poderes para o sancionar crimes contra a humanidade ou de guerra, perpetrados pelos responsáveis africanos no caso de genocídios fenómenos que ainda acontecem no continente, jogam um papel revelante na manutenção da justiça no continente africano o que constituem avanços.

Sobre o conteúdo do direito ao desenvolvimento importa agora para seguir a sua análise identificar os verdadeiros titulares dessa relação jurídica em formação permanente, apesar de já nos termos referido a geração a que pertence este direito bem como do seu objeto, que sem dúvida está dirigido à pessoa humana e até mesmo os Estados por neles fazerem parte.

2.2.1 Principais atores e destinatários do Direito ao desenvolvimento

Consta na doutrina, que a primeira manifestação jurídica normativa do direito ao desenvolvimento ocorreu no plano internacional em 4 de dezembro de 1986 através da Resolução n.º 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Da Declaração de 1986 no seu artigo 1.º atribui a titularidade a todos os indivíduos, e povos reconhecendo neles uma expressão individual e coletiva de direitos fazendo

⁸⁷ Vide, EDUARDO PAZ FERREIRA, ob, cit., p. 171

⁸⁸Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.ª edição, escolar editora, Lisboa, 2015, p. 249.

jus desse reconhecimento a participação, disfrute e contribuição do processo de desenvolvimento económico, social, cultural e político.

Já no plano interno, a título de exemplo a Constituição da República de Angola (CRA), de 2010⁸⁹, estabelece no seu artigo 89.º, n.º 1, al. a), o papel regulador da economia e coordenador do desenvolvimento económico nacional harmonioso, conjugado com o artigo 90.º al. e), que determina a fruição por todos os cidadãos dos benefícios resultantes do esforço coletivo do desenvolvimento, nomeadamente na melhoria qualitativa e quantitativa do seu nível de vida. Aqui podemos constatar que o desenvolvimento é enunciado tendo como sujeito a pessoa. Trata-se, pois, de uma perspetiva que, no plano interno, vem ganhando expressão nas consagrações constitucionais de diversos Estados de direito. O valor jurídico desse direito enquanto direito fundamental não levanta a nosso entender qualquer questionamento. A importância desse reconhecimento jurídico repousa na necessidade de fortalecimento do valor humano de modos a legitimar a sua emancipação de sujeito de direitos no âmbito nacional.

Já M`BAYE, afirma que os titulares do direito ao desenvolvimento são simultaneamente os indivíduos e os Estados, juntando-se em clara alusão aos seus correligionários lavradores da Carta Africana dos Direitos do Homem. Recordamos que à Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 dava como existentes os direitos humanos coletivos. Tal como realça o Professor Eduardo P. Ferreira, ao revelar a posição crítica de um renomado constitucionalista, Jorge Miranda, que assume com especial vigor a crítica à classificação desses direitos entre os direitos do homem, sustentando que “... não pode fazer-se confusão entre tais direitos dos povos – desde o direito à autodeterminação ao direito à paz – e os direitos do homem – o direito à vida, à liberdade física, às convicções religiosas e filosóficas, ao trabalho, etc.;⁹⁰ são coisas completamente diversas mesmo se interligadas. Os direitos dos povos são direitos de coletividades mais ou menos bem definidas em várias situações; os direitos do homem direitos das pessoas (sempre pessoas individuais, concretas, irredutíveis e insubstituíveis)”

⁸⁹ Constituição da República de Angola de 2010, art, º 89.º, n.º 1, al. a).

⁹⁰ *Manual de Direito Constitucional*, 3.ª edição, tomo IV, *Direitos Fundamentais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 68.

O Direito ao desenvolvimento tem vindo a ganhar novos elementos além do económico. Em primeiro lugar da distinção entre Direito Internacional do Desenvolvimento e do Direito ao Desenvolvimento, merece ser destacada a fim de compreender o desenvolvimento integralmente. Assim, enquanto o primeiro é uma organização jurídica reguladora entre as relações de Estados, já o último apresenta-se como um direito humano em razão da identificação do sujeito como participe ativo do processo de desenvolvimento com uma amplitude coletiva e individual de direitos.

Os debates sobre os titulares do desenvolvimento e da existência deste direito foram de acordo com a doutrina sempre motivo de divergências. Desta debate surgiram três respostas essenciais: a titularidade residia nas pessoas; seriam os Estados os titulares ou os titulares seriam os povos.⁹¹ De entre um dos principais diplomas internacionais que tratam do desenvolvimento destaca-se em primeiro lugar a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, de que é possível observar o reconhecimento do direito ao desenvolvimento no sentido de desenvolvimento de capacidades humanas com destaque ao livre desenvolvimento da personalidade identificado nos artigos: 22.º, 25.º, 26.º 28.º e 29.º.

Segundo (FERREIRA, 2004: 179), “a atribuição aos Estados, de uma posição central como titulares do direito ao desenvolvimento foi assumida pela generalidade dos países em vias de desenvolvimento em defesa da necessidade de construção de uma nova ordem económica internacional e encontra uma expressão clara na Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, onde os Estados se apresentam no coração do direito ao desenvolvimento”, (...). Deste rico debate, chega-se a conclusão de que é a pessoa que está no centro de todas as atenções e os Estados são instrumentos através dos quais se concretizam os direitos previstos na Declaração Universal do Direito ao desenvolvimento. Reconhecidos os titulares ativos estaríamos em condições de avançar com os sujeitos passivos dessa relação e de acordo com o papel de cada um cabe desta feita aos Estados a missão de conduzir as políticas de desenvolvimento apesar de envolver a comunidade internacional, no plano interno os países em desenvolvimento atuam como sujeitos ativos, e no plano externo os Estados desenvolvidos apresentam-se com sujeitos passivos.

⁹¹ Vide, Eduardo Paz Ferreira, ob, cit., p. 179.

2.3 A Constitucionalidade do Desenvolvimento Económico nos Textos Africanos e Internacionais

2.3.1 O Desenvolvimento Económico nos grandes Textos Constitucionais

No início do milénio, os constrangimentos como a pobreza, a dependência económica, o endividamento, as doenças e os conflitos continuam em África. Foi nesta conjuntura que o Tratado da União Africana foi subscrito e adotado em 12 de junho de 2000, em Lomé. Ele constitui uma transformação do direito internacional africano, prevendo a transição e a supressão da OUA para a UA. O desenvolvimento da África dependerá acima de tudo das obrigações dos africanos e da concretização pela afirmação do direito ao desenvolvimento consagrado nos textos africanos⁹², especialmente na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, que é sem dúvida um direito obrigatório para os membros que o constituem.

Em muitas Constituições dos Estados africanos, estão consagrados um conjunto de direitos e obrigações entre o Estado e os seus cidadãos, influenciadas pela Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. No fundo, os Estados africanos, procuram adotar uma verdadeira democracia com a implementação de Estados de Direito que permitam dar respostas aos problemas de desenvolvimento que se lhes apresenta, assegurando desta forma a diminuição de desigualdades no continente abraçando um conjunto de direitos e deveres de natureza económica e social, que criam melhores condições de vida para os seus filhos.

O desenvolvimento e a cooperação como problemas internacionais transversais entre Nações ricas e pobres, surge nos principais textos universais. Não queremos aqui, hierarquizar os documentos, mas antes de tudo procurar justificar a importância que cada texto apresenta no universo constitucional. Merece especial atenção a Carta das Nações Unidas que, como assinalam ANDRÉ G. PEREIRA E FAUSTO DE QUADROS, “corresponde a um tratado-constituição que contém um conjunto de princípios que não são exclusivos das Nações Unidas, “porque constituem princípios fundamentais de toda a Comunidade Internacional e, por isso,

⁹² Ver neste caso, a Constituição da República de Angola, no seu artigo 89.º, n. º1, al. a).

dão corpo a um Direito Constitucional Internacional”⁹³. Destacamos dentre os vários princípios desta Organização Internacional aqueles que manifestam o caráter económico onde esta obviamente subjacente o desenvolvimento. Nada mais resta dizer que a Carta das Nações Unidas constitui a fonte motriz indispensável para as tarefas de desenvolvimento nas décadas subsequentes e ao mesmo tempo apresenta um plano base para a preservação de uma base jurídica.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), consagra um conjunto de princípios universais, inalienáveis e indispensáveis para uma vida digna de ser vivida, que em suma no seu artigo 28.º vêm a explicar a essência desta Declaração. Porém a carência de força jurídica e de consenso sobre o alcance dos direitos económicos, sociais e culturais, levou a Assembleia Geral das Nações Unidas a adotar em 1996 no seguimento da DUDH, dois minuciosos tratados, sendo uma sobre os direitos civis e políticos e a outra sobre os direitos económicos, sociais e culturais que cobrem as cinco áreas principais dos direitos humanos. O Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais assim adotado e que entrou em vigor em 1976 reafirma o ideal de o ser humano ser liberado da ameaça e da miséria. Cria obrigações dos Estados em relação as suas populações e reconhece assim, o direito a toda pessoa a um nível de vida suficiente para ela e para sua família, respetivamente alojamento digno, alimentação e vestuário e todo um conjunto de melhorias das condições de existência articulado no n.º 11.º, o direito à saúde, à educação e a cultura artigo 12.º

A ausência de diferenciação entre liberdades e direitos por um lado e direitos económicos e sociais por outro já referidas antes, revela-se uma das mais interessantes inovações da Carta Africana. Assim, os escassos direitos económicos, sociais e culturais surgem descritos nos artigos 15.º e 18.º de forma sucinta. Foi também visando esta mesma autodeterminação que se inseriu, na Carta Africana, o direito ao desenvolvimento, tal como se referiu o académico (FERREIRA,2004: 200), (...), uma afirmação inequívoca do direito ao desenvolvimento surge na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos de 28 de Junho de 1981, consagrado no artigo 22.º.

⁹³Fausto de Quadros e André Gonçalves, *Manual de Direito Internacional Público*, 3.ª edição, Editora Almedina, Coimbra, 2015, p. 468.

Tendo ou não suas origens e influência exercida pela NU, a verdade é que o direito ao desenvolvimento, no contexto africano e no dos países em desenvolvimento, tem como objetivo servir como um instrumento de mudança, para uma sociedade mais justa e humana. Concebido primeiro como um direito das comunidades submetidas à dominação colonial, desenvolveu-se, de tal sorte que, seu enfoque atual vincula todos os países em desenvolvimento à NOEI. A maioria dos países aderiu aos dois pactos. Os Estados Unidos não adotaram o PIDESC, e é precisamente este aspeto que surge como antagónico, pois, os países desenvolvidos, que propagam a proteção dos direitos humanos, não se encontram dispostos à necessária divisão de riquezas que ensejaria o desenvolvimento e a consequente diminuição da violação dos direitos humanos. Este é certamente o motivo principal que fez com que o direito ao desenvolvimento só encontrasse abrigo convencional na Carta Africana.

O elemento económico do direito do desenvolvimento não deve forçosamente prevalecer sobre os demais, afinal não é só o crescimento económico que reflete o desenvolvimento. Como salienta a própria introdução da Carta de Banjul ao afirmar que se deve ter "em conta as virtudes (das) tradições históricas e (dos) valores da civilização africana que devem inspirar e caracterizar as (...) reflexões sobre a conceção dos direitos humanos e dos povos". Deve-se destacar, ademais, que não é tão-somente com a autodeterminação que o direito ao desenvolvimento se relaciona; todos os direitos estampados na Carta Africana são percebidos por seus vários e inúmeros aspetos.

Além do PIDESC, as NU, adotaram outros objetivos específicos entre os quais e por ordem de importância denotamos os ODM, adotados em setembro de 2000 também inspirados na Declaração Universal e nos Pactos internacionais, uma vez que a sua meta é implementar o direito humano com vista a satisfação das necessidades básicas em todas as dimensões (rendimentos, educação, alimentação, emprego, saúde e condições de vida seguras).⁹⁴Os direitos humanos estavam, pois, no centro do programa dos ODM, e permanecem no âmago moral das Nações Unidas e da nova era dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

⁹⁴Cfr. Jeffrey D. Sachs, *A Era do Desenvolvimento Sustentável*, Tradução Jaime Araújo, 1.ª edição, Editora Almedina, Lisboa, abril, 2017.

2.3.2 A Confiança e a Lei como Fundações do Desenvolvimento Económico

Com base em registos cronológicos históricos, podem ser apresentadas as diferentes épocas de formação e criação de certas leis económicas e sociais da humanidade. No ano 529, o imperador Bizantino estabelece as fundações das leis civis modernas no seu corpus Civilis, entre 1100 a 1200 o sistema de *Common Law* nasce na Inglaterra medieval, a lei comercial começa a ser incluída nos sistemas legais nacionais no período de 1700-1800, finais do século 1900 e com a criação da União Europeia é estabelecido um novo nível de leis na Europa.

A fixação de normas faz parte da organização de todos os países do mundo, para permitir funcionar em pleno potencial as suas economias, pois sem normas oficiais definidas nas leis as economias não poderiam funcionar. Mesmo os apoiantes do mercado liberal, fiéis aos princípios da privatização da economia, concordam que são necessários governos para manter o controlo da atividade económica e a implementação das leis e dos direitos de propriedade. A ausência de leis que regulem o mercado livre conduziria à anarquia, um receio já previsto no século XVIII, por Adam Smith.

As economias capitalistas estão baseadas na confiança. Com similitude, um país pode incorrer numa grande dívida, desde que os investidores internacionais acreditem que não irá falir no futuro. É esta a confiança que os países africanos devem demonstrar captando e atraindo investimentos de que necessitam para desenvolver as suas economias. África, precisa de governos e de instituições que façam cumprir os contratos e definam as normas a que os cidadãos devem obedecer. Só assim, é que as pessoas terão a segurança de que, a posse de seus bens, está garantida e que não haverá confisco arbitrário. Assim, caberão aos governos preservar um sistema de propriedade estável e justo e outros direitos legais através dos quais podem ser responsabilizados aqueles que violam as suas leis.

Uma das razões principais de sucesso da Revolução Industrial na Inglaterra, foi o sistema legal ser considerado muito confiável. Os direitos de propriedade estavam bem estruturados na ordem jurídica ao contrário dos outros países

Europeus onde estas se contrastavam frequentemente. Os Direitos de propriedade intelectual em África necessitam de ser protegidos, pois os inventores e criadores assim terão maiores incentivos para a inovação desde que esses direitos estejam salvaguardados na constituição. Logo, as economias funcionarão com firmeza, quando os governos assegurarem um sistema estável de patentes e de outros direitos de propriedade como os direitos de autor. Atendendo ao acima exposto, ficamos plenamente de acordo com os argumentos do economista Peruano Hernando de Soto⁹⁵, afirmando que muitas das famílias pobres do mundo são-no porque simplesmente não têm direitos legais sobre a sua propriedade.

A solução que Soto⁹⁶ defendeu é dar aos pobres os direitos de propriedade das suas casas. Dessa maneira, eles têm um incentivo não só para cuidar melhor delas, mas também para pedir empréstimos utilizando as suas casas como garantia. Soto argumenta que o valor total das casas que são propriedade dos pobres do mundo em desenvolvimento é mais do que 90 vezes o total da ajuda estrangeira total dada a esses países nos últimos 30 anos. Uma eloquente citação, permite-nos e em jeito de consideração final, dizer que estamos de acordo quanto ao entendimento de que “os governos não só devem assegurar que as pessoas respeitem as leis e os contratos, mas também devem implementar as leis adequadas para garantir que as pessoas contribuam para o desenvolvimento económico⁹⁷”.

CAPÍTULO 3 – O Desenvolvimento Económico e a Pluralidade das Regras Jurídicas em África

3.1 Introdução

Afirmar-se, hoje em dia que o pluralismo jurídico já não é uma exclusividade de África, mas sim transversal a todas as sociedades, obviamente, cada uma com a sua natureza específica. No contexto africano, historicamente marcado pelo colonialismo a concepção dos direitos costumeiros não como ordem normativa, mas como imposição, tem vindo a criar um debate aceso sobre a qualidade da pluralidade das regras jurídicas em África e noutros cantos do mundo, questionando-se a sua

⁹⁵ Cfr. Edmund Conway, *50 Ideias de Economia Que Precisa Mesmo de Saber*, Tradução de Pedro Marcelo Curto, 1.ª edição, Publicações Don Quixote, Lisboa, abril de 2009, p. 104.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 104.

⁹⁷ Idem, p. 105.

legitimidade ou não no contributo e promoção da justiça entre os povos do continente.

Com a identificação de duas ordens jurídicas em África, o direito ocidental e o direito consuetudinário, surgiram os primeiros sinais de coabitação das duas sendo a última ordem não tutelada pelo Estado, mas sim pelas Autoridades tradicionais que emanam desde os seus antepassados. A história de África, bem como o contexto em que foram elaboradas as primeiras etnografias está presente na discussão presente sobre a pluralidade jurídica. O domínio colonial marcou profundamente a história de África não só ao transformar a realidade, mas também ao reproduzi-la de maneira diferente. O escritor e defensor da tradição oral africana HAMPÂTÉ BÂ, deixa-nos um legado na sua esplêndida frase a ideia de que: “Condenamo-nos a não compreender nada de África se a encaramos de um ponto de vista profano.” (HUGON, 2015: 45).

Analisando o direito costumeiro africano configuram-se, a prior, a ideia da tradição como conjunto de regras, normas, práticas e valores de antiguidade imemorial que foram preservados durante anos pelas sociedades africanas e que regulam as interações dos membros dessas sociedades (CHANDA, 2006: 49), versão deixada pelos colonizadores e que continua a ser contada tal como antes. Um dos principais exemplos é o que acontece com a ideia da não privatização da terra, concebida como parte do direito costumeiro. Num continente com uma diversidade de culturas, e de regras jurídicas a trajetória caracteriza-se por uma interação de processos internos e externos verificando-se desempenhos híbridos nas regras e processos de legitimação.

3.2 A Pluralidade das Regras e das Normas Jurídicas em África

A descrição que acabamos de fazer, não seria possível sem a existência de um quadro instrumental regulatório da vida social através da aplicação de princípios de coercitividade bilateral com a designação de Direito. A diversidade de valores culturais, étnicos só podem se tornar compatíveis com a utilização de leis. A teia de normas de que o direito africano se pode valer, completamente dispersas tais como o direito consuetudinário, aquela cuja autoridade recai sobre as Autoridades tradicionais, os direitos da autodeterminação ou ainda aqueles impostos pelas

instituições económicas multilaterais, fazem parte do leque de formação institucional e jurídica em África.

Em África os direitos de posse consuetudinários muito particularmente da terra estão longe de se constituírem propriedade exclusiva, a relação com a terra continua sob uma base de partilha. Esta caracterização complexa de normas torna-os distintos dos direitos de propriedade modernos. Muitas comunidades africanas vivem aglomerados locais designadas de aldeias, as explorações dessas parcelas de terra encontram-se fundadas tradicionalmente em direitos fundiários e com responsabilidades coletivas. Verifica-se que em muitas sociedades os bens patrimoniais não são alienáveis, por exemplo o caso da terra que não pode ser adquirida por um particular como bem privado.

Como afirma Philippe Hugon⁹⁸, “a política fundiária colonial instaurou a propriedade eminente do Estado mantendo, ao mesmo tempo a pluralidade de direitos de uso e raramente instaurou a propriedade privada da terra”. Hoje em dia, seguindo ainda a ideia do mesmo autor, “os conflitos fundiários encontram-se no centro das relações entre mais novos e mais velhos, autóctones, migrantes, jovens escolarizados, entre investidores estrangeiros que regatam terras ou assinam contratos de aluguer de longo prazo e camponeses ou criadores que dispõem de direitos de uso”⁹⁹. A pluralidade dos referentes jurídicos e das legitimações conduz a conflitos entre os direitos de propriedade e os direitos possessivos.¹⁰⁰

Em África as práticas fora da legalidade são o grande desafio a eliminar, justamente porque a ausência ou mesmo a fraqueza de um Estado de direito traduz-se pelo não respeito das normas contratuais e pela falta de punição dos culpados pelos tribunais competentes. Acrescidas a estas anomalias temos a pouca preparação dos juízes piorando o risco empresarial. Todos esses fenómenos fazem parte nas sociedades africanas em geral, juntadas na ausência de liberdade do sistema judicial, motivo para dizer que os costumes legitimados a escalas locais não estão em sintonia com escalas mais amplas.

⁹⁸ Cfr. Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.ª edição, escolar editora, Lisboa, 2015, 62.

⁹⁹ Idem, p. 62.

¹⁰⁰ Idem, ibidem, p. 62.

3.3 A Relação Desenvolvimento Económico Poder, e as Regras Jurídicas

As grandes potências colocam o direito no centro da vida social. Sociedades com um potencial de desenvolvimento espetacular como os Estados Unidos da América, a Europa e da Ásia, a hegemonia atingida nestas regiões se deve ao enquadramento das normas e acima de tudo pela crença de que o desenvolvimento está associado a sistemas jurídicos eficientes, a existência de um Estado de direito, e da implementação de regras que evitem a prática da corrupção e ofereçam segurança aos seus agentes económicos. A internacionalização das normas sociais, ambientais, tornaram-se os principais fatores de proteção dos países ricos pelo seu poderio em termos de industrialização ameaçando os pequenos produtores africanos, que uma vez sujeitos ao cumprimento das convenções retarda a certo ponto o crescimento dos seus países. Esta situação levanta interrogações na aplicação das normas ambientais no caso de sociedades situadas em patamares de desenvolvimento amplamente diferentes correndo o risco de aumento das desigualdades internas se tivermos em linha de conta o cumprimento às regras, às normas ambientais e sociais e ao respeito pelo direito.

O campo de controversas entre as normas jurídicas e o desenvolvimento económico existem. Para os liberais, a atividade económica privada é criadora de iniciativas e de promoção económica ao assegurar os investimentos e a retribuição dos lucros. É a segurança das pessoas e dos bens que gera o desenvolvimento, e este por seu lado é garantido quando as inovações e o assumir de riscos são concretizados por um ambiente de estabilidade e de respeito às transações. Os sistemas jurídicos devem ser imparciais, sem o favorecimento de algumas grandes empresas em detrimento da maioria das pequenas empresas como se passa com os direitos de propriedade privada

É bem verdade que entre a taxa de crescimento económico, as normas jurídicas e a boa governança não exista relação factual significativa, porém, importa distinguir os aspetos normativos e éticos do Estado de direito e da democracia dos aspetos da existência de capitalismo dinâmico sem Estado de direito, como é o caso da China¹⁰¹. Com razão, como diz o académico Eduardo P. Ferreira, (...) o apoio ao

¹⁰¹ Cfr. Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.ª edição, Escola editora, 2015, p. 65.

desenvolvimento mais não representava do que a concretização de um imperativo ético que recai sobre os Estados que se encontrem em posição comparativamente mais favorável. (FERREIRA, 2004: 110).

Existem em contrapartida limiares para lá dos quais o Estado¹⁰² de direito está em sintonia com o nível de desenvolvimento. As normas atuam como incitadoras e podem desta forma favorecer a inovação. Em África, a fixação de direitos de propriedade privada fundiária onde supostamente encontram segurança os que a exploram, leva por vezes aos conflitos fundiários, à exclusão de migrantes, e a instabilidades económicas que criam letargias ao desenvolvimento económico. Só uma boa combinação entre as regras de uso dos recursos, a intensidade produtiva, as economias de escala de algumas atividades, podem levar a eficiência dos direitos de propriedade

A efetividade do direito depende de um nível de desenvolvimento económico, que torne possível a aplicação dos direitos. Nos casos de ineficácia do Estado de direito, as normas exercidas pelas Autoridades tradicionais substituem o direito positivo, desempenhando um papel eficaz de regulação de conflitos em África.

¹⁰² Idem, p. 65.

Parte III - A Marcha do Desenvolvimento Económico em África - Realizações e Constrangimentos

Os níveis de crescimento económico no continente comparativamente ao das potências Ocidentais está muito aquém do desejável se atendermos o estado de pobreza de África. Das transformações económicas estruturais conducentes ao desenvolvimento como as infraestruturas sociais, técnicas e tecnológicas constituem o grande desafio continental. É sobre estas questões e outras que nos propomos analisar no que respeita as realizações do domínio do desenvolvimento económico e aos impasses que, todavia, persistem.

Capítulo 1. A Macroeconomia dos países Africanos

1.1 Considerações gerais

A macroeconomia sendo uma área de estudo das ciências económicas, responsável pela análise dos fatores económicos de determinada região, permite fazer uma análise global visando o estudo do desenvolvimento do crescimento económico, a geração de empregos, o mercado monetário, a construção de um comércio internacional vantajoso, o estudo do rendimento e da produção, a taxa de câmbios e juros, o nível geral de preços, entre outros fatores. Neste capítulo vamos analisar as condições macroeconómicas nas diversas regiões e países de África particularmente da África Subsariana, patenteando as tendências de crescimento verificadas no passado, no presente e no futuro, tendo por base as dinâmicas vigentes ao nível internacional, regional e interno.

São examinados os principais fatores de crescimento por cada região baseados na estrutura das economias dos países de África e subsarianos. Outras questões analisadas neste capítulo pendem com as políticas orçamental, financeira e monetária, assim como o comércio intra-africano tido como componente de sustentabilidade no desempenho do crescimento e como fator de modelação da trajetória de desenvolvimento dos países africanos futuramente. Uma visão positiva de África leva-nos a confluência de ideias partilhadas entre intelectuais, académicos, políticos, economistas, juristas, psicólogos, Organizações internacionais, sedeadas no continente e fora deste a ideia latente de que África é o continente do futuro. Esta

visão futurista enfrenta, todavia, três fatores cruciais que devem ser ultrapassados, já referidos em capítulos anteriores, onde sobressaem o fator demográfico, político e o endividamento. A democracia é um desafio permanente no continente, e a sua experiência coloca os países em estágios de maturidade diferentes. Nos Estados da União Magrebina ela é diferente entre os seus membros, o Marrocos e o Egito lideram a região. Na África subsariana se passa exatamente o mesmo não há semelhança na sua generalidade, porém ao nível dos países anglófonos constata-se alguma uniformidade.

A saída pacífica de alguns líderes africanos representa uma vantagem histórica no domínio da democracia comparativamente ao mundo Árabe, esta inversão do quadro coube a ação prática tomada pela UA, posicionando-se contra os golpes de Estado, favorecendo a implantação dos atos eleitorais. Alguns focos de instabilidade ainda pairam um pouco em todo o continente, só para citar um exemplo temos o caso do conflito étnico-religioso na RCA, onde os grupos rebeldes muçulmanos desencadearam entre 2012 e 2013 um massacre contra os cristãos, a Nigéria com cerca de 182 milhões de pessoas deixou para trás a triste rotina de golpes de Estado. Os fatores como o terrorismo e a corrupção constituem sérios entraves para o desenvolvimento económico e social em África.

A consolidação do Estado de Direito Democrático vai-se ganhando paulatinamente nos países outrora afetados. A maturidade da democracia em África continua a inspirar cuidados, pois em muitos países africanos os atos eleitorais chegam a ser conflituosos e instáveis gerando uma escalada de violência como o que aconteceu no Congo, Uganda, Ruanda, Burundi e os aflitivos casos em Moçambique um país por sinal da lusofonia onde a alternância da liderança é motivo de disputa, afluindo em atos de guerra pela simples razão da limitação constitucional de mandatos. O dinamismo económico e político engendrado por algumas Nações africanas leva-nos, não obstante aos aspetos menos bons retratados no computo da democracia observar as alterações ocorridas. A África do Sul, a Nigéria, Angola, Quênia, Marrocos, Egito, são sem sombra de dúvidas a força motriz do continente, liderados pela África do Sul, dado o seu substancial desenvolvimento socioeconómico e político. A Nigéria aposta seriamente na industrialização substituindo as importações e dando primazia ao consumo interno em detrimento do

mercado internacional. Assim, tendo em conta a maturidade e a trajetória de desenvolvimento económico podemos agrupar o continente em três grupos político económicos de destaque¹⁰³:

- Grupo A: África do Sul, Nigéria, Marrocos, Egito, Quênia, Etiópia, Cabo Verde, Angola, Ruanda e Namíbia.
- Grupo B: Zâmbia, Zimbábwe, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Gana, Guine Equatorial, Gabão e Camarões.
- Grupo C: Níger, Guiné-Bissau, Mali e Chade.

Um prestigiado economista e professor da escola de economia de Paris, Daniel Cohen, na sua reflexão apontou ironicamente que “o destino trágico de África” se deve a três fatores: a exploração da mulher, das terras e a corrupção das elites¹⁰⁴. Merece especial atenção a análise do último fator como principal geradora do atraso económico. As Nações africanas são exploradas exclusivamente pelas elites políticas e económicas ligadas ao poder, assim foram os casos da RDC, a própria Nigéria cuja exploração do petróleo ao longo dos anos da governação em nada beneficiou a transformação do país. Partindo da classificação dos fatores de produção (trabalho, capital e o progresso técnico), e aplicado este modelo em África notamos com clareza a existência de divergências, faltam recursos humanos, materiais e financeiros que suportem o tão almejado estágio de desenvolvimento. As economias africanas precisam de uma performance dos seus recursos, a semelhança dos países asiáticos, pois estes conquistaram a riqueza não por inspiração, mas sim pelo suor vertido pelos seus cidadãos. O estágio do desenvolvimento só poderá ser atingido em África se as altas taxas de crescimento do PIB traduzirem-se em transformação socioeconómica estrutural.

¹⁰³Cfr., Adebayo Vunge, *Pensar África*, 1.ª edição, Editora Rosa de Porcelana, Lisboa, abril de 2017, p. 35.

¹⁰⁴ Idem, p. 36.

1.2 O Século XXI como Marco do Desenvolvimento Económico em África

O desenvolvimento económico depende como já o frisamos, do crescimento do PIB e este por sua vez incide sobre variadíssimas atividades nos domínios económicos e sociais cabendo as infraestruturas nesta conjuntura um papel destacado. Apesar do enorme potencial de crescimento de África, são necessárias medidas estruturais para ajudar a industrialização do continente. As vastas áreas agrícolas, rios, depósitos de gás, petróleo e minerais devem estar ao serviço das suas populações acrescentando valor ao que produzem e não simplesmente limitar-se a exportação de matérias-primas inacabadas como o fazem até então.

A industrialização, é a melhor e mais rápida solução para garantir que o continente africano consiga atingir o seu anunciado potencial. E para ajudar a acelerar a industrialização das economias africanas, são necessárias a implementação de cinco prioridades: ajudar a industrializar a agricultura, através da criação de zonas de processamento de culturas básicas, investir nas novas ferramentas de conhecimento para industrialização, apoiar o setor privado em indústrias críticas, facilitar o acesso aos mercados financeiros e apoiar a transmissão de conhecimento. A criação da ZLCA, foi uma decisão dos líderes africanos de realce, com fortes evidências de poder a vir se tornar num futuro breve uma plataforma impulsionadora do progresso e desenvolvimento de África

O crescimento das economias africanas está implantado fundamentalmente nos seus recursos naturais tais como o petróleo, o ouro, os diamantes, urânio e outros. As exportações dessas matérias primas, como vimos, não acrescentam valor as economias pois, estas não conseguem manter o ciclo de produção devido a débil capacidade de transformação. Não obstante a estes contratemplos, África melhorou substancialmente as cláusulas contratuais com os investidores estrangeiros sobretudo no setor primário e secundário das respetivas economias. Essas melhorias são verificáveis sobretudo na arrecadação de mais dividendos, e a oscilação positiva dos preços das *commodities* nos mercados mundiais depois das sucessivas crises. Na trajetória de crescimento de África, existem vários caminhos, um deles passa exatamente pela aposta na articulação das economias num quadro de integração e cooperação regionais criando corredores livres de circulação.

A região da África Ocidental, liderada pela Nigéria apresenta uma indiscutível progressão, o ritmo de crescimento das suas economias aliadas as reformas em curso tornam esta região muito promissora. Esta liderança da Nigéria na região onde se insere comparando-a com outra grande potência da região da SADC, a África do Sul pode encontrar rivalidades uma vez que emergem nesta zona outros países concorrentes tal é o caso de Angola. As taxas de crescimento da África do Sul em 2014 não foram satisfatórias, já a Nigéria na mesma época cresceu 6,8%, de notar que a estagnação económica foi sobretudo provocada neste país pelas constantes crises políticas, sociais herdadas do apartheid, bem como da pobreza acentuada. Os problemas em África assemelham-se em muitos países, a Nigéria depois de ultrapassar a crise de golpes, enfrenta outra grave crise terrorista perpetrada pelo *Boko Haram*, contudo, o reforço das instituições públicas no combate a corrupção, e a necessidade de edificação de infraestruturas são prioridades nesta região.

É verdade que o modelo de desenvolvimento da Nigéria assemelhando-se ao da China procura expandir o comércio através do crescimento da sua indústria e por sua vez o crescimento da população faz surgir uma nova classe média com um poder de compra interno e continental intenso, o que lhe dá o lugar de fábrica de África. Para desenvolver o continente e combater os problemas sociais tais como a pobreza não bastam a democratização dos países, o reforço das instituições e a criação de ZLCA, outro grande desafio passa pela edificação das infraestruturas, neste sentido existem países que estão deveras dedicados. Exemplos evidentes temos os casos de Angola, Nigéria, Quênia, Tanzânia, Gabão, Cabo Verde, Camarões, Moçambique, Côte d'Ivoire e o Gana. É consensual que para os países darem um verdadeiro salto rumo ao desenvolvimento tudo passa pela sustentabilidade e esta reside nas infraestruturas devidamente planeadas. Porque associar as infraestruturas ao crescimento do desenvolvimento?

Infraestruturas como as redes de telecomunicações são indispensáveis em África; sem a construção de barragens de centrais térmicas para o fornecimento de energia elétrica seria impensável o desenvolvimento; a habitação é um direito para todo o cidadão e tudo passa pela construção de novas cidades com redes técnicas adequadas, o sistema de transportes urbanos inter-regionais; a construção de estradas, auto estradas; o fornecimento de água potável ininterruptamente,

construção de escolas, hospitais e de fabricas para a transformação dos produtos agrícolas, esses são entre outros os exemplos de infraestruturas que o continente precisa edificar para o seu cabal desenvolvimento. Estamos perante o exercício da atividade financeira pública, logo supõe custos imputados aos Orçamentos de Estado, instrumentos que nos países africanos devem ser reforçados e administrados com transparência e controlo. Quanto as infraestruturas só para preencher as lacunas em África¹⁰⁵ precisariam ser investidos anualmente cerca de 93 biliões de dólares por mais de uma década.

A energia elétrica desde o seu surgimento no período da Revolução industrial, foi desde esta altura o impulsionador da atividade industrial e do desenvolvimento em geral. O continente africano é habitado por mais de 1,2 mil milhões de pessoas e segundo dados da AIE, África precisa de pelo menos 600 mil milhões de dólares até 2030, para pôr fim ao défice energético. A mesma agência, no seu relatório de 2015, destaca a realidade dos baixos níveis de eletrificação dos países africanos, em oposição ao seu elevado potencial hídrico. Estes dados de 2015 copublicados pelo *Africa Progerss Panel* e a *Agência Internacional de Energia*¹⁰⁶, “em 38 países da África subsariana, pelo menos 50% da população não têm acesso à energia. (...): Nigéria 55%; Costa do Marfim 70%; Etiópia 76% e RDC 85%”.

Em sentido oposto estão a África do Sul e o Marrocos, países com maior índice de eletrificação. O continente tem em curso alguns projetos que uma vez implementados poderão minimizar o défice energético, a título de exemplo temos o projeto do Inga na RDC, o de Cahora Bassa em Moçambique, ou mesmo o superprojecto de construção da represa Etíope na região de Benishangul-Gumuz, orçada em 4,2 biliões de dólares. Nota de destaque do mesmo relatório diz-nos que a África explora apenas 7% do seu potencial em termos de energia hidroelétrica. Estes projetos deverão sobretudo absorver mão de obra local, pois, os governos africanos deverão priorizar o emprego dos jovens potenciando-os com conhecimentos científicos uma vez que a educação deve ser entendida de uma vez por todas como a chave para o desenvolvimento tal como *Joseph Stiglitz* os

¹⁰⁵ Cfr. Adebayo Vunge, *Pensar África*, 1.ª edição, Editora Rosa de Porcelana, Lisboa, abril de 2017, p. 50.

¹⁰⁶ ¹⁰⁶ Idem, p. 51.

designou de pressupostos do “desenvolvimento *made in Asia*”¹⁰⁷. A taxa anual de crescimento das infraestruturas, em África no seu todo, foi de 13% durante o período de 2000-2010, A parceria com a China elevou os investimentos em infraestruturas de 0,5 mil milhões de dólares em 2001 para 7,1 mil milhões em 2006, estes indicadores para serem igualados com os que se observam nos países asiáticos serão necessários investimentos acrescidos da ordem de 1 bilião de dólares, repartidos para a eletricidade 42%, para água 20%, para os transportes e por último 10% para as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O favorecimento nas últimas duas décadas fez renascer em alguns países do continente um movimento económico e político jamais visto, conhecendo elevadas taxas de crescimento económico, deixando para trás a pobreza generalizada e a falta de perspetivas de desenvolvimento. Este crescimento verificado abriu um caminho de tal sorte que as receitas públicas na maioria dos países africanos aumentaram, diminuição dos índices de pobreza e de outros indicadores sociais traçados nos ODM, mormente a saúde e a educação. Os níveis de crescimento verificados no início de 2000 com aumento em média de 4,3% ao ano não se mostraram satisfatórios sobretudo na queda dos níveis de pobreza. A pobreza extrema reduziu em média 1% ao ano, passando de 61% a 43%, de 1993 a 2012.

Estudos de Steven Radelet¹⁰⁸ apontam quatro pilares do crescimento económico nas últimas duas décadas.

- a. *Melhorias na educação* – regista-se uma maior assimilação da democracia e do capitalismo como modelos de base para a organização política e económica do Estado em África. Há uma redução substancial dos golpes de Estado e uma maior consolidação das instituições do Estado democrático e de direito que promove um maior respeito pelos direitos dos seus cidadãos, permitindo-se processos eleitorais (...) melhor organizados. (...), Nigéria e África do Sul (...) são os exemplos mais interessantes. (...) nota-se melhoria incontestável da boa governação e o papel das instituições públicas em países como Gana, Tanzânia e Zâmbia. O Estado em África assumiu o combate à corrupção e o fluxo ilícito de capitais, embora de modo muito variável e geralmente tímido.

¹⁰⁷ Idem, p. 70.

¹⁰⁸ Sobre este assunto vide, Adebayo Vunje, *Pensar África*, 1.ª edição, Editora Rosa de Porcelana, Lisboa, abril de 2017, pp.58-62.

b. *Dirigentes e gestores competentes são mais numerosos* – A geração das independências cedeu o seu lugar na gestão das instituições públicas e da sociedade civil a uma nova geração, porventura mais bem preparados para lidar com os fenómenos da sua época e uma formação técnica sólida nas melhores escolas em todo o mundo.

c. *Melhorias das políticas económicas* – (...) uma maior competência técnica e experiência na gestão governativa, as políticas macroeconómicas da maioria dos países africanos tornaram-se mais consistentes. (...) as consultorias internacionais e o apoio das instituições financeiras multilaterais como o BM, FMI, e o BAD, em termos de programas de assistência técnica, (...). Por exemplo, a abordagem sobre a inflação, o défice orçamental, e a melhoria do ambiente de negócios ganhou um novo ímpeto ou, pelo menos, há um reconhecimento consensual. (...) o impacto das reformas no Ruanda tornando-se um dos países mundialmente com melhor clima de negócios. Face ao impacto das crises de 2008 - 2010 e 2014, os países estão significativamente mais bem preparados, (...). São também os produtores de matérias primas¹⁰⁹ aqueles que mais sofrem com a crise. Neste capítulo, devemos também realçar a insistência com que os parceiros têm vindo a recomendar reformas estruturais mais ousadas em matéria de política fiscal, (...).

d. *Contexto mundial favorável durante vários anos* – A conjuntura internacional sofreu uma significativa alteração. Os parceiros tradicionais, fundamentalmente a UE, entraram em estagnação do PIB e nalguns em recessão. (...) novos parceiros internacionais, especialmente a China cujo investimento em África, por razões de estratégia energética, fomenta o contágio sobre a economia africana. A China conheceu neste período, de modo ininterrupto, taxas de crescimento elevadas – acima dos 7% - e uma robustez em todos os seus indicadores económicos. Para além do carater de uma ajuda incondicional, do ponto de vista político, a China tornou-se o grande mercado de exportação da matéria prima com origens nos países africanos e a maior fonte do investimento. São exemplares, neste sentido, os casos de Angola, Gana, Nigéria e República do Congo, em relação ao petróleo, ou outros recursos minerais em países como a Zâmbia, Namíbia e Libéria. Assim, há uma explosão nas trocas comerciais entre a China e África, passando dos 20 aos 170 bilhões de dólares entre 2003 e 2013.

¹⁰⁹ No caso dos países africanos, falamos especialmente de recursos minerais como ferro, cobre, diamantes e petróleo. Nos países da América Latina, há uma maior diversificação e a crise atinge especialmente a receita dos países produtores de produtos alimentares como soja, trigo e carne. Nalguns países asiáticos, podemos falar do café. Algodão e óleo de palma.

Países como Cabo Verde e o Ruanda apesar de terem dado provas de transparência na gestão das ajudas recebidas, os fatores externos impulsionadores de tal crescimento recuaram drasticamente com a crise financeira de 2008. No período de 2015-2017 em função da crise económica e financeira mundial baixaram claramente os indicadores do PIB a nível da região, segundo o FMI¹¹⁰, 5% em 2014; 3,5% em 2015 e 3% em 2016 e 3,4% em 2017-, situação que levanta preocupações no continente. Para os países africanos não produtores de petróleo, o principal motor de crescimento das pequenas e médias empresas nestes países se deu a queda do preço desta matéria prima. O Quénia, por exemplo, cresceu com investimentos nos transportes, eletricidade e turismo; a Costa do Marfim que se apoiou na exportação do cacau e de outros produtos agrícolas, e o Senegal que resistiu o choque graças a sua boa diversificação económica no setor das pescas, na dinâmica do setor empresarial e no crescimento da produtividade.

Seguindo os passos da Ásia, à África deve canalizar todos os recursos, sejam internos ou externos em investimentos duradouros que permitam sustentar a economia a longo prazo absorvendo mão de obra competente, criação de corredores de comércio livre, tornando as empresas mais competitivas, reformando as barreiras alfandegárias comerciais sem fronteiras, perfazendo uma simbiose entre o crescimento demográfico e a capacidade produtiva, gerando um aumento da classe média que estimula o consumo de bens e serviços, e finalmente abrindo espaços ao empreendedorismo da população juvenil ativa que representa mais de 60% da população de África.

1.2.1 O Antagonismo Africano: Questões de Reflexão do Continente

O crescimento alto registado em África, nas primeiras décadas do século atual pouco contribuíram no verdadeiro desenvolvimento económico e social. Excepcionalmente, Cabo Verde diferenciou-se no melhoramento das condições sociais resultado das boas práticas de governação e de uma excelente rigorosidade na gestão dos fundos da APD, proveniente dos governos e organizações internacionais. Com crescimento médio na ordem dos 5%, metade da população africana vive abaixo de 2 dólares dia.

¹¹⁰ Vide, Adebayor Vunje, ob. cit., p. 61.

Saindo do ceticismo e sem exageros de otimismo, previsões do BAD avançam que a classe média africana esteja próxima dos 350 milhões de pessoas o que representará um aumento da procura de bens de consumo com impactos no crescimento económico. Deve-se acima de tudo procurar conciliar o aumento exponencial da população com a integração dos países por regiões, aumentar os investimentos na agricultura e na indústria para que os efeitos populacionais não criem dificuldades no desenvolvimento económico. As últimas duas décadas foram marcadas por um decréscimo dos níveis de pobreza em África, a manutenção destes níveis não deve afrouxar, mais sim uma vez conjugados com as boas práticas de governação, se consolide cada vez mais o compromisso de não se criar rutura no ciclo de erradicação da pobreza. Este é em suma o crescimento que poderá conduzir África ao desenvolvimento económico corrigindo as más políticas públicas conduzidas por muitos governos.

Conciliar o crescimento com o desenvolvimento implica a adoção de um modelo de desenvolvimento para o continente que permita acima de tudo conceder melhorias das condições de vida da população. Neste sentido cremos que as conjugações com outros fatores podem conduzir a soluções ideais, uma vez que as infraestruturas como fator determinante do crescimento combinadas com as reformas políticas, sociais e económicas. Outrossim, torna-se necessário formar Estados verdadeiramente fortes, alcançar níveis de PIB sustentáveis e consistentes com a qualidade de vida das pessoas, aumentar a produtividade dos fatores de produção, conjugar a economia formal e informal, incentivar as pessoas ao trabalho e conciliação do setor público com o setor privado.

O projeto comum de sociedade deve ser verdadeiramente inclusivo, de combate ao desemprego e a educação e o trabalho considerados como fatores cruciais no combate a pobreza que de forma assustadora ganham terreno em África, competindo também ao Estado a responsabilidade de ator de promoção do equilíbrio e da redistribuição do rendimento coletivo. Uma atenção especial deve ser dada ao aspeto cultural pondo de parte os preconceitos de que os valores culturais africanos constituem autênticos obstáculos ao desenvolvimento. Os hábitos e os costumes não podem ser vistos como estagnados, importa sim compreender a necessidade da generalização dos valores africanos que sejam conciliáveis com o atual século.

Os fatores políticos e o desenvolvimento se encontram no centro das sociedades, eles alteram as relações de força, os equilíbrios e os compromissos sociopolíticos. Mudam igualmente as regras do sistema internacional, assim, os ajustamentos permitem aceder aos fundos da comunidade financeira internacional, visando normalizar as economias. Outra questão política central que importa considerar é a da corrupção, da guerra ou mesmo da criminalidade. Por outra, temos também a considerar os fatores institucionais, pois o desenvolvimento resulta como sabido da interação das suas instituições, os diferentes perfis institucionais tais como a governança, a segurança das transações e das regulações possibilitam o desenvolvimento. A caracterização do desenvolvimento como sendo um processo de mudança institucional de longo prazo em África pode afirma-se: pelo respeito das regras legítimas, pela regulação dos conflitos entre grupos de interesses, de uma visão de longo prazo por parte dos decisores, pela aptidão da sociedade em inovar, pela qualidade dos bens e serviços públicos e pela segurança das transações.

Os fatores sociais podem opor-se a inovação. Em África nota-se por vezes a recusa das autoridades tradicionais em participar no processo do desenvolvimento económico por se sentirem intimidados. A imposição da modernidade encontra resistência considerável por parte dos chefes religiosos e das autoridades tradicionais detentoras de rendimentos em risco.

1.3 Mudanças Económicas Estruturais em alguns países da África Subsariana

Nesta sessão, através de uma seleção, procuramos incluir, uma amostra de 17 economias Subsarianas, cuja representatividade foi obra das transformações económicas estruturais operadas no período de 2005-2010, particularmente estimadas muito elevadas. Em média, esse grupo, atingiu cerca de 76% do Rendimento Nacional Bruto (RNB), do total da região durante este período. Por esta ordem, e de acordo com a constatação da (Tabela VI.), a África do Sul, Nigéria e Angola são as economias mais fortes deste grupo, com um valor acumulado de mais de 566 mil milhões de dólares de RNB, valor este que se aproxima dos $\frac{3}{4}$ do total. É caso de destacar, que, em 2010 o RNB deste grupo económico foi de mais de 760 mil milhões de dólares, com um valor *per capita* de 1620 dólares.

Tabela VI. Rendimento nacional bruto dos 17 países selecionados da região Subsariana (mil milhões de dólares)

Países	2000	2008	2009	2010
África do Sul	274,0	283,4	284,3	304,6
Nigéria	137,1	176,9	184,7	186,4
Angola	43,6	62,5	69,4	75,2
Quênia	25,6	28,3	30,3	31,8
Camarões	19,5	22,0	23,2	23,2
Costa do Marfim	17,5	20,2	22,5	23,0
Tanzânia	16,3	18,7	21,4	23,4
Botsuana	10,9	12,6	12,2	13,6
Zâmbia	9,5	12,0	12,5	13,8
Gabão	7,1	10,2	10,9	11,7
RDC	6,9	9,7	10,6	12,0
Namíbia	19,5	8,8	9,3	10,3
Maurícias	8,6	8,7	9,2	9,9
Congo	7,1	6,4	7,7	8,7
Chade	5,8	5,9	6,7	6,9
Ruanda	5,8	4,3	4,9	5,5
Moçambique	8,8	9,4	10,0	10,3

Fontes: As Transformações estruturais económicas na África subsariana (2013): Banco Mundial – World Development Report, vários anos; FMI – Regional Economic Outlook.

É enorme a diferença entre os países selecionados. Por exemplo, uma comparação económica entre a África do Sul no topo, e o Ruanda, penúltimo país na classificação, permite-nos constatar que, a capacidade de criação de riqueza anual varia de 1 para o Ruanda e de 55 para a África do Sul, país cujo setor da indústria transformadora também é líder em África, assim como noutros domínios produtivos, de serviços, da produtividade, da qualidade e mesmo da sua inserção na economia mundial. Outra característica económica relevante desses países está no rendimento médio por pessoa, o mais elevado encontramos nas Maurícias, quase 9000 mil dólares, adversando na RDC, que ostenta 40 vezes o mais baixo rendimento em comparação com o das Maurícias. Um dos maiores sucessos africanos nas últimas duas décadas em termos macroeconómicos, foi sem dúvida as altas taxas de crescimento do PIB, com média anual de 5%, conforme já referido, e que por razões de clareza são apresentados na tabela que se segue (Tabela VII.).

A evolução desses indicadores, remetem-nos a uma análise favorável dos bons resultados obtidos o que até certo ponto revela uma aceitável capacidade de gestão dos recursos e das políticas reformadoras realizadas em linha com os padrões universais e o papel crucial do investimento privado. Cabe ao setor da agricultura e da indústria, um papel decisivo de diversificação económica que promova o desenvolvimento económico. O processo de industrialização pelo valor agregado que acresce a economia é a garantia da autossustentabilidade e da diminuição da sujeição económica, caminho descoberto para a alteração das economias de África.

Tabela VII. Indicadores Macroeconómicos Fundamentais de 17 países selecionados da ASS.

	Inflação		Saldo Fiscal (%PIB)		Dívida Pública (%PIB)		BTC (%PIB)	
	2004	2010	2004	2010	2004	2010	2004	2010
África do Sul	1,4	4,3	-1,2	-4,8	35,9	35,3	-3	-2,8
Nigéria	15,0	13,7	8,1	-6,7	52,7	15,5	5,7	5,9
Angola	43,6	14,5	1,4	5,5	54,1	37,6	3,8	9
Quênia	11,8	4,1	-0,1	-5,1	55	49,9	0,1	-6,5
Camarões	0,3	1,3	-0,7	-1,1	61,6	12,1	-3,4	-3
Côte-d'Ivoire	1,5	1,4	-1,7	-2,3	84,9	66,4	1,6	1,1
Tanzânia	4,1	7,2	-3,7	-6,5	63,3	42,7	-2,3	-9,3
Botsuana	7	6,9	1,2	-6,8	9,7	17,6	3,5	-2
Zâmbia	18,0	8,5	-2,9	-3,1	148,6	25,8	-10,4	7,1
Gabão	0,4	1,4	7,6	3	65,2	25	11,2	9,1
RDC	4	23,5	-3,2	4,9	196	35,1	-3	-8,1
Namíbia	4,1	4,5	-3,4	-4,6	27,5	15,7	7	0,3
Maurícias	4,7	2,9	-4,6	-3,2	51,6	50,6	-1,8	-8,2
Congo	3,7	5	3,6	16,1	198,7	23,9	-5,7	5,1
Chade	4,8	-2,1	-2,7	-5,2	34,2	25,8	-17,1	-3,5
Ruanda	12	2,3	0,9	0,4	90,8	23,2	1,8	-5,9
Moçambique	12,6	12,7	-4,4	-3,9	70,7	41,1	-10,7	-11,7
ASS	7,4	7,5	0,3	-3,7	54,9	31,5	-1,5	-1,3

Fonte: Fundo Monetário Internacional, Regional Economic Outlook, Subsaariana África, Outubro de 2012.

Com o fim da crise de 2008-2009, onde os países africanos mostraram uma enorme capacidade de resistência económica aos seus efeitos¹¹¹, a região subsariana, continua vulnerável aos choques devido ao excessivo peso de produtos com baixo valor acrescentado. Iniciativas tendentes a promover o desenvolvimento industrial no continente as encontramos em documentos tais como a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), adotada pelos líderes africanos em 2001, como uma das vias para a redução do flagelo da pobreza. Outro instrumento fundamental de desenvolvimento económico adotado foi o Plano de Ação para a Aceleração do Desenvolvimento Industrial em África (AIDA, no acrónimo em inglês), cujas estratégias de implementação conjugadas com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) deliberaram em Argélia numa Conferência conjunta o empenho dos países africanos, na efetiva implementação do AIDA com vista se alcançar um desenvolvimento industrial sustentável em África.

A região subsariana é a que expõe menos diversificação económica do mundo. No domínio da indústria, composto pela extração mineral, e construção, ostentou um crescimento lento nas últimas duas décadas, com notoriedade no coeficiente das exportações que muito lentamente melhorou, passando de 0,61 em 1995 para 0,58 em 2009. Muito se tem dito sobre o papel da indústria transformadora no desenvolvimento económico, pois, este constitui o suporte das investigações científicas, a difusão do progresso tecnológico, na criação de empregos com salários progressivos e o aumento da diversificação da carteira de produtos de exportação. Depois de 1990, viu-se um declínio no peso da indústria transformadora no PIB, este indicador na África Oriental, caiu de 13,4% em 1990 para 9,7% em 2008. Na África Ocidental, as cifras na mesma época foram respetivamente, de 13,1% e 55% e na África Austral foi de 22,9% para 18,2%, ver (Tabela VIII.)

¹¹¹ Revelada por vários indicadores: o IDE passou de 38,4 mil milhões de dólares em 2008 para 37,1 mil milhões de dólares (uma redução insignificante), o que contribuiu para que a taxa de crescimento do PIB não descesse como aconteceu noutros países e o ritmo de variação do PIB fosse de 4,3% entre 2000 e 2009 – 2,8% em 2009, com uma recuperação logo em 2010 (5%) (Banco Mundial – Global Economic Prospects January 2013).

Tabela VIII. Contribuição da Indústria Transformadora para o PIB 1979-2008
(% PIB)

Zonas	Setores	1970	1980	1990	2000	2005	2008
Mundo	Indústria	36,9	38,1	33,3	29,1	28,8	30,1
	Manufatura	26,7	24,4	21,7	19,2	17,8	18,1
	Mineral	3,9	7,1	5,2	4,5	5,5	6,2
Economias desenvolvidas	Indústria	27,3	41,1	36,8	36,6	38,9	40,2
	Manufatura	17,6	20,2	22,4	22,6	23,3	23,7
	Mineral	5,7	14,7	8,9	8,3	10,1	10,9
Economias africanas em desenvolvimento	Indústria	13,1	35,6	35,2	35,5	38,8	40,7
	Manufatura	6,3	11,9	15,3	12,8	11,6	10,5
	Mineral	4,9	19,3	15,2	18,4	23,0	25,8
África Oriental	Indústria	3,1	7,8	20,6	18,6	20,6	20,3
	Manufatura	1,7	4,9	13,4	10,4	10,3	9,7
	Mineral	0,8	1,5	3,3	3,1	3,6	3,7
África Central	Indústria	34,2	38,4	34,1	50,4	57,9	59,8
	Manufatura	10,3	11,8	11,2	8,2	7,3	6,4
	Mineral	19,1	21,2	18,9	39,3	47,9	50,5
África do Norte	Indústria	34,2	50,0	37,4	37,8	45,0	46,0
	Manufatura	13,6	9,7	13,4	12,8	11,3	10,7
	Mineral	15,7	33,0	17,2	19,5	28,2	29,8
África Austral	Indústria	38,2	48,2	40,6	32,7	31,7	34,5
	Manufatura	22,0	20,9	22,9	18,4	17,9	18,2
	Mineral	12,0	24,0	14,3	11,7	11,2	13,1
África Ocidental	Indústria	26,7	43,3	34,5	39,8	36,7	37,4
	Manufatura	13,3	16,8	13,1	7,8	6,0	5,0
	Mineral	7,7	21,3	18,8	29,3	27,7	29,6

Fonte: CNUCED e ONUDI.

De acordo com classificação da indústria transformadora africana em categorias apresentada na Tabela IX., permite verificar que é na classe de transformação de bens simples e na dos recursos naturais que assenta a estrutura industrial da África subsariana. Atividades como a alimentação e bebidas são as que dominam as estatísticas desses países, em 2011 o seu fabrico representou 76% da

produção total da indústria transformadora¹¹². A indústria de alta tecnologia, passou de 25,5% para 31,4% do PIB da indústria transformadora apreciado como sinal aliciante de transformação estrutural.

Tabela IX. Estrutura da Indústria Transformadora Africana (incluindo países do Norte)

	Estrutura da Indústria Transformadora africana (%)		Taxa de crescimento	Participação mundial da manufatura africana (%)	
	2000	2009	(%)	2000	2009
Alimentação bebidas	20,0	16,6	1,1	2,4	1,9
Tabaco	3,0	2,6	1,6	3,4	2,5
Madeira e derivados	2,8	1,8	-1,9	1,7	1,5
Papel	3,1	3,0	2,9	1,3	1,5
Refinação de petróleo	5,9	6,1	3,6	2,0	2,1
Borracha/Plásticos	2,7	2,9	4,1	1,0	1,1
Vidro e minerais não metálicos	6,8	10,1	7,9	2,2	3,3
Metais básicos	7,3	5,6	0,4	1,7	1,0
Manufatura baseada em recursos	51,6	48,8	2,6	2,0	1,8
Têxteis e vestuários	6,8	4,7	-0,9	3,1	2,3
Aparelhos domésticos	4,7	4,3	2,3	3,0	3,3
Calçados e Curtumes	1,5	1,2	0,8	2,7	2,3
Tipografias/Impressão	2,9	2,7	2,7	0,8	1,0
Produtos metálicos	5,2	5,1	3,0	1,1	1,3
Mobiliário e Outras TI	1,8	1,8	3,2	0,7	0,7
Indústria baixa de tecnologia	22,9	19,9	1,6	1,5	1,5
Indústria química	12,4	19,2	8,4	1,6	2,2
Máquinas e equipamentos	3,7	3,6	2,9	0,6	0,6
Equipamentos de escritório	0,3	0,3	3,9	0,1	0,1
Máquinas elétricas	2,0	2,5	5,9	0,6	0,6
Equipamento de comunicação	0,9	0,8	2,0	0,1	0,0
Equipamento médico	0,3	0,3	3,0	0,1	0,1
Motores	4,9	3,8	0,4	0,9	0,7
Equipamento de transporte	1,0	0,9	1,8	0,5	0,4
Manufatura alta/média tecnologia	25,5	31,4	5,7	0,6	0,6
Indústria transformadora	100,0	100,0	3,2	1,2	1,1

Fontes: CNUCED e ONUDI.

¹¹² Regional Outlook, Sub-Saharan Africa do FMI.

O maior empregador da economia subsariana, com algumas exceções, continua centralizado em cerca de 50% no setor primário, ou seja, na agricultura. As exceções a que nos referimos são ligadas a África do Sul e as Maurícias. De um modo geral as transformações estruturais na África subsariana não são muito robustas, (Tabela X).

Tabela X. Transformações Estruturais na Agricultura nos 17 Países Subsarianos (1995-2010)

Países	Taxa real de crescimento do PIB per capita	Taxa real de crescimento da produtividade bruta do trabalho	Percentagem anula de variação do peso da agricultura no PIB	Taxa de crescimento da produtividade do trabalho agrícola
África do Sul	1,58	0,80	-1,16	7,10 (2000-2009)
Nigéria	2,72	2,70	-0,14	2,30
Angola	6,04	6,11	-2,07	4,50
Quênia	0,80	0,83	-1,70	1,10
Camarões	1,46	0,85	-0,14	-1,60 (1995-2007)
Côte-d'Ivoire	-0,23	-0,51	0,68	1,90
Tanzânia	3,20	3,10	-2,07	2,90 (2000-2009)
Botsuana	3,49	2,32	-3,56	2,90 (2001-2010)
Zâmbia	2,08	2,28	-2,66	4,70 (1998-2010)
Gabão	-0,59	-1,12	-1,65	2,70
RDC	-0,82	-0,98	-2,85	-2,00
Namíbia	2,02	0,52	-2,83	0,50
Maurícias	3,46	2,98	-3,34	1,20 (1995-2009)
Congo	1,21	0,66	-0,90	3,00
Chade	3,63	3,60	0,31	0,80
Ruanda	3,77	3,19	-0,94	3,40 (1996-2005)
Moçambique	4,83	4,75	-0,45	4,10 (2003-2009)

Fonte: FMI, – Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa, Outubro de 2012.

A baixa qualificação dos agricultores e o êxodo rural da população masculina, são os principais estrangimentos para o incremento da produtividade agrícola na África subsariana.

Dos países selecionados na África subsariana, a África do Sul é o caso mais consistente de transformações económicas estruturais: 7,1% de desenvolvimento da produtividade agrícola, outro caso são as Maurícias com uma média anual de 1,2%, adensando a lista o Botsuana, a Tanzânia e a Zâmbia as que perfilam o mesmo caminho, Moçambique também dá sinais de progresso neste domínio.

Os grandes indicadores de transformações económicas estruturais, como os da indústria transformadora, das infraestruturas, das exportações e das importações foram no trabalho os pontos de partida para o estudo das transformações estruturais na ASS. Essa situação aparece retratada na (Tabela XI).

Tabela XI. Estrutura das Economias dos 17 países selecionados (valores em %)

Países	Agricultura		Indústria		Manufatura		Serviços	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
África do Sul	3	3	32	31	19	15	65	66
Nigéria	49	45	31	24	3	7	21	31
Angola	6	10	72	63	3	6	22	27
Quénia	32	19	17	14	12	8	51	67
Camarões	22	20	36	30	21	22	42	50
Côte-d'Ivoire	24	23	25	27	22	19	51	50
Tanzânia	33	28	19	25	9	10	47	47
Botsuana	3	3	53	45	5	3	45	52
Zâmbia	22	9	25	37	11	9	52	54
Gabão	6	4	56	54	4	4	38	42
RDC	50	43	20	24	5	5	30	33
Namíbia	12	8	28	20	13	8	60	73
Maurícias	7	4	31	29	23	19	62	67
Congo	5	4	72	80	3	4	23	16
Chade	42	14	11	49	9	7	46	38
Ruanda	37	34	14	14	7	6	49	52
Moçambique	24	32	25	23	12	13	51	45
Amostra	17,0	16,9	32,5	32,7	33,9	11,2	50,6	50,4

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators, 2013.

Os dados constantes na tabela acima, certificam algumas conclusões relativas as fracas dinâmicas de transformação estrutural da maior parte das economias estudadas. As deslocações são até certo ponto inexplicáveis, vejamos, o peso da agricultura no PIB, no geral, não alterou de 2000 para 2010, o mesmo aconteceu

com a indústria transformadora. Entretanto surgem algumas situações isoladas: No Chade tudo indica que tenha havido um corte no setor agrícola a favor da indústria petrolífera; na Nigéria o fenómeno pode ser tido como positivo, o peso da agricultura e da indústria diminuiu favorecendo o da manufatura e dos serviços; em Angola surgem sinais de emergência na variação económica.

As economias que mais exportam na África subsariana, são as da África do Sul, da Nigéria e de Angola nos dois últimos casos com a participação do petróleo, tendo representado, em 2010, cerca de 75,3% do total das receitas das suas exportações totais. As transformações estruturais nesses países são em parte pelo incremento gradual das exportações, ver (Tabela XII).

Tabela XII. Estrutura das Exportações (%)

Países	Produtos alimentares		Matérias primas agrícolas		Petróleo e derivados		Minerais diversos		Produtos manufaturados	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
África do Sul	8	9	3	2	10	10	11	33	54	47
Nigéria	0	3	0	2	100	87	0	1	0	7
Angola					99	97		2	1	1
Quênia	59	48	9		8	4	3	2	21	35
Camarões	15	24	9	11	67	50	6	3	3	8
Côte-d'Ivoire	51	50	14	15	21	24	0	0	14	16
Tanzânia	66	32	13	10	0	3	1	34	20	24
Botsuana	3	5	0	7	0	0	7	15	90	80
Zâmbia	9	6	4	0	1	1	74	86	11	6
Gabão	1	1	12	1	83	83	2	3	2	4
RDC				9						
Namíbia	29	23	1	0	2	0	11	31	56	45
Maurícias	18	37	1	1	0	0	0	0	81	62
Congo										
Chade										
Ruanda	57	52	3	3	0	0	37	37	3	8
Moçambique	42	16	11	4	21	20	17	17	7	2

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators, 2012.

A Nigéria, Angola e o Gabão as suas exportações estão unicamente concentradas no petróleo, daí a baixezza dos seus coeficientes de transformação. O valor percentual dos produtos manufacturados não vai além dos 7%, conforme nos indica a (Tabela XIII).

Tabela XIII. Os Países que Melhor Diversificaram as Suas Exportações (% nas exportações totais)

Países	Produtos Alimentares		Produtos Manufaturados	
	2000	2010	2000	2010
África do Sul	8	9	54	47
Quénia	59	48	21	35
Costa do marfim	51	50	14	16
Tanzânia	66	32	20	24
Maurícias	18	37	81	62

Fonte: As Transformações Económicas Estruturais na África Subsariana.

Os países da África subsariana, tal como se verifica na (Tabela XIV.), importaram, em 2010, um total de 232 mil milhões de dólares de mercadorias diversas (77% do conjunto da África subsariana, o equivalente a uma taxa média de variação anual 2000-2010 de 14,4% correspondendo 14% para a ASS.

A importação está muito mais concentrada nos produtos manufacturados e com uma certa incidência nas máquinas, equipamentos industriais e agrícolas, material de transporte e que denota uma grande fragilidade das economias africanas na fabricação de bens de alta tecnologia e dos derivados de petróleo como o gasóleo, gasolina, petróleo iluminante entre outros. No setor das importações, aparecem no topo países como a África do Sul, Nigéria, Angola e o Quénia totalizando um movimento de 159,8 mil milhões de dólares ou seja 52,9% da África Subsariana.

Tabela XIV. Estrutura das Importações (%)

Países	Produtos alimentares		Matérias primas		Petróleo e derivados		Minerais diversos		Produtos manufaturados	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
África do Sul	5	6	1	1	14	20	2	2	69	65
Nigéria	20	10	1	1	2	1	2	1	75	86
Angola										
Quênia	14	12	2	2	22	22	1	2	60	63
Camarões	18	18	2	2	27	27	1	1	56	52
Côte-d'Ivoire	17	19	1	1	24	24	1	1	46	55
Tanzânia	15	10	3	1	28	28	1	1	63	60
Botsuana	14	12	1	1	15	15	2	2	75	68
Zâmbia	8	5	3	1	12	12	21	21	73	62
Gabão	18	17	1	0	7	7	1	1	76	74
RDC										
Namíbia	17	14	1	3	14	14	1	1	78	70
Maurícias	14	21	2	12	19	19	1	1	70	56
Congo										
Chade										
Ruanda	21	13	3	14	8	8	2	1	60	76
Moçambique	14	12	1	13	20	20	1	1	68	50

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators, 2012.

Os países mais expostos aos choques do mercado internacional e mais dependentes de um número reduzido de produtos exportáveis são: Angola, Gabão e Congo, todos eles produtores de petróleo. A Nigéria, afasta-se desse grupo pelo fato de na sua estrutura económica diversificar os seus produtos de exportação, tal como nos ilustra a tabela seguinte, (Tabela XV.). Maurícias, África do Sul, Camarões, Quênia, Ruanda e Namíbia são na região exemplos de forte estabilidade económica, dada a dimensão dos mercados internos e da substituição das importações considerados como fatores cruciais de crescimento económico.

Tabela XV. Indicadores do Comércio Externo

Países	Exportações de mercadorias (milhões de dólares)		Exportações de mercadorias (milhões de dólares)		Grau de abertura (%)		Consumo interno aparente (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
África do Sul	29983	81821	29695	94040	22,6	22,5	99,8	103,4
Nigéria	20975	82000	8721	44235	45,6	42,3	73,4	80,5
Angola	7921	53500	3040	21500	87,0	63,4	46,4	62,1
Quênia	1734	5151	3105	12090	13,7	16,4	110,8	122,1
Camarões	1833	4000	1489	4850	18,1	17,9	96,6	103,8
Côte-d'Ivoire	3888	10320	2482	7830	37,4	45,3	86,5	89,1
Tanzânia	734	3687	1524	7830	7,2	16,0	107,7	117,9
Botswana	2675	4693	2081	5657	47,8	31,5	89,4	106,5
Zâmbia	892	7200	888	5321	27,9	44,4	99,9	88,4
Gabão	2598	9371	950	2983	50,9	72,1	67,7	50,9
RDC	807	5300	683	4500	18,8	40,5	97,1	93,9
Namíbia	1320	4052	1550	5360	33,8	33,2	105,9	110,7
Maurícias	1557	2239	2093	4402	33,8	23,1	111,7	122,3
Congo	2489	8200	465	2900	77,8	68,9	36,8	55,5
Chade	183	3450	317	2600	13,1	45,4	109,6	88,8
Ruanda	52	297	211	1431	3,1	5,3	109,4	120,3
Moçambique	364	3200	1158	4500	8,7	33,3	118,9	113,5
Amostra	80005	288481	60452	232029	29,8	33,7	92,7	93,4

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators, 2012.

1.3.1 Forças e Debilidades das Economias Africanas

Os países africanos no início do século XXI, são confrontados na sua maioria por incalculáveis constrangimentos, parte considerável destes encontrados na altura da conquista das suas independências. Philippe HUGON, aponta cinco constrangimentos que África enfrenta e que constituem grandes desafios para o futuro do continente, pela sua importância, são apresentados na seguinte ordem:

Dependência quase exclusiva das exportações de produtos primários cujos fluxos são instáveis e que a longo prazo têm sido mais depressivos, com a exceção dos hidrocarbonetos e de alguns produtos mineiros (petróleo e minas em Angola, no Sudão e no Chade e no Golfo da Guiné; cacau, algodão, café, óleo de palma na África florestal; minas na África do Sul, RDC e Zâmbia);

(...) fragilidade de uma base industrial, excetuando a África do Sul, associada à fraca competitividade das indústrias de substituição da importação, à concorrência dos países industriais e emergentes como o Brasil, a Índia ou a China;

Fraca taxa de poupança e de investimento (excetuando alguns países mineiros e petrolíferos) associada a falência dos sistemas financeiros;

Reduzida cobertura das necessidades essenciais alimentares e sociais como a educação e a saúde;

Configuração geográfica que transforma a África num continente gigante dificilmente acessível, com uma forte extraversão das redes de infraestruturas¹¹³.

Em nada discordamos da posição deste autor, acrescentando a estes inúmeros problemas outros efeitos daninhos ao desenvolvimento económico como deficiente gestão dos níveis elevadíssimos da dívida pública, os gravíssimos problemas da corrupção generalizada e até mesmo institucionalizada em alguns países, dos tristes conflitos armados que ocorrem um pouco por todo o lado e sem razões aceitáveis da sua existência, os da gestão do crescimento demográfico e urbano desordenados, a fraca movimentação em direção a integração regional política e económica traçada na Agenda 2063, na fraca gestão dos recursos naturais e do combate as redes criminosas e mafiosas que conduzem a má governança.

¹¹³ Cfr. Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.ª edição, escolar editora, Lisboa, 2015, p. 118.

De África, com toda a justeza, não se pode unicamente espelhar aspetos negativos, pois, o continente mesmo em marcha lenta vai dando passos significativos, concretizando e realizando ações em diversos domínios económicos, financeiros, políticos, sociais, neste último destacamos a evolução da esperança de vida que passou de 45 anos em 1963, para 59 anos em 2016, o aumento tímido do intercambio entre países do continente, a integração política e económica dos países baseada nos ideais do pan-africanismo, e pelo fato de ser um continente que oferece grandes oportunidades de investimento e de aquisição de matérias primas fundamentais para a manutenção do desenvolvimento das economias desenvolvidas, estes avanços e oportunidades na ótica de (HUGON,2015:118-119), consubstanciaram-se nos seguintes planos:

No *plano económico*, o comércio é muito ativo; nota-se o dinamismo da economia popular, dita informal, que cobre o essencial das necessidades; os progressos tecnológicos são inúmeros (TIC, Internet, telemóvel). (...). As novas tecnologias alteram os dados; No *plano tecnológico* e do saber, a África reduz os riscos de fratura cognitiva e científica através dos progressos na formação e no acesso às tecnologias de informação. (...); No *plano geográfico*, a África é cobiçada (...) pelos seus recursos naturais (biodiversidade, floresta, agricultura, minérios e hidrocarbonetos); No *plano social*, excetuando crises graves, constata-se a manutenção (...), progressos na saúde e na educação, assim como uma redução das desigualdades do género; No *plano demográfico*, a África, ainda que tenha de gerir um forte crescimento, possui também uma melhor ocupação do seu espaço, uma forte urbanização e uma tendência à transição demográfica que permite beneficiar do dividendo demográfico (rácio de ativos mais favorável); No *plano político*, apesar dos conflitos e dos regimes autoritários, o processo de democratização avança; No *plano cultural*, a África é globalizadora e está em profunda transformação das representações e matrizes culturais; No *plano geopolítico*, a África tem diversificado os seus parceiros, tornou-se cobiçada e tende a ter voz na matéria. Apesar das suas insuficiências, as políticas de estabilização e de ajustamento melhoraram significativamente os indicadores financeiros. As medidas de anulação ou de redução diminuíram a dívida de forma significativa.

O efeito da globalização permitiu as multinacionais instalarem em África as suas filiais, tornando ao continente o mais rentável na comercialização de telemóveis e utilização da internet. Os lucros estão acima dos 20% comparativamente com os

países em desenvolvimento e os desenvolvidos respetivamente de 18% a 19% para os primeiros e 13% a 15% para os últimos. 4 anos é o tempo máximo de retorno dos investimentos em África. Cerca de 500 empresas mais poderosas de África ocupam um peso enorme no volume de negócios e de resultados a nível do continente. Os equipamentos informáticos tais como os computadores portáteis, a Internet e a televisão modificam as representações e as aspirações das novas gerações. A classe média cresce favorecendo a criação de novos mercados que permitem o alargamento e funcionamento das economias de escala.

Calcula-se que metade das diferenças de crescimento a longo prazo está associada à produtividade global dos fatores. Os outros fatores de crescimento são, a acumulação do capital físico, a baixa da intensidade capitalística (relação entre o capital e o trabalho) e o capital humano. Assim, a taxa de crescimento anual da África do Sul, de 4,2% entre 2000 e 2007, explica-se em 1,8% pelo progresso técnico e inovações, 1,7% pelo capital físico e 0,7% pelo capital humano. A taxa de 3,1% de outros países explica-se em 0,5% pelo progresso tecnológico e inovações 1,2% pelo capital físico e 1,4% pelo capital humano (OCDE, 2010).

A combinação das três dinâmicas estruturais (crescimento da produtividade, exportação, tecnologia e o sistema produtivo) e as três situações financeiras (défices correntes, peso da dívida externa, reservas de divisas, défices públicos, dívida pública interna e o saldo global) conduz a 10 configurações possíveis como nos apresenta a (Tabela XVI).

Tabela XVI. Indicadores sobre o crescimento do PIB da África Subsariana desde a independência (%)

	1961-1973	1973-1980	1980-1990	1990-2000	2000-2002	2002-2010
Taxa anual de crescimento da população	2,6	2,8	3,1	2,6	2,5	2,5
Taxa anual de crescimento do PIB (a)	4,6	2,7	2,1	2,5	2,6	5,0
Taxa de investimento bruto % PIB (b)	15,0	20,6	16,0	16,0	17,5	22
Coeficiente marginal de capital (b)/(a)	3,3	7,6	7,6	6,5	6,7	4,0
Estrutura do PIB no fim do período Y	100	100	100	100	100	100
Consumo privado Cp	72	66	68	69	69	62
Consumo público Cg	11	13	15	16	15	13
Exportação X	22	26	29	28	26	36
Poupança doméstica bruta	14	22	16	15	17	22

$$Y = C_p + C_g + I + (X - M)$$

Fonte: Ph. Hugon, *L'économie de l'Afrique*, Paris, La Découverte, 2012; FMI, 2010.

A taxa de poupança de África atingiu os 26,3% em 2007 para uma taxa de investimento de 22%. Entre 1960 e 2007, a parte do PIB do valor acrescentado agrícola passou de 41% para 22%, a das indústrias passou de 17% para 32% devido às minas e hidrocarbonetos e a dos serviços de 42% para 46% (CEA/UA, 2010).

A África apesar de ser exportadora líquida de produtos agrícolas, é o continente que mais importou de 2000-2007. Durante muito tempo a produtividade

no setor agrícola foi débil tendo se repercutido negativamente em toda a economia africana. A agricultura de renda corresponde a 30% das receitas exportáveis de África; a maioria dos Estados africanos a agricultura constitui uma fonte de receitas parafiscais. A agricultura de víveres permitiu a alimentação de uma população que cresce 2.3%, em média anual, e de uma população urbana cuja taxa de crescimento é de 5%. A agricultura continua a ser pouco financiada e com fraco tratamento dos solos. É ainda irrisório o orçamento afetado à agricultura representando 6%, ou menos, ao passo que o objetivo da Declaração de Maputo em 2003, situava a quota em 10%. Apenas 6% das terras são irrigadas, mesmo com um potencial considerável de terras cultiváveis. 60% das terras aráveis não são cultivadas de modo permanente¹¹⁴.

Diferentemente dos países ocidentais, que abriram caminho para o desenvolvimento das Nações, à África não passou por este processo de transformações possuindo atualmente um fraco setor industrial e de poucos técnicos profissionais. Neste quesito, o continente expandiu o setor industrial de transformação de recursos naturais no período de 1950-1980, com vista a substituição das importações priorizando o consumo interno, seguindo-se depois um declínio abismal neste setor. A inserção do continente nas cadeias de valor internacionais, tem um peso insignificante. A exceção é a África do Sul, que com 600 dólares por hectare, exibe um valor acentuado na indústria manufatureira com meios aeronáuticos, armamento, indústria agroalimentar bem como a transformação de produtos mineiros. Enquanto neste setor uns progridem, como Uganda e Moçambique outros como as Maurícias abrandaram e para o pior estão alguns que recuaram no processo de industrialização temos neste caso a Costa do Marfim, o Senegal e o Madagáscar para não falarmos do Chade onde a atividade industrial é quase nula, possuindo um número tímido de empresas formalmente constituídas.

Em 2008, o valor acrescentado manufatureiro reduziu de 12,8% em 2000 passando para valores percentuais de 10,5% do PIB, quanto a exportação a percentagem era de 39% contra 43% em 2000. Parte considerável dos países tinha um valor acrescentado por habitante entre 50 e 100 dólares segundo dados do

¹¹⁴ Sobre esse assunto, calcula-se que em 800 milhões de hectares cultiváveis, 200 estão cultivados. 60 milhões de hectares teriam sido objeto de transações em 2011, ou seja, 15 vezes mais que em 2000.

(CNUCED, em 2011). Correspondem 18% das exportações africanas ao setor manufatureiro, e 40% das exportações intra-africanas.

A pouca competitividade do setor, aliados aos múltiplos fatores de fraca industrialização, como nos clarifica HUGON, “alguns são estruturais (fragilidade das infraestruturas, enclaves, mercados acanhados e compartimentados). Os custos dos fatores são elevados (custos salariais tendo em conta os encargos e a produtividade e sobretudo custos de transporte, custo da intermediação financeira...). A coocorrência dos países emergentes (baixos custos salariais, avanços tecnológicos, economias de escala, manipulação do cambio, disciplina do trabalho...) dificulta as janelas de especialização”¹¹⁵.

As vantagens inúmeras que advém da transformação dos recursos naturais através da indústria permitem o abastecimento dos mercados internacionais, regionais, nacionais e o estabelecimento de zonas francas em vários pontos do continente. O desafio da industrialização coloca-se também no campo do combate ao desemprego e na utilização de novas tecnologias capazes de dar oportunidades aos jovens e expandir a classe média e o empresariado africano. Existem progressos em muitas regiões do continente no que toca a abertura de zonas francas. Em 2008, 33 países já as possuíam e, perfaziam 108 das 1 735 zonas francas mundiais (Bost, 2011)¹¹⁶. As exportações e o emprego cresceram nas ilhas Maurícias, com a implementação das zonas francas, juntando-se o Quênia totalizando em 33 zonas francas, a onda de crescimento estende-se também no Gana, do Lesoto, no Togo e no Malawi. As perspetivas africanas hoje em dia são elevadas, nomeadamente nas zonas económicas especiais estabelecidas com a China, principal parceiro estratégico promotor do crescimento económico de África.

Em África, os setores terciários, ocupam cerca de 40% do PIB, percentagem muito superior as economias dos países em desenvolvimento e de 50% do PIB, nos países produtores de petróleo como é o caso de Angola da Guiné-Equatorial e da Nigéria. O sistema financeiro da África subsariana tem características particulares, pouco desenvolvido, prioriza os empréstimos de curto prazo, é oneroso, fraca rede financeira de proximidade em meio urbano e rural. Algum dinamismo também impera

¹¹⁵ Cfr., Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.ª edição, escolar editora, Lisboa, 2015, p. 123.

¹¹⁶ Idem, p. 123.

neste setor: o turismo, serviços informáticos e os serviços de apoio às empresas. Verifica-se um rápido crescimento no comércio, na banca, nos transportes. A taxa anual global de crescimento das infraestruturas em África como já reportamos anteriormente, em 2000 foi de 13%. Em muitos países africanos, a produção dos bens públicos e as funções soberanas do Estado dificilmente são asseguradas devido ao esgotamento das receitas públicas derivadas da estagnação da cobrança fiscal.

Todas as espécies de mercadorias ou de produtos têm relevância na economia global. O aço e o cimento são fundamentais para as indústrias de construção do mundo, ao passo que as centrais elétricas que fornecem a energia são dependentes do cobre para a fabricação de cabos. Conquanto, nenhuma mercadoria foi tão importante ou ocasionalmente tão problemática ao longo do século passado e do presente como o petróleo.

O aumento do preço do petróleo faz aumentar o custo de vida nos países desenvolvidos. Uns são causados por razões políticas e outros por forças económicas e que cada vez que o preço chega a valores máximos os políticos foram obrigados a questionarem-se sobre a relação complexa entre a humanidade e as fontes de energia. A utilização de produtos baseados no petróleo tornou-se tão impregnada, que na sociedade moderna é fácil esquecer que sem eles não existiriam transportes rodoviários, aéreos, e que as inúmeras centrais elétricas teriam encerrado. Principalmente utilizado como fonte de energia o petróleo serve também na produção de produtos farmacêuticos, fertilizantes, solventes e outros.

Os recursos naturais colocam o continente como reserva estratégica das matérias-primas a nível mundial. Países como Angola, Nigéria, Argélia e Egipto são membros da OPEP. Outros países novos como a Costa do Marfim, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Namíbia, RDC, São Tomé e Príncipe, Uganda entraram no clube dos exportadores de gás. Só o setor minério e energético da África Subsariana representa 2/3 das exportações a nível do continente. Do ponto de vista energético África continua excedentária, consumiu, em 2005, 150 milhões de toneladas de petróleo e produziu 200 milhões de toneladas do mesmo produto, cabendo a Angola e a Nigéria a produção de 149 milhões de toneladas. O consumo *per capita* de petróleo é de 0,5 por cada africano. A África representa 11% da

produção de petróleo 4,8% pela ASS e 3% do seu consumo, 8% da produção de gás 1% pela ASS e 2% do seu consumo, ou seja, 15 e 10% das exportações mundiais de petróleo e gás respetivamente. 1/3 das exportações africanas de matérias-primas representam uma quota parte dos hidrocarbonetos nas trocas entre África e o resto do mundo. A África produz 2/3 das pedras de diamantes em bruto 8,4 mil milhões de dólares em exportações, competindo 3,3% ao Botswana, 1,6% à África do Sul, 1,2% para Angola, 1,1% da RDC e 900 milhões da Namíbia. As concessões petrolíferas, minerais ou florestais têm efeitos positivos nas economias servindo de arrecadação de divisas, e fundamentalmente de receitas fiscais oficiais para a prestação de serviços públicos infraestruturas, saúde, educação ou na prestação de serviços privados.

O desenvolvimento do setor financeiro africano desenvolveu-se economicamente e socialmente em dissonância com a sociedade. Parte maioritária da população não está integrada no sistema, a legitimidade das instituições financeiras é questionável e com elevados custos de funcionamento. Assiste-se o aparecimento de novos operadores com capitais locais mais próximos das populações, mas o sistema financeiro fragmentado é o reflexo de uma economia mais pouco articulada e fortemente extravertida. O subdesenvolvimento económico está associado ao desenvolvimento financeiro. A moeda constitui frequentemente o único ativo financeiro e os mercados monetários são poucos e com fraco dinamismo. Os mercados financeiros são embrionários e em alguns países menos expressivos. A taxa de bancarização situa-se, consoante os países, entre 5 e 10% da população. As pequenas empresas que constituem a maioria têm pouco acesso aos mecanismos de financiamento, o corte das despesas públicas danifica seriamente este segmento empresarial. Os únicos beneficiários são mormente os Estados, as empresas públicas e os empreendedores de curto prazo com atividades de importação e exportação.

Observadores atentos consideram que a África é a nova fronteira da economia mundial, onde se localizam as maiores reservas de desenvolvimento económico do planeta.

1.3.2 As diferentes Trajetórias Económicas Regionais dos países Africanos

Apesar da desaceleração económica que se verifica na trajetória de algumas economias de África segundo estatísticas oficiais e tomando em linha de conta o rendimento per capita de 2006, as desigualdades vão de 1 a 20 entre a Guiné Equatorial 17426 dólares, a Mauritânia 13508 dólares, a África do Sul 12760 dólares e a Tanzânia 777 dólares, a Guiné-Bissau 748 dólares, o Malawi com 645 dólares per capita. Em Angola, país produtor de petróleo e da região da SADC, o crescimento do PIB no período de 2001-2011 foi de 80%, contra -17% no Zimbabué pertencente a mesma região.

Na mudança de século, verificam-se, em média, resultados económicos superiores dos países anglófonos, nomeadamente do EAC, e da África Austral (com exceção de países como o Zimbabué) ou da África Ocidental (Gana, Nigéria), comparados com os países francófonos (UEMOA, CEMAC, RDC). Os países lusófonos eram muito diversificados, com o boom de Angola ou de Moçambique e a situação da Guiné-Bissau. Naturalmente, em cada uma dessas regiões a situação apresentava algumas especificidades. A África anglófona, possuía as maiores empresas África do Sul, Nigéria, Quênia. Os maiores centros financeiros encontravam-se em Lagos, Gaborone e Nairobi. Quanto as infraestruturas de redes de água, eletricidade e transportes essas estão mais desenvolvidas na África anglófona.

As diferenças de trajetória podem ser explicadas por diversas razões: históricas como a colonização e a escravatura. A colonização britânica foi mais comercial do que administrativa em comparação com a francesa e portuguesa. No domínio da descolonização a britânica deu mais encargo aos Estados no domínio monetário, político e militar. Os conflitos foram mais precoces que nos países francófonos. Em 2011, seis Estados eram marcados por crises políticas e militares que levaram a um retrocesso económico durante um longo período, caso da Somália, Sudão, Libéria, Serra Leoa, Níger e o Mali. Os sistemas educativos de um modo geral, exibem menor desempenho na África francófona, e na lusófona, tanto no plano dos conteúdos como no exercício dos sistemas. Quanto aos regimes políticos nota-se pouca diferença, ao contrário do clima de negócios que é significativamente diferente.

Capítulo 2. Fluxos Financeiros externos e Receitas fiscais, Políticas Comerciais e Integração Regional em África

2.1 A Estrutura Financeira Externa e as Receitas Fiscais em África

A análise que será retratada neste capítulo prende-se com o destino dos fluxos financeiros externos para o continente bem como do seu quadro evolutivo em termos de receitas internas. A componente principal tem a ver com a evolução do IDE, e da APD entre 2015 e 2016, e nos anos anteriores, a importância crescente dos fluxos privados comparativamente aos fluxos públicos é posta em evidência. A evolução das receitas fiscais de 2005 a 2015 fazem parte deste estudo, assim como os desafios que se colocam ao aumento da capacidade de coleta e mobilização dessas receitas.

Os fluxos internos privados continuam a impulsionar o crescimento das finanças externas em África. Em 2016, os fluxos de entrada de IDE em África recuperaram, apesar da baixa dos preços das matérias-primas, num reflexo da crescente diversificação do investimento em serviços, na indústria transformadora e em projetos de infraestruturas. Em 2016, África registou o mais baixo fluxo de investimento desde 2008, com 6.5 mil milhões de dólares, podendo mesmo continuar essa tendência decrescente. As remessas cresceram em mais de 50% de 2005 a 2009, atingindo a cifra recorde dos 62.5 mil milhões em 2017. A APD, registou um decréscimo de 1.7% em 2016, pelo facto de alguns países doadores terem declinado o pacto assumido com os países mais pobres.

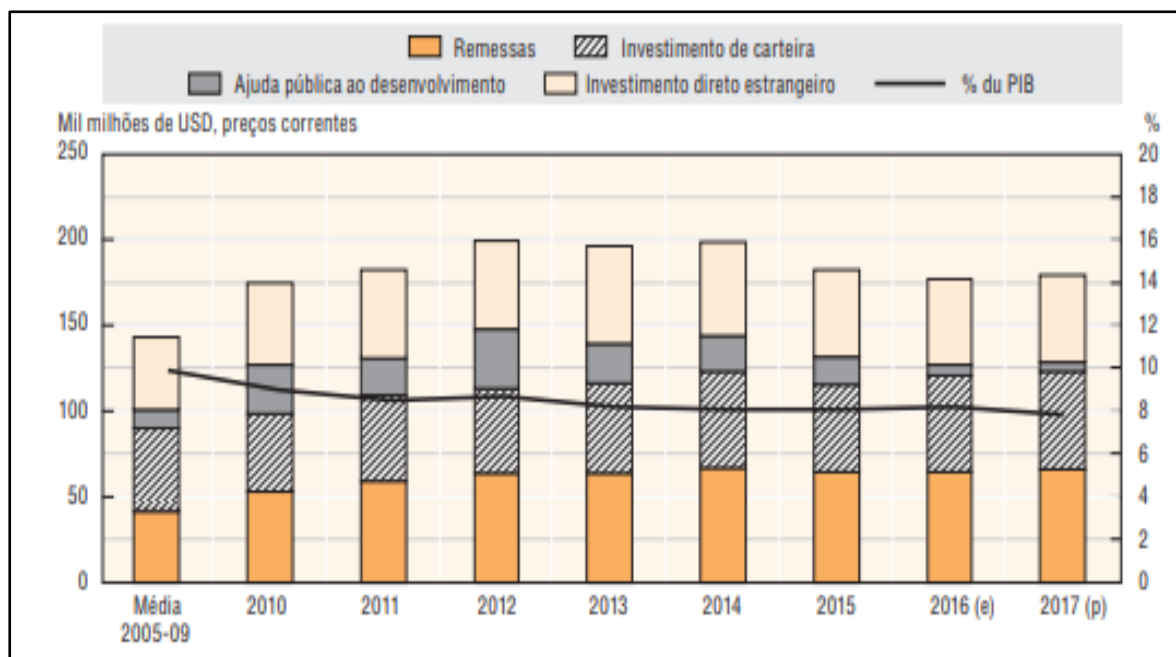
A percentagem de APD, atribuída a 17 dos 27 países africanos de renda baixa deverá diminuir pelo menos até 2019, o que torna ainda mais preocupante caso se venha a concretizar tal descida. O IDE alcançou 57,5 mil milhões de dólares em 2017, sustentado por investimentos oriundos do médio oriente e da Ásia. A mobilização de recursos internos apesar do progresso, todavia é reduzida. Com vista a ser dada uma resposta para o cabal financiamento de África, a comunidade internacional e os governos africanos exploram novas formas de cooperação com o setor privado para a mobilização de recursos financeiros e o desenvolvimento de mercados financeiros locais. Resumindo os fluxos financeiros em 2017, cresceram +2.4% em remessas, +1.9% em IDE, +1.4% em APD. O total de receitas internas

dos países pobres em recursos naturais aumentou em +9.6% em 2012 para 93.8 mil milhões de dólares em 2016¹¹⁷.

Os fluxos privados são cada vez mais importantes no quadro do financiamento externo. O abrandamento em 2016, contabilizados em 177.7 mil milhões, abaixo dos 182.8 mil milhões de 2015, explica-se como proveniente da quebra acentuada nos fluxos de carteira de 60% em 2015 e do declínio da APD de 2% em relação a 2015, incluindo as remessas que caíram em 0,3% relativamente ao mesmo período. O IDE e as remessas ocupam grande relevância no conjunto dos fluxos financeiros privados, esta proeminência constata-se no crescimento de 61% do total dos fluxos externos em 2002, de 33.5 mil milhões de dólares para 72% em 2016, perfazendo 127.6 mil milhões de dólares. Em 2016, o IDE, voltou a crescer, na sequência do aumento do seu peso no total dos fluxos privados, saindo dos 39% para 44% em 2015, como nos mostra a (Figura III.). Alguns países africanos para reduzir os choques das variações dos preços das matérias-primas, optam pela diversificação transformando os recursos naturais em bens e serviços de consumo, como por exemplo a Etiópia, o Gana, a Tanzânia e o Quênia.

¹¹⁷ Perspetivas económicas em África, Relatório de 2017. www.oecd.org/fr/.../perspetivas-economicas-em-africa-2017

Figura III. Fluxos financeiros externos em África, 2005-2017



Notas: As estimativas e as projeções da APD baseiam-se ajuda programável por país (APP) da OCDE/2016. A previsão de remessas baseia-se na taxa mundial de crescimento previsto pelo Banco Mundial. Fontes: Adaptado de dados de Perspetivas Económicas em África, FMI (2016a), OCDE (2016) e Banco Mundial (2016b).

Com uma contração de 60%, o continente registou o valor mais baixo no fluxo de investimento em carteira desde 2008. Em 2016 só a África do Sul e o Gana foram ao mercado internacional de títulos. As remessas de emigrantes continuam a ser uma fonte estável de financiamento externo em África, registando-se um crescimento da ordem dos 51% dos fluxos privados em 2016, isto, quando representavam 42% em 2010. A importância da AD, está a decrescer e a mobilização de receitas internas continua baixa.

Em termos reais, a ajuda externa aumentou 4% em 2015, para seguidamente decrescer em 1.7% em 2016, este recuo como foi dito atrás se deve ao incumprimento dos doadores do compromisso por estes assumido na Terceira Conferência Internacional de Financiamento do Desenvolvimento que decorreu em Adis Abeba no ano de 2015. Nos de rendimento baixo os fluxos públicos internacionais continuam a ter um grande destaque no financiamento do desenvolvimento, onde a APD representa mais de 50% do total de financiamento externo. A percentagem da APD aos países africanos diminuiu de 37% em 2002-2016, para 28% em 2012-2016. Em rápido crescimento está a AD, proveniente da

China e de outros países emergentes. De forma geral, a (Tabela XVII). resume a diminuição da mobilização de receitas internas, apesar do esforço feito pelos países pobres na melhoria da coleta das receitas fiscais.

Tabela XVII. Fluxos financeiros e receitas fiscais em África, 2005-2017
(mil milhões de dólares preço corrente)

			Média 2005- 09	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Externo	Privados	Investimento Direto Estrangeiro	48.7	46.0	49.8	49.4	53.1	56.0	51.3
		Investimento de carteira	10.5	28.5	34.3	34.3	23.0	21.3	15.7
		Remessas	41.7	53.1	64.3	64.3	63.7	67.2	64.8
	Públicos	Ajuda Pública do desenvolvimento (Total líquido, todos os doadores)	42.6	47.8	56.8	51.8	56.8	54.3	51.0
		Total de fluxos externos	143.6	175.4	196.7	199.8	196.7	198.8	182.8
Internos		Receitas fiscais	351.9	458.2	541.0	561.5	541.0	506.4	436.8
Total de fluxos externos		Países de rendimento baixo	30.8	39,4	54.2	45.7	54.2	55.4	47.5
		Países de rendimento médio-baixo	76.9	90.9	110.7	118.1	110.7	107.6	99.2
		Países de rendimento médio-alto	31.9	40.1	27.0	30.6	27.0	29.4	29.8

Fontes: Adaptado de dados de Perspetivas Económicas em África, FMI (2016a), OCDE (2016) e Banco Mundial (2016b).

Os investimentos em África tendem a voltar ao crescimento, após a crise de 2007-2008, entre 2010 e 2014 os fluxos de IDE para África cresceram 22%. Esta tendência revela as altas taxas de crescimento do continente, com o aumento da população, a expansão da classe média, melhorias na estabilidade política e macroeconómica. Os maiores ganhos de IDE estiveram ligados à indústria mineira no Egito, Nigéria, Gana, Argélia, no Chade na RDC, Angola, Moçambique, e África do Sul (KPMG, 2016a). O fim deste ciclo das matérias-primas teve um grande impacto no crescimento do PIB e no investimento em recursos naturais em África, o que levou a uma contração do IDE em 2015.

A redução do 19% no investimento de 15.8 mil milhões de dólares em 2015 para 12.9 mil milhões de dólares em 2016, foi compensada pelo investimento crescente na construção +300%, na indústria transformadora +40%, transportes +300%, eletricidade e tecnologias de informação. O principal destino dos fluxos de investimentos continua a ser os países ricos em recursos naturais. Segundo o FMI, os países pobres em recursos deverão receber 40% de IDE em 2017, por comparação de 33% em 2015 e 24% em 2009. O rácio de IDE/PIB nos países pobres em recursos registou 4.4% em 2017, o dobro de 2002, e nos países ricos em recursos no mesmo período deverá passar de 4% para 2%.

Tabela XVIII. Principais destinos de IDE em África por valor de investimento, 2016

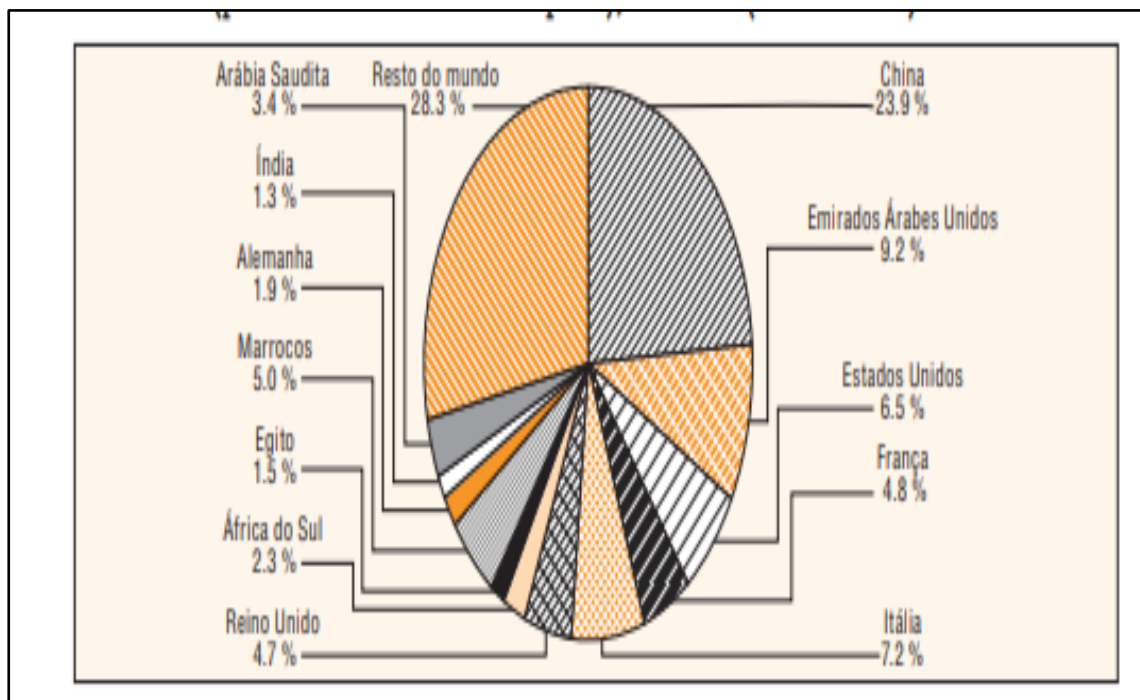
Principais países de destino em 2016	Valor (mil milhões de USD)	Principais setores em 2016
Egipto	10.1	Imobiliário, petróleo, gás energias alternativas/renováveis
Marrocos	4.9	Energias alternativas/renováveis, imobiliário, automóvel
Angola	4.4	Petróleo, gás, comunicações, transportes
Gana	3.6	Petróleo, serviços financeiros, construção
Moçambique	3.4	Transportes, carvão, gás, imobiliário
Etiópia	2.7	Química, imobiliário, têxteis
África do Sul	2.8	Carvão, petróleo, gás, transportes, automóvel

Fonte: Adaptado de FMI (2016a) e fDi Markets (2017)

Os investimentos externos estão a diversificar para os serviços e a indústria transformadora. De acordo com os anúncios de projetos de raiz em 2016, os principais destinos africanos de IDE, foram o Egipto, Marrocos, Angola, Gana, Moçambique, Etiópia, África do Sul, Nigéria, Tanzânia e Quênia, (fDi Markets, 2017)¹¹⁸. Em 2016, estes 10 países representaram 92% do IDE para o continente, como pode ser visto na anterior (Tabela XVIII).

¹¹⁸ O fDi Markets, é um serviço do Financial Times, um banco de dados on-line de investimentos transfronteiriços, abrangendo todos os países e setores em todo o mundo.

Figura IV. Fontes de investimento em projetos de raiz em África (pelo investimento de capital), 2015-2016



Fonte: Adaptado de fDi Markets (2017)

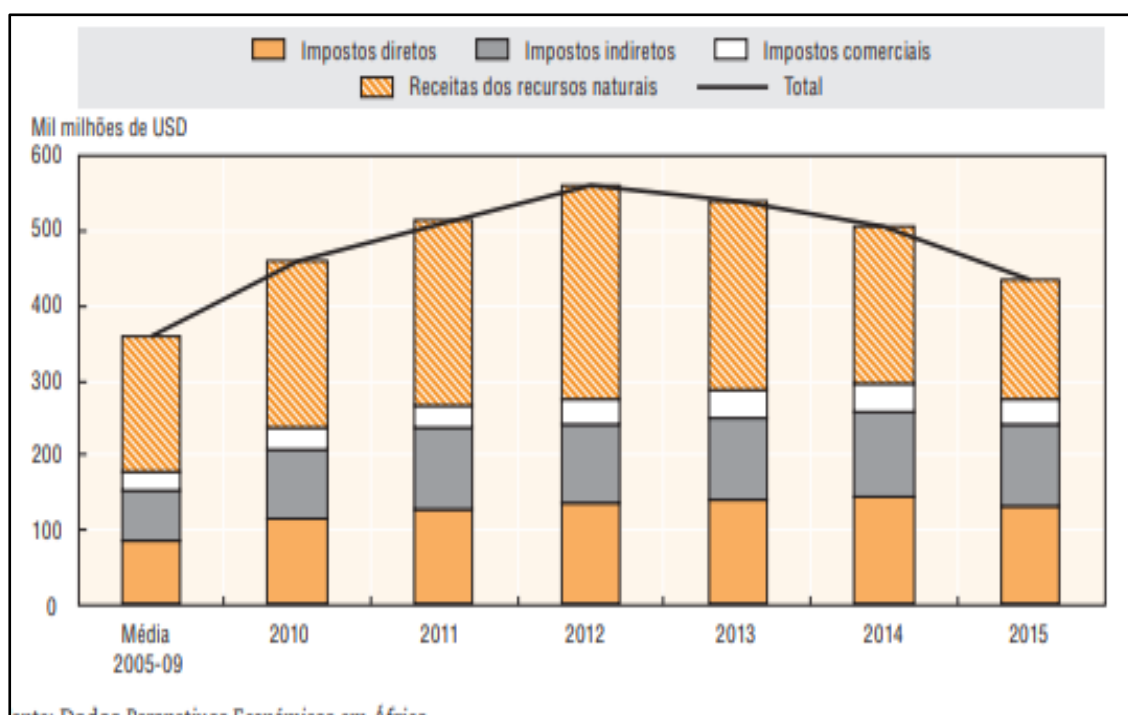
Se o IDE da Europa e da América do Norte, considerados parceiros tradicionais de investimento está a diminuir, as economias do extremo oriente estão a investir cada vez mais em África, ver Figura IV. Em particular o investimento Chinês, continua a crescer mesmo com o abrandamento da sua economia e a descida na procura do petróleo e de outros minerais. De acordo com os projetos de raiz, e em comparação com 2015, o investimento de capital Chinês em África entre janeiro e novembro aumentou 1400% (fDi Markets, 2017). A China liderou o investimento de raiz em África em 2015-2016 em 38.4 mil milhões de dólares.

A APD, para os países africanos permanece aquém dos compromissos assumidos. Os países membros da Comissão de AD, da OCDE, anunciaram um decréscimo de APD, pondo em causa a meta dos 0.7% do RNB dos países mais ricos. Em África espera-se que mais de metade dos países pobres receba em 2019 menos APD do que a recebida em 2015. A ajuda externa dos países membros do CAD aos países em desenvolvimento totalizou 131.4 mil milhões de dólares em

2015, representando um aumento de 6.6% em termos reais relativamente a 2014, isto se deveu ao aumento dos custos com os refugiados.

A mobilização de recursos internos ainda não corresponde às necessidades. O desempenho das receitas fiscais em África entre 2005-2015, aumentou gradualmente nesta década, alcançando em 2012, 561.5 mil milhões de dólares. Depois de 2013, a mobilização interna abrandou, fruto da descida dos preços da matéria-prima, especialmente do petróleo, (Figura V). Entre 2012-2015 as receitas internas representaram uma queda de 22.2%, fruto da baixa acentuada das receitas dos recursos naturais 43.7%, no mesmo período.

Figura V. Estrutura fiscal em África, 2005-2015



Fonte: Dados Perspetivas Económicas em África, 2016.

Os países ricos em recursos naturais foram os mais afetados na queda da mobilização de receitas internas. Entre 2012 e 2015, as receitas reduziram drasticamente (isto é, de mais de 50%) na Argélia 51.8%, para 27.9 mil milhões de dólares, em Angola 57.2%, para 19.9 mil milhões de dólares, no Chade (65%, para 2.8 mil milhões de dólares) e no Gabão 55%, para 12.2 milhões de dólares. Estas quedas ficaram a dever-se à pequena base tributária dos países ricos em recursos. Por outro lado, as receitas com outro tipo de impostos estagnaram durante mais de uma década, abaixo dos 6%. Assim, os países ricos em recursos foram incapazes

de compensar as quebras nas receitas de rendas, e o seu rácio geral receitas-PIB decresceu de 25% em 2012 para 19% em 2015.

Os países pobres em recursos continuam a fortalecer a capacidade de mobilização interna de receitas contrariamente aos países ricos em recursos naturais, os países pobres em recursos aumentaram a mobilização de receitas. Entre 2012 e 2016, as receitas internas totais aumentaram 9.6%, somando 93.8 mil milhões de USD. Este registo explica-se principalmente pela alta nos impostos diretos de 12%, para 32.3 mil milhões de USD e indiretos de 8%, para 34.3 mil milhões de USD a Suazilândia 26.5%, para 1.1 mil milhões de USD, o Malawi 25.2%, para 928 milhões de USD e as Seychelles 25.1%, para 490 milhões de USD.

A mobilização de mais recursos internos exige esforços adicionais Os fluxos financeiros externos com destino a África aumentaram gradualmente, passando de 100 mil milhões de USD no ano 2000 para 182.8 mil milhões de USD em 2015, num reflexo da crescente atratividade do continente sob olhar dos investidores. No entanto, para dar resposta às enormes necessidades de financiamento que o desenvolvimento requer, são necessários mais recursos internos. Segundo as estimativas, a África subsariana precisa de 93 mil milhões de USD anuais para suprir a sua carência de infraestruturas (Foster e Briceno Garmendia, 2009). A experiência também demonstra que países com maior dependência de receitas internas tendem a crescer mais depressa (Aizenman et al., 2007). Se é um facto que o continente fez progressos na mobilização de recursos internos, a verdade é que são precisos esforços adicionais. A Agenda de Ação de Adis Abeba, de 2015, consagra as receitas públicas internas como prioritárias, tendo em vista alcançar os ODS. As receitas internas africanas cresceram de 258 mil milhões de USD em 2005 para 436.8 mil milhões de USD em 2015, o que representa 2.4 vezes o total dos fluxos externos de financiamento. Diversos países estão a expandir as receitas internas com a adoção de várias medidas para aumentar a coleta de impostos. A Etiópia, está a aplicar medidas de combate à evasão fiscal. O Togo está a mobilizar mais receitas fiscais com o reforço da eficiência da máquina fiscal, com o apoio da comunidade de desenvolvimento, particularmente do BAD. Serão necessários, porém, mais esforços, como a utilização de novos e inovadores mecanismo de coleta de receita, incluindo obrigações verdes, impostos sobre serviços bancários e

de seguros e turismo, bem como o incentivo à “moralidade fiscal” – à motivação para cumprir obrigações fiscais (Daude et al., 2012).

No entanto, aumentar a base fiscal pela taxação do setor informal significa diminuir a carga fiscal no geral, a qual tende a ser elevada em África. Com efeito, África tem, em média, a mais alta Taxa de Imposto sobre o Rendimento Coletivo, estimada em 29%, exemplo em Angola 30%, quando a média global é de 23% (Pommereau, 2015). De acordo com o inquérito às empresas do Banco Mundial, as empresas no setor formal citam sistematicamente os impostos elevados e as taxas sobre processos administrativos como alguns dos mais importantes constrangimentos que enfrentam (Bruhn, 2011). Além disso, a realidade tem demonstrado que altos custos de conformidade podem levar as empresas a permanecer na informalidade, enquanto a redução do Imposto sobre o Rendimento Coletivo está associada a um aumento do número de empresas formais (Djankov et al., 2010). Em síntese, e como nossa contribuição, estes resultados sugerem que uma menor carga fiscal e custos de conformidade reduzidos podem ajudar África a dinamizar a transição para a economia formal. A diminuição do setor informal, por sua vez, pode ajudar a alargar a base fiscal, atualmente estreita, e a aumentar os impostos diretos, contribuindo, portanto, para o crescimento da mobilização de receitas fiscais no continente.

Em África, a origem de capitais para o financiamento é basicamente privada, África não possui mercados financeiros fortes, excetuando a África do Sul, que sozinha e com um fluxo de 800 mil milhões de dólares realiza mais operações que as 10 do continente juntas 700 mil milhões de dólares, a única saída têm sido os mercados internacionais cujo acesso é fortemente restritivo. Algumas praças bolsistas emergem no continente destacando-se as do Gana, da Nigéria, de Abjam, Douala, Libreville e muito recentemente a de Angola. Têm uma dimensão muito fraca e sobretudo a sua jovialidade. Para os capitais privados, África revela-se pouco atrativa, a APD, após o fim da guerra fria baixou consideravelmente atingindo os párcos 40 mil milhões de dólares em 2008.

O número de paraísos fiscais está com um ritmo acelerado de crescimento, países como as Maurícias, Seicheles, Libéria, Botsuana, Djibuti, Quénia e o Gana lideram o mercado dessas transações financeiras ilícitas. Constata-se também uma

aplicação e saída ilícitas de capitais, e de acordo com fontes internacionais esses fluxos elevaram-se a 850 mil milhões de dólares entre os anos de 1970 e 2008, perfazendo mais de 30 mil milhões anualmente. Fontes da CNUCED, estimam que entre 1970-1996 a fuga de capitais foi de milhares de milhões de dólares assim repartidos entre países: Etiópia 5,5, Sudão 6,9, Zâmbia 10,6, Camarões 13, Angola 17, e a Nigéria com o valor mais elevado de 86,7 mil milhões. Desde 1960 África recebeu cerca de 580 mil milhões de dólares, representando cerca de 300 mil milhões de dólares em evasões de capitais, montante superior em 50% da dívida pública internacional. Por cada dólar emprestado à África, 60 cêntimos voltavam a sair entre 1970 e 2004, as elites africanas eram detentoras de duas vezes mais o nível do PIB africano, ou seja, entre, 700 e 800 mil milhões de dólares aplicados em centros financeiros mundiais.

Durante praticamente duas décadas o continente estava refém do endividamento público externo. O rácio da dívida em relação ao PIB era superior a 60% e o serviço da dívida ultrapassava os 13% em 2006. A dívida sofreu uma ligeira descida graças às medidas engendradas pelos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), segundo dados da CNUCED de 2004, a ASS recebeu 294 mil milhões de dólares só de empréstimos, reembolsou 268 mil milhões em serviço da dívida, e, no entanto, continua devedora de cerca de 210 mil milhões. A dívida de cerca de 200% das exportações em 2000 passou para 56,2% em 2009, enquanto o serviço da dívida passava de 15,2% para 6,2%. Os capitais privados, de 15 mil milhões de dólares em 2000 aumentaram para 87 mil milhões em 2008, e as transferências dos migrantes passaram de 9 mil milhões de dólares para 40 mil milhões de dólares.

A crescente atratividade dos investimentos diretos estrangeiros (IDE)¹¹⁹, os efeitos da privatização do setor agroalimentar, das telecomunicações, água e eletricidade, na distribuição dos transportes, a África atrai 3% em média os (IDE) mundiais perfazendo 10 a 20 mil milhões sobre cada bilião de dólares. Os fluxos líquidos de capitais privados, aumentaram de 12,2 mil milhões de dólares em 2001, para 56,6 mil milhões em 2007 e de 87 mil milhões em 2008, ou seja, um montante

¹¹⁹ O IED pode ser entendido como a quantidade de dinheiro investido (ou recebido) por um país no (ou proveniente do) estrangeiro em virtude da criação ou da fusão-aquisição de empresas (expressa em milhares de milhões de dólares norte americanos).

superior à APD. Entretanto verificou-se uma queda provisória desses fluxos devido a crise financeira de 2008-2009, optando-se pela substituição parcial dos fluxos públicos. Em 2008 o IDE totalizava 53 mil milhões de dólares, dos quais 30,6 mil milhões cabiam a ASS.

No setor dos recursos naturais, aparece um forte aumento dos investimentos, provenientes da Ásia, que no seu conjunto em 2007 atraiu 35 dos IDE, 36 mil milhões de dólares, 21 dos quais para a ASS, quanto aos países africanos que mais atraem investimentos temos na liderança a África do sul com 6,4, a Nigéria 3,4, o Sudão 2,3, a Guiné Equatorial 1,8, a RDC 1,3 e o Chade 0,8. Em 2010 os IDE estavam avaliados em 53 mil milhões de dólares, 90% dos quais em 10 países petrolíferos e mineiros. Em todo o caso, o continente vem liberalizando a privatização com investidores diversificados. O clima de negócios tem sido um fator pouco favorável, os custos de produção e de transação são elevados, entretanto estudos apontam que os países que efetuaram reformas cresceram em 2000, 2,1% em relação aqueles que não o fizeram, motivos que nos levam a concordar com a análise de (HUGON, 2015: 143), explicando as debilidades dos IDE pelos seguintes fatores: “ a dimensão limitada das economias e uma visão pessimista do crescimento dos mercados; falhas institucionais e de infraestruturas físicas e sociais; um tecido económico e social frouxo e sobretudo riscos reais ou percebidos quer em termos de instabilidade política, de volatilidade das políticas económicas ou de instabilidades internacionais¹²⁰.

2.2 As Políticas Comerciais e a Integração Regional em África

Cerca de 50 anos após as independências, as economias africanas continuam dependentes das economias ocidentais e asiáticas, constituindo mais de 2/3 das suas zonas de troca comerciais e de origem de capitais. Pouca variação sofreu a sua estrutura de exportações, por exemplo, nove países representam 2/3 do PIB e do comércio externo da ASS. O comércio intra-africano bem como as relações comerciais do continente no contexto da arquitetura internacional estão em mudanças aceleradas. Levamos para análise nesta sessão questões como os parceiros comerciais de África, a diversificação dos produtos, os efeitos da

¹²⁰ Vide, Philippe Hugon, ob. cit., p. 143.

globalização, assim como o futuro potencial de progresso. Será apresentado um estudo da evolução das regiões económicas, das políticas de integração, das iniciativas de integração, e da descrição do papel do setor privado e público. O crescimento em África foi decisivamente apoiado pelos avanços no comércio, pelas políticas adotadas, pelo ambiente regulador de negócios e pela integração regional.

A desigualdade no impacto dos choques nos preços das matérias primas e as constantes críticas ao sistema mundial de comércio tendem a aumentar as incertezas sobre o futuro do continente. Torna-se necessário que os países usem da melhor forma a globalização, podendo ser feita mediante a diversificação dos produtos comercializados além dos recursos naturais que o continente ostenta e o aumento do comércio intra-africano. Para contrapor as mudanças económicas e políticas da China e nos Estados Unidos, África terá de proceder a reformas estruturais e regulamentares, melhorar as políticas e o clima de negócios, e aprofundar a integração regional. Cabe as comunidades económicas regionais africanas um papel importante no reforço das economias e da resiliência contra os choques globais.

A proclamação a 21 de Março de 2018, da ZCLA, instrumento jurídico assinado por 44 chefes de Estado em Kigali poderá gerar ganhos incomensuráveis no domínio da livre circulação de mercadorias e pessoas no continente e servir de impulso a outros objetivos de desenvolvimento económico. Aliás, esta zona de comércio está a tornar-se a maior zona de livre comércio do mundo por número de países o que constitui um grande desafio para o continente. Desde o início da década de 2000, assiste-se a uma melhoria nas trocas dos produtos primários exportados pela África em relação aos produtos manufaturados importados.

Tabela XIX. Exportações e importações de África em 2010 (milhares de milhões de dólares PPC)

País	PIB (2010)	Export. (%)	Import. (%)	Dívida 8% do PIB)	Termos de troca
África do Sul	521	25,1	26,0	30,6	135
Nigéria	384	42,3	35,8	24,9	157
Sudão	92,7	-	-	61,1	-
Etiópia	01,3	15,9	31,7	20,4	131
Gana	37,1	13,1	73,8	54,1	193
Quénia	71,3	49,6	30,0	24,7	161
RDC	28,0	55,6	75,9	19,9	291
Angola	115,8	55,2	43,3	20,8	151
Côte d'Ivoire	36,6	55,4	41,6	78,8	135
Total 9 países	1 223				
Outros da ASS	634				
Total da ASS	1 857,2	33,6	33,5	-	144

Fonte: Geopolítica de África: Banco Africano do desenvolvimento, *Rapport annuel sur l'Afrique*, Tunis, 2011; FMI, 2010, *Perspectives économiques en Afrique*, Washington.

A medida que o mundo evolui para um mercado único a prosperidade não depende apenas da produtividade de um país ou continente isoladamente, mas sim na escolha estratégica dos seus parceiros comerciais, da variedade de produtos de exportação e das políticas a implementar. Notas de referência indicam-nos que o comércio entre África e o resto do mundo quadruplicou nas últimas duas décadas. Se em 2000 a China e Índia ocupam respetivamente o 8.º e 9.º lugares em termos de parceiros comerciais, atualmente ocupam o 1.º e 2.º lugar no ranking comercial, apesar de tudo a diversificação geográfica dos parceiros comerciais de África não originou uma alteração significativa na composição das suas exportações.

As exportações dos produtos manufaturados atingem apenas 5% do total das exportações. Relativamente ao fornecimento de bens de equipamentos e intermédios é quase completa a dependência, assim como na aquisição de bens de consumo de primeira necessidade. Partes consideráveis das receitas públicas continuam a ser provenientes do pagamento dos direitos alfandegários, apesar das reformas em curso em alguns países. Existe quase uma dependência generalizada de capitais, tecnologias internacionais e know how estrangeiros.

Recapitulando os índices de globalização e pela razão desta combinar a integração económica e os aspetos sociais e políticos, constata-se na África

Subsariana menos globalização que o resto do mundo nomeadamente no domínio social. O quadro que se segue espelha a realidade dos índices de globalização da ASS.

Tabela XX. Índices de globalização do Mundo e da ASS

	Índice global	Integração económica	Integração política	Integração social
Mundo	2,46	3,31	3,08	1,24
ASS	1,51	2,21	2,16	0,40

Fontes: Geopolítica de África; BAD, *Rapport annuel sur l'Afrique*, 2003, 5.

As trocas externas da África entre 1990 e 2000 passaram de 51% a 65% do PIB global, porém a produção mundial caiu em ¼. Entre 1970 e 2007 o peso do comércio mundial baixou para mais da sua metade, as exportações da ASS, que eram de 3,1% das exportações mundiais em 1970, representavam pouco mais de 1% em 2007 (40% dos quais só o petróleo). O distanciamento das rotas marítimas e aéreas e os atrasos em termos de transportes e contentorização, têm contribuído na marginalização do comércio na conjuntura mundial. Cerca de 2/3 do comércio mundial é feito pelas multinacionais, cujos produtos são de alto valor acrescentado sendo fator negativo para África uma vez que a importação é na base de matérias primas inacabadas. Até certo ponto os países africanos retiraram as barreiras tarifárias para 20% contra os 30% em 1980. Com a UE o fluxo das atividades comerciais representava em 1990 em 51% contra os 28% em 2010

A variedade de bens e serviços não sofreu nenhuma alteração substancial em África, apesar do forte crescimento das trocas comerciais e a diversificação de parceiros comerciais nas últimas duas décadas. O comércio de mercadorias cresceu com o resto do mundo de forma exponencial atingindo os astronómicos 825 mil milhões de dólares, em 2015 contra os 197 mil milhões dólares, registados em 1995. Estas cifras refletem uma subida das importações e das exportações. A importação de mercadorias fora do continente aumentou 4,7% vezes e as exportações quadruplicaram. Neste sentido se até 2013 o movimento era dirigido muito mais para o Ocidente, já a partir de 2014 o comércio do continente passou a desenvolver-se com maior intensidade com os blocos emergentes e em desenvolvimento.

Apesar da diversidade e dada a dimensão e o desenvolvimento da UE continua a liderar as relações bilaterais comerciais. 30% do comércio total de África em 2015

estava direcionado para a UE, apesar de ter sido de 40% em 2000, neste intervalo o comércio com a Ásia quintuplicou atingindo em 2015, 25% do comércio africano. De bens e serviços com o resto do mundo. No ano de 2000, a China e Índia, ocupavam o 8.º e 9.º lugar nas relações comerciais bilaterais, entretanto em 2015 estes dois países ascenderam ao 1.º e 2.º lugares na parceria comercial, dados que podem ser constatados na (Tabela XXI.). Recordamos que no ano de 2000 os Estados Unidos ocupavam o 1.º lugar cabendo a França o 2.º lugar descarrilhando para o modesto 4.º e 3.º, postos respetivamente. O aumento da produção de petróleo e gás nos Estados Unidos fez decrescer as importações provenientes de África para este país, retrocedendo para um mínimo de 22 mil milhões de dólares, em 2016, que anteriormente estava em 98 mil milhões de dólares em 2010.

Tabela XXI. Principais Parceiros Comerciais de África, por valor e posição, 2000, 2010 e 2015.

Parceiro Comercial	Valor total do comércio de mercadorias (mil milhões de USD)			Peso no comércio africano Total de mercadorias %			Posição nos parceiros Comerciais de África		
	2000	2010	2015	2000	2010	2015	2000	2010	2015
China	7.3	93.3	135.9	3.0	11.4	15.9	8.0	2.0	1.0
Índia	6.9	37.5	51.1	2.9	4.6	6.0	9.0	4.0	2.0
França	27.3	53.2	50.1	11.3	6.5	5.9	2.0	3.0	3.0
Estados Unidos	33.3	98.4	43.3	13.8	12.1	5.3	1.0	1.0	4.0
Espanha	11.0	31.6	37.0	4.6	3.9	4.3	6.0	7.0	5.0
Alemanha	13.3	33.9	34.8	5.5	4.2	4.1	5.0	5.0	6.0
Itália	15.5	33.9	31.5	5.5	4.2	3.7	3.0	6.0	7.0
Países Baixos	6.8	29.7	27.1	6.4	4.2	3.2	10.0	8.0	8.0
Reino Unido	13.6	21.3	23.1	5.6	2.6	2.7	4.0	10.0	9.0

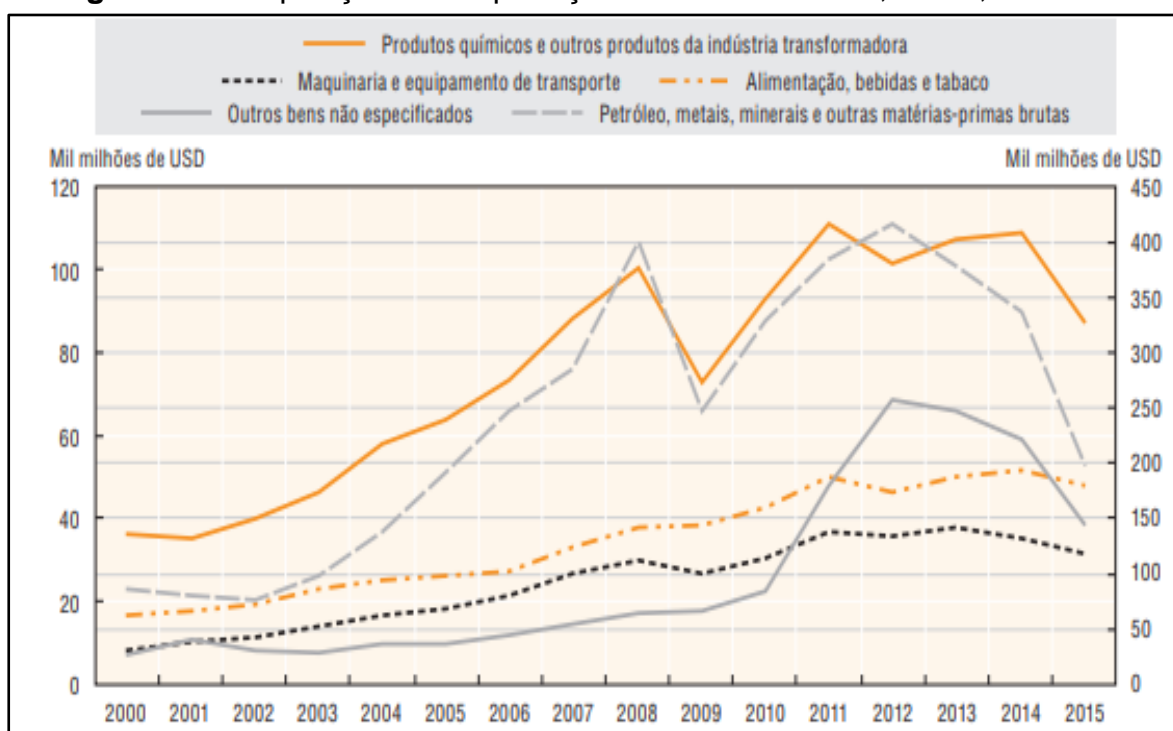
Fonte: Adaptado de dados do FMI, <http://data.imf.org/>.

Apesar do aumento significativo do comércio, a diversificação dos setores económicos continua a ser um desafio para África. A elevada concentração de exportações em alguns recursos naturais, restringe as potencialidades do comércio, agravando em certa medida aos choques económicos globais. Os riscos associados a não diversificação das economias são elevados, levando a muitos países a fazê-lo em prol do desenvolvimento económico, apesar de em alguns não se verificar este mesmo impulso de transformação estrutural. As exportações de petróleo e minérios são a fonte dominante para muitas economias africanas sendo mesmo em certos

casos a única fonte de receitas para o financiamento do desenvolvimento e a despesa. A dependência excessiva deste recurso natural (petróleo) em economias como a de Angola, Guiné Equatorial e o Sudão só para citar alguns exemplos travou importantes iniciativas de desenvolvimento noutros setores não petrolíferos, ligação muito notável nos orçamentos desses países.

Em 2015 os países cujas economias dependem deste recurso registaram uma deterioração muito mais profunda no seu défice orçamental (7,4%), em comparação com 4.2% nos países importadores dessa comoditie. Os choques globais nos preços das matérias-primas têm contribuído no fraco desempenho no comércio em África. O saldo da balança de transações corrente passou de superavit de 5,8% no PIB, (2005-2009) para défice de 6,4 % em 2016. A queda do preço das matérias-primas tem causado uma forte contração das receitas de exportação. As exportações africanas de petróleo decresceram 41% em 2015 face ao ano de 2014, representando a maior queda desde o ano de 2000, conforme ilustra a (Figura VI).

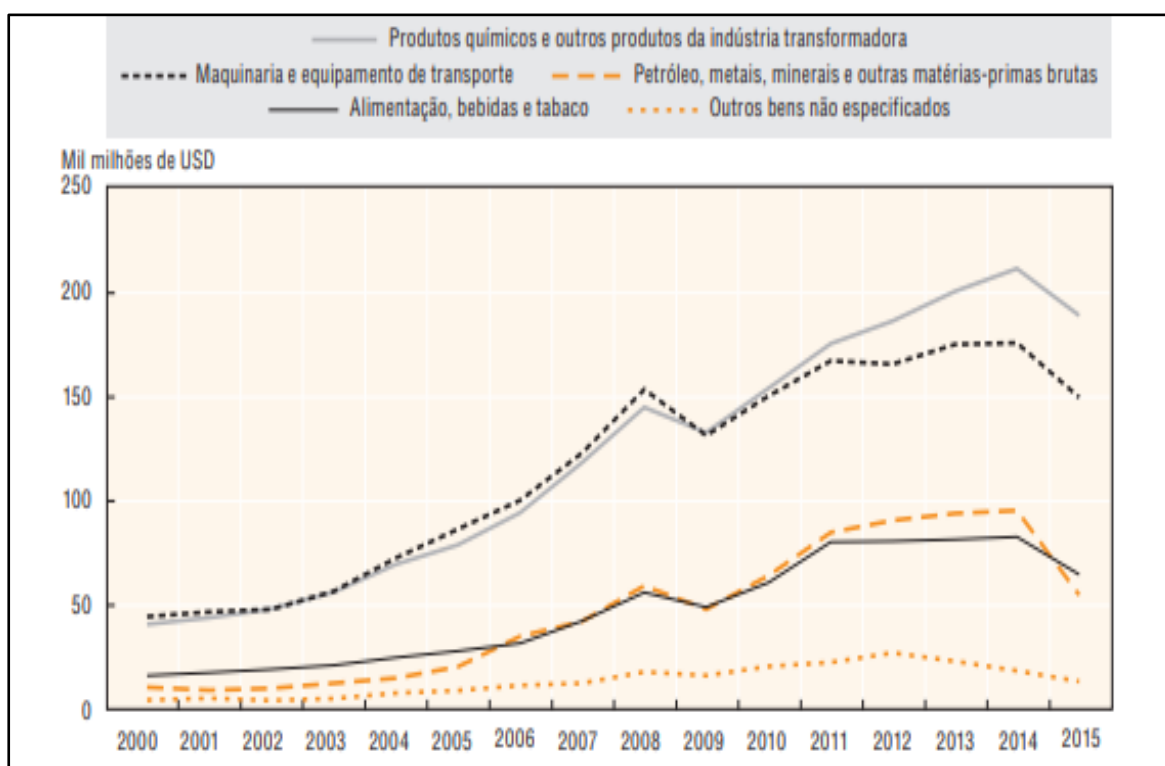
Figura VI. Composição das exportações das mercadorias, África, 2000-2015.



Nota: Os valores de “Petróleo, metais, minerais, e outras matérias-primas brutas” são apresentadas no eixo direito. Fonte: Adaptado da base de dados do World Integrated Trad Solution, <http://wits.woldbank.org/wits/.statlink>; <http://dx.doi.org/10.1787/888933475086>; Perspetivas Económicas em África BDA, OCDE, UNDP 2017.

O setor agrícola, em África, como se sabe emprega mais de 60% da população ativa, este setor representa menos de ¼ das exportações continentais. A fraca capacidade da indústria transformadora gera um aumento das importações de mercadorias, constituídas, maioritariamente, por produtos da indústria transformadora e de equipamento de transporte, de acordo com a (Figura VII).

Figura VII. Composição das importações de mercadorias em África (2000-2015)



Fonte: Adaptado de UN CONTRADE (Base de dados), <http://wits.worldbank.org/>; <http://dx.doi.org/10.1787/888933475095> - Perspetivas Económicas em África AfDB, OECD e UNDP 2017

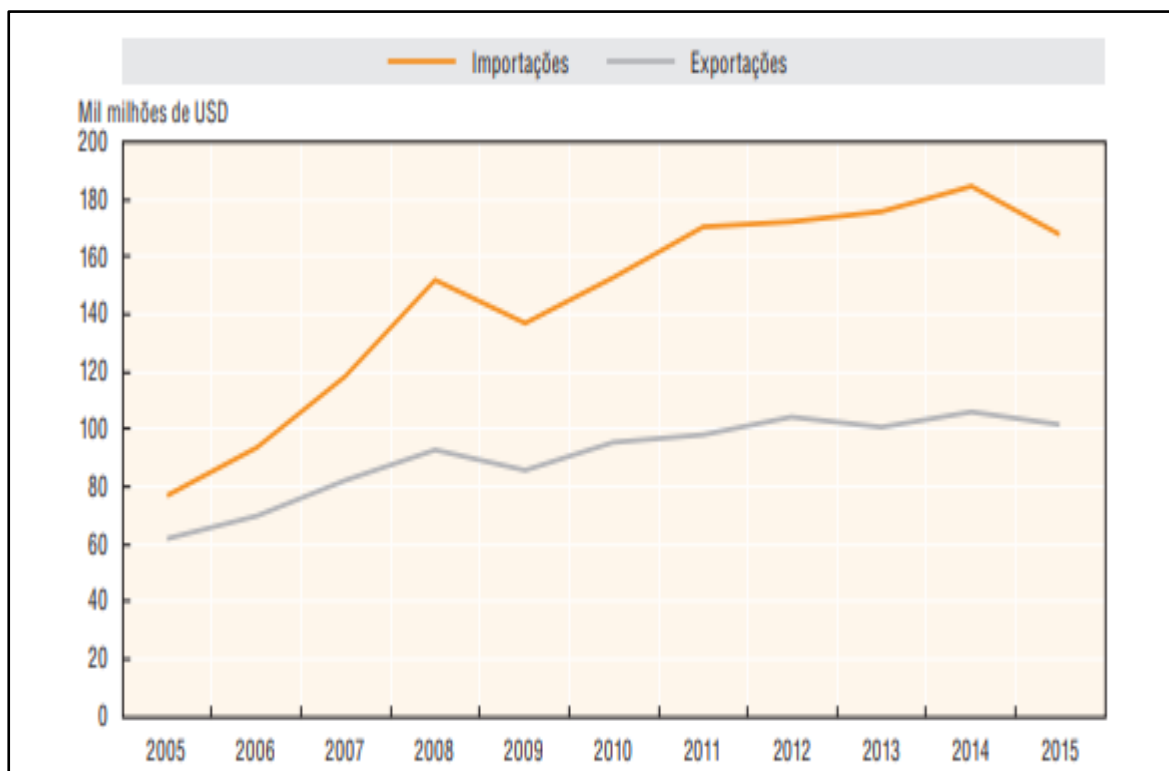
Os longos anos de dependência da produção e de exportação das matérias-primas impediram a diversificação de bens que atualmente importa como os alimentos, onde gasta anualmente 63 mil milhões de dólares e outros produtos menos sofisticados como o tabaco e as bebidas, cabendo a importação de alimentos 35 mil milhões de dólares, que excetuando o ano de 2015 os anteriores a partir de 2000, este valor subiu consideravelmente cuja solução de redução das importações passaria pelo crescimento da indústria ligeira permitindo o aumento do comércio intra-africano. O crescimento exponencial da população poderá aumentar a fatura de importação chegando mesmo aos 110 mil milhões de dólares em 2025, isto, caso se se verifique um aumento da produção interna.

Com a melhoria dos corredores de comércio regionais adivinha-se um aumento potencial da produção agrícola e agroindustrial com vista a tornar o continente autossuficiente e assegurar que os excedentes de alimentos de determinadas regiões sejam utilizados por outras que necessitem, através do melhoramento da ligação dos polos de produção, distribuição e consumo. A queda dos preços das matérias-primas constitui um incentivo para a diversificação do setor agrícola, é neste sentido que as grandes economias africanas estão a implementar estratégias de transformação desses setores com vista a redução da dependência das importações alimentares. Só com políticas de médio e longo prazo os países dependentes do petróleo poderão beneficiar da diversificação, fazendo assim com que África passe a utilizar os seus recursos para a exportação de novos produtos.

O lento crescimento da produtividade em África, e a quase inexistente diversificação das exportações e a dependência de uma, duas, três, quatro ou cinco matérias primas tem retardado o crescimento económico. A diversificação das exportações segundo o BAD apenas melhorou entre 2010 e 2014, entretanto países como o Senegal, Quênia e Madagáscar expandiram a sua gama de indústrias e de mercadorias. Existem muitos desafios para África começando pelo fraco valor acrescentado da indústria transformadora, indo para a insuficiente investigação e desenvolvimento os pequenos avanços tecnológicos. É importantíssimo o capital para se levarem a cabo transformações estruturais e melhorar a competitividade nas fases iniciais de desenvolvimento.

Outro desafio para o desenvolvimento económico passa pelo aumento da atividade comercial entre os países africanos. O progresso económico recente de África tem sido impulsionado pelo comércio entre os países africanos, o comércio intra-africano quadruplicou nas últimas duas décadas assim como o seu PIB. Desde 2011, surge um declínio nas exportações de África para China e os Estados Unidos de 65% para 48%, mais moderado é, entretanto, o decréscimo do comércio intra-africano, parece refletir o abrandamento geral do comércio mundial. Após a crise de 2008 o comércio intra-africano foi menos afetado do que o comércio entre a África e o resto do mundo. O peso do comércio intrarregional passou no ano de 2000 de 10% para 16% em 2014, (BAD/OCDE/PNUD, 2016). A (Figura VIII.) ilustra-nos o declive das exportações.

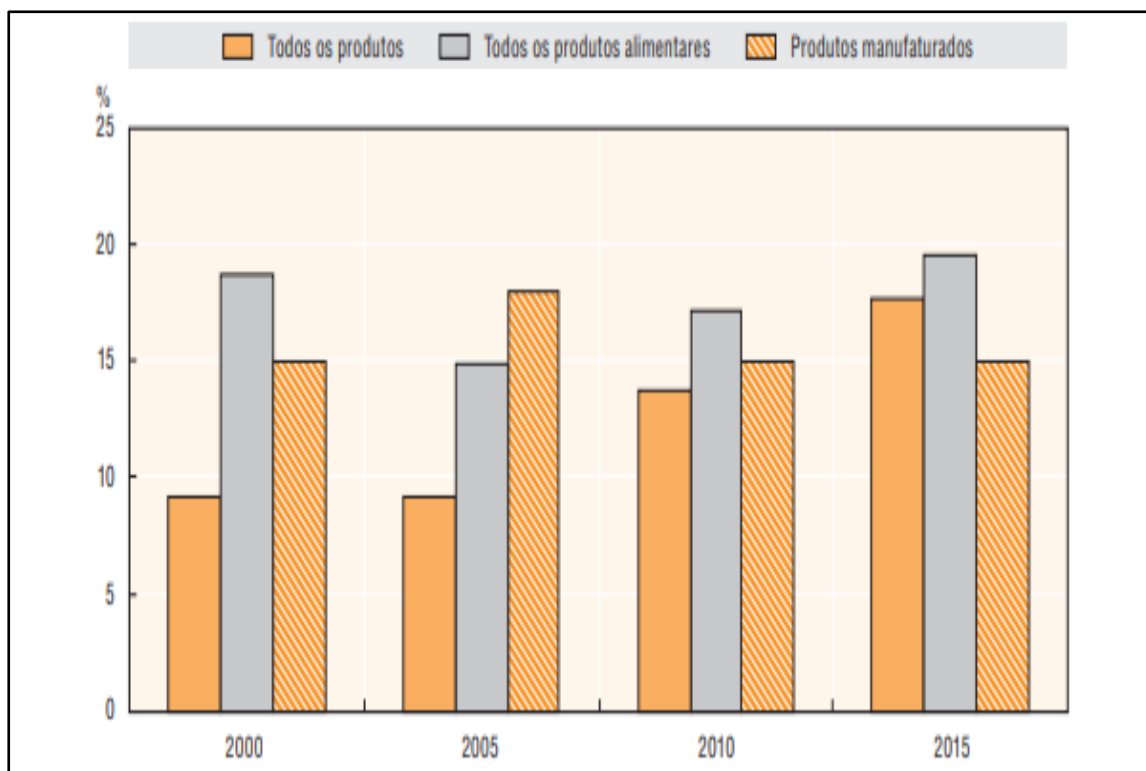
Figura VIII. Exportações de mercadorias do continente para África, China e Estados Unidos, 2000-2015



Fonte: Adaptado de dados da CNUCED, <http://unctadstat.unctad.org/.statlink>

A heterogeneidade das exportações internas contribui para o comércio intra-africano, de 2007 a 2015, a importação de bens de transformação ligeira triplicou, chegando aos 260 mil milhões de dólares, dado o surgimento de um forte mercado de consumo de quase mil milhões de consumidores pressiona ainda mais o aumento do comércio intra-africano, aumentado desta forma o poder de compra e a facilidade de mobilidade de capital para investimentos. O comércio intra-africano de produtos transformados passou de 18% em 2005, para cerca de 15% em 2010 e 2015, ver (Figura IX.). A integração em redes de comércio regionais e globais passa o ser o caminho ideal para a maioria dos países africanos, nestas circunstâncias imprevisíveis os países devem aproveitar o melhor possível da globalização, continuando a diversificar as suas relações com particularidade no reforço dos laços entre os países do continente, gerindo os riscos de forma adequada tais como o abrandamento económico da China, que atinge mais África, e a correção das políticas protecionistas que afetam as exportações. Acreditamos, que com a implementação da ZLCA, a atratividade de África no comércio mundial aumentará.

Figura IX. Exportações intra-africanas em percentagens das exportações totais, 2000, 2005, 2010 e 2015



Fonte: Adaptado de dados da CNUCED, <http://unctadstat.unctad.org/.statlink>

As comunidades regionais devem promover a integração, sem contrariar os objetivos nacionais de desenvolvimento dos países. A totalidade dos países africanos deverão definir as políticas comerciais que contribuam para o alcance dos objetivos do desenvolvimento. O esforço para interligar as economias africanas verifica-se na harmonização progressiva das políticas de comércio, de produção, de infraestruturas, financeiras macroeconómicas e de emprego. A UA, conta com as comunidades económicas para pressionar a integração regional.

Assim, em 1991, por intermédio do Tratado de Abuja a UA, cria a CEA, com o objetivo de definir princípios orientadores de enquadramento conducentes a integração regional. Com esta iniciativa foram estabelecidas várias CER, sendo atualmente reconhecidas oito mediante as quais a UA, implementa a integração regional: Os 5 países do Norte de África reunidos na União do Magrebe Árabe (UMA); a união aduaneira da Comunidade da África oriental (EAC/CAO); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) é composto por 19 países; A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); A Comunidade dos Estados do Shael

e Saara (CEN-SAD); A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC); A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). A (Tabela XXII.) espelha uma análise das exportações das comunidades regionais, constatando-se que a EAC tem com 18%, a segunda maior proporção de exportações intrarregionais.

Tabela XXII. Peso das exportações das comunidades económicas regionais africanas para as regiões parceiras (% das exportações totais)

Comunidades Económicas Regionais (CER)	Peso das exportações para:					
	Países membros da CER		Países Africanos não Membros da CER		Países não africanos	
	2012	2015	2012	2015	2012	2015
Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	17.3	19.5	2.3	2.7	80.4	77.8
Comunidade da África Oriental (EAC/CAD)	19.7	18.1	13.9	15.2	66.4	66.6
Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDAO)	7.6	12.1	5.0	6.3	87.4	81.6
Autoridade Intergovernamental para o desenvolvimento (IGAD)	14.4	12.0	12.8	14.2	72.8	73.8
Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)	7.6	11.7	3.4	5.6	89.0	82.7
Comunidade dos Estados do Sahel e Saara (SEM-SAD)	6.8	10.4	3.1	4.7	90.1	84.9
União do Magrebe Árabe (UMA)	2.1	3.4	1.3	2.7	96.6	93.9
Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)	0.8	1.5	4.1	4.9	91.5	93.6

Fonte: Adaptado de dados do FMI, <http://data.inf.org/>.

Essas comunidades regionais enfrentam desafios de integração enormes, apesar dos progressos registados, a integração comercial em África enfrenta grandes obstáculos, não basta a eliminação de tarifas, requere-se acima de tudo um aumento de investimentos em infraestruturas para melhorar as ligações entre os países, em termos de transporte, e desenvolvimento do comércio intra-africano. A vontade política é um fator básico para o reforço da integração das comunidades regionais. Os governos africanos devem desenvolver esforços adicionais para solucionar a falta de implementação dos acordos. Desde o ano 2000, verifica-se um reforço do compromisso político para a integração, com os países a empenharem-se nos acordos regionais, incluindo acordos entre múltiplos blocos regionais.

Capítulo 3. O Índice de Desenvolvimento Humano e a Governação Política e Económica em África

A explanação do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990, das duas razões fundamentais para a importância do desenvolvimento humano, considerando como um direito intrínseco, e como um meio de atuação para atingir outros objetivos de desenvolvimento, coloca o desenvolvimento humano como um fim em si mesmo, como um fator potenciador do crescimento e como um meio para aceleração dos dos circuitos económicos e da diversificação económica.

O Desenvolvimento humano em África implica acima de tudo a implementação de ações estratégicas para o alcance da redução significativa dos fatores de risco, ligados ao desenvolvimento económico futuro, como a desigualdade a pobreza e o desemprego. Neste capítulo apresenta-se a importância do investimento nas pessoas, na sua saúde, na educação, no conhecimento na atribuição de competências indispensáveis para impulsionar a atividade empresarial no continente africano.

3.1 África e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

No mês de setembro de 2000, o mundo testemunhou o anúncio e a transmissão da esperança para o novo milénio, feito pelos 160 chefes de Estado e de Governo reunidos nas Nações Unidas. O Secretário geral, apresentou aos líderes reunidos na Sessão uma progressista Declaração do Milénio. A comunidade internacional fixou objetivos para melhorar as condições de vida até 2015. As NU, definiram objetivos de desenvolvimento com os quais os países se comprometeram. Estes Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) formam um conjunto de oito objetivos, 5 dos quais têm conteúdo demográfico: erradicar a pobreza extrema e a fome (1); garantir o ensino primário para todos (2); promover a igualdade de género e capacitar as mulheres (3); melhorar a saúde das crianças e reduzir a mortalidade infantil (4); melhorar a saúde materna das crianças e reduzir a mortalidade materna (5); combater o VIH/sida, a malária e outras doenças (6); assegurar um desenvolvimento duradouro, reduzir para metade a % da população sem acesso à água e aos serviços de saneamento básico (7); e criar uma parceria global para o desenvolvimento (8).

A Declaração pedia o comprometimento e a honra de todos para com os grandes objetivos mundiais: direitos humanos universais, paz e segurança, desenvolvimento económico, sustentabilidade ambiental e redução drástica da pobreza extrema. Pela sua importância, transcrevemos parte do seu texto:

Não pouparemos esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos atualmente mais de mil milhões de seres humanos. Estamos empenhados em fazer do direito ao desenvolvimento uma realidade para todos e em libertar toda a humanidade da carência. Consequentemente, decidimos criar condições propícias, a nível nacional e mundial, ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza. (UNGA 2000.)

A mesma Declaração do Milénio adotou para sua implementação oito objetivos de desenvolvimento específicos interdependentes. Assim, o objetivo 2, educação para todos atua sobre os objetivos 3, 4, 5 e 6, assim como sobre o objetivo 1 destinado a erradicação da pobreza extrema e sobre o objetivo 7 consignado ao asseguramento da durabilidade dos recursos ambientais. Para melhor elucidação na (Tabela XXIII). apresentamos a interdependência dos ODM.

Tabela XXIII. Evolução dos indicadores de desenvolvimento humano em África desde as independências e os Objetivos do Milénio

Progressos desde a independência (2010)	Desvios em relação aos ODM e regressão
Esperança de vida	
A esperança de vida, de 50 anos, tinha crescido 9 anos desde 1960	Redução desde 1990, ligada à sida. 46 anos na África Austral
Saúde (acesso à água potável)	
48% da população tem acesso aos serviços de saúde contra 30% em 1960. 60% da população tem acesso à água contra 27% em 1960. Os gastos públicos com a saúde passaram de 0,7% do PIB em 1960 para 1% em 2010. 40% de acesso à terapia tripla.	ASS: 13% da população mundial, 25% das doenças, 1,3% do pessoal médico, menos de 5% da investigação sobre as doenças africanas. Mais de 20 milhões de pessoas estavam contaminadas pela sida em 2010. 300 milhões não têm acesso à água.
Alimentação, nutrição	

O coeficiente de dependência alimentar (importação/consumo), de 13,1% em 1960, desceu para 10% em 1990	25% de subnutridos (240 milhões). A ração calórica é 89% da taxa normal em 1997 contra 92% em 1965
Ensino (educação primária para todos)	
A taxa de alfabetização é de 51% contra 27% em 1970. As taxas consolidadas de escolarização primária e secundária são de 46% contra 26% em 1970. Os gastos públicos com o ensino, 1,3% do PNB em 1960, atingiram os 6,1% em 1998. A taxa líquida de escolarização, de 59% em 1991, atingia 70% em 2004.	Deterioração da qualidade de formação; êxodo das competências (mais de 60 000 quadros intermédios e superiores entre 1985 e 1990). As taxas brutas de escolarização primária passaram de 55% em 1980 para 75% em 2005.
Mulheres (Igualdade dos sexos no ensino primário e secundário)	
A diferença entre os sexos foi reduzida ao nível do ensino e da alfabetização	Taxa de analfabetismo de 53% nas mulheres contra 34% nos homens
Crianças (Redução para metade da mortalidade infantil, com menos de 5 anos)	
A taxa de mortalidade das crianças com menos de 5 anos, de 284% em 1960, caiu para 175% em 1998 e 144% em 2005.	Mais de um milhão de crianças são portadores do vírus da sida, e contam-se em 4 milhões os órfãos da sida.
Rendimento (reduzir para metade a pobreza externa)	
O PIB real ajustado por habitante, de 644 dólares em 1960, atingia 1 955 \$ (1980), 1 887 (1996), 2 163 (2005). A % abaixo do limiar da pobreza (1, 25 \$) em PPC passou de 54% (1981) para 59% (1996) e 51% em 2010.	300 milhões de pobres O quintil, mas pobre representa 3,4% do consumo em 2004 como em 1990.

Fontes: Geopolítica de África; PNUD, 2000; Banco Mundial, 2000; BAD, 2011. Os objetivos do milénio são indicados entre parêntesis. Em 40 países em 2004: um tinha atingido 7 objetivos (Maurícia); três, 5/7 (Botsuana, Cabo Verde, Namíbia); cinco, 4/7 (África do Sul, Gana, Lesoto, Maláui, Senegal); nove, 3/7 (Angola, Burquina Faso, Congo, Eritreia, Gabão, Guiné, Guiné Equatorial, Ruanda, Uganda); oito, 1/7 (Burundi, camarões, RDC, Costa do Marfim, Nigéria, RCA, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa); cinco, 0/7 (Etiópia, Guiné-Bissau, libéria, moçambique, Níger).

Segundo o (World Bank 2014d), existem no mundo duas regiões submissas na armadilha da pobreza. A desgraça da pobreza, afeta muito mais à África subsariana. Em 2010, cerca de 48,5% da população da África subsariana continuava a viver abaixo do limiar da pobreza. Entretanto, a mesma tende a diminuir desde o início do

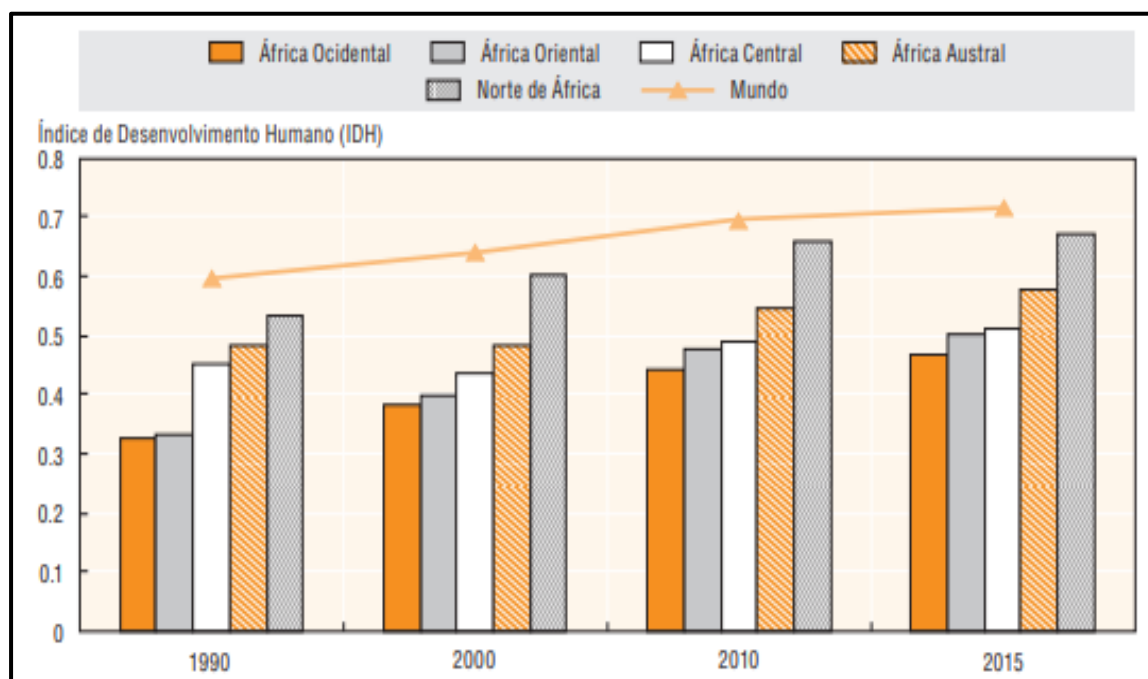
século XXI, bem como se assistem elevadas taxas de crescimento anuais da economia mundial e da África subsariana (IMF 2014).

3.2 O Índice de Desenvolvimento Humano em África

As perspetivas de desenvolvimento humano em África são positivas. As agendas partilhadas e a vontade políticas dos líderes africanos convergem dando prioridade ao desenvolvimento humano, de forma a apoiar o crescimento económico necessário para o desenvolvimento económico. A implementação conjunta de políticas e programas inovadores contribuirão para o aproveitamento máximo do dividendo demográfico e para alcançar o objetivo da inclusão social no continente africano. O círculo virtuoso existente entre as potencialidades do desenvolvimento humano e o crescimento económico, o investimento na educação e as competências na saúde e nutrição, bem como na proteção social e também um investimento no crescimento inclusivo e no desenvolvimento empresarial. Com isso queremos dizer que melhorar as capacidades humanas é crucial para o desenvolvimento económico por um lado, como uma parte integrante da promoção do desenvolvimento, incluindo a redução da pobreza e das desigualdades e, por outro lado, como uma plataforma para fomentar a produtividade e o empreendedorismo.

Foram notáveis em África, na transição para o século XXI, progressos regulares em matéria de desenvolvimento humano, conforme medições feitas pelo IDH das Nações Unidas. O IDH, mede a evolução dos indicadores sociais de desenvolvimento como a saúde, a educação o nível de vida. Atualmente, 1/3 dos países africanos atingiram um nível de desenvolvimento médio ou elevado, com predominância elevada nos países nórdicos de África que se aproximam da média mundial, contudo todas as demais sub-regiões também evidenciaram um melhoramento crescente, tal como se vê na (Figura X.) O desafio é compreender se o crescimento de África espelha a qualidade de vida, ou seja, se é verdadeiro. Vendo para países como a Serra Leoa, Chade e a Costa do Marfim, estes países estão entre os que mais crescem no mundo, com taxas acima dos 9% em 2015, contudo, os três países em questão se enquadram no grupo dos 20 países com menor IDH, classificados pela ONU.

Figura X. Níveis de desenvolvimento humano em África, por região, 1990-2015



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano, (PNUD, 2017a); <http://dx.doi.org/10.1787/888933475189>

Entre 2010 e 2015, os países africanos progrediram mais rapidamente que as outras regiões do mundo com exceção da Ásia do Sul. Neste período, a taxa de crescimento do IDH em África foi de 1.04%, ficando atrás da Ásia do Sul que teve 1.25% de crescimento, e acima da Ásia Oriental e Pacífico 0.92%, na Europa e Ásia Central 0.63%, na América latina e Caraíbas 0.58%, e nos Estados Árabes 0.45% (PNUD, 2017b). Cresceu para 18 o número de países africanos com um nível de Desenvolvimento humano médio ou elevado.

As melhorias de IDH, não se registaram apenas nos países ricos em recursos naturais, outros países sem recursos naturais também se registaram progressos em áreas como a saúde, educação e melhoria da qualidade de vida, tanto em proporção como em profundidade de pobreza tem baixado em muitos países. Baixou também o IPM, indicador que mede os níveis de pobreza com base na educação, saúde e qualidade de vida. Países como o Ruanda, seguido pelo Gana, Libéria, Comores e RDC, registaram a maior evolução. Entretanto, 54% da população em 46 países, ou seja, 544 milhões de pessoas vivem ainda em situação de pobreza multidimensional (Alkire et al., 2016) O número de países, anteriormente afetados pela pobreza multidimensional decresceu, passando de 35 para 30 países.

Vale a pena fazer algumas considerações respeitantes a alguns países da região da África Subariana, sobre este importante indicador de desenvolvimento, com base no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013 do PNUD. Uma amostra de 13 países, sete dos quais da SADC, ajudam a enquadrar estes aspetos sociais, (Tabela XXIV.).

Tabela XXIV. Índice de Desenvolvimento Humano de 13 países da África Subariana.

	Classificação no IDH			Índice de Desenvolvimento humano			Índice de não-rendimento		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Angola	146	148	148	0,502	0,504	0,508	0,353	0,455	0,479
África do Sul	110	123	121	0,597	0,619	0,629	0,581	0,604	0,608
Nigéria	142	156	153	0,423	0,459	0,471	0,436	0,471	0,482
Quênia	128	143	145	0,470	0,509	0,519	0,541	0,584	0,588
Namíbia	105	120	128	0,606	0,625	0,608	0,629	0,643	0,611
Botsuana	98	118	119	0,633	0,633	0,634	0,613	0,602	0,596
Congo	126	137	142	0,489	0,533	0,534	0,503	0,555	0,553
Tanzânia	148	152	152	0,398	0,466	0,476	0,441	0,523	0,527
Camarões	131	150	150	0,460	0,482	0,495	0,493	0,509	0,520
Côte d'Ivoire	149	170	168	0,397	0,400	0,432	0,420	0,412	0,444
Maurícias	72	77	80	0,701	0,728	0,737	0,712	0,745	0,745
Moçambique	165	184	185	0,284	0,322	0,327	0,300	0,325	0,327
Gabão	93	106	106	0,648	0,674	0,683	0,637	0,667	0,688

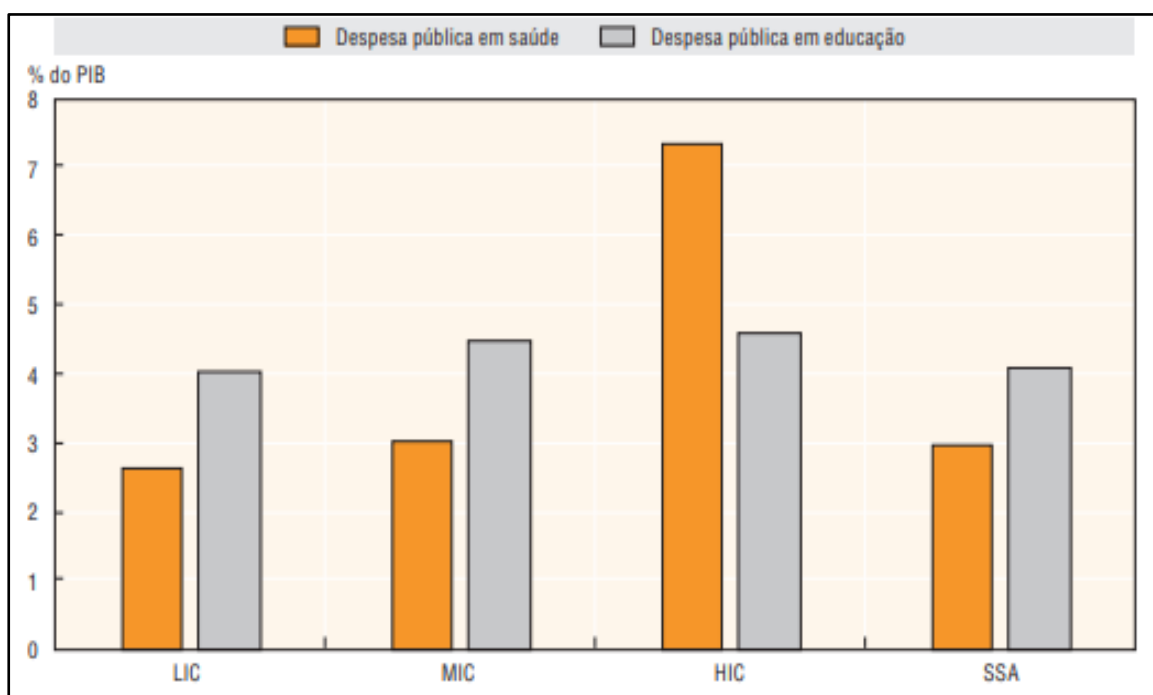
Fonte: Relatório do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013.

O Quênia, se destaca na amostra pela subida de 17 posições em dois anos apenas e com uma variação do IDH de 10,4%. Ainda durante o período de 2010-2012, o IDH foi sempre inferior ao índice de não rendimento, atestando a validade das políticas sociais e a vontade política de distribuir melhor os resultados do crescimento, por outra, em 2012 mais de 13% dos ganhos foram investidos nas áreas sociais. Ao nível continental e regional, as tendências de pobreza apresentam uma variedade diferenciada entre comunidades. Os casos que mais contribuem para a pobreza são a falta de combustível para cozinhar, o acesso ao saneamento, a eletricidade. Não fica de parte a nutrição como um grande desafio para a região da África Oriental, enquanto a privação de escolaridade é mais frequente na África

Ocidental. A maior disparidade de crescimento de desenvolvimento humano se regista na África Ocidental devido à desigualdade existente.

O grau de prioridade que os governos africanos atribuem ao setor social, revelam que a despesa pública no desenvolvimento humano cresce a medida que os países se tornam mais ricos (Figura XI.). Os países estão a investir no desenvolvimento, os níveis de educação estão a melhorar e a desigualdade de género está a reduzir. No Botsuana, Namíbia, Ruanda, Lesoto e Maurícias as mulheres atingem quase os mesmos níveis de desenvolvimento humano que os homens, estes países também têm os menores níveis de desigualdade de género em termos de empoderamento económico, social e político. A despesa pública no setor da saúde vai até 8% do PIB, no Lesoto, e na África do Sul, Gana, Malawi, Marrocos, Moçambique, Suazilândia e Tunísia a despesa pública no setor da educação ultrapassa os 6% do PIB. Outros países continuam a gastar menos, com os Camarões e a Nigéria a despenderem menos de 1% do PIB, no setor da saúde, segundos relatório o Banco Mundial de 2017.

Figura XI. Despesa pública em saúde e educação (% do PIB)



Fonte: Dados globais 2012, Banco Mundial (2016), *World Development indicators*.

Os governos africanos expandiram, igualmente a despesa com a educação. A média regional de investimento na África subsariana é de 16.4%, e mais de 10 países se situam acima dos 21%, no entanto os países afetados com conflitos apresentam níveis mais baixos que vão até 50% da média regional. Ganham força os sistemas de proteção social em toda a África, a sua cobertura atualmente é de 20% em todo continente (Banco Mundial, 2012). África continua a registar avanços significativos nos setores da educação, saúde e proteção social, este aumento está a produzir resultados os níveis de educação têm melhorado, as taxas de conclusão do ensino médio aumentaram em todas as regiões. Estes avanços reforçam as capacidades e as competências humanas necessárias para impulsionar o desenvolvimento económico.

Relativamente a saúde pública, a África Subsariana fica muito aquém das outras regiões do mundo embora se tenham verificado progressos significativos. Entre 1990 e 2008, a taxa de mortalidade materna caiu 66% no Norte de África e 44% na ASS. A taxa de mortalidade infantil também decresceu 30% devido a implementação da Campanha de Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África. Como desafios para o futuro de África, estão a luta contra as doenças transmissíveis, particularmente o VIH/SIDA, a malária e tuberculose a que se junta o cancro, a diabetes e as doenças cardiovasculares.

O desemprego continua sendo um dos grandes desafios do continente. Em África é muito elevado principalmente dos países de renda média, atingindo até 50% da população em alguns países. O setor informal absorve até 80% da população ativa em África (BAD, 2016d). O crescimento económico impressionante verificado nos últimos 15 anos não gerou muito emprego, e para ultrapassar esta situação África precisa de uma transformação económica estrutural, ou seja, a transferência da mão de obra dos setores menos produtivos para atividades mais produtivas. A ausência de emprego é o desafio mais premente para a população jovem, em África, um jovem tem três vezes mais probabilidade de estar desempregado do que um adulto (OIT, 2015a). O BAD, estima que metade da população jovem está desempregada.

A desigualdade é um dos principais desafios. Em termos mundiais, África regista as maiores diferenças na distribuição dos benefícios do desenvolvimento humano, a perda total atinge 32%, comparativamente aos 22% que constituem a média global. No que tange à desigualdade de rendimento, África, apresenta os maiores níveis de desigualdade do mundo, com um coeficiente médio de Gini de 0.43 em comparação com 0.39 nos outros países em desenvolvimento (Bhorat, Naidir e Pillay, 2016). A existência de grande desigualdade limita o efeito do crescimento na erradicação da pobreza, fazendo com que os benefícios cheguem a uma pequena franja da população. Atualmente, no continente africano, metade do rendimento vai para apenas 10% da população. Em 2010, seis das dez economias com maior crescimento no mundo eram economias africanas; mas em 2011, seis dos dez países com maior desigualdade no mundo eram também países africanos (BAD, 2013a).

3.2.1 Os Aspetos Sociais do Desenvolvimento Económico – Pobreza, Educação, Saúde e Alimentação

Para o alcance de um verdadeiro desenvolvimento económico do continente, as evoluções dos aspetos sociais permitem comparar o grau de pobreza, e compreender melhor algumas razões das transformações estruturais das economias em África. Questões como a precariedade, a insegurança e as desigualdades dizem muito mais respeito a África que qualquer outra região do globo. De modo mais profundo, as questões sociais são de ordem do coletivo e não individual, e não são redutíveis a indicadores normalizados. Nestes termos a saúde, a educação e a alimentação estão no centro das desigualdades entre as pessoas e os grupos sociais: desigualdade no acesso aos cuidados médicos, desigualdades de acesso a escola, desigualdades na prestação de serviços de saúde e as desigualdades na obtenção de emprego. O indicador do desenvolvimento humano africano¹²¹ é fraco, mas com contraste.

Segundo o PNUD, no seu Relatório mundial sobre o desenvolvimento humano, 2008 e 2010, a África é o mau aluno da turma internacional, mas que recupera do seu atraso em termos de esperança de vida, de educação e de

¹²¹ Cfr., Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.ª edição, escolar editora, Lisboa, 2015, p. 259.

rendimento. O IDH¹²² mundial cresceu 41% desde 1970 e o IDH africano 53%. Apenas três países africanos decaíram: a RDC, a Zâmbia e o Zimbabwe. As variações de escolarização vão de 1,2 anos em Moçambique até 8,9 anos no Botswana. As diferenças de rendimento *per capita* vão de 22 000 dólares, na Guiné Equatorial até 2 918 na RDC.

Já o dissemos noutros capítulos, que a pobreza tem dimensões monetária e não monetária. A precariedade e a vulnerabilidade são dinâmicas, elas exprimem o risco, a incerteza e a capacidade de resposta aos choques através das garantias ou resiliências face aos choques endógenos. Duma forma resumida a pobreza pode ser associada a fraca criação de riqueza e conseqüentemente a desigualdade distributiva. A pobreza tal como se constata na (Tabela XXV.), pode ser comparada relacionando-a com outros indicadores sociais.

Tabela XXV. Indicadores comparados de pobreza (2005)

	ASS	Norte de África/Médio Oriente	América Latina	Leste da Ásia	Sul da Ásia	Mundo
ISF	5,5	3,5	2,6	1,8	3,1	2,7
Esperança de vida (anos)	47	66	70	69	63	65
Taxa de crescimento demográfico	2,4	2,0	1,5	0,8	1,6	1,3
IDH	0,468	0,662	0,777	0,382	0,722	0,723
RNB por hab. (\$PPC)	1830	5040	7050	2730	4233	7 380
% da população com menos de 1 \$/dia	46	31,6	11,0	44,00	15,0	21,0

Fonte: Geopolítica de África - 2015; D. Tabutin, "Démographie et pauvreté", in B. Ferry (ed), L'Afrique face a ses défis démographiques, Paris, AFD, 2007.

A educação para todos é consensual e menos conflituosa, em toda a comunidade internacional, atendendo ao papel determinante que o mesmo desempenha no processo de desenvolvimento e económico. Começando pela Conferência de Adis Abeba em 1961 passando pelo Fórum de Dakar em 2000, e

¹²² Idem, p. 260.

culminando com a proclamação dos ODM em 2000, a educação para todos tem sido definida como uma prioridade.¹²³

Diferenciada por países, notam-se grandes progressos sobretudo quantitativos no índice de escolarização. Na África subsariana, o número de escolarizados aumentou em 1,4 milhões de alunos na década de 1980, para 2.4 milhões durante a década de 1990. Em 1990-1991, ¼ das crianças em África não tinha acesso ao primeiro ano de escolaridade primária, sendo a maioria raparigas. Nos sistemas de ensino secundário e superior os progressos foram maiores. O período de 2002-2003, 46% dos jovens da mesma faixa etária inscreveram-se no 6.º ano de escolaridade contra 28% em 1990-1991, e 395 no 10.º ano contra 21% em 1990-1991. A taxa líquida de escolarização no primeiro cresceu, em África no seu conjunto, 12 pontos durante a década de 2000 atingindo mais de 755 em 2010. A taxa de escolaridade secundária cresceu 10 pontos atingindo 35%. Progressos surpreendentes são visíveis no Burquina Faso, Guiné, Madagáscar e no Níger. A África representa, no entanto 3% dos estudantes no mundo contra mais de 30% do Leste da Ásia e do Pacífico. A África consagra 5% do seu PIB e 20% do seu orçamento à educação. Contudo, os progressos quantitativos, deixaram para trás mais de 40 milhões de crianças fora do sistema de ensino. Os maiores progressos nesta matéria foram os alcançados na África Oriental e à África Austral.

Sem entrar em detalhes, estamos de acordo de que o desenvolvimento económico depende das transformações estruturais económicas. As regiões alcançam este desiderato quando têm estradas, caminhos de ferro, pontes aeroportos suportes indispensáveis para desenvolver o setor industrial, daí serem cruciais os investimentos nessas infraestruturas. O maior investimento que os países africanos devem fazer é nas suas próprias pessoas, sobretudo nos jovens e nas crianças, pois, se para uma economia o desenvolvimento passa pela acumulação do capital corpóreo, o mesmo ocorre com os países que seu desenvolvimento depende da promoção da educação atribuindo maiores competências profissionais combinado com maior saúde.

¹²³ Conferência de Adis Abeba (19619: os ministros de educação dos Estados africanos definiram como objetivo a escolarização universal até ao fim dos anos 1970. Fórum Mundial sobre Educação (Dacar, 2000): os delegados de 181 países adotam um quadro de ação que compromete os seus governos a fornecer uma educação básica de qualidade para todos, nomeadamente para as raparigas.

Os países africanos tinham passado, no pós-guerra, por importantes progressos em matéria de saúde com o desenvolvimento dos serviços médicos, com a melhoria das infraestruturas sanitárias, com as campanhas de vacinação, com a erradicação de algumas das grandes epidemias. Tinha-se verificado após a Segunda Guerra Mundial e até 1980, significativos progressos na saúde, que levaram a uma grande esperança de vida. Questões como a higiene, a saúde pública, a segurança alimentar, a qualidade da água, do saneamento básico e do ambiente encontram-se no centro da saúde das populações.

Os significativos progressos, nos sistemas de saúde africanos, são, todavia, insuficientes para fazer uma cobertura cabal. Em África, os casos de mortalidade e morbidade apresentam níveis ainda muito elevados comparados com o resto do mundo, a dedicação ínfima de 1 dólar por habitante revela esta grave insuficiência. Dados estatísticos indicam que em África, uma mulher em 16 morre na altura do parto contra 1 em 2.800 nos países ricos. A mortalidade infantil (-5 anos) atinge cerca dos 13%. A África conta com 72% das novas infeções por sida no mundo. Em 2005, 14% dos seropositivos beneficiavam das terapias triplas contra 40% em 2010. Em média, a taxa de mortalidade baixou de 185/1 000 em 1990 para 165/1 000. A taxa de mortalidade infantil -5 anos é de 129,8%, provocada por doenças como a diarreia a pneumonia, a malária e a sida.

Tabela XXVI. Evolução da taxa de mortalidade infantojuvenil por 1000

Região	1990-1995	2000-2005
ASS	163,6	148,4
África Oriental	71,2	87,9
África central	206,9	207,0
África ocidental	174,3	150,7
África Austral	(86)	90

Fontes: Geopolítica de África; D. Tabutin, B. Schoumaker, "La démographie de l'Afrique au sud Sahara des années 1950 aux années 2000", *Population*, n.º 593-4, 2, 2004, p. 521-622.

O problema do VIH/sida tornou-se o segundo fator de mortalidade depois da malária e faz 10 vezes mais vítimas do que as guerras. O número de seropositivos é da ordem dos 30 milhões, ou seja, 2/3 dos seropositivos do mundo. A faixa etária entre os 15 e os 24 anos é a mais afetada, imperando maioritariamente na região da

África Austral. São várias as consequências da Sida começando pelas económicas dado aos custos insuportáveis, demográficas pela diminuição da esperança de vida e sociais pelo fato de ser motivo de desintegração familiar, comunitária e social.

A alimentação é um fator estratégico. Segundo a FAO, a África, no seu conjunto, tinha em 2010, 265 milhões de subnutridos e 102 milhões de assistidos em alimentação. O número tinha baixado nos anos 90, mas, em virtude de escalada dos preços dos bens alimentares, houve um aumento entre 2008 e 2011. A subnutrição associa-se também a pobreza e ao subdesenvolvimento. Por outro lado, a insegurança alimentar afeta a grupos vulneráveis como crianças, mulheres grávidas ou que amamentam, pessoas idosas ou doentes. A situação de nutrição em África deteriorou-se significativamente na última década, atingindo $\frac{3}{4}$ da população rural.

3.3 Governação e Desenvolvimento Económico em África

Logo as independências, de um modo geral, os poderes políticos africanos tiveram de responder a desafios consideráveis de organização de administrações e de Estados, de convenções sociopolíticas em sociedades em que a nação e a cidadania são iniciais, de defesa das fronteiras ou de resposta à explosão demográfica. Uma abordagem sobre a governação em África, objetivando a análise da eficácia das instituições públicas na sustentabilidade do desenvolvimento económico no continente. Nesse contexto, são feitas análises relativas as políticas públicas, os desafios para suprir as necessidades relacionadas. As melhorias na governação política, derivada da atribuição aos dirigentes e gestores de competências e o aperfeiçoamento das políticas económicas e sociais contribuíram para o favorecimento do crescimento e económico.

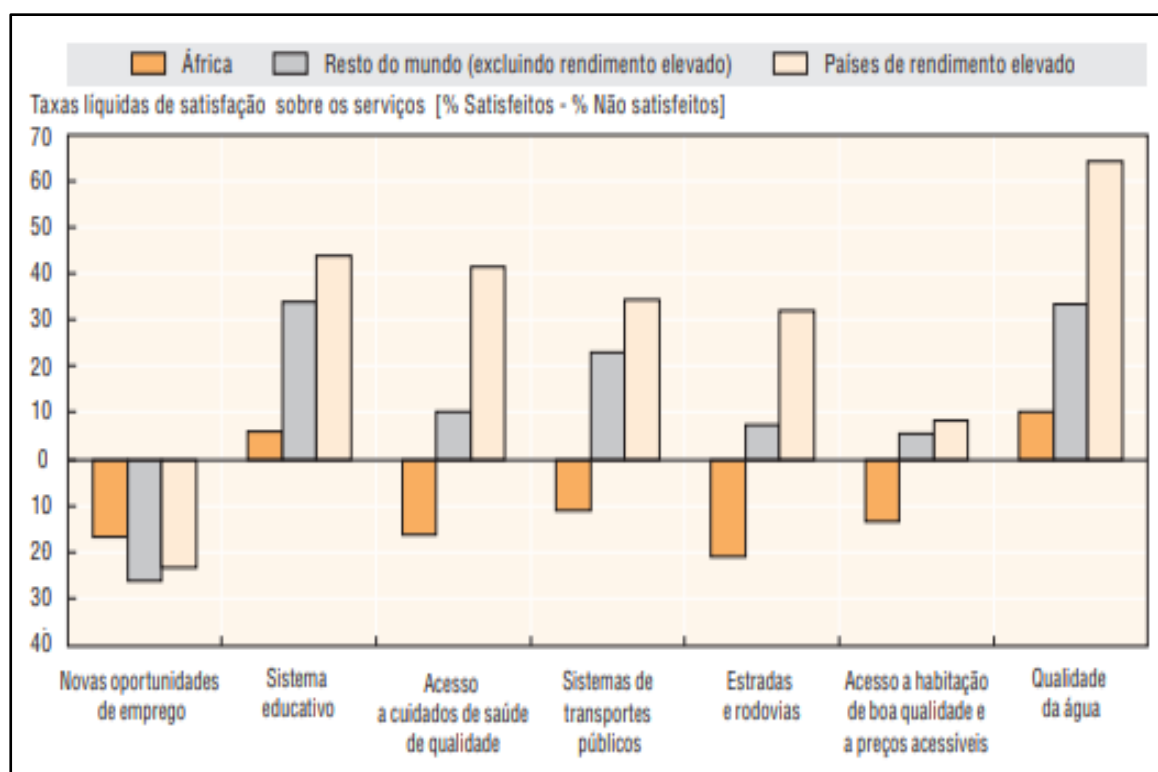
As principais questões a que nos propomos analisar dada a sua relevância prendem-se com as reivindicações dos cidadãos sobre a governação económica e política, o desempenho das instituições públicas perante as reivindicações apresentadas, e finalmente os exemplos de iniciativas políticas que proporcionam bons resultados em África. Os dados mais recentes sobre a governação em África circunscrevem-se nas reivindicações de melhores oportunidade económicas e de maior transparência e prestação de contas nas políticas estatais. As melhorias

reivindicadas pelas empresas dão prioridade ao acesso aos financiamentos, à eletricidade e a regulamentação do mercado concorrencial.

As tomadas de decisões políticas constituem na maioria dos países africanos desafios a enfrentar. O défice que se verifica no desempenho das administrações públicas e a reduzida transparência e deficiente prestação de contas continuam aquém das expectativas dos cidadãos. É fraca a confiança depositada nas instituições políticas e dos organismos responsáveis pela implementação de tais políticas públicas, particularmente no que diz respeito ao seu empenho em garantirem a transparência na esfera política. As boas iniciativas políticas na prestação de serviços públicos têm produzido bons resultados, procura-se melhorar o ambiente de negócios reformulando toda regulamentação por formas a aumentar a eficácia de utilização de recursos públicos, assim como o melhoramento dos serviços.

Países como Quênia, Ruanda, Marrocos e cabo Verde, lideram o melhoramento dos serviços públicos mediante a reformulação das políticas públicas e das inovações digitais. Foram apresentados bons resultados de gestão orçamental em 30 países africanos no período de 2005-2015, já o Relatório Doing Business, 5 países africanos figuravam entre os 10 países mais reformadores, isto, no período que vai de 2014 a 2015. Os protestos públicos verificados entre 2014 e 2016, 1/3 desses tiveram como foco as condições de trabalho, os salários e o desemprego. Os serviços de educação, saúde e de registos lideram o mercado de oferta de trabalho, noutras ramos de atividade verificam-se melhoria da prestação de serviços e da utilização dos recursos públicos, a conetividade à rede elétrica melhorou substancialmente, as localidades ligadas a eletricidade nos países como Marrocos e a África do Sul em 1995, a percentagem rondava respetivamente aos 18% e os 34%, com aumentos em 2015 para 99% em Marrocos e 90% na África do Sul. A (Figura XII.) ajuda-nos a perceber melhor essa análise.

Figura XII. Classificação da sondagem sobre a satisfação relativamente aos principais serviços em África, nos países de rendimento elevado e no resto do Mundo, 2013-2015



Fonte: Sondagem Gallup em 2013, 2014 e 2015 (estão representados 42 africanos, 49 países de rendimento elevado e 59 outros países) (Gallup, 2016), <http://gallup.com/services/170945/world-poll.aspx.statlink>

Os cidadãos africanos tendem a demonstrar taxas de satisfação baixa sobre os seus serviços públicos, em comparação com o resto do mundo, em média as taxas líquidas de satisfação segundo sondagens da Gallup, são negativas para a maioria dos principais serviços. Pelo contrário, no resto do mundo as taxas líquidas de satisfação apresentadas para estes serviços são positivas, excetuando os esforços governamentais de resposta ao desemprego. As reivindicações expressas pelos cidadãos em África confirmam que o desemprego continua a ser a preocupação mais premente, para estes os governos deveriam abordar este problema e gastar mais fundos para os resolver. Nesta linha aparecem os cuidados de saúde e a educação, respetivamente, o primeiro e o segundo problema mais mencionado.

Segundo David Levi-Faur, a governação não diz respeito apenas à forma de organização das instituições formais e informais, mas também aos “processos, mecanismos e estratégias” da decisão política (Levi-Faur, 2012: 4; Rhods, 2014). Isto refere-se aos processos de tomada de decisão, aos mecanismos de

cumprimento e controlo bem como às estratégias que orientem as instituições para se alinharem com as preferências públicas. Desde 2008, as expectativas de melhoramento das infraestruturas têm aumentado. As ligações entre o poder político e o económico em África, não são verdadeiramente democráticas.¹²⁴ Em muitos países, há conluio entre os poderes económicos e políticos (sistemas político-petrolíferos, algodoeiros ou diamantíferos) e fraca diferenciação entre a administração, o governo e os interesses económicos. O Estado¹²⁵ é mais um captador de rendas do que um facilitador do desenvolvimento.

3.3.1 Democracia, Corrupção e Desenvolvimento nos Países de África

Muitos críticos imbuídos de pensamentos coloniais e mesmo pós-coloniais consideram que a África não está convenientemente preparada para o exercício da democracia. As principais aspirações das populações africanas depois de seus países se tornarem independentes foi, desde sempre o estabelecimento de um Estado de Direito Democrático, assente em princípios fundamentais de liberdade, de debate público diferenciado, do equilíbrio de poderes, do funcionamento dos contrapoderes de independência e da justiça entre outros. Não basta apenas a institucionalização da democracia, mais sim a democratização das sociedades como um processo endógeno e nunca imposto a partir de fora. A democracia em África segue uma trajetória de expansão, desde 1990, algumas práticas de conquista e de manutenção do poder por via das armas tem sido esmagadoramente condenada pela União Africana, eis o caso dos golpes militares na Guiné, Mauritânia, Níger em 2000, e das manipulações constitucionais no Níger e nos Camarões em 2009 e no Gabão em 2003.

Um dos pressupostos da democracia é a separação dos poderes e do funcionamento dos contrapoderes, junta-se neste conjunto o multipartidarismo e a regularidade das eleições. Esta distinção coloca alguns países africanos em patamares diferentes quanto ao posicionamento dos poderes legislativo e executivo, nota-se nos países de expressão francesa fraqueza dos parlamentos perante os executivos, o sistema judicial é pouco independente do poder político a imprensa

¹²⁴ Cfr., Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.ª edição, escolar editora, Lisboa, 2015, p. 83.

¹²⁵ Idem, p. 83.

revela um certo populismo, estas características também se verificam nos países lusófonos com alguma exceção de Cabo Verde.

A Governação e corrupção são duas condutas muito interligados, que em África constituem o verdadeiro calcanhar de Aquiles e que o continente deverá transpor caso pretenda combater as desigualdades e a pobreza rumando para desenvolvimento económico. (LAIDI,2002, apud HUGON, 2015: 90), apresentou a definição de governança como “o conjunto de transações pelas quais as regras coletivas são elaboradas, decididas, legitimadas, postas em prática e controladas” Esta noção mostra-nos realidades evidentes de corrupção, de esbanjamento de recursos públicos, de má gestão de projetos públicos ou de assimilação da coisa pública à coisa privada¹²⁶.

Nove países, foram classificados como livres em 2010, pelo índice de liberdade política da Freedom House: África do Sul, Benim, Botswana, Cabo Verde, Gana, Mali, Maurícia, Namíbia, São Tomé e Príncipe, 24 como parcialmente livres e 16 como não livres: Angola, Camarões, Costa do Marfim, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gabão, Guiné Equatorial, Mauritânia, RC, RDC, Ruanda, Somália, Sudão, Suazilândia, Zimbabué. Em 27 países a corrupção é tida como endémica e em 17 a corrupção é um problema de monta¹²⁷. Sobre a corrupção e a sua estratificação em África (HUGON, 2015:91) resume-nos o seguinte:

A corrupção pública é, em direito, uma violação intencional do princípio da imparcialidade por um agente público que abusa da posição de poder que detém com o objetivo de retirar benefícios para si próprio. As suas formas são a prevaricação, o tráfico de influências, o abuso dos bens sociais, a pilhagem. A corrupção africana está ligada, no que respeita aos atores, às pressões comunitárias, às obrigações de redistribuição à necessidade de manter à sua posição ou constituir uma rede clientelar. A nível coletivo, o sistema de corrupção remete para a personalização de poderes sem controlo e para a sobreposição de poderes. Está ligado à cultura de impunidade, de ausência de contrapoderes, às relações pessoais que se sobrepõem ao anonimato do direito e às ligações entre corruptores e corrompidos. Podem distinguir-se vários graus: a pequena corrupção que muitas vezes compensa os baixos rendimentos e a grande corrupção que se encontra no âmago das relações entre os poderes políticos e económicos (forma de obtenção de mercados públicos, contratos mineiros ou petrolíferos...)

¹²⁶ Idem, ibidem, p. 90.

¹²⁷ Cfr., Philippe Hugon, ob. cit., p. 91.

A corrupção em África afeta sobremaneira os contratos de extração mineira, as empreitadas de construção civil e as administrações públicas, apesar dos esforços de melhoramento das leis de branqueamento de capitais e de outros textos anticorrupção como a Convenção da OCDE de 2003, a Convenção da UA de 2003 ou ainda a Convenção das Nações Unidas de 2004. A Nigéria, os Camarões, Angola, a Costa do Marfim e o Chade em 2007 foram colocados pela ONG *Transparency Intrenacional* entre aos países mais corruptos do mundo¹²⁸.

A tese de North¹²⁹ sendo a qual as instituições são o principal determinante do desempenho a longo prazo das economias não parece confirmar-se.

Para (HUGON, 2015: 93), torna-se evidente que as sociedades só podem funcionar de maneira eficiente se estiverem reunidas as condições seguintes: “*Se o Estado for reforçado no sentido de criar um ambiente institucional favorável; Se os contrapores evitarem o arbitrário; Se a empresas possuírem lógicas de investimento produtivo a longo prazo num ambiente seguro e previsível; Se os mecanismos redistributivos funcionarem com tensões sociais reguladas*”.

Com as condições acima expostas, conclui o mesmo autor, que são precisas instituições e organizações para que o futuro incerto seja transformado em projeto. Nas suas palavras, o Estado promotor do desenvolvimento é um Estado facilitador mais do que realizador, incitador mais do que decisor, exceto, nas questões estratégicas¹³⁰. Sobre a corrupção e as elites, Daniel Cohen, argumenta não haver novidade entre a maioria dos intelectuais e estudiosos do continente africano desde os anos 70 e que a corrupção explica o atraso económico, uma vez que o Estado, ainda segundo o mesmo, é explorado pelas elites políticas e económicas. Cohen¹³¹, vai muito mais longe ao afirmar que “o destino trágico de África” se deve a três fatores: a exploração da mulher, das terras e a corrupção das elites. É de fato interessante este pronunciamento, particularmente o último fator que mesmo não sendo o único fator de estrangulamento temos a certeza que ocupa um lugar de destaque neste trágico destino do continente.

¹²⁸ Idem, Ibidem.

¹²⁹ Idem, p. 92

¹³⁰ Idem, p. 93.

¹³¹ Cfr., Adebayo Vunje, *Pensar África*, 1.ª edição, Editora Rosa de Porcelana, Lisboa, abril de 2017, p. 36.

Parte IV – Relações Económicas Regionais, Internacionais e a Cooperação para o Desenvolvimento de África

Durante vários séculos África, foi tomada como o território de expansão das potências ocidentais, repartido em função dos seus interesses. Está cobiçada, é aos nossos tempos ainda principal se tivermos em conta a competição que se verifica do domínio da exploração dos seus recursos naturais, apesar de ultrapassada a presença da ocupação geográfica do território africano. Os fracos indicadores macroeconómicos, o défice da balança de pagamentos, juntados ao fraco peso dos votos nas organizações mundiais e a sua fragilidade diplomática, torna os países africanos a margem das grandes decisões mundiais.

A inserção de África no esquema mundial, tem-se mostrado dinâmica, apesar das limitações conjunturais. Os Estados como únicos sujeitos internacionais de direito e principais atores no âmbito das relações internacionais, integram a arquitetura internacional num mundo cada vez mais correlativo com múltiplos recursos para o exercício de influências. O fraco poderio da maioria dos países, coloca-os muitas vezes a margem do sistema mundial, excetuando a África do Sul revestida de potência continental, outros países como a Nigéria, Angola e o Quênia são fortes candidatos potenciais. Para aumentar o poder económico os Estados agrupam-se em regiões, por exemplo, a Liga Árabe, a CEDEAO, a SADC ou a UA. Em África, é quase generalizada a falta de recursos financeiros e humanos, porém os recursos naturais abundam em todo território continental.

As estatísticas apontam que $\frac{1}{4}$ da população mundial estará destinada a África até 2050. Fatores como a advento de novas potências, a oscilação da riqueza, o crescimento exponencial demográfico e as emergências económicas, financeiras, comerciais e diplomáticas alteram claramente o mundo e a multipolarização das economias, deixando a antiga figura Norte/Sul, para um desvio mais estável Sul/Sul, levando a uma variação de parceiros e da criação de mercados livres que permitam a inserção da África na economia mundial. A redução de cooperação com as potências coloniais abriu lugar de manobra dos países de África, que apresentam $\frac{1}{4}$ dos votos nas NU, aliando-se aos países emergentes com a celebração de contratos bilaterais incidentes na exploração dos recursos naturais.

Capítulo 1. A África: Organizações Políticas e Económicas Internacionais

1.1. A África e as Organizações Internacionais

Uma frase lendária que a história nunca apagará foi-nos deixada por Vladimir Lenine, cujo texto dizia o seguinte, “Quem tiver a África, terá o mundo.”¹³² Os países mais pobres do mundo beneficiam de um conjunto de privilégios no plano comercial, ao nível da (OMC), na ajuda ao desenvolvimento económico (PNUD), e na concessão de créditos, remissão de dívidas (FMI), que por intermédio da conceitualização das organizações internacionais são permitidos aos Estados economicamente fracos congrega-los na categoria de Países Menos Avançados, (PMA)¹³³. A arquitetura mundial começa a albergar novas potências em África, encontramos a África do Sul, na Ásia a China e a Índia e na América Latina o Brasil, essas Nações procuram um lugar no novo quadro geopolítico internacional através do G20¹³⁴ que substituiu em 2008 os G7, os BRIC¹³⁵, a par do G8¹³⁶.

A desagregação dos impérios colónias fez renascer os Estados africanos, esta separação conduziu a transferência de autoridades para as organizações internacionais, dando aos Estados africanos fracas margens de manobra em relação as antigas colónias e as organizações mundiais, que impõem condições e regras aos Estados africanas. São acentuadas as diferenças nos 55 Estados de África, dos quais 54 reconhecidos pela UA. Falar das organizações internacionais com aplicação em África, da sua designação e dos diferentes agrupamentos de Estados, implica necessariamente fazer um recuo na história das suas classificações. Temos, o Movimento dos Não-Alinhados (Grupo dos 77 constituído por mais 130 países),

¹³² Cfr. Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.ª edição, escolar editora, Lisboa, 2015, p. 291.

¹³³ Termo relacionado com os países menos avançados da África e da Ásia que apresenta as seguintes características: aparelho produtivo desarticulado, fraca industrialização, forte dependência do exterior e em que a sua produção é limitada aos produtos do agrícolas e as matérias primas viradas para a exportação e que estão sujeitas a fortes flutuações nas suas cotações (ex.: Moçambique, Burkina Faso, Angola, Etiópia).

¹³⁴ Grupo de países com economias emergentes, criado em 2003, em Cancún, México. Neste momento, o G20 abrange 21 países, a sua atuação concentra-se na agricultura. Tentam defender e promover os seus produtos e recursos naturais no comércio internacional. O G20 abrange 60% da população mundial, 70% da população rural do mundo e 26% das exportações agrícolas mundiais. Os países do G20 estão distribuídos pela América Latina e Ásia e incluem alguns países de África (África do sul, Egípto, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue).

¹³⁵ É o quarteto de países mais promissores do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China, se a economia do século XX foi dominada pelo G7, o século XXI será com certeza dominado pelos BRIC e a África

¹³⁶ Grupo internacional que reúne os oito países mais industrializados e economicamente desenvolvidos do mundo: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia, com a finalidade de discutirem questões de alcance internacional.

tem por missão pressionar a comunidade internacional para a situação do comércio internacional onde se verifica uma degradação dos termos de troca por parte desses países. A CNUCED, Órgão da ONU, criado em 1964, e que tem como objetivos promover o crescimento e desenvolvimento económicos e ainda o comércio dos países pobres através da supressão dos obstáculos ao comércio externo e a expansão das trocas entre os países em vias de desenvolvimento. O CNUCED é um instrumento importante no diálogo Norte/Sul e na defesa dos interesses comerciais dos países subdesenvolvidos. Nesta sequência, em 1971, o CNUCED criou o SPG – Sistema de Preferências Generalizadas, com a finalidade de defender o comércio dos países do Terceiro Mundo.

Conferência de Bandung que decorreu na Indonésia, em 1955, e na qual participaram 23 chefes de Estado asiáticos e africanos e o papel desempenhado por Nkrumah¹³⁷, em que os países de economia dependente tomam consciência da realidade da sua situação socioeconómica e da necessidade de se adotar uma estratégia global de desenvolvimento, no sentido de promover a cooperação económica e cultural afro-asiática. Com o apoio de Neru, Tito e Nasser, a conferência condenou o colonialismo e definiu as principais políticas do não alinhamento, do neutralismo e da coexistência pacífica.

Os países em desenvolvimento, passam a integrar o FMI, o BM e a OMC. As negociações internacionais passaram a incidir sobre normas e regras a par dos bens públicos internacionais. Os governos, as empresas e a sociedade civil passaram a ser atores internacionais e as questões procedimentais e jurisprudenciais tornaram-se essenciais a nível mundial na falta de governo ou de governança mundial. No seio do Banco Mundial e do FMI, as decisões são tomadas em função das quotas partes, ou seja, 1 dólar = 1 voto. A integração dos Estados africanos às organizações mundiais é regulada por um número de regras e de nomeações. Existem pactos, convenções ou regimes internacionais que funcionam como quadro de referência e como redutores de hegemonia.

¹³⁷ Conferência de Bandung (1955): primeira conferência internacional que reuniu 29 países do Terceiro Mundo, 4 dos quais africanos (Costa do Ouro, Etiópia, Libéria e Líbia) e está na origem do Movimento dos Não Alinhados. Kwame Nkrumah (1909-1972): pai do pan-africanismo, levou a costa do ouro à independência em 1957 e fez dela o Gana, primeiro país africano a ser libertado do domínio colonial.

1.1.1. A África e Organização das Nações Unidas

No plano de desenvolvimento económico, da ajuda ao desenvolvimento, da consolidação da paz e da segurança, assim como nos domínios social, cultural, sanitário, agroalimentar e da infância, a organização das NU, ocupa um lugar de privilégio no quadro das organizações internacionais, não apenas pelo fato da sua universalidade, como também pelo papel desenvolvimentista consagrado na Carta. As NU, são o órgão supremo do direito internacional público e de negociação entre Estados, a sua atuação baseia-se no princípio da soberania e da autodeterminação. É um palco mundial onde os Estados membros se enfrentam em função do seu poderio, cuja autoridade radica no seio do seu Conselho de Segurança (CS), composto unicamente pelos 5 países vitoriosos da 2.^a guerra mundial, dispondo de direito de veto. Todos os países africanos são membros das NU, fundada em 1945, por 51 Estados, entre os quais a África do sul e a Etiópia, únicos países de África.

Na maioria das organizações internacionais onde fazem parte os Estados africanos eles têm pouco poderio. As NU, possuem 193 membros, o último a ser reconhecido é o Sudão do Sul a 14 de julho de 2011. A importância deste Fórum internacional como dos elucida o académico Eduardo P. Ferreira¹³⁸, resulta, também, da circunstância de a Organização ter vindo a instituir um vasto conjunto de organismos que integram o seu sistema para o desenvolvimento, configurando-se quer como instâncias de reflexão, quer como entidades vocacionadas para o apoio concreto à execução de políticas.” África está presente nas agências especializadas, em diferentes instituições não financeiras e em outros domínios das NU: Desde logo, apresentam-se a CNUCED, tida como tribuna dos Estados pobres, e sobre a qual o académico Eduardo P. Ferreira¹³⁹, reconheceu “como sendo um dos organismos que, no seio das NU, desempenhou historicamente um dos papéis mais relevantes no seio do desenvolvimento económico, papel que, no entanto, viria em larga medida a perder, por força da criação da OMC, e do crescente predomínio das teorias neoliberais sobre as de raiz keynesiana, que presidiam a sua atividade”, UNICEF, UNESCO, BIT, o PNUD, que serve de órgão coordenador de um conjunto de ações concretas como a concessão de assistência técnica aos setores chaves

¹³⁸Cf. Eduardo Paz Ferreira, Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação, Coimbra, Almedina, abril, 2004, p. 205.

¹³⁹ Idem, p. 224.

nos países menos desenvolvidos, e como instância decisiva em matéria de prioridades de implementação e de auxílio das políticas de desenvolvimento, cuja concretização e execução é atribuída a outros organismos como a ONUDI, OMS, FAO e o FNUAP. Um bom exemplo, vem de África, onde a África do Sul renunciou à carreira armamentista nuclear.

Desempenha um papel fundamental pela sua ajuda a África e também como força de intervenção. Três países africanos têm assento como membros não permanentes das NU. Esta Organização internacional, intervém em África ao nível da ajuda, da paz e da segurança, assim como nos diferentes domínios culturais, social, sanitário, agroalimentar ou de categorias como a infância. Outro aspeto importante que caracteriza os Estados africanos é a sua adesão ao Tratado de não proliferação de armas nucleares e à International Atomic Energy Agency (IAEA).

O ordenamento internacional está estruturado por relações de poder entre Estados influentes que dispõem de tecnologias, economicamente estruturado por oligopólios e por acionistas institucionais. Sempre que as regras são violadas pelos Estados se estabelece uma governação através de negociação das regras internacionais, da elaboração de normas e de valores e de um conjunto de regulações. Hugon¹⁴⁰, explica que “à medida que enfraquecem os Estados e as instituições internacionais, as organizações religiosas e humanitárias tentam ocupar o terreno”. Ainda de acordo com este proeminente professor, as jurisdições internacionais¹⁴¹ desempenham um papel crescente na regulação das relações internacionais tal como o Tribunal Penal Internacional (TPI). O Sistema das Nações Unidas para o Desenvolvimento, nas suas competências polivalentes no exercício reitor e regulador das políticas de desenvolvimento económico, por intermédio da Assembleia Geral desempenha um papel decisivo na criação de órgãos especializados destinados a implementação de tarefas de desenvolvimento conferidos pelo artigo 22.º da Carta das nações Unidas. Eis o que nos mostra em resumo à (Tabela XXVII.).

¹⁴⁰Cfr. Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.ª edição, escolar editora, Lisboa, 2015, p. 298.

¹⁴¹ Idem, *Ibidem*.

Tabela XXVII. O Sistema das Nações Unidas para o Desenvolvimento Económico e Social

Principais Órgãos			
Assembleia Geral	Conselho Económico e Social	Secretariado	
<p><u>Programas e Fundos:</u></p> <p>CNUCED Conferência das nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento -Centro para o Comércio Internacional</p> <p>PNUD (UNDP) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Fundo para o Desenvolvimento dos Direitos da Mulher</p> <p>GACR (UNHCR) Gabinete do Alto Comissário para os Refugiados</p> <p>UNICEF (FNUC) Fundo das nações Unidas para as Crianças</p> <p>PCFM (WFP) Programa contra a Fome no Mundo</p> <p>PNUA (UNEP) Programa das Nações Unidas para o Ambiente</p> <p>FNUP (UNFPA) Fundo das Nações Unidas para as</p>	<p><u>Comissões Funcionais</u></p> <p>Comissão para o Desenvolvimento Social Comissão para os Direitos Humanos Comissão para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia Comissão para o Desenvolvimento Sustentável Comissão para os Direitos da Mulher Comissão para as Populações e para o Desenvolvimento Comissão para as Estatísticas</p> <p><u>Comissões Regionais</u></p> <p>Comissão Económica para África Comissão Económica para Europa Comissão Económica para América Latina e Caraíbas Comissão Económica e Social para a Ásia e Pacífico Comissão Económica e Social para Ásia e Ocidental Fórum das Nações Unidas para a Floresta Comités Eventuais e Permanentes Especializados, Ad hoc e afins</p>	<p><u>Agências Especializadas</u></p> <p>OIT Organização Internacional do Trabalho</p> <p>FAO Organização para a Agricultura e Alimentação</p> <p>UNESCO Organização para a Educação, Ciência e Cultura</p> <p>OMS Organização Mundial da Saúde</p> <p>GBM Grupo do banco Mundial: - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Associação Internacional para o desenvolvimento - Cooperação internacional para o Financiamento - Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos - Centro internacional para a</p>	<p>GCAH Gabinete para a Coordenação dos Assuntos Humanitários</p> <p>DAES Departamento para os Assuntos Económicos e Sociais</p> <p>GARPMIT Gabinete do alto Representante para os Países menos desenvolvidos, para os países do interior e para as pequenas Ilhas dos Países em vias de desenvolvimento</p>

<p>Populações</p> <p>PNUEH (UNHSP) Programa das Nações Unidas para o Estabelecimento Humano (UN-Habitat)</p> <p><u>Outras Entidades</u></p> <p>GACDH Gabinete do Alto Comissário dos Direitos Humanos</p> <p>PNUS (UNAIDS) Programa das Nações Unidas contra a Sida</p> <p><u>Institutos de Investigação e Formação</u> Instituto para o progresso dos Direitos da mulher Instituto para a Formação e Investigação Instituto de Investigação para o desenvolvimento Social</p>	<p>OMC Organização Mundial do Comércio</p>	<p>Resolução dos litígios entre os Governos e os investidores estrangeiros privados</p> <p>FMI Fundo Monetário internacional</p> <p>OMPI Organização Mundial da Propriedade Intelectual</p> <p>FIDA Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura</p> <p>UNIDO Organização para o Desenvolvimento industrial</p>	
---	---	--	--

Fonte: Adaptado do Livro - Valores e Interesses, “Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação” (2004)

O papel preponderante das NU, na supervisão das políticas de desenvolvimento, o fraco poder de decisório dos países africanos neste fórum, de domínio quase exclusivo no seu CS, faz com que esta Organização internacional encontre dificuldades no cumprimento dos objetivos de desenvolvimento subscritos na Carta Magna. Outra das causas, está na falta de instrumentos jurídicos e financeiros, na ausência de um poder legislativo que lhes permitissem desempenhar plenamente as suas funções associadas por outro lado o desinteresse das potências económicas em dar a possibilidade de desenvolvimento aos países necessitados. São apontados diversos aspetos positivos da Organização em matéria de desenvolvimento, os Estados africanos por exemplo encontram nesta tribuna um espaço para colocar os seus anseios, notabiliza-se um debate democrático nas suas reuniões facilitando a livre expressão dos povos, é um lugar privilegiado para a reivindicação de uma NOEI, e da celebração de importantes recomendações e compromissos com o planeta. A Declaração do Milénio é outro grande elemento positivo das NU.

Quanto a governação da economia mundial o papel desempenhado por esta organização é quase, diríamos inexistente, sendo relegado na maior parte dos casos as instituições multilaterais surgidas dos acordos de Bretton Woods e as grandes decisões tomadas pelos poderosos países constituídos em grupos designadamente os G7, G8 e os G15, como principais gestores da economia internacional. É preocupante a insatisfação dos países pobres, pois o mundo precisa de um equilíbrio para se ultrapassar os males de pobreza, fome, subnutrição e doenças que afetam sobretudo os países em evolução maioritariamente africanos, pelo que se tornam necessárias reformas profundas neste Órgão visando facilitar as negociações com as instituições financeiras mundiais como o FMI, o BM e a OMC.

1.2. A África e as Instituições Económicas Multilaterais – FMI, BM e OMC

Findada a Segunda Guerra Mundial, da qual África não fez parte, foram criadas em 1944, as instituições económicas e financeiras internacionais visando a recuperação dos países abalados no quadro das relações intraestatais. Os países africanos na sua maioria são membros das instituições de *Bretton Woods*, com as quais estes recorrem para a obtenção de financiamento dos projetos locais de desenvolvimento cumprindo com certas imposições no aceso. A diversificação de

parcerias económicas mais vantajosas com os países do Oriente Médio e da Ásia e a implementação de práticas de boa governação, diminuiu notavelmente a influência dessas formações no continente africano a partir do início do século XXI. O papel insubstituível das organizações de Bretton Woods no conjunto de todas as organizações, no domínio do desenvolvimento económico, permite desempenhar um papel extraordinariamente mais ativo servindo de pilares essenciais na construção da ordem económica mundial, mesmo com algumas incertezas.

O multilateralismo significa, colaboração com todos os países aquando da tomada de decisões importantes, em vez de um país agir unilateralmente ou em parceria com apenas um outro país ou um conjunto de países, ou seja, agir bilateralmente. De acordo com a nossa visão, parece-nos senso comum, pois em plena era da globalização, o nacionalismo económico é, todavia, uma força poderosa. Os períodos a que se seguiram a década de 1990, foram caracterizados por os países desenvolvidos permitirem que a sua taxa de câmbio flutuasse e por muitos países asiáticos e do Médio oriente fixarem as suas moedas em relação ao dólar. Embora isto tenha permitido que os países em vias de desenvolvimento crescessem um pouco mais rápido tornando as exportações mais baratas, também levou, por fim, a uma enorme criação de dívida no mundo rico, que contribuiu para a crise financeira de 2008.

Foi para evitar essas questões que os políticos mundiais desenvolveram as instituições multilaterais, iniciando primeiramente pela Liga das Nações, construída pelo presidente Woodrow Wilson depois da 1.^a Grande guerra e que mais tarde se transformou nas Nações Unidas. Contudo, foram as instituições económicas multilaterais¹⁴² que floresceram depois da 2.^a Grande guerra que acabaram por dominar as relações internacionais entre as economias modernas nos últimos anos.

Da Conferência de *Bretton Woods* nos Estados Unidos da América, realizada em 1944, em Washington, os países do planeta sob a tutela do brilhante economista John Maynard Keynes, criaram uma arquitetura financeira e económica nova, depois da guerra devastadora. Duas fortes e importantes instituições foram criadas em

¹⁴²Cfr. Edmund Conway, *50 Ideias de Economia Que Precisa Mesmo de Saber*, Tradução de Pedro Marcelo Curto, 1.^a edição, Publicações Don Quixote, Lisboa, abril de 2009, p. 167.

paralelo: o FMI e o antecessor do BM, o BIRD. Também criaram o GATT, que mais tarde se transformou em OMC. As organizações multilaterais, cujos membros atualmente incluem todos os países do mundo, cabe a ela determinar a arquitetura da economia internacional e a forma como os países interagem.

O FMI, atua como banco central mundial, reunindo os recursos dos seus membros e emprestando dinheiro àqueles que sofrem grandes crises de câmbio e de balanço de capital. Trata-se de um credor de último recurso para países. O seu segundo papel é assegurar que os países em todo o mundo estão a gerir as suas economias com sensatez, sem gerarem problemas para o futuro. Contudo, não dispõe de poder para disciplinar aqueles países que tomam decisões económicas erradas. Na sequência da crise mundial de 2008-2009 e da necessidade de empréstimos por parte dos países africanos foi desbloqueado um acordo de empréstimos suplementares de 217 mil milhões de dólares até 2014. Foram implementados novos instrumentos diferenciados para concessão, redução das condições, empréstimos de precaução e de emergência. Metade dos países devedores do FMI são africanos, representando 11% dos empréstimos concedidos por esta organização. Na realidade o FMI, desempenha o papel de regulador do sistema monetário e financeiro internacional, procurando evitar crises do sistema. A sua assinatura é decisiva para aceder ao financiamento internacional. É sobretudo um fundo de assistência mútua entre Estados. São várias as missões de competência deste órgão financeiro monetário: vigilância multilateral e bilateral das políticas macroeconómicas monetárias e de troca, programas de assistência técnica.

As suas ações em África, procuram normalizar as sociedades africanas das crises de endividamento, o apoio na elaboração de programas de ajustamento e de estabilização com vista a redução de desequilíbrios financeiros. Desde 2000, as Facilidades de Ajustamento Estrutural Reforçado (FAER) transformaram-se em Facilidades para a Redução da Pobreza e o Crescimento (FRPC) nos países com fracos rendimentos. Trata-se de empréstimos concedidos aos países estabelecendo quadros estratégicos de luta contra a pobreza. Os países em desenvolvimento beneficiam de assistência financeira à semelhança de quaisquer outros países membros sobretudo quando enfrentam dificuldades nas respetivas balanças de pagamento, por formas a reduzir o impacto negativo recorrem aos financiamentos do

Fundo. A definição deste modelo resultou da verificação de que alguns países reuniam problemas complexos, com baixo rendimento per capita e dificuldades de obtenção de financiamentos e um peso considerável das suas dívidas o que justificava uma assistência excepcional.

Mais uma iniciativa de apoio surge com a criação em 1996, dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), com o mesmo sentido de aliviar os países cujas dívidas eram insuportáveis e de rendimento baixos, promovendo paralelamente as reformas políticas com vista a facilitar o desenvolvimento humano e a redução da pobreza. Nem todos concordam com a atuação do FMI em relação aos países pobres, nesta senda temos JOSEPH STIGLITZ¹⁴³, que sustenta a existência de uma contradição entre os fundamentos da institucionalização do fundo e o modelo de atuação prática. (...). Para o prémio Nobel,¹⁴⁴ é especialmente chocante que o FMI tivesse sido criado para favorecer a adoção de políticas expansionistas e hoje apenas financie países cujos dirigentes se comprometam com programas de contração de economia, concluindo, (...): “Keynes daria uma volta ao túmulo se visse o que aconteceu ao seu rebento”.

Desde o final da Guerra Fria e após a crise financeira de 2008, as instituições enfrentaram uma crítica crescente pelo seu insucesso em prevenir a repetição de crise financeiras em várias partes do mundo. A atitude dos EUA, para com estas, em particular, tornou-se cada vez mais fria, com pedidos de grandes reformas em particular no FMI e no BM. Entre as preocupações está o fato de o FMI não ser suficientemente representativo dos poderes das novas economias mundiais. Até recentemente, a China que cresceu tão depressa, que está quase a tornar-se a terceira maior economia do mundo tinha os mesmos votos no FMI que a Bélgica.

O BM ou BIRD, nos pilares das instituições financeiras internacionais ocupa o segundo lugar. É um banco de desenvolvimento cuja proposta de criação se deve ao grande empenho de Keynes e que a par das atividades rentáveis, concede créditos com taxas bonificadas e financia projetos de desenvolvimento. Em África as intervenções do Banco Mundial evoluíram consideravelmente consoante o tempo.

¹⁴³ Cf. Eduardo Paz Ferreira, Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação, Coimbra, Almedina, abril, 2004, p. 303.

¹⁴⁴ Idem, p. 303.

No período de 1950-1960 dominava o financiamento as infraestruturas, e em 1970 os financiamentos estavam voltados a mais projetos nos setores produtivo, o apoio às entidades públicas e a luta contra a pobreza. Entre os anos de 1980-1990, os financiamentos foram marcados fundamentalmente pelas dívidas, pelos ajustamentos macroeconómicos.

A luta contra a Sida, as novas tecnologias foram também áreas alargadas pelo banco Mundial, foram fixadas metas de luta contra a pobreza, o reforço institucional, tendo desenvolvido novos princípios sobre a atividade da sociedade civil e sobre a boa governança. O BM, foi desenhado para dar assistência aos países mais pobres do mundo, para emprestar e em alguns casos doar dinheiro a economias em dificuldades, tem como objetivo tornar a economia mundial mais rica e mais estável. Contudo, tem sido criticado por impor condições difíceis sobre aqueles a quem entrega o dinheiro uma critica de que também foi alvo o FMI entre alguns críticos destacamos Joseph Stiglitz prémio nobel de economia e ex. consultor da referida organização financeira mundial.

A esperança é que, ao colaborar uns com os outros multilateralmente, os 19 países mais a UE, sejam capazes de gerir a mudança de um mundo com única superpotência económica para um mundo com duas ou mais superpotências económicas. O Banco Mundial depara-se com novos desafios como os que se relacionam com a boa governação formulados a partir de estudos sobre a África Subsariana, na década de 1980, que veio definir um quadro de questões consideradas fundamentais para o sucesso das políticas de desenvolvimento, figurando também a responsabilização política dos dirigentes, a transparência nas transações públicas, a adequada administração de fundos, a reforma da administração pública, o estabelecimento de leis claras e o aperfeiçoamento do aparelho judiciário e da independência de poderes.

O combate à miséria, foi outro desafio do Banco Mundial, elaborando documentos e concebendo estratégias em parceria com FMI que privilegiam os países Pobres Muito Endividados (PPME). Qualquer que seja o desafio desta importante organização multidimensional, é sobretudo como agente financeiro do desenvolvimento de como maior canalizador de apoio financeiro para os países em desenvolvimento e de ter evoluído no sentido de uma grande diversificação das suas

atividades através da criação de um grupo de instituições como o Instituto de Desenvolvimento Económico (IDE) para treinamento de funcionários dos países em vias de desenvolvimento, da Sociedade Financeira Internacional (SFI) virada para o apoio do setor privado e o fomento do mercado de capitais, bem como a facilitação de instalação de novas empresas, da Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID) destinada a ajudar os países mais pobres em condições mais favoráveis, do Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI) criado em 1966, com o objetivo de permitir a arbitragem e a conciliação entre os investidores estrangeiros e os países acolhedores e finalmente em 1988, foi criada a Agência Multilateral para a Garantia de Investimentos (AMGI) destinada a segurar riscos não comerciais e prestação de serviços técnicos.

A Organização Mundial do Comércio é, para além de um fórum onde os países estabelecem consensos com vista à remoção de barreiras ao comércio, serve de arbitragem com vista a imposição da legalidade das tarifas ou quotas sobre os bens e produtos comercializados. Defende a redução de barreira ao comércio em todo o mundo. Por outras palavras a OMC tem como objetivo regular o comércio internacional fixando regras e princípios do comércio livre, estabelecer um órgão para julgar os diferendos e mesmo o poder de sancionar os que violem as regras.

O GATT, criado em 1948, promovia o multilateralismo comercial pela redução dos obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio mundial. Desde a criação da OMC em 1995, a negociação comercial tornou-se permanente. Dos 148 países assinantes do acordo, todos têm direito a um voto nessa instância. As grandes potências, que representam 2/3 do comércio mundial, mas com um peso decrescente, impõem os seus interesses, mas deparam-se com a emergência de contrapoderes (G20¹⁴⁵). No seio da OMC as negociações e os acordos comerciais de acordo com a Conferência da OMC realizada em Hong Kong em 2005, dizem respeito. As negociações e os acordos comerciais no seio da OMC (segundo a Conferência da OMC em Hong Kong em 2005 dizem respeito fundamentalmente aos produtos agrícolas, aos produtos não agrícolas, aos serviços, aos investimentos, concorrência, mercados públicos e a supressão dos obstáculos ao comércio. Para o

¹⁴⁵ G20: fórum de concertação internacional, criado em 1999, tendo em conta o peso económico crescente de alguns países; junta com os membros do G8 e os países emergentes, entre os quais um país africano, a África do Sul.

caso da África, a OMC tem efeitos diferenciados. A totalidade dos países africanos são membros da OMC, com exceção de Cabo Verde, Eritreia, Etiópia, Guiné Equatorial, Somália e o Sudão. Os países africanos dispõem de poucas vantagens na arena das negociações comerciais.

Os produtos africanos, em 2008, viram-se na contingência de perder o seu acesso preferencial ao mercado europeu (APE) Acordos de Parceria Económica. Os regimes preferenciais como a banana e o açúcar foram contestados pelos países da América ou da Ásia. A AGOA,¹⁴⁶ concede preferências que não necessitam de derrogações e a TSA não discrimina porque se dirige aos PMA no seu conjunto. Os países africanos que viram reduzir-se as suas preferências enfrentam a concorrência desleal de agriculturas subvencionadas mil milhões de dólares por dia e muito produtivas. A título de exemplo, a entrada da China na OMC, a limitação das subvenções à produção a 8,5% da produção e a redução dos direitos aduaneiros poderiam favorecer as exportações africanas de certos produtos como o chá, óleo, tubérculos. Na realidade, os efeitos mais importantes tiveram a ver com a forte instabilidade ligada ao peso da China nos mercados agrícolas. A liberalização comercial tem alguns efeitos positivos nos países africanos, nomeadamente ao reduzir o peso das subvenções agrícolas. Os países menos avançados, ao contrário dos emergentes, sofrem por outro lado a erosão das suas preferências e das suas margens comerciais.

¹⁴⁶ AGOA (*African Growth and Opportunity Act*): Lei norte-americana para o crescimento e Oportunidade de África; Agência norte-americana para a Segurança dos Transportes, *Transportation Security Administration*. (N. do T.)

Capítulo 2. A Integração Regional Política e Económica, Acordos e Infraestruturas

Os processos de integração regional são a nível internacional uma realidade inquestionável. Eles surgem em princípio para a promoção do comércio de bens e serviços entre os seus membros, porém hoje em dia a integração regional revela-se como um dos instrumentos à disposição dos Estados para interagir com os demais membros da sociedade a nível internacional. Um pouco de história sobre o surgimento das comunidades, impõe-nos fazer uma pequena retrospectiva sobre a União Europeia, que inicialmente começou como uma simples área de livre comércio, este bloco de integração da comunidade regional Europeia estabelecido em 1992 por meio do Tratado de Maastricht já alcançou o estágio de integração monetária e financeira. Possui 27 Estados membros, e pretende alcançar ainda um ambicioso objetivo político: a criação de uma Constituição Europeia que por sua vez obrigaria a todos os membros um aprofundamento da integração regional. A integração regional pode ser um instrumento de desenvolvimento para os países que formam o bloco económico uma vez que pressupõe a facilitação de trocas comerciais sobretudo. Para o caso de África, veremos como este processo de regionalização tem dado os seus passos.

2.1. A NEPAD, a OUA e União Africana

O continente africano, durante a colonização foi geograficamente fracionado pelas suas colónias, a partir daí, o projeto de integração regional foi sempre uma razão inadiável. Muitos países africanos, para dizer mesmo a maioria, são pequenos agrupamentos e constituídos por enclaves. O mundo atual, exige que os países se organizem em blocos económicos regionais, e no caso de África este processo de construção regional é embrionário. África conta com mais de 200 organizações regionais e apenas cinco reconhecidas pela União Africana, que são: a CEDEAO, a CEEAC, a SADC, o COMESA e a UMA. Tal como nos referimos, atrás, em termos práticos a regionalização de África nos domínios financeiros, comercial tecnológicos e culturais continua em regime embrionário com exceção da África do Sul cuja atividade comercial ultrapassa as suas fronteiras.

A integração política em África foi reforçada com a implementação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (*New Partnership for Africa's Development* (NEPAD)) e a transição da Organização da Unidade Africana (OUA) em União Africana (UA), perfazendo um total de 56 Estados. A NEPAD é um quadro referencial de integração política dentro da UA, mas também fora das suas fronteiras. É um projeto totalmente virado para o setor privado servindo de engrenagem das 5 regiões da União Africana. O seu foco de desenvolvimento privilegia os cidadãos africanos e indica os caminhos estratégicos das novas parcerias fundadas no equilíbrio mútuo entre os Estados. É um verdadeiro programa ambicioso de acordo com as previsões, cabendo aos Estados africanos a identificação, avaliação e o financiamento dos projetos de investimento no continente.

O futuro da NEPAD, apesar de levantar algumas interrogações, assenta em objetivos e metas de médio e longo prazo bem definidas e realizáveis: as exportações constituem um fator de crescimento para o cumprimento desse desiderato devendo o continente apostar na diversificação da sua carteira de produtos exportáveis com vista a promoção do crescimento estável; A mobilização de recursos para assegurar os objetivos da NEPAD, calculados em 60 mil milhões é uma premissa fundamental; O objetivo de crescimento de 7% deverá ter sustentabilidade com fortes financiamentos em investimentos ligados as infraestruturas; A solidificação do programa da NEPAD, assenta nas crescentes relações entre África do Norte e a África Subsariana bem como entre as potências económicas, neste caso a África do Sul e a Nigéria e os Estados menos desenvolvidos . A formação de uma estrutura solida capaz de fomentar a integração entre os países do continente não é recente. Prova disso é o nascimento da NEPAD, que colocou a vontade dos líderes africanos em proporcionar uma independência plena do continente em benefício único dos seus povos. Esta ideia pan-africanista constitui uma verdadeira homenagem aos históricos nacionalistas africanos como Nasser, Nkrumah, Senghor, Kenyatta, Cabral, Neto, Machel, Mandela e muitos outros. Após as independências, a maioria dos países africanos entraram em crises, surgem focos de tensão como golpes de Estado, guerras civis, conflitos interétnicos, ditaduras e Estados em falência financeira e em dívida permanente com as instituições financeiras.

Várias e diferentes soluções foram apresentadas pelos dirigentes africanos propondo alternativas concretas para suprimento dos constrangimentos: Aparecem, o Programa Prioritário de Reconversão Económica de África, Plano de Ação de Lagos e muitos outros delineados por diferentes organizações. O então presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo propôs o Tratado de Abuja e a criação da Comunidade Económica de África. Hosni Mubarak do Egipto, avançou com o Plano do Cairo e Thabo Mbeki da África do sul, sugeriu o Programa do Milénio para o Renascimento Africano. Tudo isso afluiu, em 2001, nasce assim a célebre NEPAD, aproveitando a transformação da OUA em União Africana, tendo a sede sido fixada na África do Sul e funcionando como um braço importante para alavancar o crescimento económico e o desenvolvimento de África, através do aumento das exportações e de uma ajuda ao desenvolvimento que deveria somar os 60 mil milhões de dólares anuais tal como já nos referimos anteriormente neste capítulo.

Ao contrário do programa da NEPAD, seguimos a assistir em certos países situações conflituosas: Mali, RCA, Sudão, Somália, RDC, Nigéria e a Líbia são alguns exemplos. Em sentido contrário, encontramos uma economia africana que se reanima à custa dos fundos da China que tem hoje uma troca comercial com o continente na ordem dos 200 mil milhões de dólares. O surgimento da NEPAD tinha em vista a consolidação do Estado Direito em África, acima de tudo a diminuição das assimetrias entre os diferentes países e regiões. A NEPAD tinha, por isso, uma carteira de projetos importantes, e todos em linha com os ODM. Continuam por se concretizar muitos projetos o que levou a que alguns líderes africanos em 2014, reunidos em Dakar a darem um novo impulso à organização e a sua carteira de projetos que continua a ser crucial África. Trata-se da ponte rodoviária e ferroviária que liga Kinshasa a Brazzaville; modernização da rede ferroviária Dakar/Bamako; expansão do porto de Dar-es-Salam, e do gasoduto, entre a Nigéria e Argélia.

O debate em torno das infraestruturas recrudescer com o avanço sobre a problemática da integração regional, especialmente dos corredores de desenvolvimento e da confluência de interesses nacionais e regionais. Neste sentido, as instituições internacionais, em particular a NEPAD, têm vindo a enfatizar corredores de desenvolvimento regional, como se pode verificar na (Tabela XXVIII). abaixo.

O grande dilema para implementação dos 15 projetos eleitos continua a ser o financiamento. Trata-se de projetos onerosos e nem sempre os Estados africanos estão em condições de os financiara diretamente. O G-20, no âmbito da ajuda ao desenvolvimento, comprometeram-se em investir, mas a realidade económica mundial, face a crise de 2007-2008 e 2013, mudou bruscamente a capacidade de financiamento desses projetos. Assim sendo para substituição, os líderes africanos entenderam que a orientação atual deveria ser a diversificação das fontes de financiamento: Bancos de Investimento, Emissão de Obrigações no mercado financeiro internacional, fundos soberanos dos Estados do golfo, acordos de financiamentos com os países do bloco dos BRICS e Parcerias público-Privadas internas como alternativas. Resumindo e concluindo a NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África) a sua criação visa aumentar a quantidade de investimentos em infraestruturas no continente africano, para promover o seu desenvolvimento em todos os aspetos.

Em 2002, é criada uma Organização política Africana, a União Africa (UA), que substitui a Organização das Nações Unidas (OUA). O seu plano institucional foi completamente reformulado passando de uma organização coordenadora (independência das colónias), para uma instituição de integração política e económica, definindo cinco prioridades cruciais cuja importância destacamos : a promoção da paz através do Conselho da Paz e da Segurança, da segurança humana e da governança exercido pelo Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos; a promoção da integração regional; a construção de uma visão partilhada no seio do continente e adoção de um protocolo relativo ao Tribunal de Justiça da UA. Pela relevância do tema em estudo, consideramos como principal elemento do Plano de ação, a promoção da integração regional, por ser está uma das chaves para o progresso do continente.

Entre as grandes inovações da UA, se apresentam a possibilidade de imposição de sanções aos Estados membros que violem as decisões políticas da UA, bem como o Direito de intervenção sempre que se ponha em causa à ordem legítima dos povos.

Tabela XXVIII. Corredores de Desenvolvimento Regional em África

Corredor	Trajeto	Comprimento
Cairo - Dakar	Cairo – Trípoli – Túnis – Argel – Rabat – Nouakchott - Dakar	8636 km
Argel - Lagos	Argel – Tamanrasset – Agadez – Tamanrasset – Kano - Lagos	4504 km
Trípoli – Cidade do cabo	Trípoli – Ndjamena – Kinshasa – Windhoek – Cidade do cabo	10808 km
Cairo – Cidade do cabo	Cairo – Cartum – Adis-Abeba – Nairobi – Donana – Lusaca – Gaborone – Cidade do cabo	10228 km
Dakar - Ndjamena	Dakar – Bamaco – Ouagadougou – Niamey – Kano - Ndjamena	4496 km
Ndjamena - Djibuti	Ndjamena - Djibuti	4219 km
Dakar - Lagos	Dakar – Banjul – Bissau – Conacri – Freetown Monróvia – Abidjan – Acra – Lomé – Cotonou - Lagos	6257 km
Lagos - Mombaça	Lagos – Yaoundé – Bangui – Kisangani – Kampala – Nairobi - Mombaça	6259 km
Lobito - Beira	Lobito – Lubumbashi – Lusaca – Harare- Beira	3523 km

Fonte: Extraído do livro Pensar África, (2017).

Apesar desses avanços, a UA vive a braços com a falta de financiamentos para intervir militarmente em casos extremos, foi o caso das violações sistemáticas dos direitos humanos na RDC, na Costa do Marfim e na Somália. As tarefas de integração são complexas em todos os sentidos. Uma integração política implica a transferência de soberania e da produção de bens públicos a nível regional, está é uma das respostas que os Estados africanos devem ultrapassar num contexto de globalização. A integração regional pressupõe condições políticas por parte dos Estados membros como a integração nacional.

É através da coordenação das políticas económicas e sociais que se conduz uma união económica. A integração económica regional caracteriza-se de uma forma geral por uma intensidade de movimentos comerciais com a supressão dos

obstáculos alfandegários – zona de livre comércio, com tarifas externas – união aduaneira e a mobilidade de fatores – mercado comum. Outras formas existem como a cooperação setorial, as interdependências entre as economias que conduzem a convergências económicas – integração dos mercados e cooperação institucional, o estabelecimento de regras e de transferências de soberania – integração institucional.

O comércio entre regiões em África, situa-se por volta dos 11 % e polarizado em volta de alguns países. Excetuando a África do Sul, 5 países representam $\frac{3}{4}$ das exportações intra-africanas Costa do Marfi, Nigéria, Quénia, Zâmbia e Gana; o comércio de produtos manufacturados é muito fraco; alguns produtos primários desempenham um papel importante: o petróleo representa $\frac{1}{3}$ das trocas; o algodão, os animais, o milho e o cacau representam 18%. As grandes regiões africanas pesam muito pouco no comércio mundial. A África Austral representa 51% dos quais 15% do comércio entre regiões, a CEDEAO 28% dos quais 11% são entre as regiões, a COMESA 12% com 7% dos quais de comércio intrarregional a UMA 6% dos quais 2% pertencem ao comércio entre regiões e a CEEAC 3% com 5% pertencentes ao comércio intrarregional. As Uniões monetárias, ou de zonas francas, constituem o núcleo do processo de integração regional. As multinacionais africanas, particularmente as da África do Sul, desempenham um papel crescente na integração ao estabelecer relações fora das suas fronteiras entre as empresas e filiais nos setores mineiro, telecomunicações, distribuição e agroalimentar.

2.2. Os Acordos de Integração e a Questão das Infraestruturas

Em África, multiplica-se o número de organizações e em todas elas se verificam constantes reestruturações. Alguns Estados fazem parte em duas ou mais organizações, resultando esta duplicidade ou triplicidade em dificuldades de harmonização das regras das normas. A ideia sobre a integração no continente surgiu logo após as independências, tanto ao nível da integração política como da económica. No quadro dos Acordos de Parceria Económica (APE), a EU, apoia as comunidades regionais e ao mesmo tempo reforça as suas capacidades institucionais para melhor enfrentar os desafios. Apresentamos, seguidamente de forma sumária os principais acordos de integração regional do continente africano, na perspectiva política.

África Ocidental: A região da África Ocidental, onde habitam 250 milhões de pessoas, engloba 15 Estados membros mais a Mauritânia integrados na CEDEAO. Agrupa, oito Estados da UEMOA, cinco anglófonos, um lusófono, antiga colônia portuguesa - Cabo Verde e um Estado francófono, antiga colônia francesa - Guiné. Estima-se que até 2025, esta zona de comércio livre terá 420 milhões de habitantes e considerada a região mais urbanizada de África subsariana. Esta região atravessou algumas dificuldades nos domínios culturais e linguísticos e de conflitos étnicos casos da Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, nestes dois últimos já com conflitos inexistentes. A integração regional caracteriza-se principalmente por se uma zona franca de grande intensidade e de comércio livre, este último com algumas limitações que se prendem a pouca convertibilidade das moedas, fragilidade das infraestruturas e de complementaridade das produções. A Nigéria, é a potência económica na região, apesar dos constrangimentos políticos locais protagonizados pelo grupo extremista Bokoharan;

África Central: A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), foi criada em 1983 com o objetivo de estabelecer uma união aduaneira e harmonizar as políticas em certos setores. Compreende, três países da CEPGL, seis países da CEMAC, Angola e São Tomé e Príncipe. Tem um papel essencialmente político de paz e segurança. É uma zona de muito pouca integração; África Oriental: A África oriental mantém uma unidade histórica e linguística. No entanto, em termos geográficos apresenta fortes contrastes de relevo e climáticos. Pertence à COMESA. Surgem vários subconjuntos: o Sudão e o Corno de África, e os países membros da EAC;

África Austral: A África Austral está organizada principalmente em torno da SADC, sob a influência do peso da potência a África do Sul. Tal como podemos constatar além dos grupos geográficos reconhecidos pela União Africana aparecem elencados outros grupos provenientes de acordos assinados, que apresentamos na (Tabela XXIX.). A SADC, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, com a entrada da África do Sul em 1992 os Estados membros assinaram, em 1996, um acordo que implicava a criação de uma zona de comércio livre em 2007. A SADC compreende quinze países;

O COMESA: Mercado Comum da África Oriental e Austral, compreende mais de vinte países. Tem como objetivo a liberalização das trocas. Estabeleceu várias instituições a fim de facilitar o processo de integração regional - Banco da PTA, centro de arbitragem comercial. Os seus programas prioritários são os transportes, as comunicações, a agricultura e a indústria, os recursos humanos e a promoção dos investimentos. Os resultados e os progressos são fracos. A redução da barreira tarifárias e não tarifárias entre os Estados membros é limitada. Os Estados membros são muito heterogéneos. É uma região com uma forte dimensão política e económica;

UMA: União do Magrebe Árabe, é uma organização inter-regional que congrega os cinco Estados do norte de África, unidos por uma identidade islâmica. Apesar do envolvimento pleno e direto de Marrocos, que alberga a sede da organização, o conflito no Sahara Ocidental é uma das razões pelas quais a sub-região não se congrega e esta divergência é mais instigada entre Marrocos e Argélia. O Egito, a Líbia e a Tunísia fazem parte deste bloco.

A transferência da soberania em termos políticos, fiscais e monetários dos Estados para as organizações regionais constituem o grande desafio da integração em África. A concentração desproporcionada de poderes no Estado é outro empecilho para o processo de regionalização. Algumas uniões monetárias continuam a ter uma forte dependência das antigas potências colonizadoras. As trocas comerciais com o exterior são marcadamente desiguais, contudo a nível interno assinala-se um ascendente comercial na região da SADC, representando 51%, em oposição aos 28% da CEDEAO e dos 12% da COMESA. Se em alguns países como Angola, África do Sul, Botswana e Namíbia o volume das transações cresce noutros a informalidade comercial constitui um agente nocivo ao invés de servirem de promotores do crescimento económico.

As discussões para o fortalecimento do crescimento económico em África desenvolvem-se em estreita colaboração com as agências das Nações Unidas, com o Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD) e a própria União Africana. Em 2015 na cidade Sul africana de Joanesburgo foi realizada uma Conferencia com este propósito. Nesta reunião, e pelo facto de em África persistiram ainda deficiências no que concerne a qualidade das instituições, das infraestruturas, dos sistemas de

educação e de ensino, os organizadores do evento apresentaram oportunamente algumas soluções para pôr em marcha o desafio da integração abarcando os investimentos em infraestruturas, o comércio e a mobilidade da mão e obra.

A transformação do crescimento económico e o impacto junto das populações representam para os analistas e conferencistas um desafio incontornável. As soluções multilaterais são vistas em África como o caminho mais seguro que leva ao fortalecimento e a resistência a choques externos numa era em que a economia está totalmente globalizada.

O problema das infraestruturas em África, constitui-se num assunto crucial para ao desenvolvimento económico do continente. Trata-se da construção de habitações para resolver os problemas deixados pelos colonizadores, fruto do êxodo rural, associados a ausência de urbanismo e de saneamento no meio urbano e rural. São precisos 93 bilhões de dólares de investimento em infraestruturas na África Subsariana, para inverter o atual quadro. Na maioria dos países africanos, surgem novas cidades e outras crescem ainda mais, o que provoca uma demanda enorme sobre a demografia e os desafios da gestão.

O continente está a ser urbanizado a um ritmo histórico, com uma expansão demográfica sem precedentes: desde 1995, a população que reside em cidades duplicou, atingindo 472 milhões de pessoas em 2015. Obviamente a aceleração urbanística levanta sérios problemas às cidades africanas pelo facto de não estar a ser acompanhada de uma proporcional transformação estrutural. Porém, este aumento da taxa de urbanização de África coincide com a emergência de uma classe média, com maior capacidade de consumo. O peso das infraestruturas na construção e obras públicas tem sido o fator de crescimento em alguns países como Angola, Marrocos, Cabo Verde, Etiópia, e o Egito.

A transição urbana multifacetada a que se assiste em África, bem como a densificação que a mesma gera oferecem novas oportunidades para melhorar o desenvolvimento económico e social e, ao mesmo tempo, proteger o ambiente. Estas oportunidades podem ser mais bem aproveitadas com o fim de materializar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e os Objetivos da Agenda 2063 da União Africana.

Tabela XXIX. Acordos regionais segundo a sua intensidade

Grau de integração	Cooperação económica funcional	Acordo preferencial	Zona de Comércio livre	União aduaneira	Mercado Comum	União económica	União monetária	União política
Projetos sociais	COI SADC							
Vantagens recíprocas, tarifárias e não tarifárias, nas trocas entre países membros		COMESA						
Supressão das tarifas e das restrições quantitativas entre países membros			COMESA CEDEAO					
Tarifa externa comum				SACU				
Livre circulação dos fatores entre os membros					EAC (CEDEAO) (COMESA)			
Harmonização das políticas económicas						UEMOA CEMAC CMA		
Unificação de algumas políticas (integração monetária)							UEMOA CEMAC CMA	
Unificação das políticas e transferência de soberania para um organismo supranacional								

Fontes: Geopolítica de África; () : projeto; UEMOA: União Económica e Monetária do oeste Africano; CEMAC: Comunidade Económica e Monetária da África Central; CMA: Área Monetária Comum (Common Monetary Area); COMESA: Mercado Comum da África Oriental e Austral (Common Market for Eastern and Southern Africa); União aduaneira da África Austral (Southern African Customs Union); MRU: União do Rio Mano (Mano River Union); CEDEAO: Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental; CEPGL: Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos; COI: Comissão do oceano Índico; EAC: Comunidade da África Oriental (East African Community); SADC: Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community). Fonte: Les économies en développement à l' heure de la régionalisation, Ph. Hugon, karthala, 2003.

Conclui-se desta forma que a integração africana resulta acima de tudo das infraestruturas regionais como as estradas, caminhos de ferro, barragens hidroelétricas e telecomunicações com financiamentos de bancos regionais de desenvolvimento nomeadamente (BAD), das redes de comércio e de transporte, das redes migratórias, das associações de agricultores ou de empreendedores regionais. Os processos de regionalização permitem o rompimento ou a independência em relação aos mercados mundiais ou pelo contrário à sua integração. As integrações permitem não apenas apagar, mas também superar as fronteiras, criar interdependências transfronteiriças e neutralizar as tensões. As empresas multinacionais criam redes entre filiais que favorecem a integração de redes regionais. A integração tem apoio dos investidores da União europeia, da Ásia e da América do Norte. As potências emergentes, como a China, Índia, Brasil e Rússia, dão primazia as relações bilaterais com os Estados Africanos.

2.2.1. O Papel do Banco Africano para o Desenvolvimento

O Grupo do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), desde a sua criação, em 1964, assumiu as infraestruturas como uma das áreas prioritárias de intervenção. Desde então, tem alocado uma parte significativa dos seus recursos a projetos e atividades neste domínio, em linha com as estratégias que, entretanto, tem vindo a adotar. O BAD tem, de igual forma, participado, por vezes liderado, algumas iniciativas concebidas para apoio neste domínio, sendo a principal agência de apoio à agenda de infraestruturas da NEPAD e a agência executora do PIDA.

Para além do envolvimento em todas estas iniciativas, o Grupo BAD tem dedicado, conforme já referido, uma parte significativa das suas operações ao apoio a infraestruturas. Este sector foi considerado, na sua Estratégia de Médio Prazo (2008-2012), como um dos prioritários, refletindo-se quer ao nível dos instrumentos disponibilizados pelo Banco, quer ao nível do Fundo Africano de Desenvolvimento, destinado a apoiar os países membros mais vulneráveis e com rendimentos mais baixos.

Na sequência da referida Estratégia, a qual endereçou recomendações em prol de uma maior eficiência, seletividade e enfoque operacional, o Banco propôs-se

alocar uma parte significativa dos seus recursos a investimentos de infraestruturas, sobretudo transportes, energia e TIC, mas, também, a nível da melhoria do acesso a água e saneamento, colocando a ênfase nas redes regionais.

Neste contexto, os anos subsequentes revelaram uma continuidade do Grupo neste enfoque, quer em termos do investimento em infraestruturas, no âmbito geral das suas atividades operacionais, quer em termos dos seus subsectores:

- Em 2008, de um total que ascendeu a UC¹⁴⁷ 3,53 mil milhões, foram alocados UC 1,41 mil milhões, ou seja, 44,5% a infraestruturas. Os sectores alvo foram transportes, energia e água e saneamento;
- Em 2009, ano em que o volume de negócios foi excepcionalmente elevado, dada a crise económica internacional com o conseqüente aumento da procura por parte dos países membros regionais), as operações do Grupo em infraestruturas ascenderam a UC 3,91 mil milhões (ou seja, 52,1% do total de operações), representando um aumento de 177% face ao ano anterior. O sector da energia foi o mais beneficiado (57,2%)¹⁴⁸, seguido pelo dos transportes (33,1%), abastecimento de água e saneamento (7,6%) e comunicações (2,2%). Importa referir que, deste montante de aproximadamente UC 4 mil milhões, UC 1,38 mil milhões foram concedidos ao abrigo da janela concecional do Grupo (FAD), que atua em benefício dos países mais vulneráveis. Este montante correspondeu a 63,8% do portfólio do Fundo nesse ano;
- Em 2010, embora o montante tivesse sido inferior (UC 2,6 mil milhões), uma vez que o total de operações registou um decréscimo face ao ano anterior, em linha com o abrandamento da crise no continente, cerca de 70% das operações do Grupo ocorreram ao nível das infraestruturas, registando-se, em termos relativos, um aumento das operações em infraestruturas. Deste montante, os transportes foram o subsector com maior alocação de recursos financeiros (47,6%), seguida do sector energético (34,1%), água e saneamento (17,1%) e comunicações (1,2%).

A avaliação intercalar, em 2011, efetuada à Estratégia de Médio Prazo, revelou que o Banco manteve o enfoque nas prioridades estratégicas inicialmente

¹⁴⁷ Para referência: 2010: 1 UC = USD 1,5402009; 2009: 1 UC = USD 1,567; 2008: 1 UC = 1,540.

¹⁴⁸ Neste número teve um peso significativo o apoio financeiro a um projeto no sector energético na África do Sul (Medupi Power Plant), no montante de UC 1,73 mil milhões.

definidas, sendo que, entre 2008 e dezembro de 2010, o total de financiamento do Banco nas áreas das infraestruturas, sector privado, boa governação e educação¹⁴⁹ atingiu os 88,4% da totalidade dos compromissos (UC 13,7 mil milhões). No que respeita às infraestruturas, verificou-se que, em termos globais, o Banco teve um bom desempenho, e tem, de resto, vantagens competitivas nesta matéria. Recomendou-se manter o enfoque e proceder a melhorias a nível da implementação dos projetos e à sua supervisão.

Mais do que aperfeiçoar a implementação dos projetos de infraestruturas propriamente ditos, tornando-a mais eficiente, o BAD tem tido a preocupação de encarar esta recomendação também como um incentivo ao apoio à boa governação e, em particular, à criação de um ambiente favorável ao investimento nos países africanos. Em larga medida, estes esforços estão relacionados com a tentativa de aliar o sector privado a estes investimentos no domínio das infraestruturas. Com efeito, e num cenário de escassez de recursos públicos, afigura-se como cada vez mais relevante o papel que o sector venha a desempenhar, não apenas como ator e motor do crescimento inclusivo e do emprego, mas capaz de contribuir de forma positiva para colmatar a lacuna a nível das necessidades dos recursos financeiros para desenvolver o sector das infraestruturas. É consensual em diversos fóruns que a componente da luta contra a pobreza deve ser reforçada com o sector privado, em particular nos Países de Rendimento Baixo.

Em 2009, as contribuições de instituições do sector privado ascenderam a UC 6,92 mil milhões (face aos UC 139,2 milhões concedidos em 2008), sendo que as infraestruturas (energia, transportes, comunicações e água e saneamento) foram o sector mais beneficiado pelo cofinanciamento. Em 2010, o Banco continuou a levar a cabo investimentos elevados em operações do sector privado, alocando um montante de UC 1,21 mil milhões, sendo que 42,2% foram canalizados para infraestruturas (desta percentagem, 28,4% para transportes, 11,1% para fornecimento de energia e 2,7% para comunicações).

¹⁴⁹ Embora neste sector ficassem aquém do esperado: apenas 2% dos empréstimos.

Capítulo 3. As Potências Económicas Internacionais e a Cooperação para o Desenvolvimento de África

O domínio económico dos países ricos e as relações conflituosas dominantes para com os países menos desenvolvidos encontra o equilíbrio quando aparece a cooperação internacional designada como o ato onde vários agentes da comunidade internacional operam de forma multilateral com vantagens recíprocas. A ajuda ao desenvolvimento está se processa de forma diferente, uma vez que ela ocorre entre dois agentes em posições desiguais. É basicamente uma relação entre doadores e donatários inserida num contexto feito entre Estados com a participação solidária de outros atores privados na luta contra os desafios candentes que o mundo enfrenta na luta contra o aquecimento climático e a erradicação da pobreza que assola os países pobres.

3.1 A Ajuda Pública como Instrumento das Políticas de Desenvolvimento

Definida a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)¹⁵⁰ como a componente de empréstimos ou de doações fornecidas pelo setor público com o objetivo de promover o desenvolvimento económico e de melhorar as condições de vida. É um agrupamento bastante heterógeno que inclui empréstimos, doações, anulações de dívida e os gastos de acolhimento refugiados. A função política da ajuda à África perdeu significativamente o seu papel com a queda do muro de Berlim, vindo a ser retomada mais tarde por questões de segurança e de gestão. Num contexto de globalização segundo HUGON, ela pode desempenhar as três funções do Estado¹⁵¹. A estabilização, a redistribuição e a produção de bens públicos mundiais.

Acima da metade da APD tem origem na União Europeia cujo destino recai sobremaneira aos países pobres de rendimento baixo e intermédio. É determinante neste processo o papel da OCDE ao continente africano que de acordo com as estatísticas a ajuda dos Estados membros da União passou de 14,7 mil milhões de

¹⁵⁰ A APD tem quatro componentes: 1) despesas públicas (Estado, comunidades descentralizadas...); 2) em benefícios de territórios ou países em desenvolvimento; 4) acompanhadas de condições financeiras favoráveis. A sua natureza pode ser financeira ou de assistência técnica, humanitária caracterizada por projetos ou programas (ajuda orçamental), com ou sem obrigações. A sua avaliação coloca questões delicadas. Não é a mesma para os países doadores ou para os recetores. Incluem-se no seu montante despesas diversas e a sua avaliação é em parte uma ilusão. O. Chranoz, J. M. Severino, *L'aide publique au développement*, Paris, La Découverte, cool. Repères, 2007.

¹⁵¹ Cfr. Philippe Hugon, *Geopolítica de África*, 3.ª edição, escolar editora, Lisboa, 2015, p. 324.

dólares em 1990, correspondendo a 5, 8% do PNB africano, para menos de 10 mil milhões em 2000, 4,1% do PNB e 48 mil milhões em 2008 40% do total mundial. Subiu mais de 35% entre 2004 e 2021, menos, no entanto que os 25 mil milhões previstos. A crise mundial financeira influenciou a redução das doações ficando aquém do objetivo da duplicação desta à África entre 2007 e 2015. As ajudas recebidas foram, entretanto, inferiores ao total dos investimentos diretos estrangeiros (IDE). Vale aqui o provérbio popular africano ““A mão que dá está acima da mão que recebe¹⁵².”

A luta contra a pobreza como objetivo de Desenvolvimento do Milénio, previa a duplicação da APD no PIB dos países doadores de 0,22% para 0,44% até o ano de 2012, está previsão foi bastante limitada para este propósito. Outro destaque foi a anulação programada da dívida multilateral e de parte da dívida bilateral, suprimindo as transferências negativas de que são vítimas os países africanos, foram assim contabilizados 17 mil milhões de dólares de ajuda contra os 39 mil milhões de dólares de reembolso do serviço da dívida em 2002. Em termos singulares a ajuda pública ao desenvolvimento visa influenciar os seguintes aspetos: humanitários – luta contra a pobreza e emergências; utilitaristas – facilidades de acesso e de presença nos mercados protegidos; redistributivos – visando a redução das assimetrias internacionais e a divergência de trajetórias.

3.2 As Convenções de Lomé, de Yaoundé e o Acordo de Cotonou

No plano de negócios e do desenvolvimento económico, os acordos de Yaoundé (1963-1975) e depois de Lomé (1975-2000), entre a Comunidade Europeia e os Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), colocavam-se numa perspetiva regionalista de preferências e de não reciprocidade tendo em conta as assimetrias internacionais. Tinham como objetivo compensar a estabilidade internacional. Visavam inserir as antigas colónias dos ACP em acordos preferenciais com as suas antigas metrópoles integrando-se no espaço europeu. A UE, falando a uma só voz na OMC, harmonizou as suas regras com as da OMC, sabendo que os princípios de não reciprocidade e de discriminação da Convenção de Lomé entre PVD estão em relativa contradição com as regras da OMC consagradas no art.º 24 do GATT.

¹⁵² Provérbio extraído da obra Geopolítica de África de Philippe Hugum, p. 323.

A Convenção de Cotonou, assinada em 2000 entre os países ACP e a União Europeia, tinha previsto acordos de comércio livre e o estabelecimento de Acordos de Parceria Económica (APE), que podiam substituir o Sistema de Preferência Generalizada (SPG). Os APE entre a UE e os países ACP ou os conjuntos regionais, que deveriam ser estabelecidos entre 2008 e 2020, acabaram por cair em impasses. A UE pode, contudo, jogar com as suas vantagens comparativas em relação aos outros investidores nomeadamente no que respeita à cooperação e à integração regional ou em relação aos Estados membros para melhor coordenar a sua ajuda.

Os fluxos comerciais e da ajuda entre a UE e a África representam mais de 50% e os fluxos de investimento rondam aos 2/3. Existem diferenças de tratamento entre os Estados membros com assimetrias nas relações. Os acordos de comércio livre dos 27 Estados para com a África rondam aos 22 600 euros per capita e os ACP o rendimento é de 424 euros. A UE divide as suas relações entre a África setentrional, a África do Sul e a África do ACP baseados nos Acordos de Cotonou. A população africana cabe duas vezes e meia na da Europa, porém a diferença de rendimentos per capita são de 1 para 40, e as do PIB são de 1 para 31 entre os Estados europeus e os 77 ACP perfazendo 570 mil milhões de dólares contra 23 biliões de dólares. Com o alargamento dos Estados europeus e africanos, os acordos evoluíram. A 1.^a Convenção de Yaoundé, assinada em 20 de Julho de 1963 implicava 6 Estados fundadores do mercado comum e 18 países africanos 17 francófonos e a Somália. Hoje em dia os acordos implicam 27 países da UE e 78 ACP.

Progressivamente, a Europa foi abandonando o princípio da não reciprocidade, aceitou o ajustamento e a primazia das Instituições de Bretton Woods em 1990, privilegiando questões da boa gestão e da boa governança, diversificou as suas relações com os agentes do setor privado, sociedade civil e as comunidades territoriais. Procurou integrar os ACP na economia mundial consagrado no art.º 130 do Tratado de Maastricht, colocou o acento nas reformas institucionais, nos direitos do homem e na democracia.

3.3 África e a Relação com as Potências Internacionais

A África continua a manter os interesses das potências coloniais e muito recentemente dos gigantes da Ásia considerados como países emergentes. A riqueza do continente africano em recursos naturais faz desta região fonte das matérias-primas para o conseqüente fornecimento nos países desenvolvidos. Valorizaremos nesta parte do nosso trabalho países históricos como a China, os Estados Unidos da América, a França, Inglaterra, Espanha, Portugal e o bloco da União Europeia e os países com determinação económica na arquitetura internacional, caso da Rússia, Brasil, Índia e a Singapura. O continente africano é um verdadeiro espaço de competições e de influências entre Estados e o local privilegiado de desenvolvimento da ajuda e da cooperação internacional. As antigas potências coloniais perderam a sua influência, mas continuam presentes. Os Estados Unidos e as potências emergentes da Ásia tornaram-se atores estratégicos.

3.3.1 A Cooperação com Portugal, Europa, Estados Unidos, China e a África

É verdadeira a diluição da influência da UE, contudo países que outrora foram potências coloniais mantêm uma tradição forte. A Inglaterra continua a colocar na sua agenda política e diplomacia questões sobre o continente africano. A Inglaterra e a França são as únicas potências militares em África, os dois países têm-se mostrado mais ativos na sua política com a África. No caso particular da França tem uma tradição de longa data, e desempenha maior influência na política do continente, antes e depois do período colonial. São palavras de François Mitterrand, “Sem África, não haverá História da França no século XXI.

A Inglaterra, só mesmo depois das independências traçou uma verdadeira política com os Estados africanos, no âmbito da Commonwealth, clube que tem como referência o império britânico, a língua inglesa e códigos de boa conduta. Os países que mais beneficiam da ajuda desta comunidade são a África do Sul e a Nigéria. Em suma a política da Grã-Bretanha para com o continente se encontra alicerçada em torno da política de cooperação e do aumento da ajuda pública ao desenvolvimento

Portugal, a sua história em África foi marcada principalmente por ser o primeiro país colonizador e o último a conceder as independências. A descolonização fez-se através de guerras de grande violência (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique). Portugal desempenha um papel importante através da lusofonia PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, mas com intermediação crescente do Brasil. As relações de cooperação com as antigas colónias encontram uma particularidade com Angola, país rico em recursos minerais e petrolíferos. Esta antiga colónia fez investimentos enormes em Portugal detendo cerca de 5% da capitalização bolsista portuguesa, desde 2010, em empresas privadas das telecomunicações, bancos comerciais, seguradoras e do setor da energia. A Espanha foi outro país Ibérico com apenas uma colónia em África, a Guiné Equatorial, país membro da região da CEMAC.

A afirmação da China em África é histórica e milenar, e sem presença de passado colonial. A habilidade da diplomacia chinesa desenvolve-se em múltiplos domínios. A China representava em 2011 cerca de 10 % das relações comerciais e dos investimentos da África, mas estas relações estão em forte crescimento. O essencial dos seus objetivos é a segurança dos seus recursos naturais do solo - floresta, terras e do subsolo - minas e hidrocarbonetos a fim de desempenhar o seu papel de fábrica do mundo. As relações com a China revelam-se duradouras tendo em vista os trabalhos em infraestruturas, da formação dos africanos, do estabelecimento de dispositivos de investigação e das transferências apropriadas de tecnologia. Os principais lugares de aprovisionamento de materiais da China em África situam-se na Argélia dominado pelo setor de construção e obras, na Nigéria no domínio dos petróleos e das refinarias, na RDC com realce para as infraestruturas, em Angola - petróleo off shore e na África do Sul no setor bancário e financeiro. A economia da China é a que mais cresce no mundo, cerca de 10.5% ao ano há mais de 25 anos. Apenas numa geração, o gigante asiático, triplicou a renda per capita da sua população, arrancando da miséria mais de 300 milhões de chineses.

Um olhar para os fluxos comerciais entre a China e África, verificamos que estes passaram entre 2000 e 2011, de 10 mil milhões de dólares para os 129 mil milhões de dólares, e 198 mil milhões de dólares em 2015. É sem sombra de

dúvidas o líder do ranking por países, se compararmos o mesmo fluxo com os Estados Unidos, que foi de 108,9 mil milhões de dólares. No mundo de negócios nem tudo é linear, surgem obviamente, alguns pontos fracos e para este caso, temos como contraponto negativo as importações africanas da China. Em 2008, as exportações chinesas para África ascenderam em 76 mil milhões de dólares, um crescimento, em moeda corrente, de 245% relativamente a 2006 contabilizado em 22 mil milhões de dólares e de 306.4% em relação a 2005 em que o valor das exportações foi de 18.7% mil milhões de dólares¹⁵³. Contudo, mais expressivo é o crescimento alargando o período, passa dos 10 mil milhões de dólares em 2000 e quase 200 mil milhões em 2012. Com estes resultados, confirma-se que a maior parte dos Estados africanos tem um elevado défice comercial com a China, este fator constitui um risco evidente para as economias africanas em termos de emprego, desenvolvimento, aprofundamento das relações agricultura-indústria, elementos fundamentais para a consolidação da produção e a integração económica regional.

O futuro da economia mundial tal com se ilustra a (Tabela XXX.) pertencerá ao conjunto de países designados por BRIC, que integram a China, o Brasil, a Índia a Rússia e a África do Sul. Estima-se que até 2030, 45% do PIB mundial estará concentrado neste bloco económico.

Tabela XXX. As economias do bloco BRIC (% das taxas de crescimento do PIB)

Países	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
China	10.0	10.1	10.2	10.4	11.9	9.4	9.2	10.3	9.3	7.8
Índia	8.6	8.5	8.5	8.7	9.0	6.3	6.8	10.1	7.7	4.0
Brasil	0.5	4.9	2.3	3.5	5.4	5.2	-0.6	7.7	2.7	0.9
Rússia	7.3	7.2	6.4	6.8	8.1	6.0	-7.8	4.0	4.3	3.4
África do Sul	2.9	4.6	5.3	5.6	5.6	3.6	-1.7	2.8	3.5	2.5

Fontes: FMI – Worl Economic Outlook, Setembro de 2006, 2007, 2008, 2010, 2011, 2012, 2013; banco Mundial – Global Economic Prospects, 2006, 2007, 2008 e 2009.

As relações comerciais com a África eram inferiores a mil milhões de dólares. Atingiram os 10 mil milhões em 2000 e foram de 129 mil milhões em 2011.

¹⁵³ Dados da balança comercial entre a China e a África, atendendo ao nível (exportações mais importações: 2004 – 29,5 mil milhões de dólares; 2005 – 39,7 mil milhões de dólares; 2006 – 50 mil milhões de dólares.

Considerados como objetivos essencialmente económicos, e diplomáticos para obtenção de votos, existem 800 projetos de ajuda e 800 empresas multinacionais em 49 Estados africanos. A sua balança comercial com África é ligeiramente deficitária. Em mais de 50 mil milhões de dólares transacionados em 2011, das suas exportações, mais de metade são produtos de alto valor acrescentado - máquinas, eletrónica, novas tecnologias. A China investiu em joint ventures mais de mil milhões de dólares, aliando uma tecnologia ocidental aos baixos custos de mão de obra e às subvenções públicas chinesas nomeadamente no setor das telecomunicações. Uma das prioridades da China é garantir a segurança das rotas comerciais e de aprovisionamento de petróleo. Em síntese, os interesses económicos e comerciais da China no continente Africano, no período de 2005 e 2012, apresentam um montante global de 113,5 mil milhões de euros de IDE, segundo a (Tabela XXXI.).

Estas relações comerciais e de investimento possuem inúmeros efeitos positivos estimulando o crescimento e os investimentos africanos. A baixa dos preços dos produtos manufaturados importados pela África e a alta dos preços dos produtos primários contribui para inverter os termos da balança. Os produtos chineses, como os produtos indianos, correspondem às gamas consumidas pelas camadas pobres. Em contrapartida, estas relações arriscam-se a desindustrializar a África ou a impedir a industrialização aos que enfrentam países que dispõem de economias de escala, de uma estratégia industrial de longo prazo, de baixos custos da mão-de-obra ainda que crescentes, do acesso às tecnologias e de uma grande disciplina de trabalho.

Os EUA e África mantêm um interesse crescente. São antigos os laços entre os Americanos e os africanos, estabelecidos através dos afroamericanos da Libéria. As políticas das administrações americanas para com o continente tiveram desde sempre objetivos políticos, económicos e militares. Os interesses americanos tornaram-se mais ativos a partir de 2001, com a definição de três prioridades sendo: primeiro, a integração de África nos circuitos económicos mundiais; segundo, o reforço das trocas e dos investimentos petrolíferos e a segurança marítima no golfo da Guiné, as importações americanas provenientes de África devem passar de 16% em 2006, para 25% em 2020; e por fim, a que manifestava um incremento nas trocas e a ajuda com base na democracia e no mercado.

Tabela XXXI. Investimento da China em África (2005-2012)

Países	Investimentos (milhões de euros)	Países	Investimentos (milhões de euros)
Marrocos	500	Nigéria	13 630
Argélia	10 500	Camarões	4 640
Líbia	4 340	Gabão	860
Egipto	3 950	Congo	2 020
Mauritânia	760	RDC	7 830
Mali	460	Uganda	1 900
Níger	5 180	Quénia	3 260
Chade	6 820	Tanzânia	980
Sudão	2 530	Angola	6 480
Sudão do Sul	1 400	Zâmbia	3 900
Etiópia	7 760	Maláui	500
Djibuti	700	Zimbabué	900
Senegal	350	Moçambique	250
Guiné-Conacri	1 880	Madagáscar	290
Serra Leoa	4 730	Botsuana	1 070
Libéria	110	África do Sul	8 620
Gana	4 440		

Fonte: *Le Monde, Géo & Politique*, 24-25 de Março de 2013.

Do ponto de vista económico destaca-se, o *African Growth and opportunity Act* (AGOA) promotor das trocas comerciais, atualmente limitadas, entre a África e os Estados Unidos (2/3 das trocas agrícolas fazem-se com a África do Sul, Costa do Marfim e Madagáscar). Esta iniciativa cinge-se mais no petróleo e, em menor escala, com o setor têxtil. Curiosamente, mesmo com a eleição de Obama em novembro de 2008, gerou-se uma falsa expectativa, os republicanos haviam tido uma política mais ativa em relação à África do que os democratas, fazendo passar o comércio com África para mais de 50 mil milhões de dólares e aumentando ajuda nomeadamente para a saúde. Um dos aspetos relevantes da eleição de Obama foi a consolidação do AGOA, que permitiu aos países africanos exportar certos produtos para o mercado americano.

A Lei de Oportunidade e Crescimento Económico em África (AGOA) é um instrumento criado pelo governo americano para incentivar a produção industrial e agrícola em África e sua exportação para os Estados Unidos, com isenções aduaneiras. Alguns países têm aproveitado esta janela de oportunidades, outros não por falta de produção e de estrutura. Durante a sua visita em África, prometeu apoio aos países africanos que demonstrassem compromisso com o Estado de direito e a política democrática, sobretudo aqueles que demonstrassem os fundamentos da boa

governança. Obama destacou em Acra os quatro pilares da política do seu governo: 1 - fortalecer as instituições democráticas, 2 – estimular o crescimento económico, o comércio e os investimentos, 3 – fortalecer a paz e a segurança e 4 – promover as oportunidades de desenvolvimento.

O domínio foi quase absoluto na altura da Guerra Fria, a então URSS tinha uma estratégia muito dinâmica em África, apoiando sobretudo os movimentos marxistas de libertação nacional, foi o caso das colónias portuguesas como Angola, Moçambique, Cabo verde e Guiné-Bissau. Mais de 100 000 africanos foram formados em instituições da União Soviética. Foi um apoio fundamentalmente militar no Mali, Guiné, Madagáscar, Argélia, Gana e outros. Verificam-se, nos oligopólios mineiros e do gás presenças de empresas Russas na África do sul, no Gabão, no Gana, na Guiné, na Nigéria e na RDC. Investiu, em 2008, 4 mil milhões dos 88 mil milhões de IDE em África, as trocas comerciais estão calculadas em 7 mil milhões de dólares. É motivo mesmo para se dizer, face a essa constatação e confirmado pelos líderes europeus que o futuro do universo está seguramente no continente Africano.

Parte V – Considerações Finais e Conclusões

Acreditamos que mais de 50 anos após a conquista das independências, em finais dos anos de 1950, as três décadas subsequentes de afirmação dos Estados, fecharam um ciclo, e uma nova era foi aberta para África rumo a conquista do seu desenvolvimento económico e social. É a era da libertação económica, se assim podemos chamar, depois da colonização. Aos africanos cabe neste início do século XXI, pôr em marcha o seu futuro, dando continuidade as ideias dos intelectuais Pan-africanistas do Pós-Guerra, como Senghor, Jomo Kenyatta e N'Krumah, os criadores da OUA, uma tarefa que os jovens devem abraçar para que o continente não corra o risco de se marginalizar para sempre, numa época de verdadeira concorrência e de globalização. Das questões analisadas no nosso trabalho, permitiu-nos concluir que o continente Africano é o menos desenvolvido no mundo aliás, o percurso histórico dos últimos 55 anos mostra, claramente, que a herança colonial global tem pesado e continua a pesar, constituindo, deste modo, os novos desafios para um desenvolvimento idealizado por todos.

A África do Sul, é a potência económica a nível do continente, seguindo-se o Marrocos, a Nigéria, o Egipto, e a Argélia. Apesar dos problemas enfrentados o continente conheceu um desenvolvimento económico significativo alinhados a estabilidade política, económica e social, especialmente depois dos anos 90. As aspirações dos africanos, devem voltar-se para o respeito dos direitos humanos e pela capacidade de influenciar e criar fortes parcerias, bem como a promoção de qualidade na saúde e na educação, a criação de infraestruturas, transportes, e o desenvolvimento das tecnologias de informação. O continente africano está a dar alguns sinais, apesar de tímidos, e a prova está no facto de, em termos de esperança de vida, por exemplo, ter conhecido alguma evolução. Se em 1963 a expectativa de vida era de 45 anos, em 2016 foi de 59 anos para homens e 63 para mulheres.

Consideramos que, um dos problemas candentes que África enfrenta prende-se com a questão dos conflitos étnicos, a priori a partida para um verdadeiro desenvolvimento devem ser impreterivelmente ultrapassados esses problemas, primando sempre pelo diálogo. Os erros cometidos na conferência de Berlim e o período doloroso da colonização de África devem ser esquecidos, pois como se

sabe África não foi o único continente que conheceu a invasão Europeia, temos a Ásia e a América que passaram pelo mesmo processo, e hoje, superaram os seus constrangimentos. O espírito dos africanos deve unicamente ter como horizonte a união a indivisibilidade e a integração. Não apostar no desenvolvimento económico seria um autêntico retrocesso. Não haverá realizações económicas se o continente continuar mergulhado em conflitos étnicos e religiosos, como se sabe, a verdadeira riqueza de um país são os recursos humanos, os líderes africanos devem apostar nos quadros africanos para se evitar a fuga de cérebros. isto implica obviamente a erradicação da pobreza.

A prossecução do desenvolvimento em África precisa de paz, justiça e democracia. O africano não pode ser caracterizado como, preguiçoso, excessivamente consumidor, e sem ideias estratégicas do seu futuro, pois muitos líderes africanos já provaram ao mundo que também são tolerantes, sabem governar e acima de tudo são democráticos a exemplo de Nelson Mandela e do antigo Secretário geral das NU, Kofi Annan. A emigração é outro problema em África, muitos africanos sobretudo da região ocidental procuram novos espaços na Europa em busca de melhores condições de vida. Os recursos naturais como os diamantes ouro e petróleo devem ajudar África a libertar-se da extrema pobreza a que os seus filhos estão mergulhados, seguindo os bons exemplos do continente asiático que outrora vivia as mesmas dificuldades e que hoje, a realidade é diferente.

África, possui recursos naturais suficientes, por esta razão, não deve contar com os recursos financeiros alheios para retomar a marcha do desenvolvimento económico, quebrada durante vários séculos de ocupação colonial e de várias décadas de práticas de má governação, corrupção, autoritarismo e pela ausência de respeito aos direitos e liberdades fundamentais. O ritmo de crescimento económico, articulado com os grandes projetos como a NEPAD, devem constituir o ponto de partida aceite pelos líderes africanos e parceiros internacionais, por serem os pilares do desenvolvimento em África junto as reformas políticas. Entre as aspirações dos africanos, contam a integração política e económica do continente, baseada nos ideais do pan-africanismo e na visão de renascença africana e pela boa governação e respeito pelo Estado de Direito e Democrático, justiça e legalidade.

O fundamental para África, é o engajamento e a parceria reforçada de todos os atores, governos, sociedade civil, setor privada, com vista a se alcançar uma melhor integração de todos os povos africanos na economia e na vida política internacional. Estamos convictos que a comunidade internacional tem a capacidade de criar condições equilibradas para que a África possa dar o seu contributo na arquitetura económica global.

O desenvolvimento económico, segundo a história surgiu com a revolução industrial, durante quase trinta anos ininterruptos os países ocidentais testemunharam um crescimento de acumulação da riqueza já mais visto. Este é o caminho que a África deve trilhar para atingir tal desiderato e sair desta fraqueza em que se encontra. A UA deverá ser o laboratório para coordenação de todos os programas continentais, implementando todos os mecanismos e projetos como o NEPAD, já referido, o AGOA e os Acordos de Yaoundé, Lomé e Cotonou, sendo uma fonte de oportunidades, suscetíveis de resolver os problemas dos africanos.

Os países, regiões e os cidadãos do continente africano devem mostrar ao mundo que a pobreza e a estagnação podem ser superados pelos próprios africanos reagindo unidos e com todas as energias. O crescimento económico nas últimas décadas registou muitos progressos, a boa governança melhorou significativamente, contudo é preciso ir mais longe para deixar atrás a espiral da pobreza que conduz a uma desigualdade abismal no seio dos povos. Isto só se consegue se África e as potências económicas mais desenvolvidas estabelecerem parcerias vantajosas e não oportunistas tudo delineado de acordo com a diversidade e as particularidades do continente. A prática dos princípios de boa governança resulta em uma sociedade livre e aberta na qual, as pessoas podem perseguir seus sonhos e esperanças.

Para a redução da pobreza, o crescimento por si só, não é uma condição suficiente. No caso de África, as altas taxas de crescimento económico verificadas foram favoráveis as camadas mais pobres e terá sido influenciado também por uma melhoria na orientação das políticas sociais. Embora o progresso na redução das taxas de pobreza possa ser considerado impressionante, os níveis continuam altos. Mas da metade da população não chega a alcançar os padrões de vida básicos

empregues para projetar as linhas de pobreza. Deste modo ainda continuam pela frente grandes desafios.

Exemplos desse esforço de transformações estruturais económicas no continente africano são a busca constante de inovação das técnicas industriais e agrícolas; a abertura ao investimento direto estrangeiro; as reformas económicas e jurídicas em curso; as melhorias nas vias de comunicação rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias (infraestruturas); melhorias de acesso a água potável e o saneamento básico; a redução da taxa de mortalidade infantil; a quebra na taxa de analfabetismo; a redução da taxa de inflação; e a estabilidade geral do nível de preços. É fundamental, nesta fase, que os dirigentes africanos comecessem a focar-se, cada vez mais, naquilo que é a boa gestão dos recursos naturais e a que a sua negociação beneficie sempre o povo. Os líderes devem verter as atenções para a necessidade de um renascimento africano e da transformação da mentalidade para que até 2063, África resolva parte considerável dos problemas que enfrenta há largos anos.

Todavia, África tem muitos desafios a enfrentar. A diversificação das exportações pode ser um caminho para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento económico verificado nas últimas décadas. O continente Africano não deve satisfazer-se apenas pelo fato de ter atingido as melhores taxas de crescimento no mundo nos últimos anos, mais deve, sim, prosseguir na melhoria da qualidade de vida das suas populações igualando mesmo o sucesso dos “tigres asiáticos” ou no mínimo alcançar os estádios de desenvolvimento das potências africanas como a África do Sul o Marrocos o Egito e a Argélia.

A estabilidade interna é um fator crucial para o desenvolvimento dos Estados africanos. Não há, no mundo progresso nenhum em regiões sob conflitos sangrentos. No continente os conflitos são latentes na RDC, na RCA, Nigéria, Somália, Guiné-Bissau, Burkina Faso e em Moçambique originados por falta de diálogo e concertação interna. Os desafios internos são enormes. As sociedades africanas têm de gerir a duplicação da sua população e uma triplicação da sua população urbana até 2030. África deve reconstruir e realizar investimentos coletivos e produtivos necessários ao crescimento. É preciso responder ao desafio da pressão

demográfica, do crescimento urbano, da concorrência das agriculturas protegidas, da liberalização e da gravidade dos riscos ambientais.

A realidade africana, permite projetar um horizonte temporal e inverter o seu quadro em termos económicos políticos e sociais. A busca da paz em África, implica primeiramente perceber os motivos que estão na base desses conflitos. Paul Collier, investigador Inglês, apresenta como determinantes os fatores económicos, neste sentido, o petróleo (Angola, Congo, RDC, Nigéria, Darfur, Chade), os diamantes (Angola, Guiné, Libéria, RDC, Serra Leoa) e os recursos florestais/terra (Ruanda, Burundi, Costa do Marfim). Não sendo os únicos, dada a pluralidade do continente podemos ainda acrescentar os fatores culturais, etnolinguísticos, religiosos, políticos e mesmo constitucionais

No que diz respeito aos desafios mundiais a evolução da África continuará em larga medida dependente do seu lugar na arquitetura internacional e na economia mundial. Esta, traduzir-se-á pelo aumento do poder das tecnologias de informação, do ambiente tecnológico e institucional na atratividade dos capitais e por uma competitividade associada à qualidade dos produtos. É necessário o aumento da diversificação dos produtos exportado para tirar proveito do alargamento dos parceiros emergentes asiáticos.

O cenário da recuperação económica da África passa também pela inserção na economia mundial podendo efetuar-se através dos circuitos comerciais e financeiros. Pode ser também o resultado das reformas liberais interiorizadas pelos principais atores. Graças as novas gerações, torna-se competitiva, produtiva e democrática. A cidadania e democracia desenvolvem-se. Os contrapoderes emergem. Este cenário pressupõe que a África tenha voz na matéria na arquitetura internacional e disponha do acesso aos financiamentos externos afetados a progressos de produtividade. Pressupõe um retorno da poupança e das competências africanas externas e um apoio externo em termos comerciais e financeiros. Uma economia produtiva e competitiva implica uma mobilização das competências nacionais e estrangeiras e a emergência de empreendedores. Isto pressupõe um enquadramento institucional favorável, um Estado facilitador, um clima de confiança e um regresso á segurança.

As inserções na economia mundial serão muito diferenciadas consoante os países e consoante as regiões. É possível a emergência de dualidades, entre uma África útil e uma África excluída, correspondendo a diferenciações espaciais e sociais crescentes. Dar-se-á a emergência de grandes potências regionais como a África do Sul ou a Nigéria ou de pequenos Estados que desempenhem um papel de intermediação comercial ou financeira. Far-se-ão reconfigurações em torno dos polos. Podemos prever novas parcerias e a reorientação de alguns países para a Ásia com um afrouxar dos antigos laços com a Europa.

As prioridades de desenvolvimento no continente, abalado e fragilizado em quase todos os domínios permite elencar por ordem o setor da energia como sendo a força motriz do desenvolvimento em África. Ao lado deste teríamos o reforço das instituições que em África segundo dados estão abaixo dos líderes e das pessoas, o que é controverso, porque uma Nação só é forte se as suas instituições o forem. Os recursos hídricos que África tem permitem aumentar a produção deste indicador, porém o que se sabe é que o continente é o que apresenta menor consumo *per capita* desse bem. Neste campo são exceção a África do Sul e o Marrocos ficando para trás o Malawi e o Níger. o desafio de eletrificação do continente é enorme na medida em que este irá refletir-se profundamente no nível de desenvolvimento e industrialização de África. A África constrói a sua própria modernidade combinando os seus tempos históricos próprios e o tempo da globalização.

O desenvolvimento sustentável passa pela articulação e combinação de vários fatores. Nesta perspetiva, tão importante nos parece o fomento da circulação de pessoas e mercadorias em todo o espaço continental, através da criação de uma Zona de Comercio Livre (ZCL). A ausência de infraestruturas e a falta de segurança condicionam gravemente a mobilidade interna em África. A extensão territorial não é em si só, um obstáculo, o que deve ser feito é aproveitá-la para tornar mais vantajosa. Um dos eixos principais da NEPAD é a extensão das redes rodoviárias, ferroviárias e marítimas, infraestruturas de transportes extremamente vitais para a ligação do continente. É importante que se promovam a real circulação e o verdadeiro comércio livre na região africana. Os resultados deste grandioso programa tardam a evidenciar-se, dando lugar a disputas políticas em vez da cooperação com vista a integração política e económica efetivas

O crescimento económico abradou significativamente, devido a crise mundial de 2007-2009, associada a queda dos preços das matérias primas - petróleo, diamantes, ouro, ferro e cereais, trouxeram profundas consequências internas, nomeadamente o arrefecimento da atividade económica e quebra abrupta das receitas fiscais dos Estados africanos geralmente pouco diversificadores das economias. Países como Cabo Verde, dependentes das doações ressentiram-se do seu abrandamento, o IDE, e as transferências dos migrantes sofreram uma queda significativa. Para além da queda dos níveis de crescimento e melhoria da condição de vida das pessoas a definição para 2015 dos ODM, provocaram no continente significativos avanços, surge uma classe média emergente na maioria dos países, elevando o consumo interno.

A conjuntura macroeconómica africana é marcada em matéria de dívida pública como excessivamente alta Segundo a Bretton Woods, há um risco sério de retorno à crise das dívidas dos anos de 1970 e 1980 por insustentabilidade e insolvência. As crises e a instabilidade sucedem-se em diversas regiões. O terrorismo, aumentou drasticamente depois dos episódios da Primavera Árabe que movimentou a região do Magrebe. O Mali, a Nigéria, a Somália, a Tunísia, o Chade, os Camarões o Níger, a Líbia e outros países foram assolados por grupos radicais, com motivação diversas, espalhando o terror e fomentando a instabilidade, o que confirma a debilidade estrutural de alguns Estados africanos.

Acrescendo as crises temos o fenómeno da corrupção e o da insegurança climática. Em todo o caso, em função das fragilidades acima mencionadas, em jeito de positivismo, preferimos olhar para os indicadores políticos, económicos e sociais, demográficos e o excecional crescimento económico que o continente regista, mesmo com trajetórias diferentes entre Estados. África deve olhar para si mesma, integrada numa dimensão global e assumindo e aprendendo com a História. O positivismo e a tendência dos primeiros anos do milénio mostram-nos que é possível dar-se o salto, e rumar para o desenvolvimento económico aprendendo as boas lições dos países asiáticos e da América Latina.

É difícil prognosticar o amanhã de África. Como se observa, a desigualdade continua a ser uma das principais características dos países africanos. Em todos eles, coloca-se em destaque a necessidade de estabilização e desenvolvimento, seja na

captação do investimento seja na melhoria das condições de vida das populações e no combate à pobreza que afeta largas franjas da população de modo preocupante. Independentemente do contexto de cada um dos países do continente, a pobreza resulta de um conjunto de fatores, internos e externos, ligados a história a cultura a política e a economia.

Para o recente século, a interação entre países africanos é a baliza fundamental para afirmação de seus povos, para a estabilização dos processos de consolidação dos Estados modernos. A nova ordem económica mundial, seja económica ou política, imporá realinhamentos e as alternativas serão internas. Os futuros africanos estão inscritos em constrangimentos internos e internacionais fortes, mas resultam principalmente de estratégias que permitam transformar o desejável em possível. Daí decorre, que o desenvolvimento de África depende dos seus filhos, da comunidade internacional pode vir a ajuda, mas não é a verdadeira solução, assim deve concluir-se. A ética no desenvolvimento económico e na política devem ser o princípio de todos os líderes africanos.

Bibliografia

- CORREIA, Virgílio, *Educação e Desenvolvimento*, Edições Colibri, Lisboa, outubro de 2007.
- CONWAY, Edmund, *50 Ideias de Economia Que Precisa Mesmo de Saber*, Tradução de Pedro Marcelo Curto, 1.ª edição, Publicações Don Quixote, Lisboa, abril de 2009.
- C.R.A., Constituição da República de Angola, 2010.
- CAMPOS, João Mota, (org.), *Organizações Internacionais*, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1999.
- CANOTILHO, J. J. Gomes, “Nova Ordem Mundial e Ingerência Humanitária (Claros-Escuros de um novo paradigma internacional)”, BFD, vol. LXXI (1995).
- Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7.ª edição, Coimbra, Almedina, 2004.
- CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital, *Constituição da República*, anotada, 3.ª edição revista, Coimbra editora, 1993.
- CARDOSO, Renato, “Desenvolvimento e Cooperação – A Perspetiva Africana”, *Democracia e Liberdade*, Fevereiro-Março de 1986.
- COLLIER, Paul, “On The Economic Consequences of Civil War”, *Oxford Economic papers*, vol. 51, 1999.
- CUNHA, Paulo de Pitta e, “A moeda e a Política Monetária nos Domínios Internos e Internacional. Esquema de um curso de economia monetária”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XXIII (1970-71).
- *Economia Política*, 3.º ano, versão policopiada, Lisboa, 1973.
- FERREIRA, Eduardo Paz, *Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*, Coimbra, Almedina, abril, 2004.
- FERREIRA, Eduardo Paz, *Direito da Economia*, Lisboa, AAFDL, 2001.
- FERREIRA, Eduardo Paz, - “O Banco Mundial: Cinquenta anos Depois de Bretton Woods”, *Revista da Banca*, n.º 33 (1995).
- *Direito da economia*, Lisboa, AAFDL, 2001.
- FERREIRA, Eduardo Paz e ATANÁSIO, João, *Textos de Direito do Comércio Internacional e do Desenvolvimento Económico*, vol. II, *Desenvolvimento*, Coimbra, Almedina, 2004 (no prelo)
- FERREIRA, Eduardo Sousa, *Economia Política do Desenvolvimento*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.

FERREIRA, Eduardo Sousa e Santos, PAULA Fernandes dos (orgs.), Portugal, Países Africanos, CEE. Cooperação e integração, Lisboa, Gradiva, 1985.

FRANCO, António de Sousa (1996), Finanças Públicas e Direito Financeiro, Volume I, Almedina Coimbra.

HUGON, Philippe, *Geopolítica de África*, 3.^a edição, escolar editora, Lisboa, 2015.

MARTÍNEZ, Pedro Mário Soares, Economia Política, 11.^a edição, revista e atualizada.

MURTEIRA, Mário, “Teorias e ideologias do desenvolvimento”, Revista Internacional de Estudos Africanos, 12/13, Janeiro-Dezembro, 1990.

MURTEIRA, Mário, “Lições de Economia Política do Desenvolvimento”, 2.^o edição, lisboa, Presença, 1990.

- “Desenvolvimento e Dependência”, análise Social, II Série, vol. XIII, n.º 1 1977.

NETO, Ana Maria, “Depois de Lomé o acordo de Cotonou” Cadernos de Economia, Julho/Setembro de 2000.

NABAIS, Carlos, *Dicionário de Economia*, 3.^a edição, Plátano Editora, agosto 2015.

NUNES, Avelãs A. J., Industrialização e Desenvolvimento. A Economia Política do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, Boletim da Faculdade de Direito, (suplementos XXIV/XXV), 1982.

NUNES, Jacinto Daniel, “A Nova Ordem Económica Internacional (I) – De Bandung a Nova Deli>>”, in Temas Económicos, Lisboa, IN-CM 1999.

PND, Plano Nacional de Desenvolvimento, Edição Secretariado do Conselho de Ministros, Luanda, República de Angola, 2013-2017.

QUADROS, Fausto de, e PEREIRA, André Gonçalves, *Manual de Direito Internacional Público*, 3.^a edição, Editora Almedina, Coimbra, 2015.

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, (1989). Lições de Finanças Públicas, 3.^a Edição, Coimbra Editora.

REBELO, Sérgio, Educação, “Capital Humano e Desenvolvimento Económico”, in *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, Lisboa, Gulbenkian – Dom Quixote, 2001.

ROCHA, Manuel José Alves da, *As Transformações Económicas Estruturais na África Subsariana (2000-2010)*, 1.^a edição, Mayamba Editora e CEIC-UCAN, Luanda, setembro de 2013.

- “Alguns Temas Estruturantes da Economia Angolana”, Editora Kilombeombe, Dezembro, 2011.

SACHS, Jeffrey D, *A Era do Desenvolvimento Sustentável*, Tradução Jaime Araújo, 1.ª edição, Editora Almedina, Lisboa, abril, 2017.

STIGLITZ, Joseph E. e SQUIRE, Lyn, “International Development: is It Possible” In Jeffrey Frieden e David Lake (orgs.9, *International Political Economy, Perspective on Global Power and Wealth*, London e New York, Routledge, 2000.

VUNJE, Adebayo, *Pensar África*, 1.ª edição, Editora Rosa de Porcelana, Lisboa, abril de 2017.

Outras Referências

Agência Internacional de Energia – Relatório de Energia 2000 – 2001.

BAD, OCDE, UNIP e Economic Commission for África – Perspetivas Económicas em África 2005-2015.

BAD, OCDE, UNIP e Economic Commission for África – Perspetivas Económicas em África 2014, 2015, 2016 e 2017.

BAD, 2011c, Infraestruturas.

BAD, Banco Mundial e Fórum Económico Mundial, 2011, Relatório da Competitividade em África 2011.

Banco Mundial – African Development Indicators 2005 – 2013.

PNUD, Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, 2002 – 2003; 2012.

Fundo das Nações Unidas para a população – Relatório sobre a População Mundial.

ACCORD de Cotonou (Benim), 23 junho 2000. Disponível em: Acesso em: fev. 2018.

Web/Sites

www.africaneconomicoutlook.org/po/home

www.oecd.org/fr/.../perspetivas-economicas-em-africa-2017-9789264278707-pt.htm

<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/notas-paises>

Banco Mundial: <http://www.worldbank.org>

PNUD, <http://www.undp.org/>

UNICEF, <http://www.unicef.org/>

FMI: www.imf.org

OCDE: www.oecd.org/dev

Índice geral

Agradecimentos -----	3
Resumo-----	4
Abstract-----	5
Introdução -----	6
Importância do Tema -----	11
Objetivo Geral e de Natureza Específica -----	13
Estrutura do Trabalho e Procedimentos Metodológicos-----	14

Parte I

Contexto e Caraterização Económica de África, Conceitos e Questões Fundamentais do Desenvolvimento Económico -----	18
Considerações gerais-----	18
CAPÍTULO 1 – Os Percursos Históricos, Político, Económico e Cultural de África -----	20
1.1 Enquadramento Africano e breve caracterização-----	20
1.1.1 Caraterísticas e Evolução da População do Continente Africano -----	21
1.1.2 Breve Caraterização Económica dos países da África Subsariana-----	30
1.2 Os Percursos Históricos e o Quadro Político Social e Cultural de África-----	34
CAPÍTULO 2 – Desenvolvimento Económico - Conceitos, Relevo e Âmbito-----	37
2.1 Breve História do Desenvolvimento Económico no Mundo -----	37
2.2 O Desenvolvimento Económico como conceito Analítico e Ético-----	42
2.3 O Crescimento Económico versus Desenvolvimento Económico -----	49
2.3.1 Fatores do Subdesenvolvimento Económico dos países de África -----	55
2.3.2 A Economia do Desenvolvimento dos países Africanos-----	57
CAPÍTULO 3 – A Trajetória do Desenvolvimento Económico em África-----	61
3.1 Enquadramento introdutório -----	61
3.2 Evolução e Fracasso das diferentes Políticas de Desenvolvimento -----	61

Parte II

O Desenvolvimento Económico como um desafio para o Direito -----	64
Enquadramento introdutório -----	64
CAPÍTULO 1 – O Desenvolvimento Económico e o Direito-----	65

1.4	Considerações preliminares -----	65
1.5	O Progresso Económico e a Justiça nas relações Económicas Mundiais -----	67
1.6	A Intervenção Jurídica na esfera do Desenvolvimento Económico -----	69
CAPÍTULO 2 – O Direito ao Desenvolvimento: Origem, Formação, Atores e sua Legitimidade-----		
		73
2.1	Origem e notas introdutórias do conceito de Direito ao Desenvolvimento -----	73
2.2	A Instituição do Direito ao Desenvolvimento: O Contributo das Nações Unidas ----	75
2.2.1	Principais atores e destinatários do Direito ao Desenvolvimento -----	79
2.3	A Constitucionalidade do Desenvolvimento Económico nos Textos Africanos e Internacionais-----	82
2.3.1	O Desenvolvimento Económico nos grandes Textos Constitucionais -----	82
2.3.2	A Confiança e a Lei como Fundações do Desenvolvimento Económico-----	85
CAPÍTULO 3 – O Desenvolvimento Económico e a Pluralidade das Regras Jurídicas em África -----		
		86
3.1	Introdução-----	86
3.2	A Pluralidade das Regras e Normas Jurídicas em África -----	87
3.3	A Relação Desenvolvimento Económico, Poder e as Regras Jurídicas -----	89

Parte III

A Marcha do Desenvolvimento Económico em África - Realizações e Constrangimentos -----		
		91
Capítulo 1. A Macroeconomia dos países Africanos -----		
		91
1.4	Considerações gerais-----	91
1.5	O Século XXI como Marco do Desenvolvimento Económico em África -----	94
1.5.1	O Antagonismo Africano: Questões de reflexão do Continente-----	99
1.6	Mudanças Económicas Estruturais em alguns países da África Subsariana-----	101
1.6.1	Forças e Debilidades das Economias Africanas -----	113
1.6.2	As Diferentes Trajetórias Económicas Regionais dos países Africanos-----	121
Capítulo 2. Fluxos financeiros, Receitas fiscais, Políticas Comerciais, e Integração Regional em África-----		
		122
2.1	A Estrutura Financeira Externa e as Receitas Fiscais em África -----	122
2.2	As Políticas Comerciais e a Integração Regional em África -----	132
Capítulo 3. O Índice de Desenvolvimento Humano e a Governação Política e Económica em África-----		
		143

3.1	África e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio -----	143
3.2	O Índice de Desenvolvimento Humano em África -----	146
3.2.1	Os Aspetos Sociais do Desenvolvimento Económico – Pobreza, Educação, Saúde e Alimentação -----	151
3.3	Governança e Desenvolvimento Económico em África -----	155
3.3.1	Democracia, Corrupção e Desenvolvimento nos Países de África -----	158

Parte IV

Relações Económicas Regionais, Internacionais e a Cooperação para o Desenvolvimento de África-----		161
CAPÍTULO 1. A África: Organizações Políticas e Económicas Internacionais -----		162
1.1.	A África e a Organizações Internacionais -----	162
1.1.1	A África e a Organização das Nações Unidas -----	164
1.2.	A África e as Instituições Económicas Multilaterais - FMI, BM e OMC -----	168
CAPÍTULO 2. A Integração Regional Política e Económica, Acordos e Infraestruturas -----		175
2.1.	A NEPAD, a OUA e a União Africana -----	175
2.2.	Os Acordos de Integração e a Questão das Infraestruturas -----	180
2.2.1.	O Papel do Banco Africano para o Desenvolvimento -----	185
CAPÍTULO 3. As Potências Económicas Internacionais e a Cooperação para o Desenvolvimento de África-----		188
3.1.	A Ajuda Pública como Instrumento das Políticas de Desenvolvimento -----	188
3.2.	As Convenções de Lomé, de Yaoundé e o Acordo de Cotonou -----	189
3.3.	África e a Relação com as Potências Internacionais -----	191
3.3.1.	A Cooperação com Portugal, Europa, Estados Unidos, China e a África ---	191

Parte V

Considerações Finais e Recomendações -----		197
Bibliografia -----		205
Índice geral -----		208

Índice de Tabelas

1. Evolução da população africana (1960-2030) em milhões	22
2. Indicadores comparados de pobreza (2005)	29
3. Rendimento Nacional Bruto dos países da África Subsariana	33
4. Comparação do agregado dos cinco grandes países africanos	52
5. Comparação dos indicadores da ASS e outros PVD (1960-2004)	56
6. RNB de 18 países da região Subsariana (mil milhões de dólares).....	102
7. Indicadores Macroeconómicos Fundamentais de 17 países da ASS	103
8. Contribuição da indústria Transformadora 1979-2008 (% PIB)	105
9. Estrutura da indústria Transformadora (incluindo os países do Norte	106
10. Transformações Estruturais na Agricultura (1995-2010) ASS	107
11. Estrutura das economias dos países selecionados (valores em %)	108
12. Estrutura das exportações em (%)	109
13. Países que melhor diversificam as suas exportações	110
14. Estrutura das importações.....	111
15. Indicadores do comércio externo.....	112
16. Indicadores do PIB da ASS desde a independência (%).....	116
17. Fluxos financeiros e receitas fiscais, 2005-2017 (mil milhões de dólares)	125
18. Principais destinos de IDE em África por valor de investimento em 2016.	126
19. Exportações e importações em 2010 (mil milhões de dólares PPC)	134
20. Índices de globalização do continente Africano	135
21. Principais parceiros comerciais, por valor e posição 2000-2015	136
22. Peso das exportações regionais para as regiões parceiras (%).....	142
23. Evolução dos IDH em África desde as independências e os ODM	144
24. Índice de Desenvolvimento Humano de 13 países da ASS	148
25. Indicadores comparados de pobreza 2005.....	152
26. Evolução da taxa de mortalidade infantojuvenil por 1000.....	144
27. O Sistema das Nações Unidas para o Desenvolvimento económico	166
28. Corredores de Desenvolvimento regional em África	179
29. Acordos regionais segundo a sua intensidade	184
30. A economias dos BRICS (% das taxas de crescimento do PIB)	193
31. Investimento da China em África 2005-2012.....	195

Índice de Figuras

1. As pirâmides etárias do crescimento populacional da África e da Europa	23
2. Distribuição geográfica da pobreza no mundo	27
3. Fluxos financeiros em África, 2005-2017.....	124
4. Fontes de investimento em projetos de raiz em África, 2005-2016	127
5. Estrutura fiscal em África, 2005-2015.....	128
6. Composição das exportações das mercadorias, África, 2000-20015.....	137
7. Composição das importações de mercadorias em África (2000-2015)	138
8. Exportações de mercadorias de África para China e os EUA, 2000-2015	140
9. Exportações intra-africanas em % das exportações totais, 2000-2015	131
10. Níveis de desenvolvimento humano em África, por região, 1990-2015.....	147
11. Despesa pública em saúde e educação (% do PIB).....	149
12. Classif. de satisfação dos principais serviços em Africa 2013-2015.....	157

Siglas e Acrónimos

ACP	África-Caribe-Pacífico
AEF	África Equatorial Francesa
AGOA	African Growth and Opportunity
AFRICON	United States Africa Command
AIE	Agência Internacional de Energia
AID	Associação Internacional para o Desenvolvimento
AIDS	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
AP	Ajuda ao Desenvolvimento
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APE	Acordos de Parceria Económica
ASS	África Subsariana
AGCS	Acordo Geral sobre o Comércio e os Serviços
AZF	Afrique Zone Franc
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEA	Comunidade Económica Africana
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CER	Comunidade Económica Regional
CEPGL	Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos
CFA	Comunidade Financeira Africana
CNUCED	Conferência das Nações Unidas Comércio e o Desenvolvimento
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
CEAO	Comunidade Económica da África Oriental
CS	Conselho de Segurança
DUDH/UNGA	Declaração Universal dos Direitos do Homem
EUA	Estados Unidos da América
FDUJES	Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos
FDUC	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
FED	Fundos Europeus de Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
G-8	Grupo dos 8 Países mais Industrializados do Mundo
G-20	Grupo dos 20 países mais Desenvolvidos do Mundo
GBM	Grupo Banco Mundial
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e o Comércio
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
IPM	Índice de Pobreza Multidirecional
MNA	Movimento dos Países Não-Alinhados
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NOEI	Nova Ordem Económica Internacional

OAPI	Organização Africana da Propriedade Intelectual
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUUDI	Organização das Nações Unidas p/ Desenvolvimento Industrial
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OUA	Organização de Unidade Africana
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
PIDA	Programa de Desenvolvimento de Infraestrutura em África
PPP	Parceria Público Privadas
PPC	Poder de Paridade de Compra
PED	Países em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Económicos Sociais e Culturais
PIDCP	Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos
PMA	Países Menos Avançados
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PVD	Países em Vias de Desenvolvimento
RCA	República Centro Africana
RDC	República Democrática do Congo
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
UA	União Africana
UEMOA	União Monetária e Económica do Oeste Africano
UMA	União do Magrebe Árabe
UNESCO	Organização das Nações Unidas p/ Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Unit States Agency for International Development
UE	União Europeia
UMA	União do Magreb Árabe
ZLCA	Zona de Livre Comércio de África
ZLC	Zona Livre de Comércio